

**PROSPECTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA PRIMEIRA SÉRIE DE QUOTAS
DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP
INDUSTRIAL**

CNPJ/MF nº 08.513.235/0001-99

ADMINISTRADO E GERIDO PELA CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

**FITCH RATINGS: AA (BRA) PARA AS QUOTAS SÊNIOR E
A+ (BRA) PARA AS QUOTAS SUBORDINADAS**

BENCHMARK DAS QUOTAS SÊNIOR: 106% DO CDI

DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE 11.700 (ONZE MIL E SETECENTAS) QUOTAS SÊNIOR DA PRIMEIRA SÉRIE ("QUOTAS SÊNIOR") E 1.300 (UM MIL E TREZENTAS) QUOTAS SUBORDINADAS ("QUOTAS SUBORDINADAS", SENDO AS QUOTAS SÊNIOR E AS QUOTAS SUBORDINADAS REFERIDAS EM CONJUNTO SIMPLEMENTE COMO AS "QUOTAS") DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL ("FUNDO"), COM VALOR UNITÁRIO DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), PERFAZENDO UM PATRIMÔNIO DE INICIAL DE

R\$ 130.000.000,00

Código ISIN das Quotas Sênior n.º BRFIEPCTF000

Código ISIN das Quotas Subordinadas n.º BRFIEPCTF018

Número de registro da distribuição pública das Quotas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"):

Quota Sênior - CVM/SRE/RFD/2006/055 em 30 de novembro de 2006.

Quota Subordinada - CVM/SRE/RFD/2006/056 em 30 de novembro de 2006.

O **FUNDO** é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores, assim como pelas demais disposições legais e regulamentares que lhes são aplicáveis. O **FUNDO** foi constituído em 17 de Novembro de 2006 sob a forma de condomínio fechado, com prazo regular de vigência de 20 (vinte) anos contados a partir da data da primeira integralização de quotas do **FUNDO**. O regulamento do **FUNDO** foi registrado no 2º Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 21 de Novembro de 2006, sob o n.º 956356.

O **FUNDO** destina-se à aquisição de direitos creditórios performados de titularidade das indústrias filiadas a um dos sindicatos patronais associados à Federação de Indústrias do Estado

do Paraná - FIEP que venham a celebrar “Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios sem Co-Obrigação e Outras Avenças” com o **FUNDO**.

O **FUNDO**   administrado e gerido pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, n  425, 23  andar, inscrita no CNPJ/MF sob n  52.904.364/0001-08 (“**ADMINISTRADORA**”).

O **FUNDO** tem sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Marechal Deodoro, n  630, 20  andar.

As Quotas são registradas, para negociação no mercado secundário, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“BOVESPA”), no ambiente de negociação Soma Fix. A critério da **ADMINISTRADORA**, as Quotas poderão ser também registradas para negociação no ambiente Bovespa Fix, da BOVESPA, e na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. Os quotistas do **FUNDO** (“Quotistas”) são responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos e/ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE AUTO-REGULAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTO - ANBID (“ANBID”) PARA A INDÚSTRIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA CVM.

A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO E/OU VENDA DAS QUOTAS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM E DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DA ADMINISTRADORA E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS AO FUNDO.

NÃO H  COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DA ADMINISTRADORA DE QUE O OBJETIVO DO FUNDO SERÁ ATINGIDO.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO ‘FATORES DE RISCO’ DESTES PROSPECTO, NAS PÁGINAS 18 A 23.

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA DO FUNDO MANTENHA ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO H  GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA OS QUOTISTAS.

ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS QUOTISTAS.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DA ADMINISTRADORA, DO CUSTODIANTE, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, PORÉM, NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO  S CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO,   POLÍTICA DE INVESTIMENTO E   COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO, BEM COMO  S DISPOSIÇÕES DESTES PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

TODOS OS QUOTISTAS, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÃO ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL E CIÊNCIA DE RISCO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTES PROSPECTO E DO REGULAMENTO DO FUNDO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (INCLUSIVE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS), DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA AO ADMINISTRADOR, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO.

O FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA QUOTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.

O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS DO FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE PERMANÊNCIA DOS RESPECTIVOS INVESTIMENTOS NO FUNDO, BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS. ALTERAÇÕES NESSAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A RENTABILIDADE AUFERIDA PELOS QUOTISTAS DO FUNDO. PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE A TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS E AO FUNDO, VIDE SEÇÃO “TRIBUTAÇÃO” DESTES PROSPECTO.

A CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E, TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS QUOTAS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À ADMINISTRADORA E NA CVM.

ESTRUTURADOR



ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS



CO-ESTRUTURADOR



CUSTODIANTE:



AUDITORIA:



RATING:



CONSULTORIA JURÍDICA

FREITAS e LEITE
ADVOGADOS

FRANCISCO BRAZ NETO
& ADVOGADOS



ÍNDICE

DEFINIÇÕES	7
DADOS DO FUNDO	11
PERFIL DO INVESTIDOR	12
CARACTERÍSTICAS GERAIS	12
OBJETIVO DO FUNDO	12
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DIVERSIFICADA DA CARTEIRA	13
POLÍTICA DE INVESTIMENTO	13
REQUISITOS APLICÁVEIS AOS CEDENTES.....	14
CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DE DIREITOS CREDITÓRIOS.....	16
FATORES DE RISCO	18
TAXAS.....	23
ENCARGOS DO FUNDO.....	24
TRIBUTAÇÃO	25
TRIBUTAÇÃO SOBRE O FUNDO.....	25
TRIBUTAÇÃO SOBRE OS QUOTISTAS.....	25
DIREITOS E OBRIGAÇÕES ASSOCIADOS ÀS QUOTAS.....	26
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	27
RAZÃO DE GARANTIA	27
EMIÇÃO DE NOVAS SÉRIES	27
PREFERÊNCIA NA AMORTIZAÇÃO E RESGATE.....	27
REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO	28
SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE QUOTAS.....	28
RESGATES	29
<i>RESGATES EM DIREITOS CREDITÓRIOS</i>	29
AMORTIZAÇÕES	30
AMORTIZAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS.....	31
RESERVA DE LIQUIDEZ.....	32
CRITÉRIOS PARA APURAÇÃO DO VALOR DAS QUOTAS.....	32
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA	33
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO	34
TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA.....	35
NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS.....	36

PROCEDIMENTOS DE OFERTA E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	36
PAGAMENTO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E PRÊMIO DE ADIMPLEMENTO	38
POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO, POLÍTICA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS INADIMPLIDOS E PROCEDIMENTO DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS	40
APÓLICE DE SEGURO DE CRÉDITO.....	41
ORDEM DOS PAGAMENTOS DO FUNDO	44
SITUAÇÕES ESPECIAIS	45
EVENTOS DE AVALIAÇÃO.....	45
EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA	46
ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS	48
ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO DA CARTEIRA DO FUNDO.....	50
OBRIGAÇÕES.....	50
VEDAÇÕES	51
RENÚNCIA E SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA.....	52
CUSTÓDIA/CONTROLADORIA.....	53
PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO	55
INFORMAÇÕES DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ - FIEP	56
INFORMAÇÕES DOS CEDENTES (ORIGINADORES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS).....	56
BREVE HISTÓRICO DA CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES	56
BREVE HISTÓRICO DO BANCO BRADESCO S.A.....	57
BREVE HISTÓRICO DO BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S.A.	58
BREVE HISTÓRICO DA FOCUS FINANÇAS ESTRUTURADAS	58
BREVE HISTÓRICO DA KPMG AUDITORES INDEPENDENTES.....	58
BREVE HISTÓRICO DA FITCH RATINGS.....	59
BREVE HISTÓRICO DA MAPFRE SEGURADORA DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.....	59
BREVE HISTÓRICO DO FREITAS E LEITE ADVOGADOS.....	60
BREVE HISTÓRICO DE FRANCISCO BRAZ NETO & ADVOGADOS.....	60
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO	61
CONTRATO DE COORDENAÇÃO	61
CONTRATO DE CUSTÓDIA.....	61
CONTRATO DE DEPÓSITO	61
CONTRATO DE CESSÃO	61
RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E/OU COM A OFERTA.....	62
PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS.....	62
PERIÓDICOS DESTINADOS ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO.....	63
ATENDIMENTO AO QUOTISTA	63

ANEXO I – DEMONSTRATIVO DO CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO	64
ANEXO II – INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO	65
ANEXO III – REGULAMENTO.....	66
ANEXO IV - RELATÓRIO DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS	67
ANEXO V – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA	68
ANEXO VI –DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER	69

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, além das definições aqui estabelecidas, serão consideradas as definições atribuídas ao longo do documento, adotando-se, por referência, as demais definições constantes da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003, e do Regulamento.

Para o efeito do disposto no presente Prospecto e nas disposições legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, considera-se:

“**ADMINISTRADORA**” ou “Concórdia” – Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08;

“Agência de *Rating*” – A Fitch Ratings Brasil Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 1.470, cj. 511, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.813.375/0002-14, agência classificadora de risco das Quotas do Fundo na data deste Prospecto, ou outra agência classificadora de risco especializada que venha a substituí-la;

“**AGENTE COBRADOR**” – O Banco Bradesco S.A., na qualidade de agente cobrador dos Direitos Creditórios Elegíveis;

“Amortização Extraordinária” – Amortizações de Quotas realizadas mediante aprovação da Assembléia Geral de Quotista, exclusivamente nas hipóteses de que trata a Seção “Regras de Movimentação – Amortizações Extraordinárias” deste Prospecto;

“ANBID” – A Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID;

“Anúncio de Início” – O anúncio de início da Oferta;

“Apólice de Seguro de Crédito” – Apólice de seguro de crédito emitida pela Seguradora, a qual faz parte integrante do Regulamento como Anexo VIII;

“Ativos Financeiros” – Os seguintes ativos financeiros e modalidades operacionais que podem ser objeto de aplicação pelo **FUNDO**, observada a sua política de investimento: títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil, créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, operações compromissadas lastreadas nos referidos ativos financeiros e operações nos mercados de derivativos;

“Aviso de Falta de Pagamento” – Comunicado a ser encaminhado pelo **CUSTODIANTE** à Seguradora caso um Direito Creditório Elegível não seja objeto de pagamento na respectiva data de vencimento, no 2º (segundo) dia útil subsequente à referida data de vencimento, na forma da Apólice de Seguro de Crédito;

“Aviso de Insolvência Provisional” – Comunicado a ser encaminhado pelo **CUSTODIANTE** à Seguradora, na forma da Apólice de Seguro de Crédito, caso o **FUNDO** não obtenha o pagamento de Direito Creditório Elegível Inadimplido no prazo de 15 (quinze) dias contados do envio, à Seguradora, do Aviso de Falta de Pagamento referente a tal Direito Creditório Elegível Inadimplido;

“*Benchmark*” – Parâmetro de remuneração das Quotas Sênior, que corresponde a percentual da Taxa DI. O *Benchmark* das Quotas Sênior da Primeira Série corresponde a 106% (cento e seis por cento) da Taxa DI;

“BM&F” – Bolsa de Mercadorias e Futuros;

“BOVESPA” – Bolsa de Valores de São Paulo;

“Carteira” – A carteira de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros do **FUNDO**;

“CCF” - Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central do Brasil;

“Cedentes” - Indústrias filiadas a um dos sindicatos patronais associados à Federação de Indústrias do Estado do Paraná - FIEP que venham a ceder Direitos Creditórios ao **FUNDO**;

“Cedente Cadastrado” - O Cedente que atender integralmente aos Requisitos Aplicáveis aos Cedentes;

“CETIP” – Câmara de Custódia e Liquidação;

“Clientes” – Clientes dos Cedentes, devedores de Direitos Creditórios;

“Condições de Cessão” - Condições necessárias para a cessão, pelos Cedentes, de Direitos Creditórios ao **FUNDO**;

“Contrato de Cessão” –Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios sem Co-Obrigação e Outras Avenças, a ser celebrado entre cada um dos Cedentes e o **FUNDO**;

“Contrato de Custódia” –Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIEP Industrial e Outras Avenças, a ser celebrado entre a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE**;

“Contrato de Depósito” – Contrato de Depósito e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Federação de Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, o **FUNDO** e o **CUSTODIANTE**;

“CPMF” – Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira;

“Critérios de Elegibilidade” – Os critérios de elegibilidade que deverão ser atendidos pelos Direitos Creditórios para serem objeto de cessão ao **FUNDO**;

“**CUSTODIANTE**” ou “Bradesco” – Banco Bradesco S.A., instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, bem como credenciada perante a CVM para prestar serviços de custódia qualificada, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n  60.746.948/0001-12;

“CVM” – Comissão de Valores Mobiliários;

“Data de Amortização” – Cada data em que houver pagamento de parcelas de amortização das Quotas Sênior;

“Data de Aquisição” – Cada data em que for verificado o cumprimento cumulativo dos eventos referidos nas alienas “a” a “d” do artigo 8  do Regulamento;

“Data de Conclusão da Validação dos Direitos Creditórios” – Cada data de conclusão da validação do atendimento, pelos Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO**, das Condições de Cessão e dos Critérios de Elegibilidade, a ser realizada pela **ADMINISTRADORA** ou pelo **CUSTODIANTE**, respectivamente;

“Data de Faturamento” – Data de emissão da respectiva fatura dos Direitos Creditórios;

“Data de Oferta de Direitos Creditórios” – Cada data em que seja apresentada uma Oferta de Direitos Creditórios;

“Data de Pagamento” – Cada data em que for realizado o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis a cada Cedente;

“Data de Resgate” – Data em que houver o último pagamento de parcela de amortização das Quotas Sênior de cada série do **FUNDO**;

“Data de Resgate das Quotas Subordinadas” - Data em que seja realizada a última amortização do valor das Quotas Subordinadas, nos termos do parágrafo 4º do artigo 53 do Regulamento;

“Data de Verificação” – Qualquer data de apuração e controle da Razão de Garantia;

“Direitos Creditórios” – Direitos creditórios performados de titularidade das indústrias filiadas a um dos sindicatos patronais associados à Federação de Indústrias do Estado do Paraná – FIEP;

“Direitos Creditórios Elegíveis” – Direitos Creditórios que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao **FUNDO** nos termos do Contrato de Cessão celebrado com o respectivo Cedente;

“Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos” – Direitos Creditórios Elegíveis vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento;

“Documentos Representativos de Crédito” – Conjunto de notas fiscais, as duplicatas e outros documentos que eventualmente venham a ser especificados em cada Contrato de Cessão;

“Eventos de Avaliação” – Eventos de avaliação do **FUNDO**, conforme previstos na Seção “Situações Especiais – Eventos de Avaliação” deste Prospecto;

“Eventos de Liquidação Antecipada” – Eventos de liquidação antecipada do **FUNDO**, conforme previstos na Seção “Situações Especiais – Eventos de Liquidação Antecipada” deste Prospecto;

“**FUNDO**” – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIEP Industrial;

“Instrução 356” – Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003;

“IOF” – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

“Depositária” – Federação de Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, com sede na Avenida Cândido de Abreu, nº 200, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná e inscrita no CNPJ sob nº 76.709.898/0001-33, agente depositário contratado pelo **FUNDO** para realizar a guarda e conservação dos Documentos Representativos de Crédito;

“Limite Máximo de Indenização” – Valor máximo indenizável pela Seguradora em caso de perdas líquidas definitivas incorridas pelo **FUNDO** em razão da insolvência de Clientes devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da carteira de Direitos Creditórios Elegíveis averbados na Apólice de Seguro de Crédito, excluídos os Direitos Creditórios Elegíveis adimplidos pelos respectivos Clientes, sendo o valor máximo de indenização limitado a R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais) durante o período de 3 (três) anos de vigência da Apólice de Seguro de Crédito;

“Oferta” – A distribuição pública das Quotas da Primeira Série;

“Oferta de Direitos Creditórios” – A relação dos Direitos Creditórios que os Cedentes estejam dispostos a ceder ao **FUNDO** em uma determinada Data de Oferta de Direitos Creditórios, a ser apresentada pelos Cedentes na forma do Anexo I ao Contrato de Cessão;

“Patrimônio Inicial” – O patrimônio inicial do **FUNDO**, após a colocação da Primeira Série, constituído por 13.000 (treze mil) Quotas, sendo 11.700 (onze mil e setecentas) Quotas Sênior e 1.300 (um mil e trezentas) Quotas Subordinadas, com preço inicial de emissão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por Quota, totalizando o montante de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) na Primeira Data de Emissão;

“Percentual de Garantia” – Corresponde a 90% (noventa por cento) do valor dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos, indenizável ao FUNDO na ocorrência de perdas líquidas definitivas resultantes da insolvência dos respectivos Clientes devedores, observado o Limite Máximo de Indenização;

“Prazo para Resgate Antecipado” – Prazo de resgate de todas as quotas do **FUNDO** na hipótese de liquidação antecipada do **FUNDO**;

“Preço de Aquisição” – O preço de cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis, calculado de acordo com a fórmula prevista no Contrato de Cessão;

“Prêmio de Adimplemento” – Valor adicional ao Preço de Aquisição a que o respectivo Cedente fará jus na hipótese de adimplemento dos Direitos Creditórios Elegíveis e/ou sua indenização pela Seguradora;

“Prêmio de Seguro” – O prêmio devido pelo **FUNDO** à Seguradora pela emissão da Apólice de Seguro de Crédito, nos termos do artigo 77 do Regulamento;

“Primeira Data de Emissão” – Data em que houver a primeira integralização de Quotas representativas do Patrimônio Inicial;

“Primeira Série” – A primeira série de Quotas Sênior do Fundo, que compreende a emissão das Quotas Sênior representativas do Patrimônio Inicial;

“Quotas” – Quotas sênior e/ou quotas subordinadas de emissão do **FUNDO**;

“Quotas Sênior” – Quaisquer quotas sênior de emissão do **FUNDO**;

“Quotas Sênior da Primeira Série” – Quotas sênior da Primeira Série do **FUNDO**, objeto da Oferta;

“Quotas Subordinadas” – Quaisquer quotas subordinadas de emissão do **FUNDO**;

“Quotistas” – Investidores titulares de Quotas de emissão do **FUNDO**;

“Quotistas Dissidentes” – Quotistas que não concordarem com a decisão da Assembléia Geral de Quotistas de deliberar pela não liquidação antecipada do **FUNDO**, na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação;

“Rabobank” – Banco Rabobank International Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.995, 7º andar, Brooklin Novo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.023.570/0001-60;

“Razão de Garantia” – A relação entre o valor das Quotas Sênior e o patrimônio líquido do **FUNDO**;

“Recursos Livres” - A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver em caixa ou alocada em Direitos Creditórios Elegíveis;

“Regulamento” – Regulamento do **FUNDO**, o qual faz parte integrante deste Prospecto como Anexo III;

“Remuneração” – remuneração devida pelo **FUNDO** à **ADMINISTRADORA**, pela prestação dos serviços de administração do **FUNDO** e gestão da Carteira, conforme indicada na Seção “Taxas” deste Prospecto;

“Requisitos Aplicáveis aos Cedentes” - Requisitos que devem ser atendidos pelos Cedentes para que possam ofertar Direitos Creditórios ao **FUNDO**;

“Reserva de Inadimplência” – Reserva controlada e administrada pelo **CUSTODIANTE**, correspondente a 5% (cinco por cento) do Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível, a ser constituída para pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** pelo respectivo Cedente;

“Reserva de Liquidez” – Reserva a ser constituída pela **ADMINISTRADORA** por meio da aplicação dos recursos recebidos das liquidações dos Direitos Creditórios Elegíveis em Ativos Financeiros, a qual será destinada ao pagamento das parcelas de amortização das Quotas em cada Data de Amortização;

“Seguradora” ou “Mapfre” - Mapfre Seguradora de Garantias de Crédito S.A., companhia seguradora com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, n.º 215, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.046.576/0001-40, emissora da Apólice de Seguro de Crédito;

“SERASA” - SERASA S.A.;

“SPC” - Serviço de Proteção ao Crédito;

“Taxa DI” - Taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação;

“Termo de Cessão” – Documento elaborado pelo **CUSTODIANTE** do qual constarão a relação dos Direitos Creditórios que serão necessariamente cedidos ao **FUNDO** em uma determinada Data de Aquisição e o respectivo Preço de Aquisição;

“Termo de Adesão” – Termo de Adesão ao Regulamento do **FUNDO** e Ciência de Risco a ser firmado pelos Quotistas no ato da respectiva integralização de Quotas do **FUNDO**, conforme modelo constante do Anexo V ao Regulamento.

DADOS DO FUNDO

Razão Social: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIEP Industrial
CNPJ/MF n.º: 08.513.235/0001-99

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Base Legal: Resolução CMN n.º 2.907, de 29.11.2001, e Instrução 356

Para aplicação: Banco Bradesco, Ag. 2856 C/C 587087-9

Registro do Fundo na CVM: 17 de novembro de 2006

Classificação ANBID: Renda Fixa Crédito - Fechado
Classificação de risco das Quotas Sênior da Primeira Série: AA(bra)
Classificação de risco das Quotas Subordinadas : A+(bra)

PERFIL DO INVESTIDOR

O **FUNDO** destina-se exclusivamente a investidores qualificados, assim definidos pela regulamentação da CVM em vigor, e a fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” ou “Multimercado”, nos termos do inciso II do artigo 91 da Instrução CVM n.º 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

O investimento no **FUNDO** não é adequado a investidores qualificados e a fundos de investimento indicados no parágrafo anterior que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Quotas no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito dos Direitos Creditórios que venha a ser adquiridos pelo **FUNDO**, bem como os demais riscos expostos em seção própria deste Prospecto. Para mais informações, vide Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

O valor mínimo de subscrição inicial da Primeira Série de Quotas do Fundo é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), havendo um limite máximo de subscrição por investidor de até 20% (vinte por cento) das Quotas Sênior da Primeira Série ofertadas publicamente.

Não há limite máximo de subscrição para as Quotas Subordinadas.

CARACTERÍSTICAS GERAIS

O **FUNDO** é um fundo de investimento em direitos creditórios e observa, principalmente, as disposições do seu Regulamento e da Instrução 356.

O **FUNDO** tem prazo determinado de duração de 20 (vinte) anos, contados a partir da Primeira Data de Emissão, sendo admitido o resgate de Quotas somente no término do prazo de duração do **FUNDO** ou em virtude de sua liquidação antecipada.

As Quotas Sênior da Primeira Série terão prazo de 36 (trinta) meses, contados da Primeira Data de Emissão, e serão amortizadas mensalmente a partir do 25º (vigésimo quinto) mês.

OBJETIVO DO FUNDO

É objetivo do **FUNDO** proporcionar aos Quotistas a valorização de suas Quotas através da aplicação preponderante dos recursos do **FUNDO**, durante o prazo de duração do **FUNDO**, na aquisição de Direitos Creditórios de titularidade dos Cedentes, de acordo com os termos do Contrato de Cessão a ser celebrado entre o **FUNDO** e cada um dos Cedentes, cuja minuta padrão a ser adotada para todos os Contratos de Cessão é parte integrante do Regulamento como seu Anexo I.

O “*Benchmark*” das Quotas Sênior da Primeira Série corresponde a 106% (cento e seis por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP (“CETIP”), no Informativo

Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br) e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação. Fica desde já esclarecido que não existe qualquer promessa do **FUNDO**, da **ADMINISTRADORA**, do **CUSTODIANTE** e/ou dos Cedentes acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

As Quotas Subordinadas não terão parâmetro de remuneração definido, sendo que o pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Subordinadas será subordinado ao pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Sênior.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DIVERSIFICADA DA CARTEIRA

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Visando atingir o objetivo proposto, o **FUNDO** alocará seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento.

Após 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, o **FUNDO** deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios Elegíveis.

Os Recursos Livres poderão ser aplicados, isolada ou cumulativamente, nos seguintes Ativos Financeiros:

- (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- (c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- (d) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nos itens “a”, “b” e “c” acima, respeitado o limite previsto abaixo; e
- (e) operações nos mercados de derivativos, de acordo com o descrito abaixo.

O **FUNDO** poderá alocar até 100% (cem por cento) dos Recursos Livres em operações compromissadas, desde que observado o disposto na alínea “d” acima.

A **ADMINISTRADORA** envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujo prazo médio de vencimento seja superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

O total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo estado, município, fundo de investimento ou pessoa física não pode exceder 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

O total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedade por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

Considerando a composição da Carteira e o fato de que o valor das Quotas Sênior será atualizado na forma estabelecida no Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Sênior. Para proteger as posições da Carteira detidas à vista, a fim de adequar a

remuneração proporcionada pelos Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira ao *Benchmark*, e exclusivamente para este fim, a **ADMINISTRADORA** poderá realizar operações nos mercados de derivativos que representem o equivalente a até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**. O **FUNDO** não realizará operações *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o **FUNDO** possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

Para o efeito do disposto acima, as operações de derivativos do **FUNDO** serão realizadas apenas nos mercados administrados por bolsas de valores ou bolsas de mercadorias e de futuros, exclusivamente na modalidade “com garantia”.

O **FUNDO** poderá contratar operações de sua Carteira com a **ADMINISTRADORA** e/ou com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da **ADMINISTRADORA**. Tais operações serão objeto de registro segregado das demais operações da Carteira do **FUNDO**, de modo a serem facilmente identificáveis.

A **ADMINISTRADORA** mantém mecanismos e sistemas de segregação das suas atividades relacionadas à administração de recursos de terceiros, nos termos da regulamentação em vigor. Em virtude da referida segregação de atividades, não há possibilidade de serem configurados eventuais conflitos de interesses na hipótese de contratação, pelo **FUNDO**, das operações de tratadas acima.

Os Direitos Creditórios Elegíveis e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira serão mantidos em custódia pelo **CUSTODIANTE**, bem como registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do **FUNDO**, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil, ou (iv) em outras entidades autorizadas a prestar serviços de custódia pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio, inclusive aqueles relativos às aplicações financeiras realizadas com recursos das Reservas de Inadimplência, de maneira que os Quotistas deles participem proporcionalmente à quantidade de suas Quotas, respeitadas as regras previstas no Regulamento.

Não obstante a diligência da **ADMINISTRADORA** em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, ainda que a **ADMINISTRADORA** mantenha rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para os Quotistas.

REQUISITOS APLICÁVEIS AOS CEDENTES

Para que possam ofertar Direitos Creditórios ao **FUNDO**, os Cedentes devem atender aos seguintes Requisitos Aplicáveis aos Cedentes:

- (a) comprovar sua filiação a um dos sindicatos patronais associados à Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, apresentando comprovação de pagamento em dia de suas contribuições sindicais;
- (b) entregar à **ADMINISTRADORA** os documentos e informações necessários ao seu cadastramento, quais sejam, informações cadastrais mínimas indicadas no Anexo II do Regulamento, acompanhadas de cartão de assinaturas e da via original ou de cópia autenticada dos seguintes documentos: Contrato Social ou Estatuto Social, cartão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e indicação das pessoas capazes de representar o Cedente em operações de cessão de direitos, acompanhada dos

documentos que comprovem tais poderes. O Cedente cadastrado deverá manter sempre atualizada referida documentação probatória de poderes dos seus representantes. A critério da **ADMINISTRADORA**, outros documentos poderão ser solicitados ao Cedente para a aprovação de seu cadastro;

(c) comprovar que não possui dívidas tributárias, previdenciárias ou securitárias que não tenham sido objeto de parcelamento ou discussão administrativa ou judicial de boa-fé. Para tanto, deverá entregar à **ADMINISTRADORA** e manter atualizada, pelo prazo de validade de cada certidão, Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, emitida pelo Instituto Nacional de Seguro Social, Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições para com a Fazenda Nacional, emitida pela Secretaria da Receita Federal, Certidão Negativa de Inscrição de Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Certificado de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal. Para fins do cumprimento do disposto nesta alínea, serão admitidas certidões positivas com efeitos de negativa, bem como outros documentos equivalentes aos referidos expressamente nesta alínea, a critério da **ADMINISTRADORA**;

(d) no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do respectivo exercício social, entregar à **ADMINISTRADORA** cópia autenticada do balanço anual relativo ao último exercício;

(e) não possuir registro no CCF, na SERASA ou no SPC, relativos a títulos protestados não contestados, inadimplência de obrigações ou quaisquer apontamentos nos cadastros referidos neste item, em valor agregado igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ou apontamentos de pedido de falência, estar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento similar; e

(f) comprovar à **ADMINISTRADORA** a contratação junto ao **CUSTODIANTE** dos serviços de cobrança bancária dos Direitos Creditórios Elegíveis, de modo a assegurar que o **CUSTODIANTE** atuará na qualidade de **AGENTE COBRADOR**.

O Cedente Cadastrado será considerado apto a ofertar Direitos Creditórios ao **FUNDO**, sendo que seu cadastro deverá ser atualizado pela **ADMINISTRADORA** ao final de cada semestre dos exercícios sociais. Adicionalmente à atualização semestral, a **ADMINISTRADORA** poderá solicitar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, a substituição de quaisquer documentos ou ainda a entrega de documentos adicionais que julgue necessários para a aprovação ou atualizações do cadastro do Cedente.

A verificação do cumprimento dos Requisitos Aplicáveis aos Cedentes será de responsabilidade da **ADMINISTRADORA**. Por tal razão, a **ADMINISTRADORA** deverá, sempre que identificar o não cumprimento de qualquer dos Requisitos Aplicáveis aos Cedentes, descredenciar o Cedente da qualidade de Cedente Cadastrado, fato que impedirá, enquanto perdurarem as irregularidades, que o Cedente descadastrado realize novas ofertas de Direitos Creditórios ao **FUNDO**, o que deverá ser imediatamente comunicado, por escrito, ao **CUSTODIANTE**.

As notas fiscais referentes às transações de venda de produtos ou prestação de serviços dos Cedentes a seus respectivos Clientes, as duplicatas e outros documentos que eventualmente venham a ser especificados no Contrato de Cessão celebrado entre o **FUNDO** e cada um dos Cedentes serão os documentos que formalizarão a origem dos Direitos Creditórios.

Nos termos de cada Contrato de Cessão, os representantes legais dos Cedentes serão responsáveis pela emissão das duplicatas contra os Clientes, de forma física ou eletrônica, as quais poderão ser remetidas ou não aos Clientes para fins de aceite.

As duplicatas emitidas fisicamente deverão ser endossadas em favor do **FUNDO** e entregues pelos Cedentes à **ADMINISTRADORA** em cada Data de Oferta de Direitos Creditórios, para fins

de verificação do atendimento da Condição de Cessão de que trata a alínea “c” do artigo 6º do Regulamento.

Na hipótese de emissão eletrônica de duplicata, o respectivo arquivo deverá ser entregue pelos Cedentes à **ADMINISTRADORA**, que será responsável por imprimi-la, assiná-la e endossá-la em favor do **FUNDO**, nos termos previstos nos Contratos de Cessão. As duplicatas assinadas e endossadas pela **ADMINISTRADORA**, bem como aquelas emitidas fisicamente, deverão ser enviadas, juntamente com os demais Documentos Representativos de Crédito, à Depositária.

Os comprovantes de entrega decorrentes das notas fiscais referentes às operações de venda de produtos e/ou da prestação de serviços dos Cedentes a seus Clientes ficarão sob a guarda dos Cedentes, e deverão ser entregues, quando solicitados, à Depositária.

Durante o período que os Cedentes mantiverem sob sua guarda os comprovantes de entrega decorrentes das notas fiscais referentes às operações de venda de produtos e/ou da prestação de serviços, os Cedentes serão nomeados fiéis depositários dos referidos documentos.

CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Somente poderão ser objeto de cessão entre os Cedentes e o **FUNDO**, Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, às Condições de Cessão abaixo relacionadas, cujo atendimento será validado pela **ADMINISTRADORA**:

- (a) os Direitos Creditórios a serem oferecidos à cessão pelos Cedentes deverão decorrer de Oferta de Direitos Creditórios de Cedente que esteja na condição de Cedente Cadastrado perante a **ADMINISTRADORA**;
- (b) os Direitos Creditórios a serem oferecidos à cessão pelos Cedentes deverão ser performados e originados de operações mercantis ou prestação de serviços realizadas pelos Cedentes, obrigatoriamente desenvolvidas no setor industrial, nos mais diversos segmentos;
- (c) os Direitos Creditórios a serem oferecidos à cessão deverão estar amparados pelos respectivos Documentos Representativos de Crédito;
- (d) não serão aceitos Direitos Creditórios de Cedente que já tenha ofertado Direitos Creditórios ao **FUNDO** e não tenha atendido ao procedimento para a formalização da cessão previsto na alínea “d” do artigo 8º do Regulamento.

Adicionalmente às Condições de Cessão acima estabelecidas, os Direitos Creditórios deverão atender aos Critérios de Elegibilidade, cujo atendimento será validado pelo **CUSTODIANTE**. Para fins do disposto na legislação, no Regulamento, neste Prospecto e no Contrato de Custódia, são consideradas Critérios de Elegibilidade as seguintes regras:

- (a) os Clientes devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** não deverão possuir, em cada Data de Oferta de Direitos Creditórios, registro no CCF, na SERASA ou no SPC relativos a títulos protestados, em valor igual ou superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- (b) os Clientes devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** não deverão estar em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento similar, conforme checagem a ser realizada por meio dos controles mantidos pela SERASA e/ou pelo SPC;
- (c) os Direitos Creditórios deverão ter prazo máximo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de emissão da respectiva fatura (“Data de Faturamento”) e prazo mínimo de 7 (sete) dias contados da respectiva Data de Oferta de Direitos Creditórios. Não

serão aceitos Direitos Creditórios com prazo superior ao prazo de duração do **FUNDO** e da respectiva série de Quotas;

(d) os Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** deverão estar registrados no Sistema de Cobrança do **AGENTE COBRADOR** na respectiva Data de Oferta de Direitos Creditórios, de forma a possibilitar a cobrança bancária dos Direitos Creditórios Elegíveis pelo **AGENTE COBRADOR** e sua segregação em relação aos Direitos Creditórios de titularidade dos Cedentes que não tenham sido objeto de cessão ao **FUNDO**, observado que os valores correspondentes ao pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis serão creditados diretamente em conta corrente de titularidade do **FUNDO**;

(e) não serão aceitas novas cessões de Direitos Creditórios de Cedentes que tenham Direitos Creditórios Elegíveis anteriormente cedidos ao **FUNDO** inadimplidos há mais de 15 (quinze) dias corridos;

(f) os Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** não poderão ser de Cliente(s) devedor(es) de Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos há mais de 15 (quinze) dias corridos, ainda que tais Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos tenham sido cedidos ao **FUNDO** por outro Cedente;

(g) os Direitos Creditórios devem ser passíveis de seguro coberto pela Apólice de Seguro de Crédito, emitida de acordo com os termos e condições previstos no Capítulo XVIII do Regulamento do **FUNDO**, conforme checagem a ser realizada por meio dos controles mantidos pela Seguradora, nos termos da Apólice de Seguro de Crédito;

(h) os Direitos Creditórios não poderão ser devidos por Cliente(s) cujo inadimplemento em relação a um Direito Creditório Elegível tenha ocasionado a configuração de sinistro nos termos da Apólice de Seguro de Crédito, conforme checagem a ser realizada por meio dos controles mantidos pela Seguradora, nos termos da Apólice de Seguro de Crédito;

(i) o total de Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** por um mesmo Cedente não poderá representar, a qualquer momento, mais que 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**;

(j) o total de Direitos Creditórios devidos por um mesmo Cliente não poderá exceder a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**. Será admitida a elevação deste percentual para 10% (dez por cento) para todo Cliente que venha a receber a mesma classificação de risco atribuída às Quotas Sênior pela mesma agência de classificação de risco. Será responsabilidade da **ADMINISTRADORA** obter periodicamente junto à agência de classificação de risco os relatórios de classificação de risco referentes a cada Cliente que o Cedente queria enquadrar nesta exceção e encaminhar estes relatórios de classificação de risco ao **CUSTODIANTE** de forma que este proceda as eventuais alterações em seus controles de validação dos Direitos Creditórios quanto aos Critérios de Elegibilidade;

(k) não serão aceitos Direitos Creditórios devidos por um mesmo Cliente que representem percentual superior a 30% (trinta por cento) do valor total da respectiva Oferta de Direitos Creditórios;

(l) cada Oferta de Direitos Creditórios deverá perfazer um montante mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por Cedente, sendo que o valor individual mínimo por Direito Creditório deverá corresponder a R\$ 1.000,00 (um mil reais); e

(m) cada Oferta de Direitos Creditórios deverá ter prazos médios ponderados de vencimento não superiores a 90 (noventa) dias contados da Data de Faturamento, o que deverá ser observado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$PM_o = \frac{\sum_{d=1}^n (VN_i \times N_i)}{\sum_{d=1}^n VN_i}$$

PM_o	Prazo médio da Oferta de Direitos Creditórios, expresso em número de dias, obtido pelo arredondamento para cima do resultado da fórmula;
VN_i	Valor nominal de cada Direito Creditório ofertado;
N_i	Número de dias compreendidos entre a Data de Faturamento e a data de vencimento, inclusive, do Direito Creditório ofertado.

As aquisições dos Direitos Creditórios pelo **FUNDO** deverão ser realizadas de acordo com as regras estabelecidas no Contrato de Cessão e deverão atender, cumulativamente, às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade.

Na aquisição dos Direitos Creditórios, a **ADMINISTRADORA** deverá verificar e validar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** às Condições de Cessão e o **CUSTODIANTE** deverá verificar e validar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** aos Critérios de Elegibilidade.

Os Cedentes serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do **CUSTODIANTE** e da **ADMINISTRADORA** qualquer responsabilidade a esse respeito.

Na hipótese de o Direito Creditório Elegível perder qualquer Condição de Cessão ou Critério de Elegibilidade após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra a **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE** ou qualquer dos Cedentes, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o **FUNDO**, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra qualquer dos Cedentes, da plena titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

Nos 60 (sessenta) dias iniciais de funcionamento do **FUNDO**, os Critérios de Elegibilidade previstos nas letras “i” e “j” acima não serão obrigatoriamente observados. Entre o 61º (sexagésimo primeiro) e 120º (centésimo vigésimo) dia de funcionamento do **FUNDO**, aludidos Critérios de Elegibilidade deverão observar os seguintes limites: (i) o valor dos Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo **FUNDO** de um mesmo Cedente ainda não pagos por seus respectivos Clientes não poderá representar mais que 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**; e (ii) o total de Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo **FUNDO** relativos a um mesmo Cliente não poderá exceder 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no

Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas à política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir, associados ao investimento no **FUNDO**, aos Direitos Creditórios Elegíveis e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira:

a) Risco de falta de recursos para amortização e/ou pagamento de resgates: As principais fontes de recursos do **FUNDO** para efetuar a amortização de suas Quotas, em moeda corrente nacional, decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira. Após o recebimento destes recursos e, conforme o caso, depois de esgotados todos os meios de cobrança judicial ou extrajudicial dos referidos ativos, o **FUNDO** poderá não dispor dos valores necessários para efetuar a amortização e/ou de suas Quotas em moeda corrente nacional.

b) Risco relacionado a fatores macroeconômicos e regulatórios: Consiste no risco relativo aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do Governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar nos negócios do **FUNDO**. Além disso, o Governo Federal, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação dos Cedentes e Clientes dos Direitos Creditórios Elegíveis ou nos Direitos Creditórios originados pelos Cedentes ou, ainda, outros relacionados ao próprio **FUNDO**, o que poderá dificultar e/ou diminuir a origemação de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, a rentabilidade do **FUNDO**.

c) Descasamentos de taxas: O **FUNDO** aplicará suas disponibilidades financeiras preferencialmente em Direitos Creditórios e em Ativos Financeiros para compor sua Carteira de ativos. Considerando-se que o valor das Quotas será atualizado, dentro do permitido pela rentabilidade da Carteira, por um percentual da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos outros Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** e o *Benchmark*. Além disso, deve-se observar que os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo **FUNDO** mediante deságio calculado a taxas prefixadas e a distribuição dos resultados da Carteira do **FUNDO** para suas Quotas tem como parâmetro percentual da Taxa DI. A **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE**, os Cedentes e seus controladores, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não serão responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos de qualquer natureza sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações em razão de descasamentos de taxas.

d) Risco de liquidez: O **FUNDO** está sujeito a riscos de liquidez no tocante às amortizações e ao resgate final e/ou à aplicação nos Direitos Creditórios Elegíveis. O **FUNDO** pode não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate final de suas Quotas no caso de (i) falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da Carteira são negociados, e/ou (ii) condições atípicas de mercado. As aplicações do **FUNDO** em Direitos Creditórios Elegíveis apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para os Direitos Creditórios. Caso o **FUNDO** precise vender os Direitos Creditórios Elegíveis ou caso os Quotistas recebam tais Direitos Creditórios Elegíveis como pagamento de resgate ou amortização, (i) poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos Creditórios Elegíveis poderá resultar em perda para o **FUNDO** ou, conforme o caso, (ii) o

Quotista poderá enfrentar demora na cobrança dos valores devidos pelos Clientes. Não há, portanto, qualquer garantia ou certeza de que será possível ao **FUNDO** e aos Quotistas, conforme o caso, liquidar posições ou realizar os Direitos Creditórios Elegíveis, respectivamente, de sua Carteira ou propriedade, pelo preço e no momento desejados.

e) Riscos provenientes do uso de derivativos: A contratação, pelo **FUNDO**, de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao **FUNDO** e aos Quotistas.

f) Risco operacional: Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que o **CUSTODIANTE** e o **FUNDO** terão acesso irrestrito aos Documentos Representativos de Créditos ou que as trocas de informações entre os respectivos sistemas eletrônicos se darão livres de erros. Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pelos Cedentes podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos Creditórios Elegíveis e sua respectiva cobrança em caso de inadimplimento, prejudicando o desempenho do **FUNDO**. O **CUSTODIANTE** realizará auditoria periódica para verificar a regularidade dos Documentos Representativos de Crédito. Até a realização dessa auditoria, a Carteira do **FUNDO** poderá conter Direitos Creditórios Elegíveis cujos Documentos Representativos de Crédito apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo **FUNDO**, das prerrogativas decorrentes da titularidade de tais Direitos Creditórios Elegíveis.

g) Risco relacionado à cobrança judicial dos Direitos Creditórios: Os Cedentes, o **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** não serão responsáveis pela solvência dos Clientes devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis. O procedimento de cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos previsto no Anexo VII ao Regulamento não assegura que os valores devidos ao **FUNDO** relativos a tais Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos serão recuperados. Da mesma forma, não é possível assegurar a recuperação de valores devidos ao **FUNDO** relativos a Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos em eventual procedimento de cobrança judicial. Adicionalmente, os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do **FUNDO**, devendo ser suportados até o limite total de seu patrimônio líquido, sempre observado o que seja deliberado em Assembléia Geral de Quotistas. A **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE**, os Cedentes e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não serão responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos.

h) Não existência de garantia de eliminação de riscos: A realização de investimentos no **FUNDO** expõe o investidor aos riscos a que o **FUNDO** está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, as rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos das aplicações do **FUNDO** mantido pela **ADMINISTRADORA** poderá ter sua eficiência reduzida, de forma que não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para os Quotistas.

i) Risco decorrente da multiplicidade de Cedentes: O **FUNDO** está apto a adquirir Direitos Creditórios de titularidade de múltiplos Cedentes, ou seja, quaisquer indústrias com sede ou filial no Estado do Paraná que atendam aos Requisitos Aplicáveis aos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**, de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre os Cedentes e os respectivos Clientes podem não ser previamente identificados pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**. Caso os Direitos Creditórios Elegíveis não sejam pagos integralmente pelos respectivos Clientes em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o

Cliente e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto e/ou do serviço ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda e os respectivos Cedentes não restituam ao **FUNDO** o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos referidos Direitos Creditórios Elegíveis, os resultados do **FUNDO** poderão ser afetados negativamente.

j) Risco relacionado à não cobertura de Direitos Creditórios Elegíveis nos termos da Apólice de Seguro de Crédito: Além das hipóteses de exclusão e de suspensão da cobertura dos Direitos Creditórios Elegíveis pela Apólice de Seguro de Crédito expressamente previstas no Regulamento e neste Prospecto, a inobservância, pela **ADMINISTRADORA**, pelo **CUSTODIANTE** e/ou pelos Cedentes das respectivas obrigações previstas no Regulamento, nos Contratos de Cessão e/ou no Contrato de Custódia poderá resultar em não cobertura de Direitos Creditórios Elegíveis pela Apólice de Seguro de Crédito.

k) Inadimplência dos Clientes e não existência de co-obrigação ou garantia dos Cedentes pela solvência dos Direitos Creditórios Elegíveis: Os Cedentes serão responsáveis somente pela existência, certeza, exigibilidade e boa formalização dos respectivos Direitos Creditórios, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo seu pagamento ou pela solvência dos Clientes devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis. O **FUNDO** somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios Elegíveis sejam pagos pelos Clientes, diretamente em benefício do **FUNDO**, não havendo garantias de que as amortizações ou resgate das Quotas ocorrerão integralmente nas respectivas Datas de Amortização na hipótese de inadimplência, total ou parcial, por parte dos Clientes no pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis. Nessas hipóteses, não será devido pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

l) Risco de descontinuidade do FUNDO em razão da indisponibilidade de Direitos Creditórios: A política de investimento do **FUNDO** estabelece que o **FUNDO** destina-se, primordialmente, à aplicação em Direitos Creditórios. Neste sentido, a continuidade do **FUNDO** pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no **FUNDO**, em função da continuidade das operações regulares dos Cedentes e da capacidade desses de originar Direitos Creditórios para aquisição pelo **FUNDO**.

m) Risco de descontinuidade do FUNDO em razão do término de Contratos de Cessão: Nos termos dos Contratos de Cessão a serem celebrados entre os Cedentes e o **FUNDO**, os Cedentes não serão obrigados a ceder Direitos Creditórios ao **FUNDO** indefinidamente. Caso Cedentes que venham a ceder ao **FUNDO** Direitos Creditórios Elegíveis decidam terminar os respectivos Contratos de Cessão de forma a inviabilizar a aquisição, pelo **FUNDO**, de Direitos Creditórios que possibilitem o atendimento da política de investimento do **FUNDO** prevista no Regulamento, e a Assembléia Geral de Quotistas do **FUNDO** não resolva continuar as atividades do **FUNDO** mediante alteração do Regulamento, de forma que o objetivo do **FUNDO** passe a ser a aquisição de outros direitos creditórios que não os Direitos Creditórios, o **FUNDO** poderá ter que ser liquidado antecipadamente, sendo que, neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos quando da liquidação antecipada do **FUNDO** com a mesma remuneração proporcionada pelo **FUNDO**. Nessa hipótese, não será devida pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA**, pelo **CUSTODIANTE** ou pelos Cedentes, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

n) Risco de descontinuidade do FUNDO em razão da amortização e/ou resgate de Quotas: Conforme previsto no Regulamento, o **FUNDO** poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às Datas de Amortização ou à Data de Resgate. Deste modo, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo **FUNDO**, não

sendo devida pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA**, pelo **CUSTODIANTE** ou pelos Cedentes, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

o) Risco da concentração da Carteira: O **FUNDO** poderá estar sujeito ao risco de concentração de suas aplicações em Direitos Creditórios Elegíveis contra um determinado Cliente dos Cedentes que venham a ceder Direitos Creditórios ao **FUNDO**. Caso os Clientes devedores de Direitos Creditórios Elegíveis deixem de cumprir com as suas obrigações referentes a tais Direitos Creditórios Elegíveis, os resultados do **FUNDO** poderão ser afetados negativamente.

p) Riscos relacionados ao recebimento dos pagamentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis: Os Cedentes poderão eventualmente receber diretamente recursos decorrentes do pagamento dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis, de maneira que os valores decorrentes de pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis não sejam tempestiva ou integralmente repassados ao **FUNDO**, o que poderá resultar em perdas, afetando negativamente os resultados do **FUNDO**.

q) Riscos do mercado secundário: O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Quotas só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas Quotas, terá de aliená-las no mercado secundário, mercado este que, no Brasil, não apresenta liquidez certa, o que pode acarretar dificuldades na alienação das Quotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao Quotista.

r) Risco de mercado: O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do **FUNDO** pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado que podem resultar de notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Em caso de queda do valor dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, o patrimônio do **FUNDO** pode ser afetado. A queda nos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

s) Riscos relacionados à precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira: A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do **FUNDO**.

t) Risco de crédito: Consiste no risco dos emissores dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do **FUNDO** não cumprirem com suas obrigações de pagar pontual e integralmente. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem acarretar oscilações no preço de negociação e liquidez dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do **FUNDO**. O **FUNDO** poderá, ainda, incorrer em risco de crédito quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do **FUNDO**. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações da Carteira do **FUNDO**, o **FUNDO** poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

u) Riscos relacionados a falhas de envio de correspondência eletrônica para notificar os Clientes dos Cedentes: A notificação aos Clientes a respeito da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis pelos respectivos Cedentes ao **FUNDO**, para os fins do artigo 290 do Código Civil, será feita mediante envio de correspondência eletrônica. O mecanismo de notificação acima referido está sujeito a riscos como interrupções nos sistemas eletrônicos de comunicação, problemas oriundos de falhas e/ou intervenções de qualquer prestador de serviços de comunicação eletrônica ou de outra natureza e, ainda, falhas na disponibilidade de envio da notificação eletrônica. Em se constatando quaisquer problemas com o envio da notificação eletrônica, a **ADMINISTRADORA** notificará o Cliente sobre a cessão dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis ao **FUNDO** por meio de fac-símile ou qualquer outra forma de correspondência que possa evidenciar o seu recebimento. Nessas hipóteses, a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis não terá eficácia em relação aos respectivos Clientes até a sua efetiva notificação pela **ADMINISTRADORA**, sendo possível que tais Clientes continuem a efetuar o pagamento de seus débitos referentes a Direitos Creditórios Elegíveis aos respectivos Cedentes até que sejam notificados.

v) Outros Riscos: Apesar da Carteira do **FUNDO** ser constituída, predominantemente, por Direitos Creditórios Elegíveis, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre tais Direitos Creditórios Elegíveis. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

Não obstante a diligência da **ADMINISTRADORA** em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos aos riscos elencados acima e, mesmo que a **ADMINISTRADORA** mantenha rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO**, e conseqüentemente para os Quotistas.

A **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE** e os Cedentes, bem como controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não serão responsáveis pela eventual depreciação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira ou por quaisquer perdas ou prejuízos que venham a ser suportados pelo **FUNDO** e seus Quotistas. As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia da **ADMINISTRADORA**, do **CUSTODIANTE**, dos Cedentes, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

TAXAS

A **ADMINISTRADORA** receberá, pelos serviços de administração do **FUNDO**, gestão da Carteira e distribuição de Quotas do **FUNDO**, taxa de administração equivalente ao percentual anual de 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento), incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO** ("Remuneração").

A Remuneração da **ADMINISTRADORA** é calculada e provisionada por dia útil, com base (i) no percentual sobre o valor diário do patrimônio líquido do **FUNDO** mencionado acima; (ii) no valor fixo definido *pro rata* dia útil; e (iii) nas demais informações contidas no artigo 103 do Regulamento, e será paga mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, de acordo com a seguinte fórmula:

$$TA_t = \left[\frac{Tx}{252} \times PL_{t-1} \right]$$

TA_t	Valor da Remuneração da ADMINISTRADORA , calculada na data “t”;
Tx	Taxa de Administração fixada em 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano;
PL_{t-1}	Valor do patrimônio líquido do FUNDO , apurado para o dia útil imediatamente anterior à data “t”;

A **ADMINISTRADORA** poderá destinar parcela da Remuneração para pagamento de prestadores de serviço contratados pelo **FUNDO**, sendo que o pagamento desses serviços será realizado diretamente pelo **FUNDO**, sendo deduzido do valor devido à **ADMINISTRADORA** a título de Remuneração, razão pela qual o somatório destes pagamentos não poderá excedê-la.

A **ADMINISTRADORA** não receberá taxa de performance.

Não há taxas de ingresso e/ou de saída.

ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do **FUNDO**, além da Remuneração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela **ADMINISTRADORA**:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da **ADMINISTRADORA**;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o **FUNDO** venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira do **FUNDO**;
- i) despesas com a contratação de Agência de *Rating*;
- j) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas como representante dos Quotistas; e
- k) despesas com as taxa de registro e anuidades da CETIP e BOVESPA.

As despesas decorrentes de serviços de consultoria relativamente à análise e seleção dos Ativos Financeiros para integrar a Carteira do **FUNDO**, bem como quaisquer outras não previstas como encargos do **FUNDO**, devem correr por conta da **ADMINISTRADORA**. O pagamento dessas despesas pode ser efetuado diretamente pelo **FUNDO** à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da taxa de administração cobrada pela **ADMINISTRADORA**.

TRIBUTAÇÃO

O disposto a seguir foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao **FUNDO**. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual o Quotista deve consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no **FUNDO**.

TRIBUTAÇÃO SOBRE O FUNDO

IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS ("IOF/TÍTULOS")

As aplicações realizadas pelo **FUNDO** estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

CPMF

As operações realizadas pelo **FUNDO**, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo **FUNDO** no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira são isentos do Imposto de Renda.

TRIBUTAÇÃO SOBRE OS QUOTISTAS

IOF/TÍTULOS

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, amortização, cessão ou repactuação das Quotas do **FUNDO**, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do **FUNDO**, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% (zero por cento) do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do **FUNDO** efetuadas com recursos detidos (i) nas contas correntes de depósito a vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); e (ii) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento).

Imposto de Renda

O imposto de renda aplicável ao Quotista do **FUNDO** tomará por base três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (i) a cessão ou

alienação de Quotas; (ii) o resgate em virtude da liquidação ou do término do prazo do **FUNDO**; e (iii) a amortização de Quotas do **FUNDO**.

I. Cessão ou Alienação de Quotas

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15% (quinze por cento).

Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do imposto de renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Resgate em Virtude da Liquidação do **FUNDO** ou do Término de seu Prazo

Na situação de resgate de Quotas em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação do **FUNDO**, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado conforme a seguir descrito.

A Carteira do **FUNDO** será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância ao disposto na legislação aplicável.

Caso a Carteira do **FUNDO** seja classificada como de longo prazo, ou seja, tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o Quotista será tributado conforme as seguintes alíquotas: (i) 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias; (ii) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias; (iii) 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias e (iv) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

Caso a Carteira do **FUNDO** seja classificada como de curto prazo, ou seja, tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o Quotista será tributado à alíquota de 20% (vinte por cento), ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, à alíquota de 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento).

III. Amortização de Quotas

No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos integrantes da Carteira, às alíquotas regressivas mencionadas, definidas em função do prazo do investimento do Quotista respectivo.

DIREITOS E OBRIGAÇÕES ASSOCIADOS ÀS QUOTAS

O **FUNDO** poderá apresentar séries de Quotas Sênior com direitos e obrigações diferentes, tais como prazos e regras de amortização distintas dentro do prazo de duração do **FUNDO**.

A Primeira Série é composta por Quotas Sênior, não havendo divisão em subclasses. Observado o abaixo disposto, as características, os direitos e obrigações das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas serão idênticos.

As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do **FUNDO** e serão divididas em duas únicas classes, sendo uma classe de Quotas Sênior e uma classe de Quotas Subordinadas, não

havendo divisão em subclasses. Todas as Quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, as quais caracterizarão a qualidade de Quotista do **FUNDO**.

As Quotas do **FUNDO** terão direito de voto, sendo que cada Quota corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do **FUNDO**.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

As Quotas serão avaliadas trimestralmente por Agência de *Rating*.

Sem prejuízo do disposto no Regulamento, caso ocorra o rebaixamento da classificação de risco atribuída às Quotas do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - comunicação a cada Quotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico; e

II - envio a cada Quotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da Agência de *Rating*.

RAZÃO DE GARANTIA

A Razão de Garantia será de 90% (noventa por cento), ou seja, o **FUNDO** deverá ter, na Primeira Data de Emissão, 10% (dez por cento) de seu patrimônio representado por Quotas Subordinadas. Após a Primeira Data de Emissão o **FUNDO** deverá manter, no mínimo, 10% (dez por cento) de seu patrimônio representado por Quotas Subordinadas.

A Razão de Garantia será apurada diariamente pela **ADMINISTRADORA** durante o prazo de duração do **FUNDO** e será acessível aos Quotistas do **FUNDO**, mensalmente, através do *síte* da **ADMINISTRADORA** (<http://www.concordia.com.br/>).

Somente será caracterizado o descumprimento da Razão de Garantia caso o valor das Quotas Subordinadas represente menos que 8% (oito por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos.

EMIÇÃO DE NOVAS SÉRIES

A emissão de novas séries de Quotas do **FUNDO** dependerá de aprovação dos Quotistas, conforme quorum de deliberação previsto no Capítulo XIX do Regulamento. A emissão de novas séries de Quotas do **FUNDO** não poderá resultar em alteração da relação entre o valor das Quotas Sênior e o valor das Quotas Subordinadas, conforme apurada no dia anterior à data de emissão da nova série de Quotas.

Poderá ser realizada a distribuição concomitante de séries distintas de Quotas do **FUNDO**, em quantidades e condições previamente estabelecidas nos respectivos anúncio de início de distribuição e boletins de subscrição, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução 356.

As emissões de novas séries de Quotas do **FUNDO** poderão prever amortizações periódicas, conforme disposto em cada emissão.

PREFERÊNCIA NA AMORTIZAÇÃO E RESGATE

As Quotas Sênior têm preferência na amortização e resgate, nos termos do Regulamento e da legislação.

Somente após este pagamento da amortização das Quotas Sênior será feito o pagamento do resgate das Quotas Subordinadas.

As amortizações das Quotas Sênior serão realizadas nos termos descritos no item “Amortizações” deste Prospecto.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE QUOTAS

No ato da subscrição das Quotas, o subscritor (i) assinará boletim de subscrição, que será autenticado pela **ADMINISTRADORA** ou terceiro devidamente habilitado que venha a ser contratado pela **ADMINISTRADORA** para distribuir Quotas do **FUNDO**; e (ii) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, declarando, por meio da assinatura do Termo de Adesão, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira e à Remuneração da **ADMINISTRADORA** e (b) dos riscos inerentes ao investimento no **FUNDO**, conforme descritos no Capítulo XVI do Regulamento e neste Prospecto.

Do boletim de subscrição de Quotas do **FUNDO** constarão as seguintes informações:

I - nome e qualificação do subscritor;

II - número e classe de Quotas subscritas; e

III - preço e condições para sua integralização.

As Quotas do **FUNDO** terão seus valores calculados todo dia útil.

Na subscrição das Quotas do **FUNDO**, deverá ser utilizado o valor da Quota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências, conforme será definido nos respectivos boletins de subscrição.

O preço de subscrição das Quotas do **FUNDO** poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

As Quotas do **FUNDO** deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos nos respectivos anúncio de início de distribuição e boletins de subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, parágrafo 1º e incisos I a VIII, da Instrução 356. Eventual saldo não colocado de Quotas será cancelado antes do referido prazo ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação à CVM, nos termos do disposto na regulamentação aplicável.

A integralização de Quotas do **FUNDO** poderá ser efetuada por meio de débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, observado que nas respectivas datas de integralização as Quotas de uma mesma série terão valor unitário idêntico entre si. Não serão admitidas integralizações de Quotas do **FUNDO** em Direitos Creditórios.

Para o cálculo do número de Quotas a que terá direito cada investidor, não serão deduzidas do valor entregue à **ADMINISTRADORA** quaisquer taxas ou despesas.

RESGATES

O **FUNDO** é um fundo fechado, ou seja, não haverá resgate de Quotas, a não ser pelo término do prazo de duração do **FUNDO**, amortização de Quotas Sênior ou liquidação antecipada do **FUNDO**, respeitadas as amortizações previstas neste Prospecto. No resgate de Quotas será utilizado o valor da Quota de abertura em vigor no dia do pagamento respectivo. Os resgates de Quotas poderão ser efetuados em ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Excepcionalmente, as Quotas Sênior poderão ser resgatadas antes do prazo previsto para encerramento do **FUNDO**. Tal possibilidade existirá somente para Quotistas Dissidentes em decisão de assembléia geral de quotistas convocada para deliberar sobre a liquidação antecipada do **FUNDO**, pelo valor apurado das mesmas, conforme estabelecido neste Prospecto.

As Quotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas após a amortização total resgate de todas as Quotas Sênior.

As Quotas Subordinadas serão resgatadas na Data de Resgate das Quotas Sênior, observado o disposto acima.

Caso na Data de Resgate das Quotas Sênior o **FUNDO** ainda tenha valores a receber oriundos de indenizações a serem pagas pela Seguradora em virtude de sinistros ocorridos nos últimos 135 (cento e trinta e cinco) dias imediatamente anteriores à Data de Resgate das Quotas Sênior, o resgate das Quotas Subordinadas deverá observar o seguinte procedimento: (i) as Quotas Subordinadas terão seu valor amortizado parcialmente e de forma *pro rata*, mediante a utilização dos recursos do **FUNDO** disponíveis em caixa, observadas as disposições do artigo 59 do Regulamento; e (ii) o resgate das Quotas Subordinadas deverá ser postergado pelo prazo máximo de 135 (cento e trinta e cinco) dias, ou seja, até a data de pagamento da última indenização devida pela Seguradora ao **FUNDO**, observado que durante esse período os valores eventualmente recebidos pelo **FUNDO** a título de indenização deverão ser utilizados para amortização das Quotas Subordinadas.

O pagamento do resgate deverá ser feito no quinto dia do mês, observado o cronograma disposto neste Prospecto. Se a data prevista para pagamento do resgate cair em dia não útil na praça em que a **ADMINISTRADORA** está sediada, tal pagamento será efetivado no 1º dia útil subsequente.

RESGATES EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Admite-se o resgate de Quotas em Direitos Creditórios nas seguintes hipóteses:

- Quotas Sênior: liquidação antecipada do **FUNDO**, descritas no item “Situações Especiais - Eventos de Liquidação Antecipada”.
- Quotas Subordinadas: em qualquer hipótese.

Durante a vigência da CPMF, os resgates em Direitos Creditórios Elegíveis devem observar o seguinte procedimento: a amortização e o resgate de Quotas será efetivado por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil simultaneamente à compra, pelo Quotista, de Direitos Creditórios Elegíveis em valor correspondente ao líquido amortizado ou resgatado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Qualquer entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros nos termos do *caput* do artigo 54 do Regulamento será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Quotas detido por cada Quotista na ocasião e observados os procedimentos definidos no Capítulo XIII do Regulamento do **FUNDO**.

De acordo com o disposto no Regulamento e neste Prospecto, as Quotas Sênior terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Sênior.

Respeitando o disposto no Regulamento, a Assembléia Geral de Quotistas deverá deliberar sobre os procedimentos para entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** para fins de pagamento de resgate das Quotas do **FUNDO** ainda em circulação.

Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos para entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos Creditórios Elegíveis e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** serão entregues aos Quotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada um sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a **ADMINISTRADORA** estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o **FUNDO** perante as autoridades competentes.

A **ADMINISTRADORA** deverá notificar os Quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da **ADMINISTRADORA** perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador para o condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas em circulação.

O **CUSTODIANTE** e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da notificação referida acima, dentro do qual o administrador do condomínio eleito pelos Quotistas ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos acima referidos, indicará à **ADMINISTRADORA** e ao **CUSTODIANTE**, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**. Expirado este prazo, a **ADMINISTRADORA** poderá promover a consignação dos Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

AMORTIZAÇÕES

As emissões de Quotas Sênior do **FUNDO** poderão prever amortizações periódicas, conforme disposto em cada processo de emissão de novas séries de Quotas Sênior.

As Quotas Sênior da Primeira Série serão amortizadas mensalmente, a partir do 25º mês de duração do **FUNDO**.

O pagamento das amortizações das Quotas Sênior da Primeira Série deverá observar o pagamento proporcional de principal e juros e deverá ser realizado nas seguintes datas:

Parcela	Mês	Data de Amortização
1	25	05/05/2009
2	26	05/06/2009
3	27	05/07/2009
4	28	05/08/2009
5	29	05/09/2009
6	30	05/10/2009

Parcela	Mês	Data de Amortização
7	31	05/11/2009
8	32	05/12/2009
9	33	05/01/2010
10	34	05/02/2010
11	35	05/03/2010
12	36	05/04/2010

Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas Sênior deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas Sênior, em benefício de todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior do **FUNDO**.

A amortização das Quotas Sênior de quaisquer séries do **FUNDO** poderá ocorrer antes do prazo previsto para cada série de Quotas Sênior na ocorrência das seguintes hipóteses:

I - impossibilidade de enquadramento do **FUNDO** à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios; ou

II - caso a relação entre o valor das Quotas Sênior e o patrimônio líquido do **FUNDO** seja superior a 92% (noventa e dois por cento), ou seja, na hipótese de o somatório dos valores das Quotas Subordinadas representar percentual igual ou menor a 8% (oito por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**;

A antecipação do início da amortização das Quotas Sênior da Primeira Série do **FUNDO** nas hipóteses previstas nos incisos I e II acima será operacionalizada nos termos do disposto no Capítulo XIV do Regulamento.

As amortizações de Quotas Sênior do **FUNDO** poderão ser efetuadas em ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

O pagamento das amortizações deverá ser feito no quinto dia de cada mês, observado o cronograma disposto neste Prospecto. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a **ADMINISTRADORA** está sediada, tal pagamento será efetivado no 1º dia útil subsequente.

As Quotas Subordinadas do **FUNDO** não terão seus valores amortizados.

AMORTIZAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

A **ADMINISTRADORA** poderá realizar, mediante autorização da Assembléia Geral de Quotistas, a Amortização Extraordinária de Quotas Sênior em circulação, pelo valor atualizado das Quotas Sênior em circulação, calculado de acordo com os critérios previstos no Regulamento, exclusivamente na hipótese de impossibilidade de enquadramento do **FUNDO** à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios; e/ou no caso da relação entre o valor das Quotas Sênior e o patrimônio líquido do **FUNDO** for superior a 92% (noventa e dois por cento), ou seja, na hipótese do somatório dos valores das Quotas Subordinadas representarem percentual igual ou menor a 8% (oito por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

A Assembléia Geral de Quotistas referida acima será convocada pela **ADMINISTRADORA** dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem verificados os desenquadramentos referidos acima.

Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária de Quotas, todos os Quotistas serão informados sobre o valor total envolvendo a Amortização Extraordinária em referência. Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas, de forma proporcional e em igualdade de condições.

RESERVA DE LIQUIDEZ

A **ADMINISTRADORA** deverá constituir Reserva de Liquidez:

(a) 30 (trinta) dias corridos antes de qualquer Data de Amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Liquidez Ativos Financeiros em valor equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor estimado pela **ADMINISTRADORA** para realizar o pagamento da amortização programada de Quotas Sênior; e

(b) 15 (quinze) dias corridos antes de qualquer Data de Amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Liquidez Ativos Financeiros em valor equivalente a 100% do valor estimado pela **ADMINISTRADORA** para realizar o pagamento da amortização programada de Quotas Sênior.

Durante o período de constituição da Reserva de Liquidez, a **ADMINISTRADORA** deverá segregar e manter destacadas na contabilidade do **FUNDO** as disponibilidades diárias referentes ao pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros da Carteira, as quais serão destinadas ao pagamento das parcelas de amortização das Quotas Sênior em cada Data de Amortização.

Caso a **ADMINISTRADORA** verifique uma piora no padrão de inadimplência da Carteira, deverá acelerar a formação da Reserva de Liquidez pelo menos na mesma proporção da piora observada.

A amortização das Quotas Sênior deverá respeitar a relação entre o valor das Quotas Sênior e o valor das Quotas Subordinadas, conforme apurada no dia anterior à Data de Amortização.

CRITÉRIOS PARA APURAÇÃO DO VALOR DAS QUOTAS

A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, sendo que tal valor será o valor apurado da seguinte maneira:

$$VQSr_t = [VQSr_{t-1} - (B \times AQSr_{t-1})] \times \left[(DI_{t-1} \times MRQSr)^{\frac{1}{252}} \right]$$

$VQSr_t$	Valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, calculado para a data "t";
$VQSr_{t-1}$	Valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, calculado no dia útil imediatamente anterior à data "t". No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte a Primeira Data de Emissão, $VQSr_{t-1}$ será igual a R\$ 10.000,00;
B	Igual a 1 (um) em todo dia seguinte a uma Data de Amortização. Igual a 0 (zero) em qualquer outro dia;
$AQSr_{t-1}$	Valor da amortização de cada Quota Sênior no dia útil imediatamente anterior à data "t";

DI_{t-1}	Taxa DI, calculada e divulgada na data “t” com base nas informações referentes ao dia útil imediatamente anterior;
$MRQSr$	<i>Benchmark</i> das Quotas Sênior. Para a Primeira Série de Quotas Sênior, o <i>Benchmark</i> corresponderá a 106% (cento e seis por cento) da Taxa DI.

ou, na hipótese de o valor das Quotas Subordinadas em circulação ser igual a 0 (zero), cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, sendo que tal valor será apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQSr_t = \frac{PL_t}{NQSr_t}$$

$VQSr_t$	Valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, calculado para a data “t”;
PL_t	Valor do patrimônio líquido do FUNDO , apurado para a data “t”;
$NQSr_t$	Número total de Quotas Sênior em circulação.

A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, sendo que tal valor será equivalente ao resultado da divisão do valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, apurado para o respectivo dia, deduzido do valor atualizado de todas as Quotas Sênior em circulação na ocasião, apurado conforme o disposto acima, pelo número total de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de apuração, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VQSub_t = \frac{PL_t - (VQSr_t \times NQSr_t)}{NQSub_t}$$

$VQSub_t$	Valor de cada Quota Subordinada para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, calculado para a data “t”;
PL_t	Valor do patrimônio líquido do FUNDO , apurado para a data “t”;
$VQSr_t$	Valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, na data “t”;
$NQSr_t$	Número total de Quotas Sênior em circulação;
$NQSub_t$	Número total de Quotas Subordinadas em circulação.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA

Para efeito da determinação do valor da Carteira, devem ser observados as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor e no Capítulo IX do Regulamento.

Os ativos da Carteira do **FUNDO** terão seus valores calculados todo dia útil, mediante a utilização de metodologia de apuração do valor dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**, de acordo com critérios consistentes e

passíveis de verificação, amparados por informações internas e externas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, adotando-se o valor de mercado, quando houver, e que sejam observadas as regras aplicáveis editadas pelo Banco Central do Brasil e da CVM e pelas legislações vigentes.

O Contrato de Custódia indicará os critérios e a metodologia adotados pelo **CUSTODIANTE** para apuração do valor dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**.

Eventuais prejuízos resultantes do descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos Creditórios Elegíveis pelos respectivos Clientes e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** que excedam (i) o valor da Reserva de Inadimplência e (ii) os valores cobertos pela Apólice de Seguro de Crédito serão atribuídos às Quotas Subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedida a referida somatória, eventuais prejuízos resultantes da inadimplência dos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da Carteira do **FUNDO** serão atribuídos às Quotas Sênior.

Na hipótese de ser atingido o *Benchmark* das Quotas Sênior, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às Quotas Subordinadas, razão pela qual estas poderão apresentar valores diferentes das Quotas Sênior.

Os Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos terão seu valor contábil provisionado pelo **FUNDO** em observância à tabela abaixo:

Atraso (dias)	Provisão
no 15º dia	15%
no 30º dia	20%
no 135º dia	100%

Em qualquer hipótese de liquidação antecipada do **FUNDO** mediante a entrega de Direitos Creditórios Elegíveis, todos os Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos serão considerados, os respectivos valores contábeis previstos acima.

As demonstrações financeiras anuais do **FUNDO** terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO

As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade expedidas pela CVM.

As demonstrações financeiras do **FUNDO** serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar do relatório a ser divulgado os seguintes itens:

I - Parecer dos auditores independentes opinando se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do **FUNDO**, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

II - Demonstrações financeiras, contendo o balanço analítico e a evolução do patrimônio líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e

III - Notas explicativas julgadas necessárias para interpretação das demonstrações financeiras. As notas explicativas deverão contemplar, no mínimo, informações sobre o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** e os respectivos valores de custo e, caso aplicável, de mercado, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

O exercício social do **FUNDO** terá duração de 1 (um) ano, com início em 31 de março.

Enquanto a CVM não editar as normas referidas acima, aplicar-se-ão ao **FUNDO** as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo Banco Central do Brasil.

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

Em relação às Quotas representativas do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, deve ser observado que:

Serão distribuídas até 11.700 (onze mil e setecentas) Quotas Sênior e até 1.300 (um mil e trezentas) Quotas Subordinadas, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

O valor mínimo de subscrição inicial da Primeira Série de Quotas do **FUNDO** é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), havendo um limite máximo de subscrição por investidor de até 20% (vinte por cento) das Quotas Sênior da Primeira Série ofertadas publicamente.

Não há limite máximo de subscrição para as Quotas Subordinadas.

A Primeira Série de Quotas Sênior terá prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da Primeira Data de Emissão.

As Quotas Sênior da Primeira Série do **FUNDO** serão objeto de distribuição pública, a ser conduzida pela **ADMINISTRADORA** e/ou terceiros devidamente habilitados contratados pela **ADMINISTRADORA** para tanto, nos termos da Instrução 356. O Anúncio de Início apresentará os termos e condições da Oferta, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas Sênior da Primeira Série, observado o disposto neste Prospecto e no Regulamento. Eventual saldo não colocado de Quotas Sênior da Primeira Série será cancelado antes do respectivo prazo de colocação ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação do referido prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

A critério da **ADMINISTRADORA**, atingido o valor mínimo de distribuição de 50% (cinquenta por cento) das Quotas Sênior da Primeira Série e de novas séries de Quotas emitidas, poderá se dar por encerrado o respectivo período de distribuição, de forma que o saldo não colocado de Quotas da Primeira Série ou de novas séries de Quotas poderá ser cancelado antes do prazo de colocação.

A **ADMINISTRADORA** deverá observar, inclusive na hipótese acima, (i) a Razão de Garantia, em se tratando da distribuição de Quotas Sênior da Primeira Série; e (ii) a relação entre o valor das Quotas Sênior e o valor das Quotas Subordinadas apurada no dia útil anterior à data de emissão da nova série de Quotas.

Na hipótese de descumprimento pela **ADMINISTRADORA** do disposto no parágrafo acima, deverão ser observados os procedimentos descritos nos artigos 35 e 91 do Regulamento.

As informações relativas aos custos de distribuição, tais como (i) a porcentagem em relação ao preço unitário de distribuição; (ii) a comissão de coordenação; (iii) a comissão de colocação; (iv) outras comissões; (v) o custo unitário de distribuição; e (vi) outros custos estão descritas no Anexo I deste Prospecto.

NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

As Quotas representativas do patrimônio do **FUNDO** terão registro para negociação no mercado secundário na BOVESPA, no ambiente de negociação Soma Fix. A critério da **ADMINISTRADORA**, esta poderá, adicionalmente, promover o registro também no ambiente Bovespa Fix da Bovespa e na CETIP.

Na hipótese de negociação das Quotas em operações no mercado secundário, caberá aos intermediários assegurar que a aquisição de Quotas somente seja feita por investidores qualificados.

As Quotas do **FUNDO** não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

PROCEDIMENTOS DE OFERTA E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Cada aquisição de Direitos Creditórios pelo **FUNDO** será considerada formalizada e regular após a verificação cumulativa dos seguintes eventos, de acordo com os termos e condições de cada Contrato de Cessão: (a) verificação e validação, pelo **CUSTODIANTE** ou pela **ADMINISTRADORA**, conforme o caso, do atendimento dos Direitos Creditórios em negociação às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade; (b) envio, pelo **CUSTODIANTE**, ao **FUNDO**, do Termo de Cessão; (c) envio, pelo **FUNDO** aos respectivos Cedentes, do Termo de Cessão assinado pela **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**, sendo admitido que as assinaturas sejam realizadas por meio de processo de certificação digital; (d) assinatura do Termo de Cessão pelos Cedentes, sendo admitido que as assinaturas sejam realizadas por meio de processo de certificação digital; e (e) pagamento, pelo **CUSTODIANTE**, em nome e por conta do **FUNDO**, aos Cedentes, do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis.

Cada data em que for verificado o cumprimento cumulativo dos eventos referidos nas alíneas (a) a (d) acima será designada como uma "Data de Aquisição".

Para cada operação de aquisição de Direitos Creditórios pelo **FUNDO**, deverão ser observados os seguintes procedimentos, sem prejuízo do disposto nos respectivos Contratos de Cessão:

I - Os Cedentes deverão apresentar Ofertas de Direitos Creditórios à **ADMINISTRADORA**, a partir da data de assinatura do respectivo Contrato de Cessão, por meio eletrônico ou por qualquer outro meio admitido pela **ADMINISTRADORA**;

II – Os Direitos Creditórios objeto de cada Oferta de Direitos Creditórios serão submetidos à avaliação da **ADMINISTRADORA** e do **CUSTODIANTE**, sendo que a **ADMINISTRADORA** deverá validar o atendimento dos Direitos Creditórios objeto de cada Oferta de Direitos

Creditórios às Condições de Cessão e o **CUSTODIANTE** deverá validar o atendimento destes aos Critérios de Elegibilidade;

III - Serão desconsiderados da Oferta de Direitos Creditórios e, portanto, estarão livres para o respectivo Cedente os Direitos Creditórios: (a) que não atendam às Condições de Cessão e/ou aos Critérios de Elegibilidade; (b) cujo respectivo Termo de Cessão não seja assinado pelo Cedente até às 14:30hs (quatorze horas e trinta minutos) da Data de Conclusão da Validação dos Direitos Creditórios; e/ou (c) cuja aquisição não atenda aos interesses do **FUNDO**, a exclusivo critério da **ADMINISTRADORA**;

IV – Na hipótese de verificação, pelo **CUSTODIANTE** ou pela **ADMINISTRADORA**, conforme o caso, do atendimento pelos Direitos Creditórios às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, e caso a aquisição dos referidos Direitos Creditórios seja do interesse do **FUNDO**, a critério da **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE** deverá, na Data de Conclusão da Validação dos Direitos Creditórios: (a) encaminhar os Termos de Cessão ao **FUNDO**, por meio eletrônico, fac-símile ou por qualquer outro meio de correspondência impressa relatório contendo a relação dos Direitos Creditórios que serão necessariamente cedidos ao **FUNDO** e o respectivo Preço de Cessão; e (b) providenciar a formalização do Termo de Cessão mediante assinatura pela **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**, e pelo respectivo Cedente, sendo admitido que tais assinaturas sejam realizadas por meio de processo de certificação digital. O Termo de Cessão corresponderá à formalização e aceitação, pelo **FUNDO** e pelos Cedentes, da aquisição dos Direitos Creditórios ali indicados pelo **FUNDO** e regulará cada operação de aquisição de Direitos Creditórios entre cada um dos Cedentes e o **FUNDO**, nos termos estabelecidos no Contrato de Cessão;

V – O **CUSTODIANTE** realizará o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis a cada Cedente nos termos da Seção “Pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis e Prêmio de Adimplemento” abaixo, sendo que cada data em que seja realizado tal pagamento será designada como uma “Data de Pagamento”; e

VI – Em até 20 (vinte) dias corridos contados da assinatura de cada Termo de Cessão por seu respectivo Cedente, a **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**, providenciará: (a) o registro de cada Termo de Cessão assinado no(s) competente(s) Cartório(s) de Registro de Títulos e Documentos, ou (b) a lavratura de cada Termo de Cessão, por instrumento público, no Tabelião de Notas, ou (c) o registro de cada Termo de Cessão por meio de qualquer outro mecanismo admitido em lei e que produza os mesmos efeitos alcançados pelos meios de registro referidos nas alíneas (a) e (b) acima, a critério da **ADMINISTRADORA** (cada, um “Termo de Cessão Registrado”).

Será resolvida a cessão (i) de todo e qualquer Direito Creditório Elegível que venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de ônus, gravame ou encargo constituído sobre tal Direito Creditório Elegível previamente à aquisição do mesmo pelo **FUNDO**, (ii) de todo e qualquer Direito Creditório Elegível sem origem legal ou sem amparo em Documentos Representativos de Crédito; (iii) de todo e qualquer Direito Creditório Elegível que não seja pago integralmente pelo respectivo Cliente devedor em decorrência de (a) defeito ou vício do produto ou da prestação dos serviços referentes ao Direito Creditório Elegível ou (b) devolução do produto referente ao Direito Creditório Elegível que resulte no cancelamento da venda de tal produto. Quando da ocorrência de qualquer evento de resolução de cessão, conforme indicados acima, os Cedentes serão obrigados a restituir ao **FUNDO** o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos Direitos Creditórios Elegíveis cuja cessão tenha sido resolvida, valor este a ser calculado de acordo com o disposto no Contrato de Cessão.

Para fins do disposto no artigo 290 do Código Civil Brasileiro, a notificação dos Clientes a respeito da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis será feita pela **ADMINISTRADORA** mediante o envio de correspondência eletrônica. Em havendo quaisquer problemas com o envio da referida notificação eletrônica a qualquer Cliente, a **ADMINISTRADORA** deverá notificar o

referido Cliente por meio do envio de fac-símile ou qualquer outra forma de correspondência que evidencie seu recebimento.

O **FUNDO** poderá, a seu exclusivo critério, recusar Ofertas de Direitos Creditórios.

O **CUSTODIANTE** contratou a Depositária para realizar a custódia física dos Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis e de cada Termo de Cessão Registrado, de acordo com o disposto no Contrato de Depósito celebrado entre o **CUSTODIANTE**, o **FUNDO** e a Depositária, cuja minuta é parte integrante do Regulamento como Anexo IV.

A contratação, pelo **CUSTODIANTE** e pelo **FUNDO**, da Depositária não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência e/ou controle, pela Depositária e/ou pelos respectivos Cedentes, sobre os Direitos Creditórios Elegíveis, tampouco eximirá o **CUSTODIANTE** de suas obrigações de custódia, conforme previstas no Contrato de Custódia celebrado entre o **FUNDO** e o **CUSTODIANTE** e na regulamentação em vigor.

PAGAMENTO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E PRÊMIO DE ADIMPLEMENTO

O pagamento do Preço de Aquisição pelo **FUNDO** aos respectivos Cedentes será efetuado em observância aos seguintes critérios: (a) caso o Termo de Cessão seja assinado e entregue pelo Cedente à **ADMINISTRADORA** até às 14:30h (quatorze horas e trinta minutos) do dia útil subsequente à respectiva Data de Conclusão da Validação dos Direitos Creditórios ("D+1"), o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Cedente, calculado no mesmo dia da respectiva Data de Conclusão da Validação dos Direitos Creditórios, será realizado até às 16:00h de D+1; e (b) caso o Termo de Cessão não seja assinado e/ou entregue pelo respectivo Cedente à **ADMINISTRADORA** até às 14:30h (quatorze horas e trinta minutos) de D+1, os Direitos Creditórios Elegíveis ali referidos serão desconsiderados da Oferta de Direitos Creditórios.

O Preço de Aquisição será apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$PAI = [(VNi - Rli) / (FATOR D)] - PSi$$

<i>PAi</i>	Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível "i";
<i>VNi</i>	Valor nominal do Direito Creditório Elegível "i";
<i>Rli</i>	Reserva de inadimplência correspondente a 5% (cinco por cento) de ("Reserva de Inadimplência");
<i>PSi</i>	Prêmio do Seguro (conforme definido abaixo), que será pago pelo FUNDO à Seguradora, nos termos do artigo 76 do Regulamento;
<i>FatorD</i>	Fator correspondente à taxa de desconto, calculada com 8 (oito) casas decimais, com aproximação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorD = (1 + D/100) ^ (Ni / 252)$$

<i>Ni</i>	Número de dias úteis contados da Data de Pagamento à data de vencimento do Direito Creditório Elegível, acrescido do prazo em dias úteis transcorrido até a liquidação financeira pelo CUSTODIANTE ao FUNDO ;
<i>D</i>	Taxa de desconto determinada pelo ADMINISTRADOR do FUNDO expressa em base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, de acordo com a seguinte fórmula:

$$D = Dif * (1 + Df/100)$$

<i>Dif</i>	Taxa de juros pré-fixada no período "N", referenciada pela curva de futuros da Bolsa de Mercadorias e Futuros ("BM&F"), e expressa em base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;
<i>Df</i>	Sobretaxa de juros, calculada com 8 (oito) casas decimais, com aproximação, determinada pela ADMINISTRADORA diariamente devendo ser sempre superior a 18% (dezoito por cento).

A taxa de desconto (D) que estará disponível diariamente no website: www.fiepr.org.br/fidcfiep, será determinada de acordo com as condições de mercado à época de cada operação de aquisição de Direitos Creditórios pelo **FUNDO**, de forma a buscar atingir maior rentabilidade para o **FUNDO** e a manter, no mínimo, a Razão de Garantia (conforme definida abaixo) prevista no artigo 34 do Regulamento.

Os recursos equivalentes ao valor das Reservas de Inadimplência constituirão uma provisão para pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** pelo respectivo Cedente, e serão exclusivamente alocados na aquisição de Ativos Financeiros. Os rendimentos auferidos pelas aplicações da Reserva de Inadimplência serão revertidos exclusivamente ao **FUNDO**.

A Reserva de Inadimplência será controlada e administrada pelo **CUSTODIANTE** e será individualizada por Cedente, não sendo possível, em momento algum, ser utilizada de forma conjunta e/ou complementar. Cada Reserva de Inadimplência servirá, exclusivamente, para cobrir perdas ocasionadas por eventual inadimplemento de Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido cedidos ao **FUNDO** pelo mesmo Cedente responsável por sua constituição.

Na hipótese de adimplemento dos Direitos Creditórios Elegíveis ou pagamento do valor correspondente à respectiva indenização pela Seguradora, nos termos da Apólice de Seguro de Crédito, os respectivos Cedentes farão jus ao recebimento de um valor adicional ao Preço de Aquisição ("Prêmio de Adimplemento"). O pagamento do Prêmio de Adimplemento será devido a cada Cedente na medida em que os Direitos Creditórios por ele cedidos ao **FUNDO** sejam (i) pagos pelos respectivos Clientes devedores ou (ii) objeto de pagamento de indenização por parte da Seguradora, nos termos da Apólice de Seguro de Crédito, de forma que o saldo de sua Reserva de Inadimplência se torne superior a 15% (quinze por cento) do valor da totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** pelo referido Cedente.

Observado o disposto no parágrafo acima, o pagamento do Prêmio de Adimplemento poderá ser realizado mensalmente até o 5º (quinto) dia útil de cada mês e seu valor será equivalente ao

montante que exceder o valor correspondente a 15% (quinze por cento) do valor da totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** por cada Cedente, conforme previsto no parágrafo anterior.

O valor do Prêmio de Adimplemento será calculado pelo **CUSTODIANTE** de acordo com a seguinte fórmula:

$$PP_c = SRI_c - (SD_c \times 15\%)$$

PP_c	Prêmio de Adimplemento a ser pago ao Cedente “c”;
SRI_c	Saldo da Reserva de Inadimplência do respectivo Cedente “c”;
SD_c	Total dos valores dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao FUNDO pelo respectivo Cedente “c” e ainda não pagos e/ou que ainda não tenham sido objeto de indenização, calculados pelo valor contábil.

O pagamento do Prêmio de Adimplemento aos Cedentes será realizado em moeda corrente nacional, respeitado o valor mínimo para pagamento de R\$ 1.000,00 (mil reais). O **FUNDO** poderá alienar os Direitos Creditórios Elegíveis, observado que após referida alienação, tais Direitos Creditórios não mais estarão cobertos pela Apólice de Seguro de Crédito.

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO, POLÍTICA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS INADIMPLIDOS E PROCEDIMENTO DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS

Os padrões mínimos relativos à política de concessão de crédito dos Cedentes aos Clientes são parte integrante do Regulamento na forma do Anexo III.

A cobrança bancária dos Direitos Creditórios Elegíveis será feita, exclusivamente, pelo **AGENTE COBRADOR** através de boleto de cobrança bancária.

Para tanto, os Cedentes deverão colocar à disposição do **AGENTE COBRADOR** as informações necessárias à realização da cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis, para que faça a transferência à conta bancária do **FUNDO**.

Os Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos serão objeto de cobrança pelo **CUSTODIANTE**, em nome do **FUNDO**, diretamente ou mediante a contratação dos Cedentes e/ou de terceiros qualificados, em observância aos procedimentos descritos no Anexo VII ao Regulamento.

A contratação dos Cedentes e/ou terceiros qualificados para realização (i) da cobrança e arrecadação dos pagamentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos, bem como (ii) da cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos não eximirá o **CUSTODIANTE** de suas obrigações de cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos, conforme previstas na regulamentação em vigor.

Quaisquer despesas relativas à cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos serão suportadas pelo **FUNDO**, inclusive honorários advocatícios e despesas correlatas, tais como custas e despesas processuais (perícias, laudo técnico, preparo de recursos, etc).

APÓLICE DE SEGURO DE CRÉDITO

Os Direitos Creditórios Elegíveis serão objeto de cobertura pela Apólice de Seguro de Crédito, emitida pela Seguradora.

Observadas as condições gerais, especiais e particulares previstas na Apólice de Seguro de Crédito, as perdas líquidas definitivas resultantes da insolvência de cada Cliente devedor serão indenizáveis ao **FUNDO**, pelo valor equivalente a 90% (noventa por cento) do valor do Direito Creditório Elegível Inadimplido, limitado ao Limite Máximo de Indenização. Nos termos da Apólice de Seguro de Crédito, será caracterizada a insolvência do Cliente nas seguintes hipóteses:

- (a) decorridos 90 (noventa) dias contados do primeiro dia útil subsequente ao Aviso de Insolvência Provisional relativo a um Direito Creditório Elegível Inadimplido;
- (b) declaração de falência do Cliente mediante sentença judicial transitada em julgado, exceto quando os respectivos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos não tenham sido admitidos no passivo do referido Cliente;
- (c) declaração de liquidação judicial ou extrajudicial ou celebração de acordo particular do Cliente com a totalidade dos seus credores, com a anuência da Seguradora, para pagamento de todas as dívidas com redução dos valores em débito;
- (d) promovendo-se a execução da dívida representada por Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos, caso esta resulte na inexistência de bens penhoráveis ou em valor insuficiente para satisfazer o pagamento da dívida representada pelos referidos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos;
- (e) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, após a homologação do quadro geral de credores ou após 90 (noventa) dias do Aviso de Insolvência Provisional, o que ocorrer primeiro; e
- (f) quando o **FUNDO** e a Seguradora, de comum acordo, considerem o Direito Creditório Elegíveis Inadimplido incobrável.

Estão expressamente excluídos da cobertura prevista na Apólice de Seguro de Crédito:

- (a) Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos adquiridos de Cedente sem estabelecimento fixo ou permanentemente aberto ao público, exceto quando os Clientes devedores de tais Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos estejam incluídos no Anexo de Classificação (conforme definido na Apólice de Seguro de Crédito) emitido pela Seguradora;
- (b) Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos decorrentes de operações com órgãos centralizados da União, Estados, Municípios e respectivas Autarquias, bem como empresas controladas direta ou indiretamente pelo poder público, exceto em se tratando das referidas empresas e autarquias, se estas virem a adquirir, respectivamente, as condições de empresas controladas direta ou indiretamente pelo poder público, ou de autarquia, após a emissão do respectivo Anexo de Classificação pela Seguradora;
- (c) Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos decorrentes de operações em que o Cedente possua com o Cliente vínculo econômico ou jurídico de sociedade, de associação ou de dependência, em geral naquelas em que o Cedente possua poder de decisão; no caso de pessoas físicas, Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos decorrentes de operações em que o Cedente possua vínculo de parentesco por consangüinidade ou afim até o 2º (segundo) grau, inclusive, de acordo com o Código Civil Brasileiro; em ambos os casos, excluem-se da cobertura da Apólice de Seguro do Crédito os Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos em que as

situações acima descritas tenham se verificado após a emissão do respectivo Anexo de Classificação pela Seguradora;

(d) Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos com prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Faturamento, mesmo que tenham sido cumpridas as demais condições previstas na Apólice de Seguro de Crédito;

(e) Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos relativos a bens ou serviços cujo comércio a lei proíba;

(f) Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos cujo montante seja inferior ao limite mínimo de crédito individual de R\$1.000,00 (mil reais);

(g) Riscos decorrentes de ações ou omissões imputáveis a transportadores, intermediários comissionados, representantes e entidades financeiras que intervenham no desenvolvimento ou na gestão de venda ou prestação de serviços dos Direitos Creditórios Elegíveis, sempre que tal se traduza na liberação legal ou contratual, total ou parcial, da obrigação de pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos pelo respectivo Cliente devedor;

(h) Riscos que, segundo a lei, encontrem-se excluídos da cobertura prevista na Apólice de Seguro de Crédito;

(i) Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos cujos originais dos respectivos Documentos Representativos de Crédito, ou cópia autenticada de tais documentos (desde que produza efeito de título executivo extrajudicial) não tenham acompanhado o respectivo Aviso de Insolvência Provisional;

(j) Riscos decorrentes de terremotos, tremores de terra, erupção vulcânica, tufão, furacão, tornado, ciclones e outras convulsões da natureza, bem como de estado de guerra, invasão ou qualquer ato de hostilidade por inimigo estrangeiro (tenha havido ou não declaração de guerra), guerra civil e outras agitações interiores (revolução, insurreição, rebelião, motim, atos de terrorismo, sedição a mão armada ou não, poder militar usurpado ou usurpante, greves gerais (*lockout*), assim como exercício de qualquer ato público para reprimir ou defender de algum desses feitos), confisco, seqüestro, destruição ou danos aos bens, por ordem de qualquer governo ou autoridade pública; e

(k) Riscos decorrentes de radiações ionizantes, quaisquer contaminações pela radioatividade e efeitos primários ou secundários da combustão de quaisquer materiais nucleares.

Nos termos da Apólice de Seguro de Crédito, a cobertura de um determinado Direito Creditório Elegível ficará suspensa quando o respectivo Cliente devedor ou seu fiador discuta ou impugne a existência ou legitimidade total ou parcial do referido Direito Creditório Elegível alegando (i) descumprimento das obrigações legais ou contratuais do Cedente ou (ii) ocorrência de alguma causa modificadora ou extintiva da obrigação de pagar. A suspensão da cobertura ora referida perdurará até que o **FUNDO** comprove, por meio de sentença judicial transitada em julgado e respectiva ação executiva, seu direito sobre o Direito Creditório Elegível objeto do litígio.

A Seguradora poderá aceitar Aviso de Insolvência Provisional relativo a Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos que sejam objeto do litígio caso sejam apresentadas provas do direito do **FUNDO** sobre referidos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos. Nessa hipótese, enquanto não existir sentença judicial transitada em julgado e ação executiva ou decisão arbitral definitiva que reconheça o direito do **FUNDO** sobre os Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos objeto do litígio, qualquer indenização que venha a ser eventualmente paga ao **FUNDO** terá caráter provisório.

Além da observância das condições gerais, especiais e particulares previstas na Apólice de Seguro de Crédito, a efetiva cobertura dos Direitos Creditórios Elegíveis dependerá da observância dos seguintes requisitos:

I – Solicitação, pelos Cedentes, da classificação creditícia dos Clientes devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis, na forma prevista na Apólice de Seguro de Crédito; e

II – Averbação, pelo **CUSTODIANTE**, dos Direitos Creditórios Elegíveis na Apólice de Seguro de Crédito em até 2 (dois) dias úteis após a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo **FUNDO**, na forma prevista na Apólice de Seguro de Crédito. Entende-se por averbação o envio, pelo **CUSTODIANTE** à Seguradora, a cada Data de Pagamento, de arquivo eletrônico contendo a listagem dos Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo **FUNDO** na respectiva Data de Aquisição de tais Direitos Creditórios Elegíveis.

Caso um Direito Creditório Elegível não seja objeto de pagamento na data de seu vencimento, o **CUSTODIANTE** deverá comunicar a inadimplência do Cliente devedor à Seguradora no 2º (segundo) dia útil subsequente à referida data de vencimento, por meio do envio de “Aviso de Falta de Pagamento”, nos termos da Apólice de Seguro de Crédito.

Caso o **FUNDO** não obtenha o pagamento de Direito Creditório Elegível Inadimplido no prazo de 15 (quinze) dias contados do envio, à Seguradora, do Aviso de Falta de Pagamento referente a tal Direito Creditório Elegível Inadimplido, o **CUSTODIANTE** deverá comunicar tal fato à Seguradora até o 16º (décimo sexto) dia útil contado do Aviso de Falta de Pagamento, mediante o envio de notificação, à Seguradora, por meio eletrônico, nos termos da Apólice de Seguro de Crédito.

Após o recebimento da notificação de que trata o parágrafo acima, a Seguradora:

(a) disporá de um prazo de 90 (noventa) dias para efetuar a gestão de cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos em conformidade com o disposto na Apólice de Seguro de Crédito, após o qual os referidos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos serão considerados incobráveis pelo **FUNDO** e pela Seguradora; e

(b) reconhecerá a insolvência do Cliente no 90º (nonagésimo) dia, sem nenhuma necessidade de formalidade por parte do **FUNDO**, e procederá à indenização definitiva ao **FUNDO** no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do referido 90º (nonagésimo) dia em que tenha reconhecido a insolvência do Cliente.

Uma vez recebida a notificação eletrônica e verificando-se que, no 90º (nonagésimo) dia contado da data do seu recebimento, o Cliente devedor do referido Direito Creditório Elegível Inadimplido permanece inadimplente, a Seguradora pagará ao **FUNDO** o montante correspondente à indenização devida, a ser calculada conforme descrito abaixo:

I – Do valor inicial do Direito Creditório Elegível Inadimplido deverão ser deduzidos todos os valores recebidos do respectivo Cliente devedor e/ou do **FUNDO**, se assim for indicado pelo **FUNDO**, especialmente os valores provenientes da realização de garantias, acordos, compensações ou outros conceitos análogos;

II – Ao valor obtido por meio do cálculo indicado no inciso I acima, deverão ser adicionados eventuais custos incorridos pela Seguradora em razão da celebração de acordos para a recuperação dos valores correspondentes ao Direito Creditório Elegível Inadimplido; e

III – O montante final da indenização será calculado sobre o total obtido por meio do cálculo indicado no inciso II acima, aplicando-se o Percentual de Garantia.

Com o pagamento da indenização, a Seguradora fica sub-rogada nos direitos do **FUNDO** com relação ao Direito Creditório Elegível Inadimplido objeto do sinistro, até o limite do montante da indenização.

Sem prejuízo do disposto acima, uma vez efetuado o pagamento da indenização, seja esta provisória ou definitiva, o **FUNDO** obriga-se a ceder o Direito Creditório Elegível Inadimplido objeto de sinistro à Seguradora, até o limite do valor indenizado, comprometendo-se a disponibilizar e subscrever à Seguradora todos os documentos necessários para a efetiva cessão.

As indenizações a serem eventualmente pagas pela Seguradora ao **FUNDO** estarão limitadas ao “Limite Máximo de Indenização” previsto na Apólice de Seguro de Crédito, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da carteira de Direitos Creditórios Elegíveis averbados na Apólice de Seguro de Crédito, excluídos os Direitos Creditórios Elegíveis adimplidos pelos respectivos Clientes, sendo o valor máximo de indenização limitado a R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais) durante o período de 3 (três) anos de vigência da Apólice de Seguro de Crédito.

O prêmio a ser pago pelo **FUNDO** à Seguradora será calculado aplicando-se a taxa geral do seguro, correspondente a 0,20% (vinte centésimos por cento), sobre os Direitos Creditórios Elegíveis averbados na Apólice de Seguro de Crédito, acrescido de 7% (sete por cento), correspondente ao Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros - IOF devido (“Prêmio de Seguro”).

O Prêmio de Seguro será descontado do Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível, nos termos do parágrafo 11 do artigo 11 do Regulamento do **FUNDO** e pago diretamente à Seguradora pelo **CUSTODIANTE**.

ORDEM DOS PAGAMENTOS DO FUNDO

Diariamente, a partir da Primeira Data de Emissão e até a liquidação do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** obriga-se a utilizar as disponibilidades do **FUNDO** para atender às exigibilidades do **FUNDO**, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

I - pagamento dos encargos do **FUNDO**, conforme descritos na Seção “Encargos do **FUNDO**” deste Prospecto;

II – constituição das Reservas de Inadimplência;

III - formação de reserva equivalente ao montante estimado dos encargos do **FUNDO**, a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;

IV - constituição da Reserva de Liquidez;

V - pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Sênior;

VI - pagamento pela aquisição dos Direitos Creditórios;

VII - formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do **FUNDO**, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e

VIII - pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

SITUAÇÕES ESPECIAIS

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

I – inobservância, pela **ADMINISTRADORA**, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento que não constitua um Evento de Liquidação, de que o **CUSTODIANTE** tome conhecimento, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;

II – desenquadramento do **FUNDO** com relação à observância, a qualquer momento, dos limites de concentração e diversificação estabelecidos nas letras “e” e “g” do artigo 7º do Regulamento;

III – inobservância, pelo **CUSTODIANTE**, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão, nos Termos de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela **ADMINISTRADORA** para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, do recebimento da referida notificação;

IV - rebaixamento na classificação de risco das Quotas Sênior (*rating*) do **FUNDO** para índice inferior a BBB+ e BBB- para as Quotas Subordinadas de acordo com os critérios adotados pela Agência de *Rating* do **FUNDO** na data deste Prospecto e/ou não divulgação da classificação de risco pela Agência de *Rating* do **FUNDO** na data deste Prospecto ou outra agência que venha a substituí-la por período superior a 30 (trinta) dias;

V - não pagamento, nas Datas de Amortização e/ou na Data de Resgate, do valor da amortização e/ou do valor do resgate das Quotas Sênior;

VI - amortização de Quotas em desacordo com o disposto no Regulamento;

VII - caso a Carteira do **FUNDO** deixe de estar enquadrada ao percentual mínimo de alocação em Direitos Creditórios Elegíveis por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos;

VII - caso a Reserva de Liquidez não seja devidamente constituída ou não esteja enquadrada aos parâmetros estabelecidos no Regulamento por um período superior a 5 (cinco) dias contados da Data de Verificação em que o respectivo desenquadramento seja verificado pela **ADMINISTRADORA**;

IX - descumprimento da Razão de Garantia nos termos do artigo 34 do Regulamento, caso (i) tal evento não seja sanado ou (ii) não tenha sido iniciado o procedimento de reenquadramento definido no Capítulo XIV deste Regulamento no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que se verificar o referido descumprimento, respeitado o disposto no artigo 35 do Regulamento;

X - caso não haja um número mínimo de 10 (dez) Cedentes na condição de Cedentes Cadastrados após decorrido o prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da Primeira Data de Emissão;

XI - aquisição, pelo **FUNDO**, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, conforme apurado por auditores do **FUNDO** e/ou pelo **CUSTODIANTE** e/ou qualquer outro terceiro, sem prejuízo de eventual responsabilização deste;

XII - na hipótese de a taxa de juros básica do país (Taxa SELIC) ser aumentada em um período de 30 (trinta) dias consecutivos em 130% (cento e trinta por cento);

XIII - na hipótese da soma do valor contábil dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos representar, por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias, 50% (cinquenta por cento) ou mais do valor total das Quotas Subordinadas do **FUNDO** em circulação; e

XIV — na hipótese de ser verificado pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**, a qualquer momento, descumprimento dos deveres e das obrigações previstos nos respectivos Contratos de Cessão e Termos de Cessão por Cedentes cujo valor dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** representem, isoladamente ou em conjunto, pelo menos 3% (três por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** na data em que o descumprimento tenha sido verificado, desde que, se notificados pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE** para sanar ou justificar o descumprimento, não o façam no prazo de 72 (setenta e duas) horas contado do recebimento da referida notificação.

Sem prejuízo do disposto abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação descritos acima, o **FUNDO** interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a **ADMINISTRADORA** convocará Assembléia Geral de Quotistas no 5º (quinto) dia útil seguinte à ocorrência do Evento de Avaliação, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada do **FUNDO**, bem como se haverá liquidação antecipada do **FUNDO** e quais os procedimentos a serem adotados.

No caso da Assembléia Geral de Quotistas deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** observará os procedimentos de liquidação do **FUNDO**, sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova Assembléia Geral de Quotistas, podendo a referida Assembléia Geral de Quotistas deliberar sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do **FUNDO**, independentemente da notificação dos Quotistas ausentes.

Caso a Assembléia Geral de Quotistas delibere que um determinado Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação Antecipada do **FUNDO**, o **FUNDO** reiniciará o processo de aquisição de Direitos Creditórios, sem prejuízo de eventuais ajustes aprovados pelos Quotistas na Assembléia Geral de Quotistas competente.

O direito dos titulares de Quotas Subordinadas ao recebimento de qualquer pagamento de amortização ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até data da deliberação, pela Assembléia Geral de Quotistas referida no parágrafo acima, de que (i) o referido Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada do **FUNDO**, sem prejuízo da prioridade dos titulares de Quotas Sênior no recebimento de pagamento de resgate de suas Quotas Sênior na hipótese de liquidação antecipada do **FUNDO**; ou (ii) o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do **FUNDO**, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Quotistas na Assembléia Geral de Quotistas.

EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

Sem prejuízo das hipóteses de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação e/ou qualquer Evento de Liquidação Antecipada, nos termos do Regulamento, o **FUNDO** será liquidado por ocasião do término do seu prazo de duração.

Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada do **FUNDO** quaisquer das seguintes ocorrências:

I - se o patamar mínimo de distribuição de Quotas do **FUNDO** descrito no artigo 45 do Regulamento não for atingido no prazo ali mencionado;

II - se o **FUNDO** mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro fundo de investimento em direitos creditórios;

III – a ocorrência de eventos que prejudiquem ou impossibilitem as atividades do **FUNDO**, assim entendidos aqueles que afetem substancialmente a origem e/ou a cessão de Direitos Creditórios em montante suficiente para assegurar ao percentual mínimo de alocação em Direitos Creditórios Elegíveis, a partir do 90º (nonagésimo) dia, exceto na hipótese de autorização de prorrogação desse prazo pela CVM, conforme disposto no artigo 40 da Instrução 356;

IV - extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos no Regulamento para o cálculo do valor das Quotas, por prazo superior a 20 (vinte) dias úteis consecutivos ou a 60 (sessenta) dias úteis alternados, durante um período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer o evento, desde que os Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas não cheguem a um consenso para definir um novo índice ou parâmetro;

V - a deliberação em Assembléia Geral de Quotistas de que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;

VI - não pagamento, em até 05 (cinco) dias contados das Datas de Amortização e/ou da Data de Resgate, do valor da amortização e/ou do valor do resgate das Quotas Sênior;

VII - resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do **CUSTODIANTE**, sem a assunção das funções do **CUSTODIANTE** por uma nova instituição, nos termos ali definidos;

VIII - renúncia ou destituição da Administradora, sem a assunção das funções da Administradora por uma nova instituição, nos termos definidos no Regulamento.

Na ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** imediatamente (i) notificará tal fato aos Quotistas, (ii) convocará Assembléia Geral de Quotistas para ratificar a liquidação antecipada do **FUNDO** e deliberar sobre os procedimentos de liquidação antecipada do **FUNDO**, e (iii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

Na Assembléia Geral de Quotistas mencionada acima, os Quotistas poderão optar por não liquidar antecipadamente o **FUNDO**.

Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia Geral de Quotistas mencionada no subitem parágrafo acima por falta de quorum, ou (ii) de aprovação, pelos Quotistas, da liquidação antecipada do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do **FUNDO**.

Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação e a Assembléia Geral de Quotistas deliberar pela não liquidação antecipada do **FUNDO**, será concedido aos Quotistas Dissidentes, o resgate antecipado de suas Quotas ou ainda uma Amortização Extraordinária, conforme instruções a serem definidas pela própria Assembléia Geral de Quotistas que deliberar pela não liquidação antecipada, que não poderá estabelecer prazo superior a 90 (noventa) dias para efetuação de tal resgate. Se as instruções específicas para o resgate não forem deliberadas em Assembléia Geral de Quotistas, os Quotistas Dissidentes poderão requerer o resgate ou amortização de suas Quotas em até 60 (sessenta) dias contados da data da realização da referida Assembléia Geral de Quotistas, pelo valor da Quota do dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento, calculado na forma do artigo 40 do Regulamento.

Na hipótese descrita no parágrafo anterior, caso o **FUNDO** não tenha recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento integral do resgate de Quotas aos

Quotistas Dissidentes no prazo mencionado acima, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio líquido do **FUNDO** serão prioritariamente alocados para o pagamento de resgate aos Quotistas Dissidentes, de forma *pro rateada* e mediante a observância de igualdade de condições entre os Quotistas Dissidentes, observado que não será admitido o fracionamento das Quotas para tais fins. Caso seja necessário, os Quotistas Dissidentes reunir-se-ão em Assembléia Geral de Quotistas para aprovar o pagamento do resgate ou amortização de suas Quotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros, observadas as disposições do Regulamento.

Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada ou Eventos de Avaliação e a Assembléia Geral de Quotistas competente deliberar pela liquidação antecipada do **FUNDO**, todas as Quotas do **FUNDO** serão resgatadas, dentro de até 90 (noventa) dias contados da data de realização da referida Assembléia Geral de Quotistas, pelo valor da quota do dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento, e mediante a observância do seguinte procedimento e da seguinte ordem:

I - as Quotas Sênior terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Quotas Subordinadas;

II - as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Sênior;

III - durante o Prazo para Resgate Antecipado, as Quotas serão resgatadas, total ou parcialmente, em moeda corrente nacional, quando os valores depositados na conta destinada ao recebimento dos recursos relativos à amortização e resgate das Quotas forem equivalentes ao menor valor entre (i) o valor de resgate das Quotas Sênior e (ii) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

IV - todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio do **FUNDO** serão prioritariamente alocados para o pagamento do resgate das Quotas Sênior, de forma *pro rateada* e mediante a observância de igualdade de condições entre todos os Quotistas, observado que não será admitido o fracionamento das Quotas para tais fins;

V - se no último dia útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas Sênior não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos Creditórios Elegíveis e/ou Ativos Financeiros em dação em pagamento pelo resgate de suas Quotas Sênior, que será realizada de acordo com o disposto no Capítulo XIII do Regulamento; e

VI - assegurada a prioridade de pagamento de resgate das Quotas Sênior, nos termos indicados nos incisos acima, as Quotas Subordinadas serão resgatadas prioritariamente em moeda corrente nacional e, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda corrente nacional, por meio da dação em pagamento de Direitos Creditórios Elegíveis e/ou Ativos Financeiros, observado o disposto no Capítulo XIII do Regulamento.

ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

Será de competência privativa da Assembléia Geral de Quotistas do **FUNDO**:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;

II - alterar o Regulamento e respectivos anexos, respeitadas as exceções previstas nos incisos abaixo;

III - eleger e destituir o(s) representante(s) dos Quotistas, nomeado(s) na forma do Regulamento;

IV - deliberar sobre a substituição da **ADMINISTRADORA**;

V - deliberar sobre a elevação da Remuneração da **ADMINISTRADORA**, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;

VI - deliberar sobre a emissão de novas séries de Quotas;

VII - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou prorrogação do prazo de duração do **FUNDO**;

VIII - deliberar sobre a liquidação do **FUNDO**, sem prejuízo do disposto nos incisos IX e X abaixo;

IX - resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação;

X - resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação, tais Eventos de Liquidação devem acarretar na liquidação antecipada do **FUNDO**;

XI - elevar o *Benchmark* das Quotas Sênior;

XII - substituir o *Benchmark* das Quotas Sênior na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI como parâmetro de rentabilidade das Quotas Sênior;

XIII - alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Sênior;

XIV - aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do **FUNDO** mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios Elegíveis e/ou Ativos Financeiros;

XV - aprovar a realização de Amortização Extraordinária de Quotas do **FUNDO**; e

XVI - alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do **FUNDO**.

O Regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado, independentemente de aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas do **FUNDO**, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

O disposto no parágrafo acima será igualmente aplicável no caso de alterações aos Contratos de Cessão que sejam decorrentes exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM.

As deliberações constantes dos incisos I, II e III poderão ser aprovadas por maioria simples das Quotas Sênior presentes.

A deliberação constante do inciso IX poderá ser aprovada por 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Sênior em circulação.

As deliberações constantes dos incisos V, VI, VII e VIII poderão ser aprovadas por 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Sênior e por 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Subordinadas em circulação.

As deliberações constantes dos incisos IV e X poderão ser aprovadas por 2/3 (dois terços) das Quotas em circulação.

As deliberações constantes dos incisos XI, XII e XIII, XIV, XV e XVI somente poderão ser aprovadas pela totalidade das Quotas em circulação.

ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

As atividades de administração, de gestão da Carteira e de distribuição de Quotas do **FUNDO** serão realizadas pela **ADMINISTRADORA**.

A **ADMINISTRADORA**, observadas a regulamentação em vigor e as limitações do Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Elegíveis, Ativos Financeiros que integrem a Carteira do **FUNDO**.

OBRIGAÇÕES

Incluem-se entre as obrigações da **ADMINISTRADORA**:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos Quotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais de Quotistas;
- d) o livro de presença de Quotistas;
- e) o Prospecto do **FUNDO**;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**;
- h) os relatórios do auditor independente;

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada para custodiar seus ativos;

III - entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Prospecto e do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da Remuneração;

IV - divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Quotas do **FUNDO**, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da Quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência de *Rating*;

V - divulgar, anualmente, em sua sede, filiais e nas instituições que coloquem Quotas do **FUNDO**, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor de suas Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano a que se referirem e os relatórios da Agência de *Rating*;

VI - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VII - fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;

VIII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a **ADMINISTRADORA** e o **FUNDO**;

IX - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do **FUNDO** ou dos Direitos Creditórios Elegíveis e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**;

X – verificar o atendimento dos Requisitos Aplicáveis aos Cedentes antes da realização de Ofertas de Direitos Creditórios pelos Cedentes e descredenciar Cedente Cadastrado na hipótese de não atendimento de tais requisitos;

XI – verificar e validar o atendimento dos Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** às Condições de Cessão;

XII – informar o Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis aos Cedentes nas respectivas Datas de Oferta de Direitos Creditórios;

XIII – formalizar os Termos de Cessão na qualidade de representante do **FUNDO**;

XIV – notificar os Clientes sobre a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis pelos Cedentes ao **FUNDO**;

XV – verificar e controlar, diariamente, a Razão de Garantia;

XVI – controlar a constituição da Reserva de Liquidez; e

XVII – solicitar da Classificação Creditícia dos Clientes devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis.

A divulgação das informações previstas nos incisos IV e V acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, ou realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da **ADMINISTRADORA** pela regularidade na prestação destas informações.

VEDAÇÕES

É vedado à **ADMINISTRADORA**:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos nos termos do Regulamento;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III - efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas deste.

As vedações de que tratam os incisos I a III deste artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da **ADMINISTRADORA**, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior, os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional que venham a integrar a Carteira do **FUNDO**.

É vedado à **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos nos termos do Regulamento;

II - realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;

III - aplicar recursos diretamente no exterior;

IV - adquirir Quotas do **FUNDO**;

V - pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356;

VI - vender Quotas do **FUNDO** a prestação;

VII - prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;

VIII - fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de quaisquer ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

IX - delegar poderes de administração da Carteira do **FUNDO**, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução 356;

X - obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos nos termos do Regulamento; e

XI - efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos Direitos Creditórios Elegíveis e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos nos termos do Regulamento.

RENÚNCIA E SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

A **ADMINISTRADORA**, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, pode renunciar à administração do **FUNDO**, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de Quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do **FUNDO**, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XIX do Regulamento.

Nas hipóteses de substituição da **ADMINISTRADORA** e de liquidação do **FUNDO**, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria **ADMINISTRADORA**.

Na hipótese da **ADMINISTRADORA** renunciar às suas funções e a Assembléia Geral de Quotistas tratadas acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir a **ADMINISTRADORA** ou (ii) não obtiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo XIX do Regulamento, para deliberar sobre a substituição da **ADMINISTRADORA** ou a liquidação antecipada do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** procederá à liquidação automática do **FUNDO** no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, observado, se for o caso, o disposto no Capítulo XIII do Regulamento.

Na hipótese de renúncia da **ADMINISTRADORA** e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral de Quotistas, a **ADMINISTRADORA** continuará obrigada a prestar os serviços de administração do **FUNDO** e gestão da Carteira até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral de Quotistas.

Caso a nova instituição administradora nomeada não substitua a **ADMINISTRADORA** dentro do prazo de 30 (trinta) dias mencionado acima, a **ADMINISTRADORA** procederá à liquidação automática do **FUNDO** até o 40º (quadragésimo) dia contado da data de realização da Assembléia Geral de Quotistas que nomear a nova instituição administradora, nos termos do Regulamento.

No caso de decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial da **ADMINISTRADORA**, deve automaticamente ser convocada Assembléia Geral de Quotistas no prazo de 5 (cinco) dias contados de sua decretação, para:

I - nomear representante de Quotistas; e

II – deliberar sobre: a) substituição da **ADMINISTRADORA**, no exercício das funções de administração do **FUNDO**; ou b) liquidação antecipada do **FUNDO**.

CUSTÓDIA/CONTROLADORIA

As atividades de custódia qualificada e controladoria dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**, previstas nos artigos 38 e 39 da Instrução 356, bem como a de escrituração das Quotas do **FUNDO** serão exercidas pelo **CUSTODIANTE**, que será responsável pelas seguintes atividades:

I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO**;

II - validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade;

III - realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios adquiridos pelo **FUNDO**, evidenciados pelo Contrato de Cessão, pelo Termo de Cessão e demais documentos comprobatórios da operação;

IV - fazer a custódia, administração e cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**;

V - diligenciar para que sejam mantidos atualizados e em perfeita ordem, pelos respectivos Cedentes, os Documentos Representativos de Crédito referente aos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da Carteira do **FUNDO**, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agência de *Rating* e órgãos reguladores;

VI - cobrar e receber, por conta e ordem do **FUNDO**, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos nas contas de depósitos do **FUNDO**;

VII - realizar a averbação dos Direitos Creditórios Elegíveis na Apólice de Seguro de Crédito;

VIII – comunicar a inadimplência dos Clientes à Seguradora, na forma e prazos estabelecidos na Apólice de Seguro de Crédito; e

IX - notificar os Quotistas para que estes convoquem, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01, uma Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre as medidas a serem adotadas na hipótese de inobservância, pela **ADMINISTRADORA**, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento que não constitua um Evento de Liquidação.

O **CUSTODIANTE** poderá interromper as compras de Direitos Creditórios, devendo para tanto notificar imediatamente a **ADMINISTRADORA** para que esta avalie as providências a serem tomadas em defesa dos interesses do **FUNDO**, no caso de verificar, quando da realização de auditoria dos documentos, o não cumprimento das obrigações estabelecidas no Contrato de Depósito.

Os demais direitos, obrigações e responsabilidades do **CUSTODIANTE** serão aqueles estabelecidos no Contrato de Custódia, celebrado entre a **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**, e o **CUSTODIANTE**.

PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Auditoria:	KPMG Auditores Independentes Rua Renato Paes de Barros, n.º 33 04530-904 São Paulo - SP
Custódia:	Banco Bradesco S.A. Cidade de Deus, Vila Yara 06029-900 Osasco – SP
Depósito dos Documentos Representativos de Crédito:	Federação das Indústrias do Estado do Paraná Avenida Cândido de Abreu, nº 200 80530-902 Curitiba – PR
Depósito dos comprovantes de entrega decorrentes das notas fiscais referentes às operações de venda de produtos e/ou da prestação de serviços:	Cedentes dos Direitos Creditórios
Cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos:	Banco Bradesco S.A., na qualidade de custodiante do FUNDO e Mapfre Seguradora de Garantias e Crédito S/A Av. Maria Coelho Aguiar, n.º 215, C, 8º andar 05805-000 São Paulo - SP
Administradora, Gestora e Distribuidor da 1ª Série de Quotas:	Concórdia S/A CVMCC Rua Marechal Deodoro, nº 630, 20º andar 80010-912 Curitiba – PR Telefone: 11 – 3241-3122
Estruturador	Banco Rabobank International Brasil S.A. Avenida das Nações Unidas, n.º 12.995, 7º andar 04578-000 São Paulo - SP (11) 5503-7000
Co-Estruturador	Focus Finanças Estruturadas Rua Padre Anchieta, nº 2454, conjunto 1507 80730-000 Curitiba – PR (41) 3350-7174
Agência Classificadora de Risco:	Fitch Ratings Alameda Santos, n.º 1470, 5º Andar 01418-100 São Paulo - SP (11) 4504-2600
Assessoria Jurídica	Freitas e Leite Advogados Rua Pequetita, n.º 145, 3º Andar 04552-060 São Paulo - SP Telefone: (11) 3046-3250 Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447 01403-001 São Paulo – SP

Telefone: (11) 3147-7600
Francisco Braz Neto & Advogados
Avenida Sete de Setembro, nº 5606
80240-001
Curitiba – PR
(41) 3342.2760

INFORMAÇÕES DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ - FIEP

Em seis décadas de existência, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná se consolidou como a maior entidade de classe do Estado do Paraná. Hoje, a instituição representa quase 30 mil empresas, filiadas a 96 sindicatos.

Braço institucional e representativo da Indústria, que canaliza e defende os interesses do setor, a Federação encabeça o Sistema Fiep.

Mantida e administrada pela iniciativa privada, a organização, busca promover o crescimento industrial sustentável.

Para discutir e definir estratégias setoriais, a Federação conta com 20 Conselhos Temáticos, formados por industriais e empresários de diversos setores econômicos.

INFORMAÇÕES DOS CEDENTES (ORIGINADORES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS)

A carteira dos Direitos Creditórios Elegíveis será composta por Direitos Creditórios Elegíveis originados de indústrias filiadas a um dos sindicatos patronais associados à Federação de Indústrias do Estado do Paraná - FIEP.

Tendo em vista que se trata de um **FUNDO** que adquirirá Direitos Creditórios de Cedentes diversos e ainda não determinados, não é possível prever, na data deste Prospecto, um detalhamento individual de cada um deles, sendo certo que todos os Direitos Creditórios Elegíveis deverão atender às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade.

BREVE HISTÓRICO DA CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Com 20 anos de atuação nos mercados de renda fixa, variável e de futuros, a Concórdia é uma das líderes em seu segmento, ocupando as primeiras colocações no ranking em patrimônio líquido das corretoras não ligadas a bancos.

Com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba, a Concórdia tem em seus quadros mais de 140 profissionais, responsáveis por gerir o patrimônio de pessoas e instituições que buscam rentabilidade e solidez para suas aplicações.

Com destacada atuação na BOVESPA e na BM&F, realiza a intermediação para seus clientes de negócios em ações, futuros financeiros, commodities e títulos públicos e privados, com vasta experiência em operações de hedge e swaps.

A Concórdia administra aproximadamente R\$ 3,2 bilhões em investimentos no mercado financeiro, tanto de clientes institucionais e pessoas físicas, que buscam na corretora rentabilidade e solidez para suas aplicações.

A gestão de recursos é um dos principais focos da Concórdia, que oferece diversas possibilidades de fundos de investimentos abertos ou exclusivos. Entre os fundos de renda fixa, um dos destaques é o Concórdia Extra FI Renda Fixa, premiado por seu desempenho, ano após ano, por publicações como o Guia Exame e Valor Investe.

A Concórdia também é reconhecida no mercado pela administração e gestão de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, representando aproximadamente um montante de R\$ 1,7 bilhão.

BREVE HISTÓRICO DO BANCO BRADESCO S.A.

Fundado em 1943, o Banco Bradesco S.A. é atualmente o maior banco múltiplo privado do país e está presente em praticamente todos os municípios do Brasil. A atuação do Bradesco é sustentada por uma rede de atendimento com 13.636 pontos convencionais, entre eles, 2.993 agências e 5.533 unidades do Banco Postal. Encerrou o 1º semestre de 2006 com R\$ 21,5 bilhões de Patrimônio Líquido e R\$ 232,9 bilhões em Ativos Totais.

Considerada uma das empresas mais modernas do mundo, buscando sempre apontar tendências e antecipando serviços e produtos para seus clientes, o Banco Bradesco S.A. prioriza investimentos em tecnologia e informática, sendo que, até o 2º Trimestre de 2006, os investimentos nessa área foram superiores a R\$ 684 milhões.

O Bradesco, há mais de 30 anos, por meio do Departamento de Ações e Custódia, oferece serviços qualificados ao Mercado de Capitais, tais como Custódia de Títulos e Valores Mobiliários, Administração e Controladoria de Fundos de Investimento e Carteiras Administradas, Escrituração de Ativos, Banco Mandatário, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Recebíveis, Trustee, Agente de Compensação, BDRs e DRs, com excelência comprovada por oito certificações ISO 9001:2000. Com metodologia própria e estrutura independente das demais áreas da Organização, aplicando, na prática, o conceito de *Chinese Wall*, o departamento possui profissionais altamente qualificados, responsáveis pela identificação e oferta de soluções inovadoras.

O Departamento de Ações e Custódia presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo, assim, total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

O Banco Bradesco S.A. também aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do Código de Auto-Regulação da ANBID.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

O Banco Bradesco S.A. oferece ao mercado os serviços de custódia, controladoria e administração para os fundos de investimento em direitos creditórios.

O serviço abrange a recepção e a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios, bem como a validação desses direitos em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo regulamento do fundo e a realização da liquidação física e financeira evidenciada pelo respectivo contrato de cessão de direitos creditórios.

Além disso, é efetuada a custódia, a administração, a cobrança e/ou a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Toda essa atividade realizada está à disposição dos órgãos reguladores, agências de rating e auditoria independente, de acordo com a legislação vigente.

BREVE HISTÓRICO DO BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S.A.

Fundado em 1894, é uma instituição financeira originária da Holanda, onde, atualmente, conta com uma estrutura de 288 bancos cooperados, representando o maior banco de varejo holandês. Serve mais da metade da população e é o único banco privado do mundo com classificação de risco AAA. Internacionalmente o Rabobank está presente em 37 países através de 244 escritórios.

Contando com ativos de R\$3,5 bilhões em 2005, o Rabobank está presente no Brasil desde 1989 quando abriu seu primeiro escritório de representação, o qual foi convertido em banco comercial em 1995 e em banco múltiplo em 2001. O Rabobank tem capital 100% controlado pelo Rabobank Holanda e oferece aos seus clientes produtos e serviços nas áreas de mercado de capitais, comércio exterior, tesouraria, finanças corporativas, fusões e aquisições e financiamentos rurais.

O Rabobank destaca-se como um dos principais estruturadores de fundos de investimento em direitos creditórios no Brasil, com volume de R\$ 1,6 bilhões (6 transações) até dezembro de 2005.

BREVE HISTÓRICO DA FOCUS FINANÇAS ESTRUTURADAS

Desde 2001 a Focus Finanças Estruturadas atua na área financeira com foco em Aconselhamento e Avaliação de Carteiras de Investimento e Estruturação de Operações envolvendo fundos de investimentos. O diferencial proporcionado pela Consultoria norteia a mitigação de riscos para o investidor, na avaliação da sua carteira de investimento, bem como a maximização de risco x retorno, para os mesmos.

Na Estruturação de Operações de Securitização, a Focus atua em parceria com as melhores e mais renomadas instituições financeiras, oferecendo soluções integradas que vão desde a estruturação do produto até a operacionalidade da mesma. A Focus atua sempre ao lado do cliente contratante, apresentando e assessorando na escolha dos prestadores dos serviços que melhor compõe o binômio custo x benefício de uma operação de estruturação de securitização.

BREVE HISTÓRICO DA KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG é uma empresa com presença mundial, prestando serviços da mais alta qualidade em diversas áreas, por meio de seus departamentos de Serviços de Auditoria, Assessoria Tributária, Assessoria em Serviços Financeiros e Assessoria em Gestão de Recursos Humanos.

A KPMG foi constituída no Brasil em 1º de julho de 1987, a partir da fusão de três empresas com grande tradição na comunidade de negócios: (i) a Peat Marwick & Mitchell, que posteriormente tornou-se Peat Marwick International ("PMI"), com atuação no Brasil desde 1915; (ii) a Klynveld Main Goerdeler, presente no país desde 1982; e (iii) a Roberto Dreyfuss, empresa brasileira fundada em 1943.

Em 1987, a KPMG e a PMI fizeram a primeira megafusão do mercado de serviços de auditoria, passando todas as firmas associadas a elas a utilizar o nome KPMG. A KPMG atua no Brasil por meio de mais de 1.000 profissionais, em uma rede de nove escritórios operacionais, cada um liderado por um sócio.

Possui escritórios nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, São Carlos e Jaraguá do Sul.

A KPMG presta serviços nas áreas de auditoria e contabilidade, impostos, fusões e incorporações, investigações especiais, treinamento, avaliações empresariais e assessoria em gestão de recursos humanos.

BREVE HISTÓRICO DA FITCH RATINGS

A Fitch Ratings começou operar no mercado brasileiro no início da década de 80, tendo estabelecido uma subsidiária local em 1997, quando passou a atribuir *ratings* nacionais aos bancos e empresas brasileiros. Em abril de 2003, a Fitch Ratings adquiriu a Atlantic Ratings, com atuação no Brasil desde 1992.

A Fitch Ratings tem presença em mais de 80 países e 49 escritórios no mundo e realiza a análise de risco de cerca de 1.600 bancos, 1.200 empresas e 1.400 sociedades seguradoras, monitorando, ainda, cerca de 8.500 financiamentos estruturados.

BREVE HISTÓRICO DA MAPFRE SEGURADORA DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

Fundada em 1933, na Espanha, a Mapfre (Mutualidad de la Agrupación de Proprietários de Fincas Rústicas de España) nasceu da união de um grupo de proprietários de pequenas áreas agrícolas com o objetivo de prestar assistência a trabalhadores acidentados. Atualmente, a Seguradora atua em atividades seguradoras, resseguradoras, financeiras e de serviços, sendo o maior grupo segurador da Espanha e atingindo um dos mais altos padrões de avaliação de risco do mercado pela Standard & Poors: "AA Very Strong".

A MAPFRE está presente em 38 países, contando com uma rede de 4.273 escritórios e 24.967 funcionários para atender um volume de clientes da ordem de 65 milhões. Seu faturamento no ano de 2005 foi de EUR 12,2 bilhões, apresentando lucro de EUR 872 milhões.

No Brasil, a Mapfre iniciou suas atividades em 1992, quando teve início o processo de incorporação do Grupo Segurador Vera Cruz, operação concluída em 1996.

A integração dos valores e culturas de ambas as empresas mostrou-se sinérgica: o conhecimento do mercado local e o bom relacionamento conquistado pelo Grupo Segurador Vera Cruz com os corretores foram potencializados pela experiência internacional e pela solidez da Mapfre.

O Grupo MAPFRE é representado pelas seguintes empresas no Brasil:

- MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A.- especializada em ramos elementares;
- MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S.A - especializada em riscos pessoais e benefícios;
- MAPFRE Seguradora de Garantias e Crédito S.A. - especializada em garantias e seguros de crédito comercial;
- MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - especializada na gestão de recursos financeiros;
- Brasil Assistência S.A. - operadora de assistência 24 horas;
- Fundación MAPFRE - Sucursal Brasil - patrocinadora de pesquisas e bolsas de estudos;
- MAPFRE RE Assessoria Ltda.- especializada em assessoria de resseguros;
- ITSEMAP do Brasil Serviços Tecnológicos MAPFRE Ltda.;
- CESVI BRASIL S.A. - Centro de Experimentação e Segurança Viária;

- MAPFRE Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos S/C Ltda. - prestação de serviços e investimentos imobiliários;
- MAPFRE Detectar Desenvolvimento de Técnicas para Transferência e Administração de Riscos S/C Ltda. - prestação de serviços e investimentos imobiliários;
- NOSSA CAIXA MAPFRE VIDA E PREVIDÊNCIA - especializada em seguros de pessoas e planos de previdência.

BREVE HISTÓRICO DO FREITAS E LEITE ADVOGADOS

Freitas e Leite Advogados, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pequetita, n.º 145, 3º andar.

Escritório de advocacia empresarial formado em 1989, conta com ampla experiência e tradição nas áreas de mercado financeiro e de capitais. Freitas e Leite busca fornecer uma assessoria legal de qualidade, compreensiva e ágil, para seus clientes no Brasil e no exterior. O escritório tem, dentre seus clientes, dezenas de instituições financeiras, assemelhadas e outros participantes do mercado, como companhias abertas e fundos de investimento. Freitas e Leite é um assessor jurídico com forte participação em operações de securitização, tendo destacada participação na estruturação de fundos de investimento em direitos creditórios.

BREVE HISTÓRICO DE FRANCISCO BRAZ NETO & ADVOGADOS

Escritório jurídico fundado em dezembro de 2003. É composto por profissionais com mais de 15 anos de reconhecida prática no direito empresarial e está dimensionado para atender seus clientes de forma personalizada e diferenciada. Entre outras atividades, presta serviços de consultoria nas áreas do direito societário, tributário e do mercado de capitais.

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA DA PRIMEIRA SÉRIE

DATA DE INÍCIO DA DISTRIBUIÇÃO: [inserir data da publicação do AID]

DATA DE ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO: A distribuição da Primeira Série deverá ser integralmente subscrita no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 17 de novembro de 2006. A critério da **ADMINISTRADORA**, atingido o patamar mínimo de distribuição de 5.850 Quotas Sênior, poderá se dar por encerrado o período de distribuição de quotas do **FUNDO**. O saldo não colocado será cancelado antes do prazo de 180 dias supramencionado.

POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO: A CVM, em virtude de solicitação fundamentada da **ADMINISTRADORA**, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo previsto acima por outro período, no máximo igual ao prazo inicial.

FORMA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA: Via correio eletrônico e publicação na Gazeta Mercantil ou no Valor Econômico.

ALTERAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA: Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos do **FUNDO** e

inerentes à própria Oferta, será solicitada à CVM a alteração ou revogação da oferta de distribuição pública de Quotas do **FUNDO**.

A alteração e/ou revogação da Oferta de distribuição de Quotas do **FUNDO** será imediatamente comunicada aos investidores através de correio eletrônico e publicação na Gazeta Mercantil ou no Valor Econômico.

O investidor deverá comunicar a sua discordância com a alteração da Oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação da alteração da Oferta, sendo que o silêncio do investidor será considerado como aceitação da alteração. O investidor que manifestar sua discordância em relação à alteração da Oferta será restituído dos valores investidos no **FUNDO**, na forma e no prazo a serem informados no anúncio de alteração da Oferta.

A revogação da Oferta acarretará a restituição ao investidor da quantia aplicada no **FUNDO**, a qual se dará na forma e no prazo informado no anúncio de revogação da Oferta.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO

Destacamos abaixo um sumário descrevendo os principais contratos firmados pelo **FUNDO**.

CONTRATO DE COORDENAÇÃO

De acordo com os termos do Contrato de Coordenação, o Rabobank é responsável pela estruturação do **FUNDO**.

CONTRATO DE CUSTÓDIA

Contrato celebrado entre a **ADMINISTRADORA**, por conta e ordem do **FUNDO**, e o **CUSTODIANTE**, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, que consistem na liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos outros Ativos Financeiros integrantes da carteira, bem como sua guarda, além da supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial e outras atividades de controle do ativo e passivo do **FUNDO**.

CONTRATO DE DEPÓSITO

Contrato celebrado entre o **CUSTODIANTE**, o **FUNDO** e a Depositária para a prestação de serviços de guarda e manutenção dos Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis.

CONTRATO DE CESSÃO

É o principal contrato celebrado pelo **FUNDO**, celebrado por este por meio de seu Administrador, e cada Cedente, para a aquisição de Direitos Creditórios. A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretroatável, transferindo para o **FUNDO**, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, compreendendo ainda, as garantias outorgadas pelos Clientes a cada Cedente em relação aos Direitos Creditórios.

RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E/OU COM A OFERTA

As partes envolvidas com a estruturação do **FUNDO** e/ou com a Oferta são sociedades individualizadas e distintas e não pertencem ao mesmo grupo econômico.

O Bradesco e algumas de suas coligadas mantêm relações comerciais com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP ou com pessoas jurídicas a ela filiadas, direta ou indiretamente, e, no futuro, poderão prestar, serviços de investment banking, consultoria financeira e outros serviços para a Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP ou com pessoas jurídicas a ela filiadas, direta ou indiretamente, pelos quais receberão ou pretendem receber comissões.

Ressalvado os fatos acima mencionados, na data deste Prospecto não havia quaisquer outros relacionamentos comerciais entre as partes envolvidas com a estruturação do **FUNDO** e/ou com a Oferta.

PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

A **ADMINISTRADORA** divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tal como a eventual alteração da classificação de risco das Quotas do **FUNDO** ou dos Direitos Creditórios Elegíveis e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do **FUNDO**.

A divulgação das informações previstas acima deverá ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico, sendo que todos os documentos e informações correspondentes devem ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação e mantidos disponíveis aos Quotistas na sede da **ADMINISTRADORA** e nas instituições responsáveis pela distribuição pública das Quotas do **FUNDO**.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao **FUNDO**, considerar-se-á fato relevante a alteração da classificação de risco das Quotas do **FUNDO**.

A **ADMINISTRADORA** deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas instituições responsáveis pela distribuição pública das Quotas do **FUNDO**, informações sobre:

I - o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor;

II - a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês. A **ADMINISTRADORA** deverá colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

I - de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

II - de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

PERIÓDICOS DESTINADOS ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO

Publicação de Quotas: ANBID - Gazeta Mercantil

Publicação de Anúncios, Fatos Relevantes, Convocações e demais documentos: Valor Econômico.

ATENDIMENTO AO QUOTISTA

Para solicitar maiores informações sobre o **FUNDO**, bem como realizar consultas sobre os demonstrativos financeiros e os relatórios da administração do **FUNDO**, potenciais investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a **ADMINISTRADORA** por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento e e-mail:

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar,
CEP: 01009-905
Centro - São Paulo – SP
Tel.: (11) 3241-3122
Fax: (11) 3241-3831

ANEXO I – DEMONSTRATIVO DO CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO

Além dos custos relativos ao registro da Oferta perante a CVM e às publicações relativas à Oferta, a **ADMINISTRADORA** não incorreu em outros custos relacionados à distribuição pública das Quotas da Primeira Série. Tendo em vista que a **ADMINISTRADORA**, na qualidade de sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, será o único responsável pela distribuição pública das Quotas da Primeira Série junto ao público investidor, não serão devidas pelo **FUNDO** comissões de coordenação da Oferta, colocação das Quotas e/ou quaisquer outras comissões referentes à colocação pública das Quotas da Primeira Série.

Custo da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor total da Oferta
Despesas de Registro	82.870,00	0,064
Publicações	70.000,00	0,054
Outros Custos Relacionados*	195.000,00	0,150
Total	347.870,00	0,268

*Auditores Independentes e Agência Classificadora de Risco das Quotas

Custo Unitário de Distribuição	
Preço por Quota (R\$)*	Custo por Quota (R\$)
10.000,00	26,76

* com base no Preço de Emissão na Primeira Data de Emissão

ANEXO II – INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

**CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E
COMMODITIES**

C.N.P.J./M.F. n.º 52.904.364/0004-42

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL**

Por este Instrumento Particular, **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, situada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Marechal Deodoro, nº 630, 20º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob nº 52.904.364/0004-42 ("**ADMINISTRADORA**"), constitui um FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, nos termos da Instrução da CVM nº 356, de 17.12.2001 (conforme alterada, a "Instrução 356"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

I – Sob a denominação de **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL ("FUNDO")**, fica constituído um FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, em regime de condomínio fechado, nos termos da Instrução 356 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;

II – A administração do **FUNDO** e gestão da carteira de investimentos do **FUNDO** será efetuada pela **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, já qualificada;

III – O Sr. **ANTONIO JOEL ROSA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.203.496 SSP/SP e inscrito no C.P.F./M.F. sob nº 530.431.978-87, diretor da **ADMINISTRADORA**, será responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do **FUNDO**;

IV – Ficam contratados os seguintes prestadores de serviços ao **FUNDO**: (i) o Banco Bradesco S.A., para prestar os serviços de custódia qualificada e controladoria dos ativos do **FUNDO**; (ii) a Fitch Ratings, agência classificadora de risco, para prestar os serviços de classificação de risco (rating) das quotas do **FUNDO**; e (iii) a KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria, para prestar serviços de auditoria independente para o **FUNDO**;

V – A primeira emissão de quotas do **FUNDO** será composta por até 11.700 (onze mil e setecentas) quotas da classe sênior ("Quotas Sênior") e 1.300 (um mil e quinhentas) quotas da classe subordinada ("Quotas Subordinadas"), com valor inicial na primeira integralização de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada. As Quotas Sênior terão *benchmark* de rentabilidade correspondente a 106% (cento e seis por cento) da taxa média diária dos



Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br) e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (“Benchmark”). As Quotas Subordinadas não terão *benchmark* de rentabilidade pré-definido, sendo que toda a rentabilidade excedente ao *Benchmark* não será atribuída às Quotas Sênior e sim às Quotas Subordinadas, razão pela qual as Quotas Subordinadas poderão apresentar valores diferentes das Quotas Sênior;

VII – O regulamento do **FUNDO** é ora aprovado e promulgado conforme anexo.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Curitiba, 17 de Novembro de 2006.

Antonio Joel Rosa
Diretor

**CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E
COMMODITIES**

Testemunhas:

1. Conceição B. Costa
Nome: Conceição Barbosa da Costa
RG: W655864-X (RNE)
CPF: 129.968.907-87

2. Romeu Ricardo Vidali
Nome: Romeu Ricardo Vidali
RG: 5481962-3 - SSP/SP
CPF: 283.028.698-72

2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Cândido Lopes, 230/cj. 02 - F: 224-2444
Apresentado HOJE, Protocolado e Registrado em
MICROFILME sob nº 956356
ARQUIVADO sob nº 682404
Curitiba, 21 NOV 2006
TÍTULO: R: Denise Maria Moll Lebrão
JURAMENTADOS: João Valdir Justus
Aramis Salata



42-8803
20/11/06
CUSTAS R\$ 10,00
OU 10,00 VRC

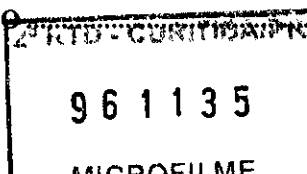


ANEXO III – REGULAMENTO

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL**

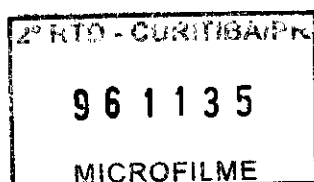
ÍNDICE

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO.....	3
CAPÍTULO II - DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO.....	3
CAPÍTULO III - DO OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO	3
CAPÍTULO IV - DOS REQUISITOS APLICÁVEIS AOS CEDENTES E DA NATUREZA E ORIGEM DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	4
CAPÍTULO V - DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO E DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE REFERENTES ÀS CESSÕES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	6
CAPÍTULO VI - DOS PROCEDIMENTOS DE OFERTA E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	9
CAPÍTULO VII - DO PAGAMENTO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DO PRÊMIO DE ADIMPLEMENTO.....	12
CAPÍTULO VIII - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	14
CAPÍTULO IX - DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA.....	16
CAPÍTULO X - DO PATRIMÔNIO INICIAL	17
CAPÍTULO XI - DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS	19
CAPÍTULO XII - DA AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS SÊNIOR DA PRIMEIRA SÉRIE E DOS PROCEDIMENTOS PARA CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LIQUIDEZ.....	24
CAPÍTULO XIII - DO RESGATE DAS QUOTAS E DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE QUOTAS MEDIANTE ENTREGA DE DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E ATIVOS FINANCEIROS.....	26
CAPÍTULO XIV - DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA FINS DE REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DA ALOCAÇÃO MÍNIMA EM DIREITOS CREDITÓRIOS E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO	28
CAPÍTULO XV - DA ORDEM DOS PAGAMENTOS DO FUNDO.....	29
CAPÍTULO XVI - DOS FATORES DE RISCO.....	29



J

CAPÍTULO XVII - POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS.....	34
CAPÍTULO XVIII - DA APÓLICE DE SEGURO DE CRÉDITO.....	35
CAPÍTULO XIX - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS	39
CAPÍTULO XX - DOS ENCARGOS DO FUNDO	43
CAPÍTULO XXI - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	44
CAPÍTULO XXII - DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO	44
CAPÍTULO XXIII - DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO.....	45
CAPÍTULO XXIV - DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO.....	47
CAPÍTULO XXV - DA ADMINISTRAÇÃO	49
CAPÍTULO XXVI - DA RENÚNCIA E SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA	52
CAPÍTULO XXVII - DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA	53
CAPÍTULO XXVIII - DO CUSTODIANTE	54
CAPÍTULO XXIX - DISPOSIÇÕES FINAIS	55



[Handwritten signature]

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

Artigo 1º: O **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL**, atualmente em fase de inscrição no CNPJ/MF (o “**FUNDO**”), é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração, regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo 1º: O **FUNDO** terá prazo de duração de 20 (vinte) anos, contados a partir da Primeira Data de Emissão (conforme definida abaixo).

Parágrafo 2º: O **FUNDO** terá sua sede no Estado do Paraná, Cidade de Curitiba, na Rua Marechal Deodoro, nº 630, 20º andar.

Parágrafo 3º: O patrimônio do **FUNDO** será formado por quotas da classe sênior (as “Quotas Sênior”) e por quotas da classe subordinada (as “Quotas Subordinadas”, sendo as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas referidas em conjunto como as “Quotas”).

CAPÍTULO II - DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO

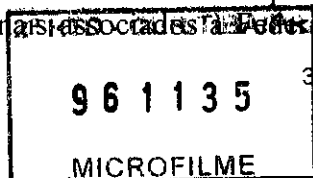
Artigo 2º: O público-alvo do **FUNDO** são investidores qualificados, assim definidos pela regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores (os investidores que venham adquirir Quotas de emissão do **FUNDO** serão referidos como os “Quotistas”). Podem participar do **FUNDO**, ainda, fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” e “Multimercado”, nos termos do inciso II do artigo 91 da Instrução CVM n.º 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

Parágrafo 1º: O valor mínimo de subscrição inicial da Primeira Série (conforme definida abaixo) de Quotas do **FUNDO** é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), havendo um limite máximo de subscrição por investidor de até 20% (vinte por cento) das Quotas Sênior da Primeira Série ofertadas publicamente.

Parágrafo 2º: Não há limite máximo de subscrição para as Quotas Subordinadas.

CAPÍTULO III - DO OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO

Artigo 3º: É objetivo do **FUNDO** proporcionar aos Quotistas a valorização de suas Quotas através da aplicação preponderante dos recursos do **FUNDO**, durante o prazo de duração do **FUNDO**, na aquisição de direitos creditórios performados de titularidade das indústrias filiadas a um dos sindicatos patronais associados à Federação de Indústrias do Estado do Paraná - FIEP



1

("Direitos Creditórios") que venham a ceder tais Direitos Creditórios ao **FUNDO** ("Cedentes"), de acordo com os termos do "Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios sem Co-Obrigações e Outras Avenças" a ser celebrado entre o **FUNDO** e cada um dos Cedentes (cada contrato, um "Contrato de Cessão"), cuja minuta padrão, a ser adotada para todos os Contratos de Cessão, é parte integrante do presente Regulamento como seu Anexo I.

Parágrafo 1º: Somente poderão compor a carteira de investimentos do **FUNDO** ("Carteira") Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, a todas as condições de cessão e a todos os critérios de elegibilidade descritos no Capítulo V abaixo.

Parágrafo 2º: Sem prejuízo do disposto no *caput*, o **FUNDO** também poderá aplicar parcela de seus recursos em determinados ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis no mercado, em estrita observância aos critérios de seleção, composição e diversificação admitidos no Capítulo VIII abaixo.

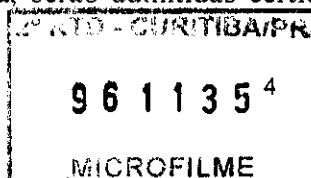
CAPÍTULO IV - DOS REQUISITOS APLICÁVEIS AOS CEDENTES E DA NATUREZA E ORIGEM DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Artigo 4º: Os Cedentes serão indústrias com sede ou filial no Estado do Paraná e deverão ser previamente cadastrados pela **ADMINISTRADORA** (conforme definida abaixo) para que possam ofertar Direitos Creditórios ao **FUNDO**. Para que tenha seu cadastro aprovado, cada Cedente deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos ("Requisitos Aplicáveis aos Cedentes"):

(a) comprovar sua filiação a um dos sindicatos patronais associados à Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, apresentando comprovação de pagamento em dia de suas contribuições sindicais;

(b) entregar à **ADMINISTRADORA** os documentos e informações necessários ao seu cadastramento, quais sejam, informações cadastrais mínimas indicadas no Anexo II deste Regulamento, acompanhadas de cartão de assinaturas e da via original ou de cópia autenticada dos seguintes documentos: Contrato Social ou Estatuto Social, cartão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e indicação das pessoas capazes de representar o Cedente em operações de cessão de direitos, acompanhada dos documentos que comprovem tais poderes. O Cedente cadastrado deverá manter sempre atualizada referida documentação probatória de poderes dos seus representantes. A critério da **ADMINISTRADORA**, outros documentos poderão ser solicitados ao Cedente para a aprovação de seu cadastro;

(c) comprovar que não possui dívidas tributárias, previdenciárias ou securitárias que não tenham sido objeto de parcelamento ou discussão administrativa ou judicial de boa-fé. Para tanto, deverá entregar à **ADMINISTRADORA** e manter atualizada, pelo prazo de validade de cada certidão, Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, emitida pelo Instituto Nacional de Seguro Social, Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições para com a Fazenda Nacional, emitida pela Secretaria da Receita Federal, Certidão Negativa de Inscrição de Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Certificado de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal. Para fins do cumprimento do disposto nesta alínea, serão admitidas certidões positivas com efeitos de negativa, bem



[Handwritten signature]

como outros documentos equivalentes aos referidos expressamente nesta alínea, a critério da **ADMINISTRADORA**;

(d) no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do respectivo exercício social, entregar à **ADMINISTRADORA** cópia autenticada do balanço anual relativo ao último exercício;

(e) não possuir registro no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central do Brasil - CCF ("CCF"), na SERASA S.A. ("SERASA") ou no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC ("SPC") relativos a títulos protestados não contestados, inadimplência de obrigações ou quaisquer apontamentos nos cadastros referidos neste item, em valor agregado igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ou apontamentos de pedido de falência, estar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento similar; e

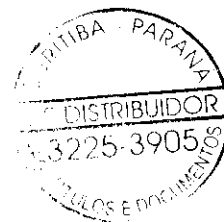
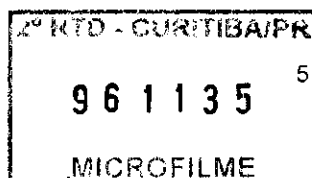
(f) comprovar à **ADMINISTRADORA** a contratação junto ao **CUSTODIANTE** (conforme definido abaixo) dos serviços de cobrança bancária dos Direitos Creditórios, de modo a assegurar que o **CUSTODIANTE** atuará na qualidade de agente cobrador dos Direitos Creditórios que venham a ser ofertados ao **FUNDO** (o "**AGENTE COBRADOR**"), nos termos do "Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças" a ser celebrado entre o **CUSTODIANTE** e cada um dos Cedentes, com a interveniência do **FUNDO** (cada contrato, um "Contrato de Cobrança").

Parágrafo 2º: Não obstante o procedimento de cadastro acima estabelecido, os Requisitos Aplicáveis aos Cedentes constantes das alíneas "c" e "d" acima serão permanentes, devendo o Cedente interessado em ofertar Direitos Creditórios ao **FUNDO** cumpri-los a todo momento.

Parágrafo 3º: O Cedente que atender integralmente aos Requisitos Aplicáveis aos Cedentes será considerado apto a ofertar Direitos Creditórios ao **FUNDO** ("Cedente Cadastrado"), sendo que seu cadastro deverá ser atualizado pela **ADMINISTRADORA** ao final de cada semestre dos exercícios sociais. Adicionalmente à atualização semestral, a **ADMINISTRADORA** poderá solicitar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, a substituição de quaisquer documentos ou ainda a entrega de documentos adicionais que julgue necessários para a aprovação ou atualizações do cadastro do Cedente.

Parágrafo 4º: A verificação do cumprimento dos Requisitos Aplicáveis aos Cedentes será de responsabilidade da **ADMINISTRADORA**. Por tal razão, a **ADMINISTRADORA** deverá, sempre que identificar o não cumprimento de qualquer dos Requisitos Aplicáveis aos Cedentes, descredenciar o Cedente da qualidade de Cedente Cadastrado, fato que impedirá que o Cedente descadastrado realize novas ofertas de Direitos Creditórios ao **FUNDO** enquanto perdurarem as irregularidades, o que deverá ser imediatamente comunicado, por escrito, ao **CUSTODIANTE**.

Artigo 5º: No curso normal de seus negócios, os Cedentes deverão realizar vendas de produtos a prazo ou prestação de serviços a seus clientes ("Clientes"), de modo a originar os Direitos Creditórios referidos no artigo 3º acima. Os Direitos Creditórios deverão ser originados de acordo com a política de concessão de crédito de cada Cedente, observados os critérios mínimos previstos na política de concessão de crédito aplicável a todos os Cedentes, a qual é parte integrante deste Regulamento como Anexo III.



Parágrafo 1º: As notas fiscais referentes às transações de venda de produtos ou prestação de serviços dos Cedentes a seus respectivos Clientes, os comprovantes de entrega de tais produtos ou da prestação de serviços, as duplicatas e outros documentos que eventualmente venham a ser especificados no Contrato de Cessão celebrado entre o **FUNDO** e cada um dos Cedentes serão os documentos que formalizarão a origem dos Direitos Creditórios.

Parágrafo 2º: Para todos os fins deste Regulamento, as notas fiscais, as duplicatas e outros documentos que eventualmente venham a ser especificados em cada Contrato de Cessão serão designados em conjunto como os “Documentos Representativos de Crédito”.

Parágrafo 3º: Nos termos de cada Contrato de Cessão, os representantes legais dos Cedentes serão responsáveis pela emissão das duplicatas contra os Clientes devedores dos Direitos Creditórios, de forma física ou eletrônica, as quais poderão ser remetidas ou não aos Clientes para fins de aceite (“Duplicatas” ou, individualmente, “Duplicata”).

Parágrafo 4º: As Duplicatas emitidas fisicamente deverão ser endossadas em favor do **FUNDO** e entregues pelos Cedentes à **ADMINISTRADORA** em cada Data de Oferta de Direitos Creditórios (conforme definida abaixo), para fins de verificação do atendimento da Condição de Cessão (conforme definida abaixo) de que trata a alínea “c” do artigo 6º deste Regulamento.

Parágrafo 5º: Na hipótese de emissão eletrônica de Duplicata, o respectivo arquivo eletrônico deverá ser entregue pelos Cedentes à **ADMINISTRADORA**, que será responsável por imprimi-la, assiná-la e endossá-la em favor do **FUNDO**, nos termos previstos nos Contratos de Cessão. As Duplicatas assinadas e endossadas pela **ADMINISTRADORA**, bem como aquelas emitidas fisicamente, deverão ser enviadas, juntamente com os demais Documentos Representativos de Crédito, à Federação de Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, com sede na Avenida Cândido de Abreu, nº 200, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná e inscrita no CNPJ sob nº 76.709.898/0001-33 (a “Depositária”), que realizará a custódia física dos referidos documentos, nos termos do artigo 10 deste Regulamento.

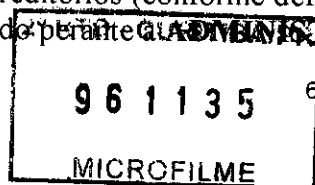
Parágrafo 6º: Os comprovantes de entrega decorrentes das notas fiscais referentes às operações de venda de produtos e/ou da prestação de serviços dos Cedentes a seus Clientes ficarão sob a guarda dos Cedentes, e deverão ser entregues, quando solicitados, à Depositária.

Parágrafo 7º: Durante o período em que os Cedentes mantiverem sob sua guarda os comprovantes de entrega decorrentes das notas fiscais referentes às operações de venda de produtos e/ou da prestação de serviços, os Cedentes serão nomeados fiéis depositários dos referidos documentos.

CAPÍTULO V - DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO E DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE REFERENTES ÀS CESSÕES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Artigo 6º: Somente poderão ser objeto de cessão entre os Cedentes e o **FUNDO**, Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, às condições de cessão (“Condições de Cessão”) abaixo relacionadas, cujo atendimento será validado pela **ADMINISTRADORA**:

(a) os Direitos Creditórios a serem oferecidos à cessão pelos Cedentes deverão decorrer de Oferta de Direitos Creditórios (conforme definida abaixo) de Cedente que esteja na condição de Cedente Cadastrado perante a **ADMINISTRADORA**;



(b) os Direitos Creditórios a serem oferecidos à cessão pelos Cedentes deverão ser performados e originados de operações mercantis ou prestação de serviços realizadas pelos Cedentes, obrigatoriamente desenvolvidas no setor industrial, nos mais diversos segmentos;

(c) os Direitos Creditórios a serem oferecidos à cessão deverão estar amparados pelos respectivos Documentos Representativos de Crédito; e

(d) não serão aceitos Direitos Creditórios de Cedente que já tenha ofertado Direitos Creditórios ao **FUNDO** e não tenha atendido ao procedimento para a formalização da cessão previsto na alínea "d" do artigo 8º deste Regulamento.

Artigo 7º: Adicionalmente às Condições de Cessão acima estabelecidas, os Direitos Creditórios deverão atender a certos critérios de elegibilidade ("Critérios de Elegibilidade"). Para fins do disposto na legislação, no Regulamento e no Contrato de Custódia (conforme definido abaixo), são consideradas Critérios de Elegibilidade as seguintes regras:

(a) os Clientes devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** não deverão possuir, em cada Data de Oferta de Direitos Creditórios, registro no CCF, na SERASA ou no SPC relativos a títulos protestados em valor igual ou superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

(b) os Clientes devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** não deverão estar em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento similar, conforme checagem a ser realizada por meio dos controles mantidos pela SERASA e/ou pelo SPC;

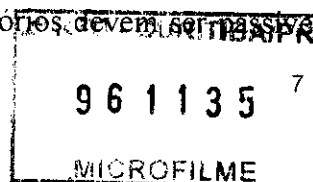
(c) os Direitos Creditórios deverão ter prazo máximo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de emissão da respectiva fatura ("Data de Faturamento") e prazo mínimo de 7 (sete) dias contados da respectiva Data de Oferta de Direitos Creditórios. Não serão aceitos Direitos Creditórios com prazo superior ao prazo de duração do **FUNDO** e da respectiva série de Quotas;

(d) os Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** deverão estar registrados no Sistema de Cobrança do **AGENTE COBRADOR** na respectiva Data de Oferta de Direitos Creditórios, de forma a possibilitar a cobrança bancária dos Direitos Creditórios Elegíveis pelo **AGENTE COBRADOR** e sua segregação em relação aos Direitos Creditórios de titularidade dos Cedentes que não tenham sido objeto de cessão ao **FUNDO**, observado que os valores correspondentes ao pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis serão creditados diretamente em conta corrente de titularidade do **FUNDO**;

(e) não serão aceitas novas cessões de Direitos Creditórios de Cedentes que tenham Direitos Creditórios Elegíveis anteriormente cedidos ao **FUNDO** inadimplidos há mais de 15 (quinze) dias corridos;

(f) os Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** não poderão ser de Cliente(s) devedor(es) de Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos (conforme definidos abaixo) há mais de 15 (quinze) dias corridos, ainda que tais Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos tenham sido cedidos ao **FUNDO** por outro Cedente;

(g) os Direitos Creditórios devem ser passíveis de seguro coberto pela apólice de seguro de



crédito emitida de acordo com os termos e condições previstos no Capítulo XVIII deste Regulamento ("Apólice de Seguro de Crédito"), conforme checagem a ser realizada por meio dos controles mantidos pela Seguradora (conforme definida abaixo), nos termos da Apólice de Seguro de Crédito;

(h) os Direitos Creditórios não poderão ser devidos por Cliente(s) cujo inadimplemento em relação a um Direito Creditório Elegível tenha ocasionado a configuração de sinistro nos termos da Apólice de Seguro de Crédito, conforme checagem a ser realizada por meio dos controles mantidos pela Seguradora, nos termos da Apólice de Seguro de Crédito;

(i) o total de Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** por um mesmo Cedente não poderá representar, a qualquer momento, mais que 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**;

(j) o total de Direitos Creditórios devidos por um mesmo Cliente não poderá exceder a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**. Será admitida a elevação deste percentual para 10% (dez por cento) para todo Cliente que venha a receber a mesma classificação de risco atribuída às Quotas Sênior pela mesma agência de classificação de risco. Será responsabilidade da **ADMINISTRADORA** obter periodicamente junto à agência de classificação de risco os relatórios de classificação de risco referentes a cada Cliente que o Cedente queira enquadrar nesta exceção e encaminhar estes relatórios de classificação de risco ao **CUSTODIANTE**, de forma que este proceda a eventuais alterações em seus controles de validação dos Direitos Creditórios quanto aos Critérios de Elegibilidade;

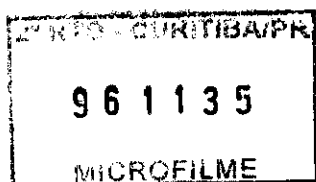
(k) não serão aceitos Direitos Creditórios devidos por um mesmo Cliente que representem percentual superior a 30% (trinta por cento) do valor total da respectiva Oferta de Direitos Creditórios;

(l) cada Oferta de Direitos Creditórios deverá perfazer um montante mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por Cedente, sendo que o valor individual mínimo por Direito Creditório deverá corresponder a R\$ 1.000,00 (um mil reais); e

(m) cada Oferta de Direitos Creditórios deverá ter prazos médios ponderados de vencimento não superiores a 90 (noventa) dias contados da Data de Faturamento, o que deverá ser observado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$PM_o = \frac{\sum_{d=1}^n (VN_i \times N_i)}{\sum_{d=1}^n VN_i}$$

PM_o	Prazo médio da Oferta de Direitos Creditórios, expresso em número de dias, obtido pelo arredondamento para cima do resultado da fórmula;
VN_i	Valor nominal de cada Direito Creditório ofertado;
N_i	Número de dias compreendidos entre a Data de Faturamento e a data de vencimento, inclusive, do Direito Creditório ofertado.



Parágrafo 1º: As aquisições dos Direitos Creditórios pelo **FUNDO** deverão ser realizadas de acordo com as regras estabelecidas no Contrato de Cessão e deverão atender, cumulativamente, às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade definidos neste Regulamento. Os Direitos Creditórios que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao **FUNDO** nos termos do Contrato de Cessão serão designados simplesmente como os “Direitos Creditórios Elegíveis”.

Parágrafo 2º: Na aquisição dos Direitos Creditórios, a **ADMINISTRADORA** deverá verificar e validar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** às Condições de Cessão e o **CUSTODIANTE** deverá verificar e validar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** aos Critérios de Elegibilidade.

Parágrafo 3º: Os Cedentes serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios que comporão a Carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do **CUSTODIANTE** e da **ADMINISTRADORA** qualquer responsabilidade a esse respeito.

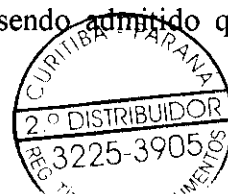
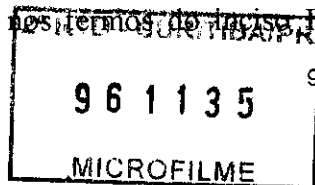
Parágrafo 4º: Na hipótese de o Direito Creditório perder qualquer Condição de Cessão ou Critério de Elegibilidade após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra a **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE** ou qualquer dos Cedentes, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

Parágrafo 5º: A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o **FUNDO**, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra qualquer dos Cedentes, da plena titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

Parágrafo 6º: Nos 60 (sessenta) dias iniciais de funcionamento do **FUNDO**, os Critérios de Elegibilidade previstos nas letras “i” e “j” deste artigo 7º não serão obrigatoriamente observados. Entre o 61º e 120º dia de funcionamento do **FUNDO**, aludidos Critérios de Elegibilidade deverão observar os seguintes limites: (i) o valor dos Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo **FUNDO** de um mesmo Cedente ainda não pagos por seus respectivos Clientes não poderá representar mais que 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**; e (ii) o total de Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo **FUNDO** relativos a um mesmo Cliente não poderá exceder 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS DE OFERTA E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Artigo 8º: Cada aquisição de Direitos Creditórios será considerada formalizada e regular após a verificação cumulativa dos seguintes eventos, de acordo com os termos e condições de cada Contrato de Cessão: (a) verificação e validação, pelo **CUSTODIANTE** ou pela **ADMINISTRADORA**, conforme o caso, do atendimento dos Direitos Creditórios em negociação às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade; (b) envio, pelo **CUSTODIANTE** ao **FUNDO**, do Termo de Cessão (conforme definido abaixo); (c) envio, pelo **FUNDO** aos respectivos Cedentes, do Termo de Cessão assinado pela **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**, nos termos do inciso IV do artigo 9º abaixo, sendo admitido que as



assinaturas sejam realizadas por meio de processo de certificação digital; (d) assinatura do Termo de Cessão pelos Cedentes, conforme disposto no inciso IV do artigo 9º abaixo, sendo admitido que as assinaturas sejam realizadas por meio de processo de certificação digital; e (e) pagamento, pelo **CUSTODIANTE**, em nome e por conta do **FUNDO**, aos Cedentes, do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis (conforme definido abaixo), observadas as disposições previstas no Capítulo VII abaixo.

Parágrafo único: Cada data em que for verificado o cumprimento cumulativo dos eventos referidos nas alíneas (a) a (d) acima será designada como uma “Data de Aquisição”.

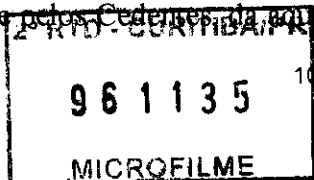
Artigo 9º: Para cada operação de aquisição de Direitos Creditórios pelo **FUNDO** deverão ser observados os seguintes procedimentos, sem prejuízo do disposto nos respectivos Contratos de Cessão:

I - Os Cedentes deverão disponibilizar à **ADMINISTRADORA**, a partir da data de assinatura do respectivo Contrato de Cessão, por meio eletrônico ou por qualquer outro meio admitido pela **ADMINISTRADORA**, a relação dos Direitos Creditórios que estejam dispostos a ceder ao **FUNDO** naquele dia específico (a “Oferta de Direitos Creditórios”) (cada data em que seja apresentada uma Oferta de Direitos Creditórios, uma “Data de Oferta de Direitos Creditórios”);

II – Os Direitos Creditórios objeto de cada Oferta de Direitos Creditórios e seus respectivos Documentos Representativos de Crédito serão submetidos à avaliação da **ADMINISTRADORA** e do **CUSTODIANTE**, sendo que a **ADMINISTRADORA** deverá validar o atendimento dos Direitos Creditórios objeto de cada Oferta de Direitos Creditórios às Condições de Cessão e o **CUSTODIANTE** deverá validar o atendimento destes aos Critérios de Elegibilidade (cada data de conclusão da validação referida neste inciso, uma “Data de Conclusão da Validação dos Direitos Creditórios”);

III – Serão desconsiderados da Oferta de Direitos Creditórios e, portanto, estarão livres para o respectivo Cedente os Direitos Creditórios: (a) que não atendam às Condições de Cessão e/ou aos Critérios de Elegibilidade; (b) cujo respectivo Termo de Cessão não seja assinado pelo Cedente no prazo previsto no artigo 11 abaixo; e/ou (c) cuja aquisição não atenda aos interesses do **FUNDO**, a exclusivo critério da **ADMINISTRADORA**. Os Direitos Creditórios objeto de Oferta de Direitos Creditórios que não tenham sido selecionados para cessão ao **FUNDO** poderão ser novamente ofertados em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de verificação e seleção pela **ADMINISTRADORA** e pelo **CUSTODIANTE**;

IV – Na hipótese de verificação, pelo **CUSTODIANTE** ou pela **ADMINISTRADORA**, conforme o caso, do atendimento pelos Direitos Creditórios às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, e caso a aquisição dos referidos Direitos Creditórios seja do interesse do **FUNDO**, a critério da **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE** deverá, na Data de Conclusão da Validação dos Direitos Creditórios: (a) encaminhar ao **FUNDO**, por meio eletrônico, fac-símile ou por qualquer outro meio de correspondência impressa, relatório contendo a relação dos Direitos Creditórios que serão necessariamente cedidos ao **FUNDO** e o respectivo Preço de Aquisição, calculado de acordo com os termos e condições do Contrato de Cessão (“Termo de Cessão”); e (b) observado o disposto no artigo 11 abaixo, providenciar a formalização do Termo de Cessão mediante assinatura pela **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**, e pelo respectivo Cedente, sendo admitido que tais assinaturas sejam realizadas por meio de processo de certificação digital. O Termo de Cessão corresponderá à formalização e aceitação, pelo **FUNDO** e pelos Cedentes, da aquisição dos Direitos Creditórios ali indicados pelo



FUNDO e regulará cada operação de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis entre cada um dos Cedentes e o **FUNDO**, nos termos estabelecidos no Contrato de Cessão;

V – O **CUSTODIANTE** realizará o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis a cada Cedente nos termos do Capítulo VII abaixo, sendo que cada data em que seja realizado tal pagamento será designada como uma “Data de Pagamento”; e

VI – Em até 20 (vinte) dias corridos contados da assinatura de cada Termo de Cessão por seu respectivo Cedente, a **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**, providenciará: (a) o registro de cada Termo de Cessão assinado no(s) competente(s) Cartório(s) de Registro de Títulos e Documentos, ou (b) a lavratura de cada Termo de Cessão, por instrumento público, no Tabelião de Notas, ou (c) o registro de cada Termo de Cessão por meio de qualquer outro mecanismo admitido em lei e que produza os mesmos efeitos alcançados pelos meios de registro referidos nas alíneas (a) e (b) acima, a critério da **ADMINISTRADORA** (cada, um “Termo de Cessão Registrado”).

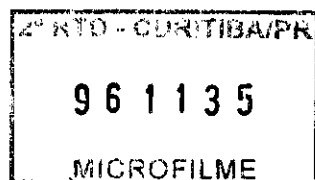
Parágrafo 1º: Será resolvida a cessão (i) de todo e qualquer Direito Creditório Elegível que venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de ônus, gravame ou encargo constituído sobre tal Direito Creditório Elegível previamente à aquisição do mesmo pelo **FUNDO**, (ii) de todo e qualquer Direito Creditório Elegível sem origem legal ou sem amparo em Documentos Representativos de Crédito; (iii) de todo e qualquer Direito Creditório Elegível que não tenha sido plenamente formalizado ou devidamente constituído; (iv) de todo e qualquer Direito Creditório Elegível que não seja pago integralmente pelo respectivo Cliente devedor em decorrência de (a) defeito ou vício do produto ou da prestação dos serviços referentes ao Direito Creditório Elegível ou (b) devolução do produto referente ao Direito Creditório Elegível que resulte no cancelamento da venda de tal produto. Quando da ocorrência de qualquer evento de resolução de cessão, conforme indicados acima, os Cedentes serão obrigados a restituir ao **FUNDO** o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos Direitos Creditórios Elegíveis cuja cessão tenha sido resolvida, valor este a ser calculado de acordo com o disposto no Contrato de Cessão.

Parágrafo 2º: Cada Oferta de Direitos Creditórios caracterizará a oferta irrevogável e irretroatável de cessão, ao **FUNDO**, dos Direitos Creditórios ali indicados, na respectiva Data de Oferta de Direitos Creditórios.

Parágrafo 3º: Para fins do disposto no artigo 290 do Código Civil Brasileiro, a notificação dos Clientes a respeito da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis será feita pela **ADMINISTRADORA**, mediante o envio de correspondência eletrônica. Em havendo quaisquer problemas com o envio da referida notificação eletrônica a qualquer Cliente, a **ADMINISTRADORA** deverá notificar o referido Cliente por meio do envio de fac-símile ou qualquer outra forma de correspondência que evidencie o seu recebimento.

Parágrafo 4º: O **FUNDO** poderá, a seu exclusivo critério, recusar Ofertas de Direitos Creditórios.

Artigo 10: O **CUSTODIANTE** deverá contratar a Depositária para realizar a custódia física dos Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis e de cada Termo de Cessão Registrado, de acordo com o disposto no “Contrato de Depósito e Outras Avenças” a ser celebrado entre o **CUSTODIANTE**, o **FUNDO** e a Depositária, cuja minuta é parte integrante deste Regulamento como Anexo IV (“Contrato de Depósito”).



Parágrafo único: A contratação, pelo **CUSTODIANTE**, da Depositária não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência e/ou controle, pela Depositária e/ou pelos respectivos Cedentes, sobre os Direitos Creditórios Elegíveis, tampouco eximirá o **CUSTODIANTE** de suas obrigações de custódia, conforme previstas no "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria do Fundo de Investimento FIEP Industrial e Outras Avenças" celebrado entre a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** ("Contrato de Custódia") e na regulamentação em vigor.

CAPÍTULO VII - DO PAGAMENTO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DO PRÊMIO DE ADIMPLEMENTO

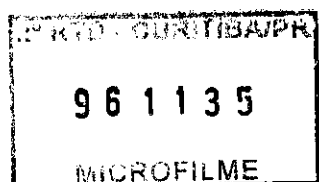
Artigo 11: O pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis pelo **FUNDO** ("Preço de Aquisição") aos respectivos Cedentes será efetuado em observância aos seguintes critérios: (a) caso o Termo de Cessão seja assinado e entregue pelo Cedente à **ADMINISTRADORA** até às 14:30h (quatorze horas e trinta minutos) do dia útil subsequente à respectiva Data de Conclusão da Validação dos Direitos Creditórios ("D+1"), o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Cedente, calculado na respectiva Data de Conclusão da Validação dos Direitos Creditórios, será realizado até às 16:00h de D+1; e (b) caso o Termo de Cessão não seja assinado e/ou entregue pelo respectivo Cedente à **ADMINISTRADORA** até às 14:30h (quatorze horas e trinta minutos) de D+1, os Direitos Creditórios ali referidos serão desconsiderados da Oferta de Direitos Creditórios, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto no item III do artigo 9 acima.

Parágrafo 1º: O Preço de Aquisição será apurado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$PAi = [(VNi - Rli) / (FatorD)] - PSi$$

<i>PAi</i>	Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível "i";
<i>VNi</i>	Valor nominal do Direito Creditório Elegível "i";
<i>Rli</i>	Reserva de inadimplência correspondente a 5% (cinco por cento) de ("Reserva de Inadimplência");
<i>PSi</i>	Prêmio do Seguro (conforme definido abaixo), que será pago pelo FUNDO à Seguradora, nos termos do artigo 76 deste Regulamento;
<i>FatorD</i>	Fator correspondente à taxa de desconto, calculada com 8 (oito) casas decimais, com aproximação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorD = (1 + D/100) ^ (Ni / 252)$$



<i>Ni</i>	Número de dias úteis contados da Data de Pagamento à data de vencimento do Direito Creditório Elegível, acrescido do prazo em dias úteis transcorrido até a liquidação financeira pelo custodiante ao Fundo;
<i>D</i>	Taxa de desconto determinada pelo Administrador do Fundo expressa em base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, de acordo com a seguinte fórmula:

$$D = Dif * (1 + Dif/100)$$

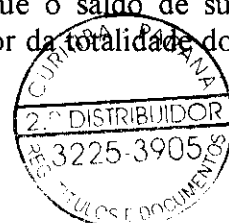
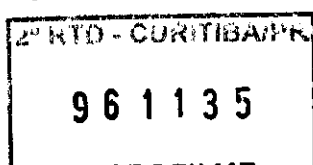
<i>Dif</i>	Taxa de juros pré-fixada no período "N", referenciada pela curva de futuros da Bolsa de Mercadorias e Futuros ("BM&F"), e expressa em base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;
<i>Df</i>	Sobretaxa de juros, calculada com 8 (oito) casas decimais, com aproximação, determinada pela ADMINISTRADORA diariamente devendo ser sempre superior a 18% (dezoito por cento).

Parágrafo 2º: A taxa de desconto (D) que estará disponível diariamente no website: www.fiepr.org.br/fidcfiep, será determinada de acordo com as condições de mercado à época de cada operação de aquisição de Direitos Creditórios pelo **FUNDO**, de forma a buscar atingir maior rentabilidade para o **FUNDO** e a manter, no mínimo, a Razão de Garantia (conforme definida abaixo) prevista no artigo 34 deste Regulamento.

Parágrafo 3º: Os recursos equivalentes ao valor das Reservas de Inadimplência constituirão uma provisão para pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** pelo respectivo Cedente, e serão exclusivamente alocados na aquisição dos ativos financeiros e modalidades operacionais indicados no artigo 13 deste Regulamento. Os rendimentos auferidos pelas aplicações da Reserva de Inadimplência serão revertidos exclusivamente ao **FUNDO**.

Parágrafo 4º: A Reserva de Inadimplência será controlada e administrada pelo **CUSTODIANTE** e será individualizada por Cedente, não sendo possível, em momento algum, ser utilizada de forma conjunta e/ou complementar. Cada Reserva de Inadimplência servirá, exclusivamente, para cobrir perdas ocasionadas por eventual inadimplemento de Direitos Creditórios Elegíveis que tenham sido cedidos ao **FUNDO** pelo mesmo Cedente responsável por sua constituição.

Parágrafo 5º: Na hipótese de adimplemento dos Direitos Creditórios Elegíveis ou pagamento do valor correspondente à respectiva indenização pela Seguradora, nos termos da Apólice de Seguro de Crédito, os respectivos Cedentes farão jus ao recebimento de um valor adicional ao Preço de Aquisição ("Prêmio de Adimplemento"). O pagamento do Prêmio de Adimplemento será devido a cada Cedente na medida em que os Direitos Creditórios por ele cedidos ao **FUNDO** sejam (i) pagos pelos respectivos Clientes devedores ou (ii) objeto de pagamento de indenização por parte da Seguradora, nos termos da Apólice de Seguro de Crédito, de forma que o saldo de sua Reserva de Inadimplência se torne superior a 15% (quinze por cento) do valor da totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** pelo referido Cedente.



[Handwritten signature]

Parágrafo 6º: Observado o disposto no parágrafo acima, o pagamento do Prêmio de Adimplemento poderá ser realizado mensalmente até o 5º (quinto) dia útil de cada mês e seu valor será equivalente ao montante que exceder o valor correspondente a 15% (quinze por cento) do valor da totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** por cada Cedente, conforme previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo 7º: O valor do Prêmio de Adimplemento será calculado pelo **CUSTODIANTE** de acordo com a seguinte fórmula:

$$PP_c = SRI_c - (SD_c \times 15\%)$$

PP_c	Prêmio de Adimplemento a ser pago ao Cedente “c”;
SRI_c	Saldo da Reserva de Inadimplência do respectivo Cedente “c”;
SD_c	Total dos valores dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao FUNDO pelo respectivo Cedente “c” e ainda não pagos e/ou que não tenham sido objeto de indenização, calculados pelo valor contábil.

Parágrafo 8º: O pagamento do Prêmio de Adimplemento aos Cedentes será realizado em moeda corrente nacional, respeitado o valor mínimo para pagamento de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Parágrafo 9º: O **FUNDO** poderá alienar os Direitos Creditórios Elegíveis, observado que após referida alienação, tais Direitos Creditórios não mais estarão cobertos pela Apólice de Seguro de Crédito.

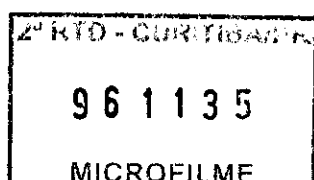
CAPÍTULO VIII - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 12: Visando atingir o objetivo proposto, o **FUNDO** alocará seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios, ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e neste Regulamento.

Parágrafo único: Após 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, o **FUNDO** deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios Elegíveis.

Artigo 13: A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver em caixa ou alocada em Direitos Creditórios Elegíveis (“Recursos Livres”) poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, nos seguintes ativos financeiros e modalidades operacionais (“Ativos Financeiros”):

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;



d) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nos itens “a”, “b” e “c” acima, respeitado o limite previsto no parágrafo 2º deste artigo; e

e) operações nos mercados de derivativos, nos termos do artigo 14 abaixo.

Parágrafo 1º: O **FUNDO** poderá alocar até 100% (cem por cento) dos Recursos Livres em operações compromissadas, desde que observado o disposto na alínea “d” do *caput* deste artigo.

Parágrafo 2º: A **ADMINISTRADORA** envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujo prazo médio de vencimento seja superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Parágrafo 3º: O total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo estado, município, fundo de investimento ou pessoa física não pode exceder 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

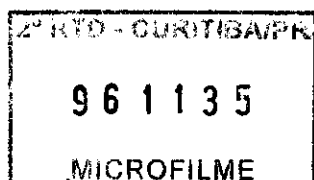
Parágrafo 4º: O total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedade por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

Artigo 14: Considerando a composição da Carteira e o fato de que o valor das Quotas Sênior será atualizado na forma estabelecida no artigo 40 deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Sênior. Para proteger as posições da Carteira detidas à vista, a fim de adequar a remuneração proporcionada pelos Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira ao *Benchmark* (conforme definido abaixo), e exclusivamente para este fim, a **ADMINISTRADORA** poderá realizar operações nos mercados de derivativos que representem o equivalente a até 100% (cem por cento) de seu patrimônio líquido, exclusivamente na modalidade “com garantia”. O **FUNDO** não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o **FUNDO** possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

Parágrafo único: Para o efeito do disposto no *caput*, as operações de derivativos do **FUNDO** serão realizadas apenas nos mercados administrados por bolsas de valores ou bolsas de mercadorias e de futuros, exclusivamente na modalidade com garantia.

Artigo 15: O **FUNDO** poderá contratar operações de sua Carteira com a **ADMINISTRADORA** e/ou com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da **ADMINISTRADORA**. As operações descritas neste artigo serão objeto de registro segregado das demais operações da Carteira do **FUNDO**, de modo a serem facilmente identificáveis.

Parágrafo 1º: A **ADMINISTRADORA** mantém mecanismos e sistemas de segregação das suas atividades relacionadas à administração de recursos de terceiros, nos termos da regulamentação em vigor. Em virtude da referida segregação de atividades, não há possibilidade de serem configurados eventuais conflitos de interesses na hipótese de contratação, pelo **FUNDO**, das operações de que trata o *caput* deste artigo 15.



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'S' followed by a flourish.

Artigo 16: Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira do **FUNDO** referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no patrimônio líquido do **FUNDO** do dia imediatamente anterior ao dia do cálculo de referidos percentuais.

Parágrafo único: Serão considerados, para efeito do cálculo do patrimônio líquido do **FUNDO**, os dispêndios efetivamente incorridos com operações no mercado de derivativos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, inclusive os valores líquidos das operações.

Artigo 17: Os Direitos Creditórios Elegíveis e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira serão mantidos em custódia pelo **CUSTODIANTE**, bem como registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do **FUNDO**, ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou (iv) em outras entidades autorizadas a prestar serviços de custódia pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

Artigo 18: Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio, inclusive aqueles relativos às aplicações financeiras realizadas com recursos das Reservas de Inadimplência, de maneira que os Quotistas deles participem proporcionalmente à quantidade de suas Quotas, respeitadas as regras previstas no artigo 20 deste Regulamento.

CAPÍTULO IX – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA

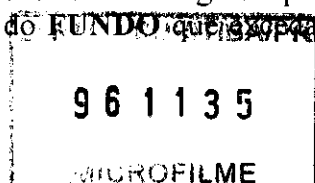
Artigo 19: Entende-se por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios Elegíveis e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, deduzidas as exigibilidades do **FUNDO**.

Parágrafo único: Para efeito da determinação do valor da Carteira, devem ser observados as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor e neste Capítulo IX.

Artigo 20: Os ativos da Carteira do **FUNDO** terão seus valores calculados todo dia útil, mediante a utilização de metodologia de apuração do valor dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações internas e externas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, adotando-se o valor de mercado, quando houver, e que sejam observadas as regras aplicáveis editadas pelo Banco Central do Brasil e da CVM e pelas legislações vigentes.

Parágrafo 1º: O Contrato de Custódia indicará os critérios e a metodologia adotados pelo **CUSTODIANTE** para apuração do valor dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**.

Parágrafo 2º: Eventuais prejuízos resultantes do descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos Creditórios Elegíveis pelos respectivos Clientes e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** que excedam (i) o valor da Reserva de Inadimplência e (ii)



os valores cobertos pela Apólice de Seguro de Crédito serão atribuídos às Quotas Subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedida a somatória de que trata este parágrafo, a inadimplência dos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da Carteira do **FUNDO** será atribuída às Quotas Sênior.

Parágrafo 3º: Na hipótese de ser atingido o *Benchmark* das Quotas Sênior, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às Quotas Subordinadas, razão pela qual estas poderão apresentar valores diferentes das Quotas Sênior.

Artigo 21: Os Direitos Creditórios Elegíveis vencidos e não pagos nas respectivas datas originais de vencimento (“Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos”) terão seu valor contábil provisionado pelo **FUNDO** em observância à tabela abaixo:

Atraso (dias)	Provisão
no 15º dia	15%
no 30º dia	20%
no 135º dia	100%

Artigo 22: Em qualquer hipótese de liquidação antecipada do **FUNDO** e resgate de Quotas mediante a entrega de Direitos Creditórios Elegíveis (na forma descrita no Capítulo XIII), para fins contábeis e de cálculo do patrimônio líquido do **FUNDO**, todos os Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos terão os respectivos valores contábeis calculados com base na tabela constante do artigo 21 acima.

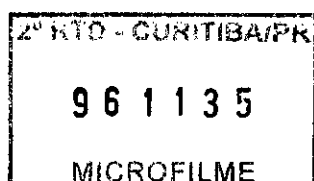
Artigo 23: As demonstrações financeiras anuais do **FUNDO** terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

CAPÍTULO X - DO PATRIMÔNIO INICIAL

Artigo 24: O patrimônio inicial do **FUNDO** (“Patrimônio Inicial”), após a sua primeira emissão de Quotas (“Primeira Emissão”), será constituído pela primeira série de 13.000 (treze mil) Quotas, das quais até 11.700 (onze mil e setecentas) serão Quotas Sênior e até 1.300 (um mil e trezentas) serão Quotas Subordinadas (“Primeira Série”), com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Primeira Data de Emissão (conforme definida abaixo).

Parágrafo 1º: A Primeira Série terá prazo de 36 (trinta e seis) meses contados da Primeira Data de Emissão.

Parágrafo 2º: As Quotas da Primeira Série do **FUNDO** serão objeto de distribuição pública, a ser conduzida pela **ADMINISTRADORA** e/ou terceiros devidamente habilitados contratados pela **ADMINISTRADORA** para tanto, nos termos da Instrução da CVM n.º 356/01. O anúncio de início de distribuição pública das Quotas da Primeira Série apresentará os termos e condições da distribuição de tais Quotas, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das mesmas, observado o disposto neste Regulamento e no prospecto do **FUNDO** (“Prospecto”).



A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and strokes, located in the bottom right corner of the page.

Artigo 25: O **FUNDO** buscará atingir, para as Quotas Sênior da Primeira Série, parâmetro de rentabilidade correspondente a 106% (cento e seis por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP (“CETIP”), no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br) e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (“*Benchmark*” e “Taxa DI”, respectivamente).

Parágrafo 1º: O *Benchmark* não representa nem deve ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Quotistas por parte da **ADMINISTRADORA**, do **CUSTODIANTE**, do **FUNDO** e/ou dos Cedentes.

Parágrafo 2º: Independentemente do valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, os Quotistas titulares das Quotas Sênior da Primeira Série não farão jus a uma rentabilidade superior ao *Benchmark*, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior da Primeira Série.

Artigo 26: As Quotas Subordinadas não terão parâmetro de remuneração definido.

Parágrafo 1º: Na hipótese das Quotas Sênior da Primeira Série atingirem o *Benchmark* definido no artigo 25, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às Quotas Subordinadas, razão pela qual as Quotas Subordinadas poderão apresentar valores diferentes das Quotas Sênior da Primeira Série.

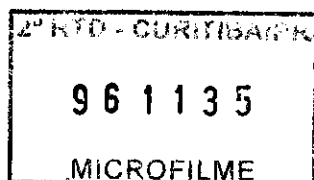
Parágrafo 2º: O pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Subordinadas será subordinado ao pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Sênior, conforme definido no artigo 32 abaixo.

Artigo 27: Na subscrição de Quotas representativas do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, deverá ser utilizado o valor da Quota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências, conforme será definido no respectivo boletim de subscrição.

Parágrafo único: O preço de subscrição das Quotas representativas do Patrimônio Inicial do **FUNDO** poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Artigo 28: As Quotas representativas do Patrimônio Inicial do **FUNDO** deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos no respectivo anúncio de início de distribuição e boletim de subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, parágrafo 1º e incisos I a VIII, da Instrução CVM nº 356/01.

Artigo 29: Para os fins de que trata este Regulamento, a Primeira Data de Emissão será a data em que houver a primeira integralização de Quotas representativas do Patrimônio Inicial (“Primeira Data de Emissão”).



CAPÍTULO XI - DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

Características das Quotas

Artigo 30: As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do **FUNDO** e serão divididas em duas únicas classes, sendo uma classe de Quotas Sênior e uma classe de Quotas Subordinadas, não havendo divisão em subclasses. Todas as Quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, as quais caracterizarão a qualidade de Quotista do **FUNDO**.

Classificação de Risco das Quotas

Artigo 31: As Quotas serão avaliadas por agência classificadora de risco especializada, conforme detalhado no Prospecto do **FUNDO** ("Agência de *Rating*"). Esta avaliação será realizada periodicamente, a cada trimestre.

Parágrafo Único: Sem prejuízo do disposto no artigo 89, inciso IV, deste Regulamento, caso ocorra o rebaixamento da classificação de risco atribuída às Quotas do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - comunicação a cada Quotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico; e

II - envio a cada Quotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da Agência de *Rating*.

Direitos Patrimoniais

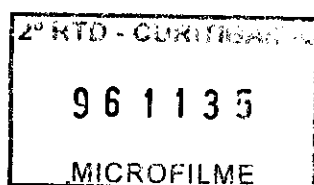
Artigo 32: As Quotas Sênior terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Sênior de uma mesma série. As Quotas Subordinadas somente serão amortizadas e/ou resgatadas após o pagamento de amortização e/ou resgate das Quotas Sênior e, no caso de resgate das Quotas Subordinadas, após o pagamento de provisões, despesas e encargos do **FUNDO**.

Direitos de Voto das Quotas

Artigo 33: As Quotas do **FUNDO** terão direito de voto, sendo que cada Quota corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do **FUNDO**.

Razão de Garantia das Quotas Sênior

Artigo 34: Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM n.º 356/01, com redação dada pela Instrução CVM n.º 393/03, a relação entre o valor das Quotas Sênior e o patrimônio líquido do **FUNDO** na Primeira Data de Emissão será de 90% (noventa por cento). Após a Primeira Data de Emissão, o **FUNDO** deverá manter, no mínimo, 10% (dez por cento) de seu patrimônio representado por Quotas Subordinadas ("Razão de Garantia").



A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.

Parágrafo único: A Razão de Garantia será apurada diariamente pela **ADMINISTRADORA** durante o prazo de duração do **FUNDO** (qualquer data de apuração e controle da Razão de Garantia, uma “Data de Verificação”) e será acessível aos Quotistas do **FUNDO**, mensalmente, através do *site* da **ADMINISTRADORA** (www.concordia.com.br).

Artigo 35: Somente será caracterizado o descumprimento da Razão de Garantia caso o valor das Quotas Subordinadas represente menos que 8% (oito por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos.

Distribuição das Quotas

Artigo 36: As Quotas serão objeto de distribuição pública, a ser conduzida pela **ADMINISTRADORA** e/ou terceiros devidamente habilitados por ela contratados e às suas expensas, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01 e da Instrução CVM n.º 400/03.

Parágrafo 1º: O anúncio de início de distribuição pública de cada série de Quotas do **FUNDO** apresentará os termos e condições da distribuição de tais Quotas, bem como informará as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas, observado o disposto neste Regulamento.

Parágrafo 2º: Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º acima, as Quotas deverão ser subscritas e integralizadas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, parágrafo 1º e incisos I a VIII, da Instrução CVM n.º 356/01.

Parágrafo 3º: O saldo não colocado de Quotas será cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na regulamentação aplicável.

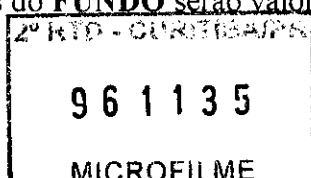
Subscrição e Integralização de Quotas

Artigo 37: No ato da subscrição das Quotas, o subscritor (i) assinará boletim de subscrição, que será autenticado pela **ADMINISTRADORA** ou terceiro devidamente habilitado que venha a ser contratado pela **ADMINISTRADORA** para distribuir Quotas do **FUNDO**; e (ii) receberá exemplar deste Regulamento e do Prospecto, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e adesão a este Regulamento, na forma do Anexo V deste Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira e à taxa de administração referida no Capítulo XXVII abaixo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no **FUNDO**, conforme descritos no Capítulo XVI neste Regulamento e no Prospecto.

Parágrafo único: Do boletim de subscrição constarão as seguintes informações:

- I - nome e qualificação do subscritor;
- II - número e classe de Quotas subscritas; e
- III - preço e condições para sua integralização.

Artigo 38: As Quotas do **FUNDO** serão valorizadas todo dia útil.



20



Artigo 39: A integralização de Quotas do **FUNDO** poderá ser efetuada por meio de débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, observado que nas respectivas datas de integralização as Quotas de uma mesma série terão valor unitário idêntico entre si.

Parágrafo 1º: Para o cálculo do número de Quotas a que terá direito cada investidor, não serão deduzidas do valor entregue à **ADMINISTRADORA** quaisquer taxas ou despesas.

Parágrafo 2º: Não serão admitidas integralizações de Quotas do **FUNDO** em Direitos Creditórios.

CrITÉRIOS para Apuração do Valor das Quotas Sênior

Artigo 40: A partir do primeiro dia útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, sendo que tal valor será o valor apurado da seguinte maneira:

$$VQ_{Sr_t} = [VQ_{Sr_{t-1}} - (B \times AQ_{Sr_{t-1}})] \times \left[(DI_{t-1} \times MRQ_{Sr})^{\frac{1}{252}} \right]$$

VQ_{Sr_t}	Valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, calculado para a data "t";
$VQ_{Sr_{t-1}}$	Valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, calculado no dia útil imediatamente anterior à data "t". No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte a Primeira Data de Emissão, $VQ_{Sr_{t-1}}$ será igual a R\$10.000,00;
B	Igual a 1 (um) em todo dia seguinte a uma Data de Amortização. Igual a 0 (zero) em qualquer outro dia;
$AQ_{Sr_{t-1}}$	Valor da amortização de cada Quota Sênior no dia útil imediatamente anterior à data "t";
DI_{t-1}	Taxa DI calculada e divulgada na data "t" com base nas informações referentes ao dia útil imediatamente anterior;
MRQ_{Sr}	Parâmetro de rentabilidade (<i>Benchmark</i>) das Quotas Sênior. Para a Primeira Série de Quotas Sênior, o <i>Benchmark</i> corresponderá a 106% (cento e seis por cento) da Taxa DI.

ou,

Na hipótese de o valor das Quotas Subordinadas em circulação ser igual a 0 (zero), cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado diariamente, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, sendo que tal valor será apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQ_{Sr_t} = \frac{PL_t}{NQ_{Sr_t}}$$

21

2º RTD - CURITIBA/PN
 9 6 1 1 3 5
 MICROFILME



[Handwritten signature]

VQ_{Sr_t}	Valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, calculado para a data “t”;
PL_t	Valor do patrimônio líquido do FUNDO , apurado para a data “t”;
NQ_{Sr_t}	Número total de Quotas Sênior em circulação.

Crerios para Apurao do Valor das Quotas Subordinadas

Artigo 41: A partir do primeiro dia til seguinte à Primeira Data de Emissao, cada Quota Subordinada tera seu valor unitario calculado diariamente, para fins de integralizao, amortizao ou resgate, conforme o caso, sendo que tal valor sera equivalente ao resultado da divisao do valor do patrimonio liquido do **FUNDO**, apurado para o respectivo dia, deduzido do valor atualizado de todas as Quotas Sênior em circulao na ocasio, apurado conforme o disposto no artigo 40 acima, pelo numero total de Quotas Subordinadas em circulao na respectiva data de apurao, de acordo com a seguinte formula:

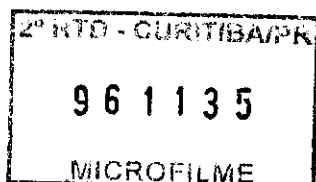
$$VQ_{Sub_t} = \frac{PL_t - (VQ_{Sr_t} \times NQ_{Sr_t})}{NQ_{Sub_t}}$$

VQ_{Sub_t}	Valor de cada Quota Subordinada para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, calculado para a data “t”;
PL_t	Valor do patrimônio líquido do FUNDO , apurado para a data “t”;
VQ_{Sr_t}	Valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, na data “t”;
NQ_{Sr_t}	Número total de Quotas Sênior em circulação;
NQ_{Sub_t}	Número total de Quotas Subordinadas em circulação.

Negociao das Quotas

Artigo 42: As Quotas terao registro para negociacao no mercado secundario na Bolsa de Valores de Sao Paulo – BOVESPA (“BOVESPA”), no ambiente de negociacao Soma Fix. A criterio da **ADMINISTRADORA**, esta podera, adicionalmente, promover o registro das Quotas tambem no sistema de negociacao Bovespa Fix, da BOVESPA e na CETIP.

Paragrafo Unico: Os pagamentos a que fazem jus as Quotas serao efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pelo **CUSTODIANTE** ou pela instituicao financeira contratada para este fim.



[Handwritten signature]

Artigo 43: Na hipótese de negociação das Quotas em operações no mercado secundário, caberá aos intermediários assegurar que a aquisição de Quotas somente seja feita por investidores qualificados.

Parágrafo Único: As Quotas do **FUNDO** não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

Emissões de Novas Séries de Quotas

Artigo 44: A emissão de novas séries de Quotas do **FUNDO** dependerá de aprovação dos Quotistas, conforme quorum de deliberação previsto no Capítulo XIX deste Regulamento. A emissão de novas séries de Quotas do **FUNDO** não poderá resultar em alteração da relação entre o valor das Quotas Sênior e o valor das Quotas Subordinadas apurada no dia útil anterior à data de emissão da nova série de Quotas.

Parágrafo 1º: As regras e características das novas séries de Quotas do **FUNDO** serão descritas em suplementos a este Regulamento, conforme modelo constante do Anexo VI a este Regulamento (“Suplemento”).

Parágrafo 2º: As Quotas mencionadas no *caput* deverão ser subscritas dentro do prazo estabelecido nos respectivos anúncios de início de distribuição e boletins de subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 20, parágrafo 1º, da Instrução CVM n.º 356/01.

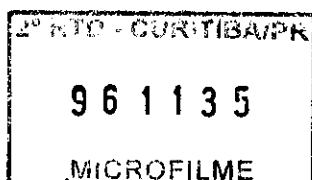
Parágrafo 3º: O saldo não colocado de Quotas será cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na regulamentação aplicável.

Parágrafo 4º: Poderá ser realizada a distribuição concomitante de séries distintas de Quotas do **FUNDO**, em quantidades e condições previamente estabelecidas nos respectivos anúncios de início de distribuição e boletins de subscrição, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução CVM n.º 356/01.

Parágrafo 5º: Na emissão de novas séries de Quotas do **FUNDO**, deverá ser utilizado o valor da Quota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

Artigo 45: A critério da **ADMINISTRADORA**, atingido o valor mínimo de distribuição de 50% (cinquenta por cento) das Quotas da Primeira Série e de novas séries de Quotas emitidas, poderá se dar por encerrado o respectivo período de distribuição, de forma que o saldo não colocado de Quotas da Primeira Série ou de novas séries de Quotas poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no artigo 44 supra.

Parágrafo Único: A **ADMINISTRADORA** deverá observar, inclusive na hipótese acima, (i) a Razão de Garantia, em se tratando da distribuição de Quotas da Primeira Série; e (ii) relação entre o valor das Quotas Sênior e o valor das Quotas Subordinadas apurada no dia útil anterior à data de emissão da nova série de Quotas.



A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'L' shape with a loop at the top.

Artigo 46: As emissões de novas séries de Quotas Sênior do **FUNDO** poderão prever amortizações periódicas, conforme disposto no respectivo Suplemento.

CAPÍTULO XII - DA AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS SÊNIOR DA PRIMEIRA SÉRIE E DOS PROCEDIMENTOS PARA CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE LIQUIDEZ

Artigo 47: Ressalvadas as hipóteses de amortização antecipada previstas no artigo 52 abaixo, as Quotas Sênior do **FUNDO** terão seus valores amortizados conforme as regras definidas nos parágrafos abaixo.

Parágrafo 1º: A partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Primeira Data de Emissão, as Quotas Sênior da Primeira Série do **FUNDO** terão seus valores amortizados mensalmente, observado o cronograma previsto no Prospecto e o disposto no artigo 53, parágrafo 1º, e conforme regra abaixo definida:

Amortização das Quotas Sênior da Primeira Série

$$AQSr_t = \left[\frac{VQSr_{t-1}}{36 - (M - 1)} \right]$$

$AQSr_t$	Valor de Amortização de cada Quota Sênior na data “t”;
$VQSr_{t-1}$	Valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização e resgate, conforme o caso, calculado antes da respectiva amortização;
M	Mês da amortização calculado a partir da integralização da respectiva série de Quotas Sênior. Para a Primeira Série de Quotas Sênior será sempre entre 25 e 36.

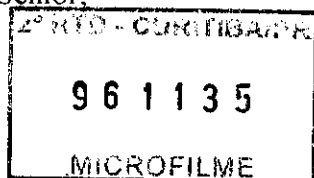
Parágrafo 2º: As Quotas Subordinadas do **FUNDO** não terão seus valores amortizados.

Parágrafo 3º: As amortizações de Quotas Sênior compreenderão a amortização de parte do capital investido acrescida do respectivo rendimento para cada Quota Sênior, conforme as fórmulas abaixo:

Amortização de Capital

$$AC_m = \frac{VSub - \sum_{j=1}^{m-1} AC_j}{36 - (M - 1)}$$

AC_m	Valor de amortização de capital de cada Quota Sênior no mês “m”. O valor da amortização de capital é parte integrante do valor da amortização das Quotas Sênior;
--------	--



Handwritten signature or mark.

V_{Sub}	Valor de subscrição de cada Quota Sênior;
$\sum_{j=1}^{m-1} AC_j$	Somatória dos valores efetivamente pagos a título de amortização de capital para cada Quota Sênior até a data imediatamente anterior à respectiva amortização de capital;
M	Mês da amortização calculado a partir da integralização da respectiva série de Quotas Sênior. Para a Primeira Série de Quotas Sênior será sempre entre 25 e 36.

Amortização de Juros

$$AJQSr_m = AQSr_m - AC_m$$

$AJQSr_m$	Valor da amortização de juros de cada Quota Sênior no mês “m”;
AC_m	Valor de amortização de capital de cada Quota Sênior, no mês “m”;
$AQSr_m$	Valor de amortização de cada Quota Sênior no mês “m”.

Artigo 48: A **ADMINISTRADORA** deverá constituir reserva de liquidez destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da Carteira para os Ativos Financeiros relacionados nas alíneas “a”, “b” e “c” do artigo 13 deste Regulamento (“Reserva de Liquidez”), observado que:

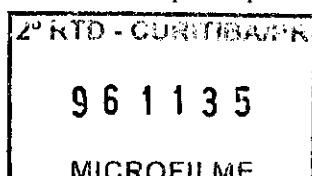
(a) 30 (trinta) dias corridos antes de qualquer Data de Amortização (conforme definida abaixo) prevista, devem estar alocados na Reserva de Liquidez Ativos Financeiros em valor equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor estimado pela **ADMINISTRADORA** para realizar o pagamento da amortização programada de Quotas da Primeira Série; e

(b) 15 (quinze) dias corridos antes de qualquer Data de Amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Liquidez Ativos Financeiros em valor equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado pela **ADMINISTRADORA** para realizar o pagamento da amortização programada de Quotas da Primeira Série.

Parágrafo 1º: Durante o período de constituição da Reserva de Liquidez, a **ADMINISTRADORA** deverá segregar e manter destacadas na contabilidade do **FUNDO** as disponibilidades diárias referentes ao pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros da Carteira, as quais serão destinadas ao pagamento das parcelas de amortização das Quotas em cada Data de Amortização.

Parágrafo 2º: Caso a **ADMINISTRADORA** verifique uma piora no padrão de inadimplência da Carteira, deverá acelerar a formação da Reserva de Liquidez pelo menos na mesma proporção da piora observada.

Artigo 49: O pagamento das amortizações das Quotas Sênior da Primeira Série deverá observar o pagamento proporcional de principal e juros e deverá ser realizado nas datas indicadas no Prospecto.



[Handwritten signature]

Parágrafo Único: A amortização das Quotas Sênior da Primeira Série deverá respeitar a relação entre o valor das Quotas Sênior da Primeira Série e o valor das Quotas Subordinadas, conforme apurada no dia anterior à Data de Amortização.

Artigo 50: Para os fins de que trata este Regulamento, cada data em que houver pagamento de parcelas de amortização das Quotas Sênior será designada uma “Data de Amortização” e a data em que houver o último pagamento de parcela de amortização das Quotas Sênior de cada série do **FUNDO** será designada a “Data de Resgate” de tais Quotas Sênior.

Artigo 51: Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas Sênior deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas Sênior do **FUNDO**.

Artigo 52: A amortização das Quotas Sênior da Primeira Série somente poderá ocorrer antes do prazo previsto no artigo 47, parágrafo 1º, acima na ocorrência das seguintes hipóteses:

I - impossibilidade de enquadramento do **FUNDO** à sua política de investimentos em razão da impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios; ou

II - caso a relação entre o valor das Quotas Sênior e o patrimônio líquido do **FUNDO** seja superior a 92% (noventa e dois por cento), ou seja, na hipótese do somatório dos valores das Quotas Subordinadas representar percentual igual ou menor a 8% (oito por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

Parágrafo 1º: A antecipação do início da amortização das Quotas Sênior da Primeira Série do **FUNDO** nas hipóteses previstas nos incisos I e II acima será operacionalizada nos termos do disposto no Capítulo XIV deste Regulamento.

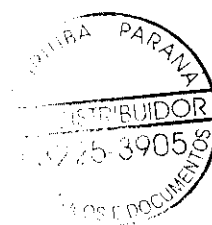
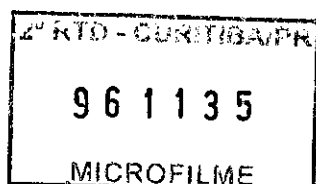
Parágrafo 2º: O pagamento das amortizações deverá ser feito no quinto dia de cada mês, observado o cronograma disposto no Prospecto do **FUNDO**. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a **ADMINISTRADORA** está sediada, tal pagamento será efetivado no 1º dia útil subsequente.

CAPÍTULO XIII – DO RESGATE DAS QUOTAS E DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE QUOTAS MEDIANTE ENTREGA DE DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS E ATIVOS FINANCEIROS

Artigo 53: Não haverá resgate de Quotas do **FUNDO**, a não ser pelo término do prazo de duração do **FUNDO**, amortização de Quotas Sênior ou em razão da liquidação antecipada do **FUNDO**.

Parágrafo 1º: No resgate de Quotas do **FUNDO** será utilizado o valor da Quota de abertura em vigor no dia do pagamento respectivo, aplicando-se o disposto nos parágrafos 1º a 3º do artigo 47 acima.

Parágrafo 2º: As Quotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas após a amortização total ou resgate das Quotas Sênior.



A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'Z' followed by a flourish.

Parágrafo 3º: As Quotas Subordinadas serão resgatadas na Data de Resgate das Quotas Sênior, observado o disposto no parágrafo 2º acima.

Parágrafo 4º: Caso na Data de Resgate das Quotas Sênior o **FUNDO** ainda tenha valores a receber oriundos de indenizações a serem pagas pela Seguradora em virtude de sinistros ocorridos nos últimos 135 (cento e trinta e cinco) dias imediatamente anteriores à Data de Resgate das Quotas Sênior, o resgate das Quotas Subordinadas deverá observar o seguinte procedimento: (i) as Quotas Subordinadas terão seu valor amortizado parcialmente e de forma *pro rata*, mediante a utilização dos recursos do **FUNDO** disponíveis em caixa, observadas as disposições do artigo 59 deste Regulamento; e (ii) o resgate das Quotas Subordinadas deverá ser postergado pelo prazo máximo de 135 (cento e trinta e cinco) dias, ou seja, até a data de pagamento da última indenização devida pela Seguradora ao **FUNDO**, observado que durante esse período os valores eventualmente recebidos pelo **FUNDO** a título de indenização deverão ser utilizados para amortização das Quotas Subordinadas (a data em que seja realizada a última amortização do valor das Quotas Subordinadas, a “Data de Resgate das Quotas Subordinadas”).

Parágrafo 5º: O pagamento do resgate deverá ser feito no quinto dia do mês, observado o cronograma disposto no Prospecto do **FUNDO**. Se a data prevista para pagamento do resgate cair em dia não útil na praça em que a **ADMINISTRADORA** está sediada, tal pagamento será efetivado no 1º dia útil subsequente.

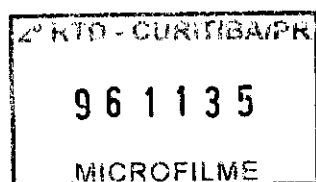
Artigo 54: Observado o disposto no artigo 52, caso no último dia útil anterior à Data de Resgate das Quotas Subordinadas o **FUNDO** não detenha recursos em moeda corrente nacional para efetuar o pagamento do resgate da totalidade das Quotas, as Quotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**.

Parágrafo 1º: Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, os resgates de Quotas Subordinadas realizados mediante a entrega de Direitos Creditórios Elegíveis deverão observar o seguinte procedimento: os resgates das Quotas Subordinadas serão efetivados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, simultaneamente à compra, pelo Quotista, de Direitos Creditórios Elegíveis, em valor correspondente ao valor líquido resgatado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 2º: Qualquer entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros nos termos do *caput* deste artigo 54 será realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando o número de Quotas detido por cada Quotista na ocasião e observados os procedimentos definidos neste Capítulo.

Parágrafo 3º: De acordo com o disposto neste Regulamento, as Quotas Sênior terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Sênior.

Artigo 55: Respeitando o disposto neste Regulamento, a Assembléia Geral de Quotistas deverá deliberar sobre os procedimentos para entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** para fins de pagamento de resgate das Quotas do **FUNDO** ainda em circulação.



A handwritten signature in black ink, located to the right of the circular stamp.

Parágrafo 1º: Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos para entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos Creditórios Elegíveis e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** serão entregues aos Quotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada um sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a **ADMINISTRADORA** estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o **FUNDO** perante as autoridades competentes.

Parágrafo 2º: A **ADMINISTRADORA** deverá notificar os Quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da **ADMINISTRADORA** perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

Parágrafo 3º: Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador para o condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas em circulação.

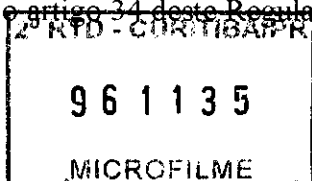
Parágrafo 4º: O **CUSTODIANTE** e/ou empresa por ele contratada fará a guarda dos Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da notificação referida no parágrafo 2º acima, dentro do qual o administrador do condomínio eleito pelos Quotistas ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do parágrafo 3º acima, indicará à **ADMINISTRADORA** e ao **CUSTODIANTE**, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**. Expirado este prazo, a **ADMINISTRADORA** poderá promover a consignação dos Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

CAPÍTULO XIV - DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA FINS DE REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DA ALOCAÇÃO MÍNIMA EM DIREITOS CREDITÓRIOS E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Artigo 56: A **ADMINISTRADORA** poderá realizar, mediante autorização da Assembléia Geral de Quotistas, a amortização extraordinária de Quotas Sênior em circulação ("Amortização Extraordinária") pelo valor atualizado das Quotas Sênior em circulação, calculado de acordo com os critérios previstos no artigo 40 acima, exclusivamente para os fins previstos nos incisos I e II do artigo 52.

Parágrafo 1º: Na hipótese de amortização de que trata o inciso I do artigo 52 deste Regulamento, deverá esta ocorrer de forma proporcional, mantendo-se a relação patrimonial entre as Quotas Sênior e as Quotas Subordinada em vigor na data da amortização.

Parágrafo 2º: Na hipótese de amortização de que trata o inciso II do artigo 52, deverá esta ocorrer de forma a re-estabelecer a relação patrimonial entre as Quotas Sênior e as Quotas Subordinada definida no artigo 34 deste Regulamento.



Parágrafo 3º: A Assembléia Geral de Quotistas referida acima será convocada pela **ADMINISTRADORA** dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem verificados os desenquadramento referidos no *caput*.

Artigo 57: Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária de Quotas nos termos deste Capítulo, todos os Quotistas serão informados sobre o valor total envolvendo a Amortização Extraordinária em referência.

Artigo 58: Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas, de forma proporcional e em igualdade de condições.

CAPÍTULO XV - DA ORDEM DOS PAGAMENTOS DO FUNDO

Artigo 59: Diariamente, a partir da Primeira Data de Emissão e até a liquidação do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** obriga-se a utilizar as disponibilidades do **FUNDO** para atender às exigibilidades do **FUNDO**, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

I - pagamento dos encargos do **FUNDO**, conforme descritos no Capítulo XX;

II – constituição das Reservas de Inadimplência;

III - formação de reserva equivalente ao montante estimado dos encargos do **FUNDO**, a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;

IV - constituição da Reserva de Liquidez, observado o disposto no artigo 48 acima;

V - pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Sênior;

VI - pagamento pela aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis;

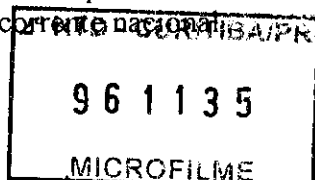
VII - formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do **FUNDO**, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e

VIII - pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

CAPÍTULO XVI - DOS FATORES DE RISCO

Artigo 60: Destacam-se os seguintes fatores de risco associados ao investimento no **FUNDO**, aos Direitos Creditórios Elegíveis e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira:

a) Risco de falta de recursos para amortização e/ou pagamento de resgates: As principais fontes de recursos do **FUNDO** para efetuar a amortização de suas Quotas, em moeda corrente nacional, decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira. Após o recebimento destes recursos e, conforme o caso, depois de esgotados todos os meios de cobrança judicial ou extrajudicial dos referidos ativos, o **FUNDO** poderá não dispor dos valores necessários para efetuar a amortização e/ou de suas Quotas em moeda corrente nacional.

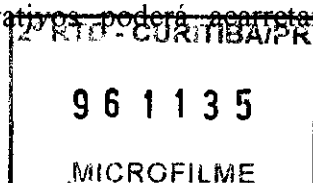


b) Risco relacionado a fatores macroeconômicos e regulatórios: Consiste no risco relativo aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do Governo brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, controles do setor, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar nos negócios do **FUNDO**. Além disso, o Governo Federal, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação dos Cedentes e Clientes dos Direitos Creditórios Elegíveis que venham a ser cedidos ao **FUNDO** ou nos Direitos Creditórios originados pelos Cedentes ou, ainda, outros relacionados ao próprio **FUNDO**, o que poderá dificultar e/ou diminuir a originação de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, a rentabilidade do **FUNDO**.

c) Descasamentos de taxas: O **FUNDO** aplicará suas disponibilidades financeiras preferencialmente em Direitos Creditórios e em Ativos Financeiros para compor sua Carteira de ativos. Considerando-se que o valor das Quotas será atualizado, dentro do permitido pela rentabilidade da Carteira, por um percentual da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno dos Direitos Creditórios e dos outros Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** e o *Benchmark*. Além disso, deve-se observar que os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo **FUNDO** mediante deságio calculado a taxas prefixadas e a distribuição dos resultados da Carteira do **FUNDO** para suas Quotas tem como parâmetro percentual da Taxa DI. A **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE**, os Cedentes e seus controladores, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não serão responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos de qualquer natureza sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações em razão de descasamentos de taxas.

d) Risco de liquidez: O **FUNDO** está sujeito a riscos de liquidez no tocante às amortizações e ao resgate final e/ou à aplicação nos Direitos Creditórios Elegíveis. O **FUNDO** pode não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate final de suas Quotas no caso de (i) falta de liquidez dos mercados nos quais os Ativos Financeiros integrantes da Carteira são negociados, e/ou (ii) condições atípicas de mercado. As aplicações do **FUNDO** em Direitos Creditórios Elegíveis apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para os Direitos Creditórios. Caso o **FUNDO** precise vender os Direitos Creditórios Elegíveis ou caso os Quotistas recebam tais Direitos Creditórios Elegíveis como pagamento de resgate ou amortização, (i) poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais direitos poderá resultar em perda para o **FUNDO** ou, conforme o caso, (ii) o Quotista poderá enfrentar demora na cobrança dos valores devidos pelos Clientes. Não há, portanto, qualquer garantia ou certeza de que será possível ao **FUNDO** e aos Quotistas, conforme o caso, liquidar posições ou realizar os Direitos Creditórios, respectivamente, de sua Carteira ou propriedade, pelo preço e no momento desejados.

e) Riscos provenientes do uso de derivativos: A contratação, pelo **FUNDO**, de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido



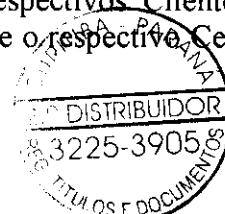
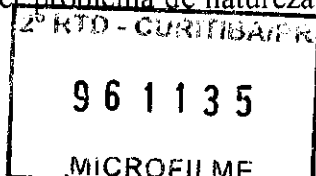
superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao **FUNDO** e aos Quotistas.

f) Risco operacional: Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que o **CUSTODIANTE** e o **FUNDO** terão acesso irrestrito aos Documentos Representativos de Créditos ou que as trocas de informações entre os respectivos sistemas eletrônicos se darão livres de erros. Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pelos Cedentes podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** e sua respectiva cobrança em caso de inadimplemento, prejudicando o desempenho do **FUNDO**. O **CUSTODIANTE** realizará auditoria periódica para verificar a regularidade dos Documentos Representativos de Crédito. Até a realização dessa auditoria, a Carteira do **FUNDO** poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Representativos de Crédito apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo **FUNDO**, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios que venham a ser cedidos pelos Cedentes.

g) Risco relacionado à cobrança judicial dos Direitos Creditórios: Os Cedentes, o **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** não serão responsáveis pela solvência dos Clientes devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis. O procedimento de cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos previsto no Anexo VII a este Regulamento não assegura que os valores devidos ao **FUNDO** relativos a tais Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos serão recuperados. Da mesma forma, não é possível assegurar a recuperação de valores devidos ao **FUNDO** relativos a Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos em eventual procedimento de cobrança judicial. Adicionalmente, os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Quotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do **FUNDO**, devendo ser suportados até o limite total de seu patrimônio líquido, sempre observado o que seja deliberado em Assembléia Geral de Quotistas. A **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE**, os Cedentes e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não serão responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos.

h) Não existência de garantia de eliminação de riscos: A realização de investimentos no **FUNDO** expõe o investidor aos riscos a que o **FUNDO** está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, as rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos das aplicações do **FUNDO** mantido pela **ADMINISTRADORA** poderá ter sua eficiência reduzida, de forma que não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para os Quotistas.

i) Risco decorrente da multiplicidade de Cedentes: O **FUNDO** está apto a adquirir Direitos Creditórios de titularidade de múltiplos Cedentes, ou seja, quaisquer indústrias com sede ou filial no Estado do Paraná que atendam aos Requisitos Aplicáveis aos Cedentes previstos neste Regulamento. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**, de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre os Cedentes e os respectivos Clientes podem não ser previamente identificados pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**. Caso os Direitos Creditórios Elegíveis não sejam pagos integralmente pelos respectivos Clientes em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Cliente e o respectivo Cedente,



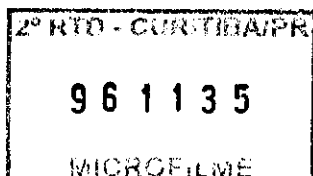
tais como (i) defeito ou vício do produto e/ou do serviço ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda e os respectivos Cedentes não restituam ao **FUNDO** o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos referidos Direitos Creditórios Elegíveis, os resultados do **FUNDO** poderão ser afetados negativamente.

j) Risco relacionado à não cobertura de Direitos Creditórios Elegíveis nos termos da Apólice de Seguro de Crédito: Além das hipóteses de exclusão e de suspensão da cobertura dos Direitos Creditórios Elegíveis pela Apólice de Seguro de Crédito expressamente previstas no Capítulo XVIII abaixo, a inobservância, pela **ADMINISTRADORA**, pelo **CUSTODIANTE** e/ou pelos Cedentes das respectivas obrigações previstas neste Regulamento, nos Contratos de Cessão e/ou no Contrato de Custódia poderá resultar em não cobertura de Direitos Creditórios Elegíveis pela Apólice de Seguro de Crédito.

k) Inadimplência dos Clientes e não existência de co-obrigação ou garantia dos Cedentes pela solvência dos Direitos Creditórios Elegíveis: Os Cedentes serão responsáveis somente pela existência, certeza, exigibilidade e boa formalização dos respectivos Direitos Creditórios que venham a ser cedidos ao **FUNDO**, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo seu pagamento ou pela solvência dos Clientes devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis nos termos deste Regulamento. O **FUNDO** somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios Elegíveis sejam pagos pelos Clientes, diretamente em benefício do **FUNDO**, não havendo garantias de que as amortizações ou resgate das Quotas ocorrerão integralmente nas respectivas Datas de Amortização na hipótese de inadimplência, total ou parcial, por parte dos Clientes no pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis. Nessas hipóteses, não será devido pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

l) Risco de descontinuidade do FUNDO em razão da indisponibilidade de Direitos Creditórios: A política de investimento do **FUNDO** descrita no Capítulo VIII estabelece que o **FUNDO** deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos Creditórios. Neste sentido, a continuidade do **FUNDO** pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no **FUNDO**, em função da continuidade das operações regulares dos Cedentes e da capacidade desses de originar Direitos Creditórios para aquisição pelo **FUNDO**.

m) Risco de descontinuidade do FUNDO em razão do término de Contratos de Cessão: Nos termos dos Contratos de Cessão a serem celebrados entre os Cedentes e o **FUNDO**, os Cedentes não serão obrigados a ceder Direitos Creditórios ao **FUNDO** indefinidamente. Caso Cedentes que venham a ceder ao **FUNDO** Direitos Creditórios Elegíveis decidam terminar os respectivos Contratos de Cessão de forma a inviabilizar a aquisição, pelo **FUNDO**, de Direitos Creditórios que possibilitem o atendimento da política de investimento do **FUNDO** prevista neste Regulamento, e a Assembleia Geral de Quotistas do **FUNDO** não resolva continuar as atividades do **FUNDO** mediante alteração deste Regulamento, de forma que o objetivo do **FUNDO** passe a ser a aquisição de outros direitos creditórios que não os Direitos Creditórios, o **FUNDO** poderá ter que ser liquidado antecipadamente, sendo que, neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos quando da liquidação antecipada do **FUNDO** com a mesma remuneração proporcionada pelo **FUNDO**. Nessa hipótese, não será devida pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA**, pelo **CUSTODIANTE** ou pelos Cedentes, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.



A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' followed by a flourish.

n) Risco de descontinuidade do FUNDO em razão da amortização e/ou resgate de Quotas:

Conforme previsto neste Regulamento, o **FUNDO** poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às Datas de Amortização ou à Data de Resgate. Deste modo, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo **FUNDO**, não sendo devida pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA**, pelo **CUSTODIANTE** ou pelos Cedentes, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

o) Risco da concentração da Carteira: O **FUNDO** poderá estar sujeito ao risco de concentração de suas aplicações em Direitos Creditórios Elegíveis contra um determinado Cliente dos Cedentes que venham a ceder Direitos Creditórios ao **FUNDO**. Caso os Clientes devedores de Direitos Creditórios Elegíveis deixem de cumprir com as suas obrigações referentes a tais Direitos Creditórios Elegíveis, os resultados do **FUNDO** poderão ser afetados negativamente.

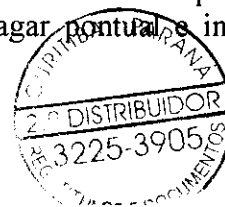
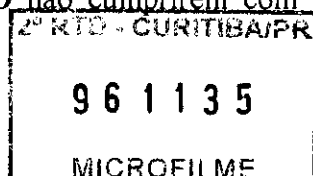
p) Riscos relacionados ao recebimento dos pagamentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis: Os Cedentes poderão eventualmente receber diretamente recursos decorrentes do pagamento dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis, de maneira que os valores decorrentes de pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis não sejam tempestiva ou integralmente repassados ao **FUNDO**, o que poderá resultar em perdas, afetando negativamente os resultados do **FUNDO**.

q) Riscos do mercado secundário: O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Quotas só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas Quotas terá de aliená-las no mercado secundário, mercado este que, no Brasil, não apresenta liquidez certa, o que pode acarretar dificuldades na alienação das Quotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao Quotista.

r) Risco de mercado: O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do **FUNDO** pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado que podem resultar de notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Em caso de queda do valor dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, o patrimônio do **FUNDO** pode ser afetado. A queda nos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

s) Riscos relacionados à precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira: A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas do **FUNDO**.

t) Risco de crédito: Consiste no risco dos emissores dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do **FUNDO** não cumprirem com suas obrigações de pagar pontualmente e integralmente.



Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem acarretar oscilações no preço de negociação e liquidez dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do **FUNDO**. O **FUNDO** poderá, ainda, incorrer em risco de crédito quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do **FUNDO**. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações da Carteira do **FUNDO**, o **FUNDO** poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

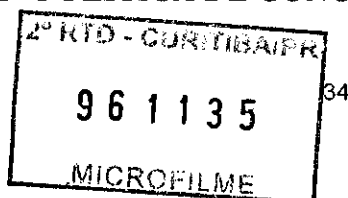
u) Riscos relacionados a falhas de envio de correspondência eletrônica para notificar os Clientes dos Cedentes: A notificação aos Clientes a respeito da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis pelos respectivos Cedentes ao **FUNDO**, para os fins do artigo 290 do Código Civil, poderá ser feita mediante envio de correspondência eletrônica. O mecanismo de notificação acima referido está sujeito a riscos como interrupções nos sistemas eletrônicos de comunicação, problemas oriundos de falhas e/ou intervenções de qualquer prestador de serviços de comunicação eletrônica ou de outra natureza e, ainda, falhas na disponibilidade de envio da notificação eletrônica. Em se constatando quaisquer problemas com o envio da notificação eletrônica, a **ADMINISTRADORA** notificará o Cliente sobre a cessão dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis ao **FUNDO** por meio de fac-símile ou qualquer outra forma de correspondência que possa evidenciar seu recebimento. Nessas hipóteses, a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis não terá eficácia em relação aos respectivos Clientes até a sua efetiva notificação pela **ADMINISTRADORA**, sendo possível que tais Clientes continuem a efetuar o pagamento de seus débitos referentes a Direitos Creditórios Elegíveis aos respectivos Cedentes até que sejam notificados.

v) Outros Riscos: Apesar da Carteira do **FUNDO** ser constituída, predominantemente, por Direitos Creditórios Elegíveis, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre tais direitos. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

Parágrafo Único: Não obstante a diligência da **ADMINISTRADORA** em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos aos riscos elencados no *caput* deste artigo e, mesmo que a **ADMINISTRADORA** mantenha rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO**, e conseqüentemente para os Quotistas.

Artigo 61: A **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE** e os Cedentes, bem como controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não serão responsáveis pela eventual depreciação dos ativos integrantes da Carteira ou por quaisquer perdas ou prejuízos que venham a ser suportados pelo **FUNDO** e seus Quotistas. Fica ainda destacado que as aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia da **ADMINISTRADORA**, do **CUSTODIANTE**, dos Cedentes, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO XVII - POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS



3

Artigo 62: Os padrões mínimos relativos à política de concessão de crédito dos Cedentes aos Clientes e a política de cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos são parte integrante deste Regulamento na forma dos Anexos III e VII respectivamente.

Artigo 63: A cobrança bancária dos Direitos Creditórios Elegíveis será feita, exclusivamente, pelo **AGENTE COBRADOR** através de boleto de cobrança bancária.

Parágrafo Único: Para tanto, os Cedentes deverão colocar à disposição do **AGENTE COBRADOR** as informações necessárias à realização da cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis, para que faça a transferência à conta bancária do **FUNDO**.

Artigo 64: Os Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos serão objeto de cobrança pelo **CUSTODIANTE**, em nome do **FUNDO**, diretamente ou mediante a contratação dos Cedentes e/ou de terceiros qualificados, em observância aos procedimentos descritos no Anexo VII ao presente Regulamento.

Parágrafo 1º: A contratação dos Cedentes e/ou terceiros qualificados para realização (i) da cobrança e arrecadação dos pagamentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos, bem como (ii) da cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos não eximirá o **CUSTODIANTE** de suas obrigações de cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos, conforme previstas na regulamentação em vigor.

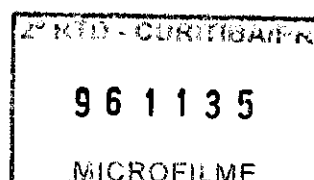
Parágrafo 2º: Quaisquer despesas relativas à cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos serão suportadas pelo **FUNDO**, inclusive honorários advocatícios e despesas correlatas, tais como custas e despesas processuais (perícias, laudo técnico, preparo de recursos, etc).

CAPÍTULO XVIII – DA APÓLICE DE SEGURO DE CRÉDITO

Artigo 65: Os Direitos Creditórios Elegíveis serão objeto de cobertura pela Apólice de Seguro de Crédito, emitida pela Mapfre Seguradora de Garantias de Crédito S.A., companhia seguradora com sede na Cida de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, n.º 215, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.046.576/0001-40 (“Seguradora”), a qual é parte integrante deste Regulamento como Anexo VIII.

Artigo 66: Observadas as condições gerais, especiais e particulares previstas na Apólice de Seguro de Crédito, as perdas líquidas definitivas resultantes da insolvência de cada Cliente devedor serão indenizáveis ao **FUNDO**, pelo valor equivalente a 90% (noventa por cento) do valor do Direito Creditório Elegível Inadimplido (“Percentual de Garantia”), limitado ao Limite Máximo de Indenização (conforme definido abaixo), nos termos do artigo 75 deste Regulamento. Nos termos da Apólice de Seguro de Crédito, será caracterizada a insolvência do Cliente nas seguintes hipóteses:

(a) decorridos 90 (noventa) dias contados do primeiro dia útil subsequente ao Aviso de Insolvência Provisional (conforme definido abaixo) relativo a um Direito Creditório Elegível Inadimplido;



35



(b) declaração de falência do Cliente mediante sentença judicial transitada em julgado, exceto quando os respectivos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos não tenham sido admitidos no passivo do referido Cliente;

(c) declaração de liquidação judicial ou extrajudicial ou celebração de acordo particular do Cliente com a totalidade dos seus credores, com a anuência da Seguradora, para pagamento de todas as dívidas com redução dos valores em débito;

(d) promovendo-se a execução da dívida representada por Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos, caso esta resulte na inexistência de bens penhoráveis ou em valor insuficiente para satisfazer o pagamento da dívida representada pelos referidos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos;

(e) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, após a homologação do quadro geral de credores ou após 90 (noventa) dias do Aviso de Insolvência Provisional, o que ocorrer primeiro; e

(f) quando o **FUNDO** e a Seguradora, de comum acordo, considerem o Direito Creditório Elegível Inadimplido incobrável.

Artigo 67: Estão expressamente excluídos da cobertura prevista na Apólice de Seguro de Crédito:

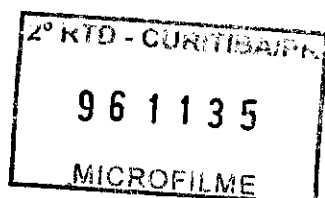
(a) Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos adquiridos de Cedente sem estabelecimento fixo ou permanentemente aberto ao público, exceto quando os Clientes devedores de tais Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos estejam incluídos no Anexo de Classificação (conforme definido na Apólice de Seguro de Crédito) emitido pela Seguradora;

(b) Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos decorrentes de operações com órgãos centralizados da União, Estados, Municípios e respectivas Autarquias, bem como empresas controladas direta ou indiretamente pelo poder público, exceto em se tratando das referidas empresas e autarquias, se estas virem a adquirir, respectivamente, as condições de empresas controladas direta ou indiretamente pelo poder público, ou de autarquia, após a emissão do respectivo Anexo de Classificação pela Seguradora;

(c) Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos decorrentes de operações em que o Cedente possua com o Cliente vínculo econômico ou jurídico de sociedade, de associação ou de dependência, em geral naquelas em que o Cedente possua poder de decisão; no caso de pessoas físicas, Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos decorrentes de operações em que o Cedente possua vínculo de parentesco por consanguinidade ou afim até o 2º grau, inclusive, de acordo com o Código Civil Brasileiro; em ambos os casos, excluem-se da cobertura da Apólice de Seguro do Crédito os Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos em que as situações acima descritas tenham se verificado após a emissão do respectivo Anexo de Classificação pela Seguradora;

(d) Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos com prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Faturamento, mesmo que tenham sido cumpridas as demais condições previstas na Apólice de Seguro de Crédito;

(e) Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos relativos a bens ou serviços cujo comércio a lei proíba;



(f) Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos cujo montante seja inferior ao limite mínimo de crédito individual de R\$1.000,00 (um mil reais);

(g) Riscos decorrentes de ações ou omissões imputáveis a transportadores, intermediários comissionados, representantes e entidades financeiras que intervenham no desenvolvimento ou na gestão de venda ou prestação de serviços dos Direitos Creditórios Elegíveis, sempre que tal se traduza na liberação legal ou contratual, total ou parcial, da obrigação de pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos pelo respectivo Cliente devedor;

(h) Riscos que, segundo a lei, encontrem-se excluídos da cobertura prevista na Apólice de Seguro de Crédito;

(i) Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos cujos originais dos respectivos Documentos Representativos de Crédito ou cópia autenticada de tais documentos (desde que produza efeito de título executivo extrajudicial) não tenham acompanhado o respectivo Aviso de Insolvência Provisional;

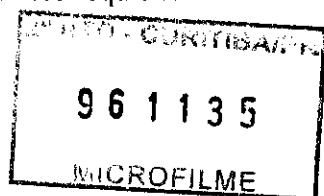
(j) Riscos decorrentes de terremotos, tremores de terra, erupção vulcânica, tufão, furacão, tornado, ciclones e outras convulsões da natureza, bem como de estado de guerra, invasão ou qualquer ato de hostilidade por inimigo estrangeiro (tenha havido ou não declaração de guerra), guerra civil e outras agitações interiores (revolução, insurreição, rebelião, motim, atos de terrorismo, sedição a mão armada ou não, poder militar usurpado ou usurpante, greves gerais (*lockout*), assim como exercício de qualquer ato público para reprimir ou defender de algum desses feitos), confisco, seqüestro, destruição ou danos aos bens, por ordem de qualquer governo ou autoridade pública; e

(k) Riscos decorrentes de radiações ionizantes, quaisquer contaminações pela radioatividade e efeitos primários ou secundários da combustão de quaisquer materiais nucleares.

Artigo 68: Nos termos da Apólice de Seguro de Crédito, a cobertura de um determinado Direito Creditório Elegível ficará suspensa quando o respectivo Cliente devedor ou seu fiador discuta ou impugne a existência ou legitimidade total ou parcial do referido Direito Creditório Elegível alegando (i) descumprimento das obrigações legais ou contratuais do Cedente ou (ii) ocorrência de alguma causa modificadora ou extintiva da obrigação de pagar. A suspensão da cobertura ora referida perdurará até que o **FUNDO** comprove, por meio de sentença judicial transitada em julgado e respectiva ação executiva, seu direito sobre o Direito Creditório Elegível objeto do litígio.

Parágrafo Único: A Seguradora poderá aceitar Aviso de Insolvência Provisional relativo a Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos que sejam objeto do litígio de que trata o *caput* caso sejam apresentadas provas do direito do **FUNDO** sobre referidos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos. Nessa hipótese, enquanto não existir sentença judicial transitada em julgado e ação executiva ou decisão arbitral definitiva que reconheça o direito do **FUNDO** sobre os Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos objeto do litígio, qualquer indenização que venha a ser eventualmente paga ao **FUNDO** terá caráter provisório.

Artigo 69: Além da observância das condições gerais, especiais e particulares previstas na Apólice de Seguro de Crédito, a efetiva cobertura dos Direitos Creditórios Elegíveis dependerá da observância dos seguintes requisitos:



I – Solicitação pelos Cedentes, da classificação creditícia dos Clientes devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis, na forma prevista na Apólice de Seguro de Crédito; e

II – Averbação, pelo **CUSTODIANTE**, dos Direitos Creditórios Elegíveis na Apólice de Seguro de Crédito em até 2 (dois) dias úteis após a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo **FUNDO**, na forma prevista na Apólice de Seguro de Crédito. Entende-se por averbação o envio, pelo **CUSTODIANTE** à Seguradora, a cada Data de Pagamento, de arquivo eletrônico contendo a listagem dos Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo **FUNDO** na respectiva Data de Aquisição de tais Direitos Creditórios Elegíveis.

Artigo 70: Caso um Direito Creditório Elegível não seja objeto de pagamento na data de seu vencimento, o **CUSTODIANTE** deverá comunicar a inadimplência do Cliente devedor à Seguradora no 2º (segundo) dia útil subsequente à referida data de vencimento, por meio do envio de “Aviso de Falta de Pagamento”, nos termos da Apólice de Seguro de Crédito.

Artigo 71: Caso o **FUNDO** não obtenha o pagamento de Direito Creditório Elegível Inadimplido no prazo de 15 (quinze) dias contados do envio, à Seguradora, do Aviso de Falta de Pagamento referente a tal Direito Creditório Elegível Inadimplido, o **CUSTODIANTE** deverá comunicar tal fato à Seguradora até o 16º (décimo sexto) dia útil contado do Aviso de Falta de Pagamento, mediante o envio de notificação à Seguradora, por meio eletrônico, nos termos da Apólice de Seguro de Crédito.

Artigo 72: Após o recebimento da notificação de que trata o artigo 71 acima, a Seguradora:

(a) disporá de um prazo de 90 (noventa) dias para efetuar a gestão de cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos em conformidade com o disposto na Apólice de Seguro de Crédito, após o qual os referidos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos serão considerados incobráveis pelo **FUNDO** e pela Seguradora; e

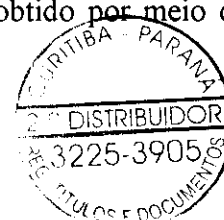
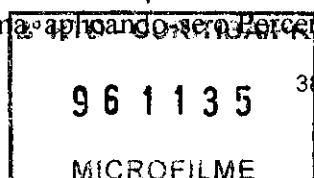
(b) reconhecerá a insolvência do Cliente no 90º (nonagésimo) dia, sem nenhuma necessidade de formalidade por parte do **FUNDO**, e procederá à indenização definitiva ao **FUNDO** no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do referido 90º (nonagésimo) dia em que tenha reconhecido a insolvência do Cliente.

Artigo 73: Uma vez recebida a notificação de que trata o artigo 71 acima e verificando-se que, no 90º (nonagésimo) dia contado da data do seu recebimento, o Cliente devedor do referido Direito Creditório Elegível Inadimplido permanece inadimplente, a Seguradora pagará ao **FUNDO** o montante correspondente à indenização devida, a ser calculada conforme descrito abaixo:

I – Do valor inicial do Direito Creditório Elegível Inadimplido deverão ser deduzidos todos os valores recebidos do respectivo Cliente devedor e/ou do **FUNDO**, se assim for indicado pelo **FUNDO**, especialmente os valores provenientes da realização de garantias, acordos, compensações ou outros conceitos análogos;

II – Ao valor obtido por meio do cálculo indicado no inciso I acima, deverão ser adicionados eventuais custos incorridos pela Seguradora em razão da celebração de acordos para a recuperação dos valores correspondente ao Direito Creditório Elegível Inadimplido; e

III – O montante final da indenização será calculado sobre o total obtido por meio do cálculo indicado no inciso II acima, aplicando-se o Percentual de Garantia.



[Handwritten signature]

Artigo 74: Com o pagamento da indenização, a Seguradora fica sub-rogada nos direitos do **FUNDO** com relação ao Direito Creditório Elegível Inadimplido objeto do sinistro, até o limite do montante da indenização.

Parágrafo único: Sem prejuízo do disposto no *caput*, uma vez efetuado o pagamento da indenização, seja esta provisória ou definitiva, o **FUNDO** obriga-se a ceder o Direito Creditório Elegível Inadimplido objeto de sinistro à Seguradora, até o limite do valor indenizado, comprometendo-se a disponibilizar e subscrever à Seguradora todos os documentos necessários para a efetiva cessão.

Artigo 75: As indenizações a serem eventualmente pagas pela Seguradora ao **FUNDO** estarão limitadas ao "Limite Máximo de Indenização" previsto na Apólice de Seguro de Crédito, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da carteira de Direitos Creditórios Elegíveis averbados na Apólice de Seguro de Crédito, excluídos os Direitos Creditórios Elegíveis adimplidos pelos respectivos Clientes, sendo o valor máximo de indenização limitado a R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais) durante o período de 3 (três) anos de vigência da Apólice de Seguro de Crédito.

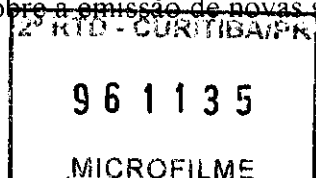
Artigo 76: O prêmio a ser pago pelo **FUNDO** à Seguradora será calculado aplicando-se a taxa geral do seguro, correspondente a 0,20% (vinte centésimos por cento), sobre os Direitos Creditórios Elegíveis averbados na Apólice de Seguro de Crédito, acrescido de 7% (sete por cento), correspondente ao Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros - IOF devido ("Prêmio de Seguro").

Parágrafo Único: O Prêmio de Seguro será descontado do Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível, nos termos do parágrafo 1º do artigo 11 deste Regulamento e pago diretamente à Seguradora pelo **CUSTODIANTE**.

CAPÍTULO XIX - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

Artigo 77: Será de competência privativa da Assembleia Geral de Quotistas do **FUNDO**:

- I. tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- II. alterar o presente Regulamento e respectivos anexos, respeitadas as exceções previstas nos incisos abaixo;
- III. eleger e destituir o(s) representante(s) dos Quotistas, nomeado(s) conforme o artigo 80 abaixo;
- IV. deliberar sobre a substituição da **ADMINISTRADORA**;
- V. deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela **ADMINISTRADORA**, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- VI. deliberar sobre a emissão de novas séries de Quotas;



[Handwritten signature]

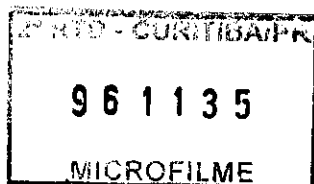
- VII. deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou prorrogação do prazo de duração do **FUNDO**;
- VIII. deliberar sobre a liquidação do **FUNDO**, sem prejuízo do disposto nos incisos IX e X abaixo;
- IX. resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação (conforme definidos abaixo), tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação (conforme definido abaixo);
- X. resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação, tais Eventos de Liquidação devem acarretar na liquidação antecipada do **FUNDO**;
- XI. elevar o *Benchmark* das Quotas Sênior;
- XII. substituir o *Benchmark* das Quotas Sênior na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI como parâmetro de rentabilidade das Quotas Sênior;
- XIII. alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Sênior de que trata o artigo 40 deste Regulamento;
- XIV. aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Quotas do **FUNDO** mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios Elegíveis e/ou Ativos Financeiros, de acordo com o disposto no Capítulo XIII acima;
- XV. aprovar a Amortização Extraordinária de Quotas do **FUNDO**, nos termos do Capítulo IV acima; e
- XVI. alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do **FUNDO**, conforme previsto neste Capítulo.

Parágrafo 1º: O Regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado, independentemente de aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas do **FUNDO**, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

Parágrafo 2º: O disposto no parágrafo 1º acima será igualmente aplicável no caso de alterações aos Contratos de Cessão que sejam decorrentes exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM.

Parágrafo 3º: As deliberações constantes dos incisos I, II e III poderão ser aprovadas por maioria simples das Quotas Sênior presentes.

Parágrafo 4º: A deliberação constante do inciso IX poderá ser aprovada por 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Sênior em circulação.



Parágrafo 5º: As deliberações constantes dos incisos V, VI, VII e VIII poderão ser aprovadas por 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Sênior e por 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Subordinadas em circulação.

Parágrafo 6º: As deliberações constantes dos incisos IV e X poderão ser aprovadas por 2/3 (dois terços) das Quotas em circulação.

Parágrafo 7º: As deliberações constantes dos incisos XI, XII e XIII, XIV, XV e XVI somente poderão ser aprovadas pela totalidade das Quotas em circulação.

Artigo 78: A Assembléia Geral de Quotistas do **FUNDO** poderá, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas ("Representante dos Quotistas").

Parágrafo Único: Somente poderá exercer as funções de Representante dos Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

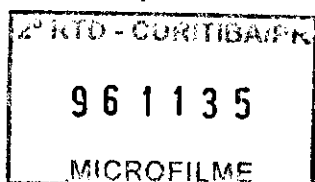
- I. ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;
- II. não exercer cargo ou função na **ADMINISTRADORA**, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- III. não exercer cargo da administração ou ser funcionário de qualquer dos Cedentes; e
- IV. não exercer cargo de administração ou ser funcionário dos controladores, diretos ou indiretos, de qualquer dos Cedentes.

Artigo 79: A convocação da Assembléia Geral de Quotistas do **FUNDO** far-se-á mediante anúncio publicado no jornal indicado no artigo 109 deste Regulamento, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada Quotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral de Quotistas e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo 1º: A convocação da Assembléia Geral de Quotistas deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contados da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos Quotistas.

Parágrafo 2º: Não se realizando a Assembléia Geral de Quotistas na convocação referida no parágrafo 1º acima, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos Quotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo 3º: Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral de Quotistas realizar-se-á no local onde a **ADMINISTRADORA** tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos Quotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede.



J

Parágrafo 4º: Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembléia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 5º: Para efeito do disposto no parágrafo 2º, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral de Quotistas seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

Artigo 80: Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de Quotistas poderá reunir-se por convocação da **ADMINISTRADORA** ou de Quotistas titulares de Quotas que representem, isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas.

Artigo 81: Na Assembléia Geral de Quotistas, a ser instalada com a presença de pelo menos um Quotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Quotas dos Quotistas presentes, correspondendo a cada Quota um voto, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

Parágrafo 1º: As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos I a XVI do artigo 77 serão aprovadas, em primeira convocação, de acordo com os quoruns previstos no artigo 77 acima e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

Parágrafo 2º: Excetua-se do disposto neste artigo a hipótese de prorrogação do prazo do **FUNDO**, que sempre dependerá da aprovação de 2/3 (dois terços) da totalidade das Quotas emitidas.

Parágrafo 3º: Têm qualidade para comparecer à Assembléia Geral de Quotistas, além dos Quotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos há menos de um ano.

Parágrafo 4º: Não têm direito a voto na Assembléia Geral de Quotistas a **ADMINISTRADORA** e seus empregados.

Parágrafo 5º: É vedado aos Quotistas votar em Assembléia Geral de Quotistas acerca de assuntos em que tenham, ainda que potencialmente e por qualquer circunstância, conflito de interesses.

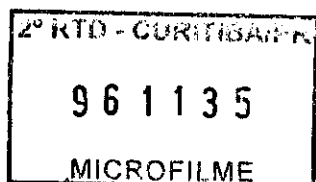
Artigo 82: As decisões da Assembléia Geral de Quotistas devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da sua realização.

Parágrafo Único: A divulgação referida no *caput* deverá ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista ou através de correio eletrônico.

Artigo 83: As modificações aprovadas pela Assembléia Geral de Quotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

I - lista de Quotistas presentes na Assembléia Geral de Quotistas;

II - cópia da ata da Assembléia Geral de Quotistas;



A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' followed by a loop.

III - exemplar do regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em Cartório de Títulos e Documentos; e

IV - modificações procedidas no Prospecto.

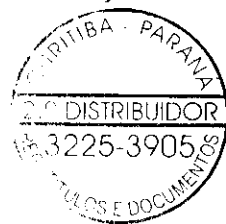
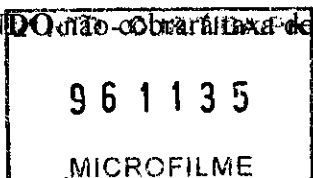
CAPÍTULO XX - DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 84: Constituem encargos do **FUNDO**, além da taxa de administração de que trata o Capítulo XXVII deste Regulamento, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela **ADMINISTRADORA**:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da **ADMINISTRADORA**;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o **FUNDO** venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira do **FUNDO**;
- i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- j) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas como Representante dos Quotistas; e
- k) despesas com as taxa de registro e anuidades da CETIP e BOVESPA/SOMA.

Parágrafo 1º: As despesas decorrentes de serviços de consultoria relativamente à análise e seleção dos Ativos Financeiros para integrar a Carteira do **FUNDO**, bem como quaisquer outras não previstas como encargos do **FUNDO**, devem correr por conta da **ADMINISTRADORA**. O pagamento dessas despesas pode ser efetuado diretamente pelo **FUNDO** à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da taxa de administração cobrada pela **ADMINISTRADORA**.

Parágrafo 2º: O **FUNDO** não cobra taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas.



CAPÍTULO XXI - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 85: A ADMINISTRADORA divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tal como a eventual alteração da classificação de risco das Quotas do **FUNDO** ou dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas do **FUNDO**.

Parágrafo 1º: A divulgação das informações previstas neste artigo deverá ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO**, devendo todos os documentos e informações correspondentes serem remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação e mantidos disponíveis para os Quotistas na sede da ADMINISTRADORA e nas instituições responsáveis pela distribuição pública das Quotas do **FUNDO**.

Parágrafo 2º: Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao **FUNDO**, considerar-se-á fato relevante a alteração da classificação de risco das Quotas do **FUNDO**.

Artigo 86: A ADMINISTRADORA deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e nas instituições responsáveis pela distribuição pública das Quotas do **FUNDO**, informações sobre:

I - o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor; e

II - a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês.

Artigo 87: A ADMINISTRADORA deverá disponibilizar a quaisquer interessados, mediante solicitação, (i) dados sobre o comportamento da Carteira do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, o desempenho esperado e o realizado, e (ii) as demonstrações financeiras do **FUNDO**, observados os seguinte prazos máximos:

I - de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

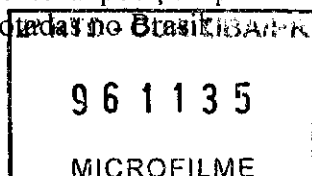
II - de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

CAPÍTULO XXII – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO

Artigo 88: As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade expedidas pela CVM.

Parágrafo 1º: As demonstrações financeiras do **FUNDO** serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar do relatório a ser divulgado os seguintes itens:

I - Parecer dos auditores independentes opinando se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do **FUNDO**, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



II - Demonstrações financeiras, contendo o balanço analítico e a evolução do patrimônio líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e

III - Notas explicativas julgadas necessárias para interpretação das demonstrações financeiras. As notas explicativas deverão contemplar, no mínimo, informações sobre o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO** e os respectivos valores de custo e, caso aplicável, de mercado, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

Parágrafo 2º: O exercício social do **FUNDO** terá duração de 1 (um) ano, com início em 31 de março.

Parágrafo 3º: Enquanto a CVM não editar as normas referidas no *caput*, aplicar-se-ão ao **FUNDO** as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO XXIII - DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 89: São considerados eventos de avaliação do **FUNDO** (“Eventos de Avaliação”) quaisquer das seguintes ocorrências:

I – inobservância, pela **ADMINISTRADORA**, dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento que não constitua um Evento de Liquidação, que o **CUSTODIANTE** tome conhecimento, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da referida notificação;

II – desenquadramento do **FUNDO** com relação à observância, a qualquer momento, dos limites de concentração e diversificação estabelecidos nas letras “i” e “j” do artigo 7º deste Regulamento;

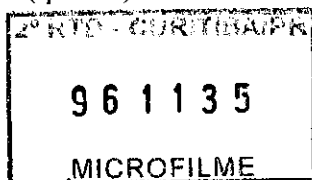
III – inobservância, pelo **CUSTODIANTE**, dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão, nos Termos de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela **ADMINISTRADORA** para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, do recebimento da referida notificação;

IV - rebaixamento na classificação de risco das Quotas Sênior (*rating*) do **FUNDO** para índice inferior a BBB+ e BBB- para as Quotas Subordinadas de acordo com os critérios atualmente adotados pela Agência de Rating e/ou não divulgação da classificação de risco pela Agência de Rating ou outra agência que venha a substituí-la por período superior a 30 (trinta) dias;

V - não pagamento, nas Datas de Amortização e/ou na Data de Resgate, do valor da amortização e/ou do valor do resgate das Quotas Sênior;

VI - amortização de Quotas em desacordo com o disposto neste Regulamento;

VII - caso a carteira do **FUNDO** deixe de estar enquadrada ao percentual mínimo de alocação em Direitos Creditórios Elegíveis, conforme determinado no artigo 12 deste Regulamento, por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos;



A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.

VII - caso a Reserva de Liquidez prevista no artigo 48 acima não seja devidamente constituída ou não esteja enquadrada aos parâmetros estabelecidos neste Regulamento por um período superior a 5 (cinco) dias contados da Data de Verificação em que o respectivo desenquadramento seja verificado pela **ADMINISTRADORA**;

IX - descumprimento da Razão de Garantia nos termos do artigo 34 deste Regulamento caso (i) tal evento não seja sanado ou (ii) não tenha sido iniciado o procedimento de reenquadramento definido no Capítulo XIV deste Regulamento no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que se verificar o referido descumprimento, respeitado o disposto no artigo 35;

X - caso não haja um número mínimo de 10 (dez) Cedentes na condição de Cedentes Cadastrados após decorrido o prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da Primeira Data de Emissão;

XI - aquisição, pelo **FUNDO**, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, conforme apurado por auditores do **FUNDO** e/ou pelo **CUSTODIANTE** e/ou qualquer outro terceiro, sem prejuízo de eventual responsabilização deste;

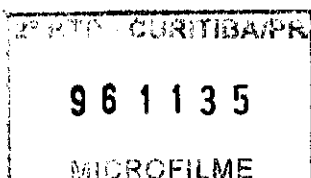
XII - na hipótese de a taxa de juros básica do país (Taxa SELIC) ser aumentada em um período de 30 (trinta) dias consecutivos em 130% (cento e trinta por cento);

XIII - na hipótese da soma do valor contábil dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos representar, por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias, 50% (cinquenta por cento) ou mais do valor total das Quotas Subordinadas do **FUNDO** em circulação; e

XIV – na hipótese de ser verificado pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**, a qualquer momento, descumprimento dos deveres e das obrigações previstos nos respectivos Contratos de Cessão e Termos de Cessão por Cedentes cujo valor dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** representem, isoladamente ou em conjunto, pelo menos 3% (três por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** na data em que o descumprimento tenha sido verificado, desde que, se notificados pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE** para sanar ou justificar o descumprimento, não o façam no prazo de 72 (setenta e duas) horas contado do recebimento da referida notificação.

Parágrafo 1º: Sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação descritos acima, o **FUNDO** interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a **ADMINISTRADORA** convocará Assembléia Geral de Quotistas no 5º (quinto) dia útil seguinte à ocorrência do Evento de Avaliação, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada do **FUNDO** (conforme definido abaixo), bem como se haverá liquidação antecipada do **FUNDO** e quais os procedimentos a serem adotados.

Parágrafo 2º: No caso da Assembléia Geral de Quotistas deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada do **FUNDO** (conforme definido abaixo), a **ADMINISTRADORA** observará os procedimentos de liquidação do **FUNDO** previstos no artigo 93 abaixo, sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova Assembléia Geral de Quotistas, podendo a referida Assembléia Geral de Quotistas deliberar sobre os procedimentos envolvendo a liquidação do **FUNDO**, independentemente da notificação dos Quotistas ausentes.



Parágrafo 3º: Caso a Assembléia Geral de Quotistas delibere que um determinado Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação Antecipada do **FUNDO**, o **FUNDO** reiniciará o processo de aquisição de Direitos Creditórios, sem prejuízo de eventuais ajustes aprovados pelos Quotistas na Assembléia Geral de Quotistas competente.

Parágrafo 4º: O direito dos titulares de Quotas Subordinadas ao recebimento de qualquer pagamento de amortização ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até data da deliberação, pela Assembléia Geral de Quotistas referida no parágrafo 1º acima, de que (i) o referido Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada do **FUNDO**, sem prejuízo da prioridade dos titulares de Quotas Sênior no recebimento de pagamento de resgate de suas Quotas Sênior na hipótese de liquidação antecipada do **FUNDO**; ou (ii) o referido Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do **FUNDO**, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Quotistas na Assembléia Geral de Quotistas.

CAPÍTULO XXIV - DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Artigo 90: Sem prejuízo dos procedimentos previstos no artigo 89, parágrafo 2º, e no artigo 92, parágrafo 2º, deste Regulamento, o **FUNDO** será liquidado por ocasião do término do seu prazo de duração.

Artigo 91: Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados eventos de liquidação antecipada do **FUNDO** quaisquer das seguintes ocorrências (cada um, um “Evento de Liquidação Antecipada”):

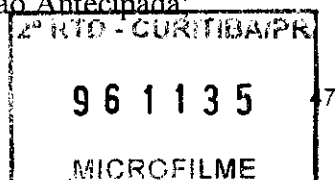
I - se o patamar mínimo de distribuição de Quotas do **FUNDO** descrito no artigo 45 deste Regulamento não for atingido no prazo ali mencionado;

II - se o **FUNDO** mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro fundo de investimento em direitos creditórios;

III – a ocorrência de eventos que prejudiquem ou impossibilitem as atividades do **FUNDO**, assim entendidos aqueles que afetem substancialmente a origem e/ou a cessão de Direitos Creditórios em montante suficiente para assegurar ao percentual mínimo de alocação em Direitos Creditórios Elegíveis, conforme previstos no artigo 12, a partir do 90º (nonagésimo) dia, exceto na hipótese de autorização de prorrogação desse prazo pela CVM, conforme disposto no artigo 40 da Instrução CVM n.º 356/01 e alterações posteriores;

IV - extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos neste Regulamento para o cálculo do valor das Quotas, por prazo superior a 20 (vinte) dias úteis consecutivos ou a 60 (sessenta) dias úteis alternados, durante um período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer o evento, desde que os Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas não cheguem a um consenso para definir um novo índice ou parâmetro;

V - a deliberação em Assembléia Geral de Quotistas de que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;



VI - não pagamento, em até 5 (cinco) dias contados das Datas de Amortização e/ou da Data de Resgate, do valor da amortização e/ou do valor do resgate das Quotas Sênior;

VII - resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do **CUSTODIANTE**, sem a assunção das funções do **CUSTODIANTE** por uma nova instituição, nos termos ali definidos; e

VIII - renúncia ou destituição da Administradora, sem a assunção das funções da Administradora por uma nova instituição, nos termos definidos neste Regulamento.

Artigo 92: Na ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** imediatamente (i) notificará tal fato aos Quotistas, (ii) convocará Assembleia Geral de Quotistas para ratificar a liquidação antecipada do **FUNDO** e deliberar sobre os procedimentos de liquidação antecipada do **FUNDO**, e (iii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

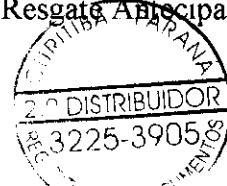
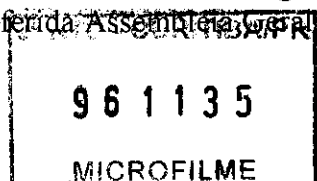
Parágrafo 1º: Na Assembleia Geral de Quotistas mencionada no *caput*, os Quotistas poderão optar por não liquidar antecipadamente o **FUNDO**.

Parágrafo 2º: Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Quotistas mencionada no subitem parágrafo acima por falta de quorum, ou (ii) de aprovação, pelos Quotistas, da liquidação antecipada do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do **FUNDO**.

Parágrafo 3º: Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação e a Assembleia Geral de Quotistas deliberar pela não liquidação antecipada do **FUNDO**, será concedido aos Quotistas que não concordarem com a decisão ("Quotistas Dissidentes"), o resgate antecipado de suas Quotas ou ainda uma Amortização Extraordinária, conforme instruções a serem definidas pela própria Assembleia Geral de Quotistas que deliberar pela não liquidação antecipada, que não poderá estabelecer prazo superior a 90 (noventa) dias para efetuação de tal resgate. Se as instruções específicas para o resgate não forem deliberadas em Assembleia Geral de Quotistas, os Quotistas Dissidentes poderão requerer o resgate ou amortização em até 60 (sessenta) dias contados da data da realização da referida Assembleia Geral de Quotistas, pelo valor da Quota do dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento, calculado na forma do artigo 40 deste Regulamento.

Parágrafo 4º: Na hipótese descrita no parágrafo anterior, caso o **FUNDO** não tenha recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento integral do resgate de Quotas aos Quotistas Dissidentes no prazo mencionado acima, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio líquido do **FUNDO** serão prioritariamente alocados para o pagamento de resgate aos Quotistas Dissidentes, de forma *pro rateada* e mediante a observância de igualdade de condições entre os Quotistas Dissidentes, observado que não será admitido o fracionamento das Quotas para tais fins. Caso seja necessário, os Quotistas Dissidentes reunir-se-ão em Assembleia Geral de Quotistas para aprovar o pagamento do resgate ou amortização de suas Quotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros, de acordo com os princípios estabelecidos no Capítulo XIII acima, no que couber.

Artigo 93: Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação ou Eventos de Avaliação e a Assembleia Geral de Quotistas competente deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, todas as quotas do **FUNDO** serão resgatadas, dentro de até 90 (noventa) dias contados da data de realização da referida Assembleia Geral de Quotistas ("Prazo para Resgate Antecipado"),



pelo valor da quota do dia útil imediatamente anterior ao dia do pagamento, e mediante a observância do seguinte procedimento e da seguinte ordem:

I - as Quotas Sênior terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Quotas Subordinadas;

II - as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Sênior;

III - durante o Prazo para Resgate Antecipado, as Quotas serão resgatadas, total ou parcialmente, em moeda corrente nacional, quando os valores depositados na conta destinada ao recebimento dos recursos relativos à amortização e resgate das Quotas forem equivalentes ao menor valor entre (i) o valor de resgate das Quotas Sênior e (ii) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

IV - todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no patrimônio do **FUNDO** serão prioritariamente alocados para o pagamento do resgate das Quotas Sênior, de forma *pro rateada* e mediante a observância de igualdade de condições entre todos os Quotistas, observado que não será admitido o fracionamento das Quotas para tais fins;

V - se no último dia útil do Prazo para Resgate Antecipado a totalidade das Quotas Sênior não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos Creditórios Elegíveis e/ou Ativos Financeiros em dação em pagamento pelo resgate de suas Quotas Sênior, que será realizada de acordo com o disposto no Capítulo XIII deste Regulamento; e

VI - assegurada a prioridade de pagamento de resgate das Quotas Sênior, nos termos indicados nos incisos acima, as Quotas Subordinadas serão resgatadas prioritariamente em moeda corrente nacional e, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda corrente nacional, por meio da dação em pagamento de Direitos Creditórios Elegíveis e/ou Ativos Financeiros, observado o disposto no Capítulo XIII deste Regulamento.

CAPÍTULO XXV - DA ADMINISTRAÇÃO

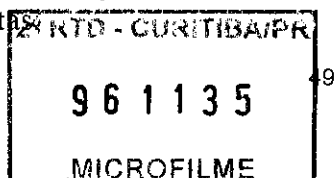
Artigo 94: As atividades de administração, gestão da carteira e de distribuição de Quotas do **FUNDO** serão realizadas pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08 (a “**ADMINISTRADORA**”).

Artigo 95: A **ADMINISTRADORA**, observadas a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios, Ativos Financeiros e modalidades operacionais que integrem a Carteira do **FUNDO**.

Artigo 96: Incluem-se entre as obrigações da **ADMINISTRADORA**:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos Quotistas;



Handwritten signature.

- c) o livro de atas de Assembléias Gerais de Quotistas;
- d) o livro de presença de Quotistas;
- e) o Prospecto do **FUNDO**;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**;
- h) os relatórios do auditor independente;

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada para custodiar seus ativos;

III - entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV - divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem quotas do **FUNDO**, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da Quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;

V - divulgar, anualmente, em sua sede, filiais e nas instituições que coloquem quotas do **FUNDO**, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor de suas Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano a que se referirem e os relatórios da Agência de Rating;

VI - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VII - fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;

VIII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a **ADMINISTRADORA** e o **FUNDO**;

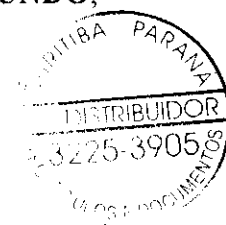
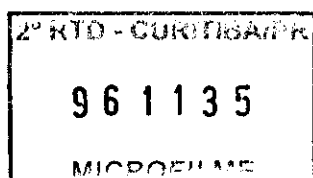
IX - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do **FUNDO** ou dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**;

X - verificar o atendimento dos Requisitos Aplicáveis aos Cedentes antes da realização de Ofertas de Direitos Creditórios pelos Cedentes e descredenciar Cedente Cadastrado na hipótese de não atendimento de tais requisitos;

XI - verificar e validar o atendimento dos Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** às Condições de Cessão previstas no Capítulo V deste Regulamento;

XII - informar o Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios aos Cedentes nas respectivas Data de Oferta de Direitos Creditório;

XIII - formalizar os Termos de Cessão na qualidade de representante do **FUNDO**;



XIV – notificar os Clientes sobre a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis pelos Cedentes ao **FUNDO**;

XV – verificar e controlar, diariamente, a Razão de Garantia;

XVI – controlar a constituição da Reserva de Liquidez; e

XVII – solicitar da Classificação Creditícia dos Clientes devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis.

Parágrafo Único: A divulgação das informações previstas nos incisos IV e V deste artigo pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, ou realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da **ADMINISTRADORA** pela regularidade na prestação destas informações.

Artigo 97: É vedado à **ADMINISTRADORA**:

I - prestar fiança, aval, aceite ou co-obrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos previstas no artigo 13, alínea “e” deste Regulamento;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III - efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas deste.

Parágrafo 1º: As vedações de que tratam os incisos I a III deste artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da **ADMINISTRADORA**, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Parágrafo 2º: Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior, os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional que venham a integrar a Carteira do **FUNDO**.

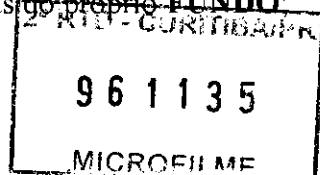
Artigo 98: É vedado à **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**:

I - prestar fiança, aval, aceite ou co-obrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos previstas no artigo 13, alínea “e” deste Regulamento;

II - realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução CVM n.º 356/01;

III - aplicar recursos diretamente no exterior;

IV - adquirir Quotas do próprio **FUNDO**;



V - pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM n.º 356/01;

VI - vender Quotas do **FUNDO** a prestação;

VII - prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;

VIII - fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de quaisquer ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

IX - delegar poderes de administração da Carteira do **FUNDO**, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM n.º 356/01;

X - obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos previstas no artigo 13, alínea “e” deste Regulamento; e

XI - efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos previstas no artigo 13, alínea “e” deste Regulamento.

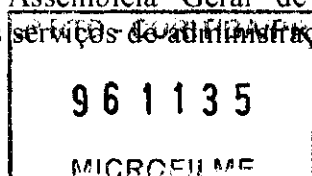
CAPÍTULO XXVI - DA RENÚNCIA E SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

Artigo 99: A **ADMINISTRADORA**, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, pode renunciar à administração do **FUNDO**, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do **FUNDO**, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XIX deste Regulamento.

Parágrafo Único: Nas hipóteses de substituição da **ADMINISTRADORA** e de liquidação do **FUNDO**, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria **ADMINISTRADORA**.

Artigo 100: Na hipótese da **ADMINISTRADORA** renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de Quotistas de que trata o artigo 99 acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir a **ADMINISTRADORA** ou (ii) não obtiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo XIX deste Regulamento, para deliberar sobre a substituição da **ADMINISTRADORA** ou a liquidação antecipada do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** procederá à liquidação automática do **FUNDO** no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, observado, se for o caso, o disposto no Capítulo XIII acima.

Artigo 101: Na hipótese de renúncia da **ADMINISTRADORA** e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral de Quotistas, a **ADMINISTRADORA** continuará obrigada a prestar os serviços de administração do **FUNDO** e gestão da Carteira até que a nova



instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral de Quotistas.

Parágrafo único: Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do *caput* deste artigo 100 não substitua a **ADMINISTRADORA** dentro do prazo de 30 (trinta) dias mencionado acima, a **ADMINISTRADORA** procederá à liquidação automática do **FUNDO** até o 40º (quadragésimo) dia contado da data de realização da Assembléia Geral de Quotistas que nomear a nova instituição administradora, devendo ser observado, se for o caso, o disposto no Capítulo XIII deste Regulamento.

Artigo 102: No caso de decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial da **ADMINISTRADORA**, deve automaticamente ser convocada Assembléia Geral de Quotistas no prazo de 5 (cinco) dias contados de sua decretação, para:

I - nomear Representante de Quotistas; e

II – deliberar sobre: a) substituição da **ADMINISTRADORA**, no exercício das funções de administração do **FUNDO**; ou b) liquidação antecipada do **FUNDO**.

CAPÍTULO XXVII - DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

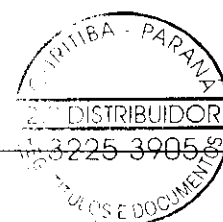
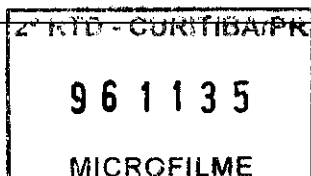
Artigo 103: A **ADMINISTRADORA** receberá, pelos serviços de administração do **FUNDO**, gestão da Carteira e de distribuição de Quotas do **FUNDO**, taxa de administração equivalente ao percentual anual de 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento), incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**.

Artigo 104: A remuneração da **ADMINISTRADORA** é calculada por dia útil, com base (i) no percentual sobre o valor diário do patrimônio líquido do **FUNDO** mencionado no artigo 103, acima; (ii) no valor fixo definido *pro rata* dia útil; e (iii) nas demais informações contidas no referido artigo, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo 1º: A taxa de administração prevista no artigo 103 acima será paga à **ADMINISTRADORA**, sendo calculada e provisionada todo o dia útil, conforme a seguinte fórmula:

$$TA_t = \left[\frac{Tx}{252} \times PL_{t-1} \right]$$

TA_t	Valor da taxa de administração, calculada na data “t”;
Tx	Taxa de Administração fixada em 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano;
PL_{t-1}	Valor do patrimônio líquido do FUNDO , apurado para o dia útil imediatamente anterior à data “t”.



Parágrafo 2º: A **ADMINISTRADORA** poderá destinar parcela da taxa de administração para pagamento de prestadores de serviço contratados, sendo que o pagamento desses serviços será realizado diretamente pelo **FUNDO**, sendo deduzido do valor devido à **ADMINISTRADORA** a título de taxa de administração, razão pela qual o somatório destes pagamentos não poderá excedê-la.

Artigo 105: A **ADMINISTRADORA** não receberá taxa de performance.

Parágrafo Único: Não há taxas de ingresso e/ou saída.

CAPÍTULO XXVIII – DO CUSTODIANTE

Artigo 106: As atividades de custódia qualificada e controladoria dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**, previstas nos artigos 38 e 39 da Instrução CVM n.º 356/01, bem como a de escrituração das Quotas do **FUNDO** serão exercidas pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, bem como credenciada perante a CVM para a prestação de serviços de custódia qualificada, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 (o “**CUSTODIANTE**”), que será responsável pelas seguintes atividades:

I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO**;

II - validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;

III - realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios adquiridos pelo **FUNDO**, evidenciados pelo Contrato de Cessão, pelo Termo de Cessão e demais documentos comprobatórios da operação;

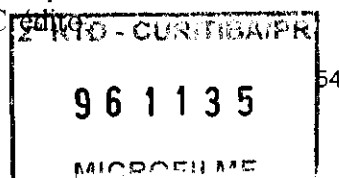
IV - fazer a custódia, administração e cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**;

V - diligenciar para que sejam mantidos atualizados e em perfeita ordem, pelos respectivos Cedentes, os Documentos Representativos de Crédito e os comprovantes de entrega decorrentes das notas fiscais referentes às operações de venda de produtos e/ou da prestação de serviços dos Cedentes aos Clientes referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da Carteira do **FUNDO**, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agência de Rating e órgãos reguladores; e

VI - cobrar e receber, por conta e ordem do **FUNDO**, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos nas contas de depósitos do **FUNDO**.

VII - realizar a averbação dos Direitos Creditórios Elegíveis na Apólice de Seguro de Crédito;

VIII – comunicar a inadimplência dos Clientes à Seguradora, na forma e prazos estabelecidos na Apólice de Seguro de Crédito;



IX – notificar os Quotistas para que estes convoquem, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01, uma Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre as medidas a serem adotadas na hipótese de inobservância, pela **ADMINISTRADORA**, dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento que não constitua um Evento de Liquidação.

Parágrafo 1º: O **CUSTODIANTE** poderá interromper as compras de Direitos Creditórios, devendo para tanto notificar imediatamente a **ADMINISTRADORA** para que esta avalie as providências a serem tomadas em defesa dos interesses do **FUNDO**, no caso de verificar, quando da realização de auditoria dos documentos, o não cumprimento das obrigações estabelecidas no Contrato de Depósito.

Parágrafo 2º: Os demais direitos, obrigações e responsabilidades do **CUSTODIANTE** serão aqueles estabelecidos no Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria do Fundo de Investimento FIEP Industrial e Outras Avenças, celebrado entre a **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**, e o **CUSTODIANTE** (“Contrato de Custódia”).

CAPÍTULO XXIX - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 107: Encerrado o prazo de duração de cada uma das séries ou do próprio **FUNDO**, caso existam Direitos Creditórios que tenham sido provisionados, mas que ainda estejam em processo de cobrança, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

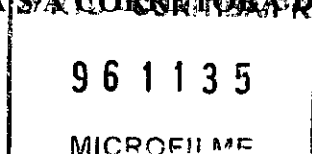
- a) se o **FUNDO** dispuser de liquidez suficiente, serão resgatadas as Quotas imediatamente, em moeda corrente nacional, assim como pagas todas as despesas do **FUNDO**; ou
- b) se o **FUNDO** não dispuser de liquidez suficiente, serão realizadas as Quotas até o limite da liquidez existente, observada a constituição de provisão para despesas do **FUNDO**, devendo a **ADMINISTRADORA** adotar os procedimentos necessários para recuperação dos Direitos Creditórios para resgate total das Quotas e pagamento das despesas remanescentes, sendo, contudo admitido o resgate das Quotas exclusivamente com os Direitos Creditórios nos termos da legislação vigente.

Artigo 108: Para fins do disposto neste Regulamento, (i) entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados no Estado do Paraná e/ou no Estado de São Paulo, ou na Cidade de Curitiba e/ou na Cidade de São Paulo, feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro; e (ii) considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre a **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE**, os Cedentes e os Quotistas.

Artigo 109: A divulgação de informações do Fundo será feita no jornal Gazeta Mercantil, Edição Nacional.

Artigo 110: Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado do Paraná, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao **FUNDO** ou a questões decorrentes da aplicação deste Regulamento.

CONCÓRDIA S/A CONTROLADORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO



55

Ricardo Gattai
Diretor



Anexo I

MODELO DE CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

Por este instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado,

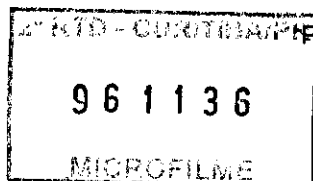
- i) **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL**, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Marechal Deodoro, nº 630, 20º e inscrito no CNPJ/MF sob o n.º [•] (o “**FUNDO**”), neste ato representado por sua administradora, a **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede no Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar – Centro e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 52.904.364/0001-08 (a “**ADMINISTRADORA**”); e, de outro lado,
- ii) **[NOME DO CEDENTE]**, com sede na Cidade de [•], Estado de [•], na [•], [•], [•] andar, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º [•], neste ato representado, na forma de seu Contrato/Estatuto Social, por seus representantes legais infra-assinados (o “**CEDENTE**”) (o **FUNDO** e o **CEDENTE** doravante designados em conjunto como “Partes” e individual e indistintamente como “Parte”),

e, ainda, como interveniente anuente,

- iii) **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, bem como credenciada perante a Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) para prestar serviços de custódia qualificada, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (o “**CUSTODIANTE**” ou o “**AGENTE COBRADOR**”),
- iv) **FIEP – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ**, situada na Avenida Cândido de Abreu, n. 200, em Curitiba, Paraná, sob o CNPJ de n. 76.709.898/0001-33, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (a “**DEPOSITÁRIA**”),

CONSIDERANDO QUE:

- a) O **FUNDO** é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, e da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001 (conforme alterada, a “Instrução CVM 356”), que tem por objetivo aplicar seus recursos, preponderantemente, na aquisição de direitos creditórios;
- b) O **CEDENTE** é indústria filiada a um dos sindicatos patronais associados à Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP e, no curso normal de seus negócios, realiza vendas de produtos a prazo e/ou presta serviços a seus clientes, de modo a originar direitos creditórios tais como os que o **FUNDO** tem interesse em adquirir;



[Handwritten signature]

- c) O **FUNDO** pretende adquirir, durante seu prazo de duração, os direitos creditórios originados pelo **CEDENTE**, de forma a cumprir com a sua política de investimento, e o **CEDENTE** pretende alienar tais direitos creditórios ao **FUNDO**;
- d) O **CUSTODIANTE** foi contratado pela **ADMINISTRADORA**, para prestar os serviços de que trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, na forma do Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIEP Industrial e Outras Avenças (o “Contrato de Custódia”); e
- e) O **AGENTE COBRADOR** foi contratado pelo **CEDENTE** para prestar serviços de cobrança bancária dos direitos creditórios que venham a ser cedidos ao **FUNDO** pelo **CEDENTE**, nos termos do Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças (o “Contrato de Cobrança”).

Resolvem as Partes, com a interveniência do **CUSTODIANTE** e da **DEPOSITÁRIA**, celebrar o presente Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças (o “Contrato”), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir descritas:

CAPÍTULO I - DO OBJETO DA PROMESSA DE CESSÃO

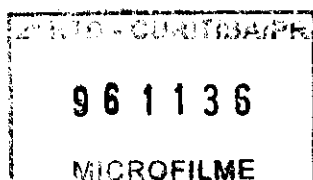
CLÁUSULA 1ª - O CEDENTE é indústria filiada a um dos sindicatos patronais associados à Federação das Indústrias do Paraná – FIEP. No curso normal de seus negócios, o **CEDENTE** realiza vendas de produtos a prazo e/ou presta serviços a seus clientes (os “Clientes”), de modo a originar direitos creditórios performados os quais podem ser objeto de cessão nos termos deste Contrato (os “Direitos Creditórios”).

Parágrafo 1º: As notas fiscais referentes às operações de venda de produtos e/ou da prestação de serviços do **CEDENTE** a seus Clientes, os comprovantes de entrega de tais produtos e/ou da prestação dos serviços (ou declaração equivalente dos Clientes) e as duplicatas emitidas de forma física ou eletrônica pelo **CEDENTE** contra os Clientes devedores dos Direitos Creditórios são os documentos que formalizam a origem dos Direitos Creditórios.

Parágrafo 2º: Para todos os fins deste Contrato, as notas fiscais e as duplicatas emitidas de forma física ou eletrônica pelo **CEDENTE** contra os Clientes devedores dos Direitos Creditórios serão designados como os “Documentos Representativos de Crédito”.

Parágrafo 3º: Os representantes legais do **CEDENTE** signatários deste Contrato são responsáveis pela emissão das duplicatas contra os Clientes devedores dos Direitos Creditórios, de forma física ou eletrônica, as quais poderão ser remetidas ou não aos Clientes para fins de aceite (“Duplicatas” e individualmente “Duplicata”).

Parágrafo 4º: As Duplicatas emitidas fisicamente deverão ser endossadas em favor do **FUNDO** e entregues pelo **CEDENTE** à **ADMINISTRADORA** em cada Data de Oferta de Direitos Creditórios (conforme definida abaixo), para fins de verificação do atendimento da



[Handwritten signature]

Condição de Cessão (conforme definida abaixo) de que trata a alínea "c" da Cláusula 10 deste Contrato.

Parágrafo 5º: Na hipótese de emissão eletrônica de Duplicata, o respectivo arquivo eletrônico deverá ser entregue pelo **CEDENTE** à **ADMINISTRADORA**, que será responsável por imprimi-la, assiná-la em nome do **CEDENTE** e endossá-la em favor do **FUNDO**. As Duplicatas assinadas e endossadas pela **ADMINISTRADORA**, bem como aquelas emitidas fisicamente, serão enviadas, juntamente com os demais Documentos Representativos de Crédito, à **DEPOSITÁRIA**, que realizará a custódia física dos referidos documentos, nos termos do artigo 10 do Regulamento do **FUNDO**.

Parágrafo 6º: Os comprovantes de entrega decorrentes das notas fiscais referentes às operações de venda de produtos e/ou da prestação de serviços dos Cedentes a seus Clientes ficarão sob a guarda da **CEDENTE**, e deverão ser entregues, quando solicitados, à **DEPOSITÁRIA**.

Parágrafo 7º: Durante o período que a **CEDENTE** mantiver sob sua guarda os comprovantes de entrega decorrentes das notas fiscais referentes às operações de venda de produtos e/ou da prestação de serviços, a **CEDENTE** será nomeada fiel depositária dos referidos documentos.

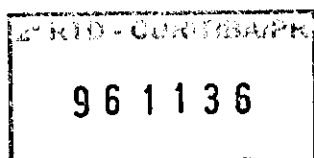
Parágrafo 8º: Para os fins do disposto no Parágrafo 5º acima, o **CEDENTE**, neste ato e de forma irrevogável e irretirável, por meio de seus representantes legais signatários deste Contrato, outorga à **ADMINISTRADORA** plenos e especiais poderes para: (a) realizar a impressão das Duplicatas emitidas eletronicamente e assiná-las; e (b) endossar, em favor do **FUNDO**, na respectiva Data de Oferta de Direitos Creditórios, todas as Duplicatas emitidas nos termos desta Cláusula 1ª.

CLÁUSULA 2ª - O CEDENTE declara e assegura que somente oferecerá ao **FUNDO** para cessão Direitos Creditórios que sejam de sua titularidade, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames.

CLÁUSULA 3ª - Nos termos dos artigos 287 e 893 do Código Civil Brasileiro, a cessão dos Direitos Creditórios compreende, além da cessão dos direitos de recebimento de titularidade do **CEDENTE** contra Clientes em razão das operações de venda a prazo de produtos e/ou prestação de serviços, a cessão de todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas, seguros e ações relacionados a tais direitos, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

CLÁUSULA 4ª - O CEDENTE, neste ato e em regular forma de direito, promete, em caráter irrevogável, irretirável e sem direito de regresso, a partir da data de assinatura deste Contrato e enquanto ele estiver em vigor, na medida em que seja do seu interesse, oferecer Direitos Creditórios para cessão ao **FUNDO**, o qual terá a faculdade de adquiri-los, a seu exclusivo critério, nos termos da Cláusula 5ª abaixo.

CLÁUSULA 5ª - O FUNDO terá a faculdade de adquirir os Direitos Creditórios a ele ofertados pelo **CEDENTE** na medida em que a **ADMINISTRADORA** julgue de interesse do **FUNDO**. Mesmo quando do seu interesse, o **FUNDO** somente adquirirá Direitos



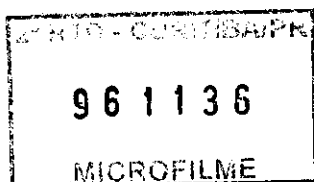
[Handwritten signature]

Creditórios quando os mesmos atendam a todas as condições estabelecidas neste Contrato e no regulamento do **FUNDO** (o "Regulamento"), bem como haja mútuo consentimento das Partes com relação às condições de preço da operação de cessão pretendida.

CAPÍTULO II - DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES

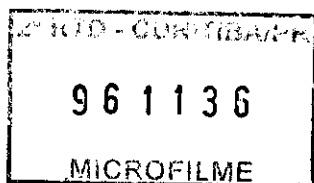
CLÁUSULA 6ª - O **CEDENTE**, devidamente autorizado na forma de seus atos constitutivos, declara e assegura ao **FUNDO**, à **ADMINISTRADORA** e ao **CUSTODIANTE**, na data de assinatura deste Contrato e em cada Data de Aquisição (conforme definida abaixo), que:

- a) é uma sociedade validamente constituída e em funcionamento, de acordo com a legislação e regulamentação em vigor;
- b) a celebração deste Contrato, a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos Creditórios e à outorga de mandatos, não dependem de quaisquer autorizações dos seus órgãos deliberativos (Assembleia Geral, Conselho de Administração e Diretoria), assim como de qualquer deliberação prévia de seus sócios exigível por força de acordos eventualmente arquivados em sua sede, com exceção daqueles já obtidos nesta data;
- c) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- d) o presente Contrato constitui obrigação lícita e válida, exequível em conformidade com seus termos (observadas as leis de falência, recuperação judicial e extrajudicial, insolvência, e leis similares aplicáveis que afetem direitos de credores de modo geral);
- e) os Direitos Creditórios presentes e futuros que, por força deste Contrato, são prometidos à cessão, assim como os Direitos Creditórios que venham a ser cedidos ao **FUNDO**, serão de sua legítima e exclusiva titularidade e estarão devidamente amparados pelos respectivos Documentos Representativos de Crédito, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza que, de qualquer modo, possam obstar as cessões reguladas nos termos deste Contrato e o pleno exercício, pelo **FUNDO**, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis (conforme definido na Cláusula 13 abaixo);
- f) os Clientes devedores dos Direitos Creditórios a serem ofertados ao **FUNDO** não apresentarão, na respectiva Data de Oferta de Direitos Creditórios, inadimplência junto ao **CEDENTE**, ou seja, não deverão apresentar obrigações de pagamento vencidas de não pagas perante o **CEDENTE**;



[Handwritten signature]

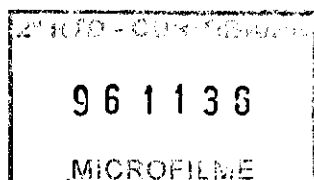
- g) os Direitos Creditórios a serem ofertados ao **FUNDO** não decorrem de pagamento em consignação, de dação em pagamento, renegociação, prorrogação ou novação;
- h) é responsável pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios que venham a ser cedidos ao **FUNDO**, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como por eventuais oposições apresentadas pelos clientes contra o **CEDENTE**, o **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE**;
- i) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de:
- (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato, dos quais o **CEDENTE** e/ou suas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam partes ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade, em especial os Direitos Creditórios;
 - (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que o **CEDENTE** e/ou suas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade estejam sujeitos; e
 - (iii) qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete o **CEDENTE** ou suas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade;
- j) dispõe de procedimentos e controles para emissão de notas fiscais referentes aos Direitos Creditórios, os quais não permitem sua emissão sem lastro e/ou em duplicidade;
- k) não há nenhum Evento de Rescisão (conforme definido abaixo) em curso ou ocorrido anteriormente à data em que esta declaração é prestada ou confirmada;
- l) com relação aos Direitos Creditórios Elegíveis, não foram os mesmos originados sem a observância do padrão de concessão de crédito adotado pelo **CEDENTE** em contratações da mesma natureza;
- m) os Clientes devedores dos Direitos Creditórios não são integrantes do mesmo grupo econômico que o **CEDENTE**, incluindo mas não se limitando a suas controladas e controladoras, diretas ou indiretas, coligadas ou sociedades sob controle comum;
- n) os representantes legais que assinam este Contrato, responsáveis pela emissão das Duplicatas, reconhecem o meio eletrônico como legal, válido, legítimo e eficaz para emissão das Duplicatas, conforme previsto na Cláusula 1ª deste Contrato;



- o) os Clientes devedores dos Direitos Creditórios não são órgãos centralizados da União, Estados, Municípios e respectivas autarquias, bem como empresas controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público;
- p) os Clientes devedores dos Direitos Creditórios são residentes e domiciliados no Brasil e possuem estabelecimento fixo;
- q) não apresentou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial e não tem conhecimento de qualquer pedido de decretação de falência que tenha sido apresentado contra si;
- r) compromete-se a não ceder Direitos Creditórios ao **FUNDO** se tal fato:
 - (i) caracterizar fraude contra credores, conforme previsto nos artigos 158 a 165 do Código Civil Brasileiro;
 - (ii) for passível de revogação, nos termos dos artigos 129 a 138 da Lei n.º 11.101 de 9 de fevereiro de 2005 (Lei de Falências);
 - (iii) caracterizar fraude de execução, na hipótese do artigo 593 do Código de Processo Civil; ou
 - (iv) caracterizar a hipótese do artigo 185, *caput*, do Código Tributário Nacional;
- s) aceita a nomeação como fiel depositária nos termos do Parágrafo 6º da Cláusula 1ª, e declara conhecer as consequências decorrentes da eventual não entrega à **DEPOSITÁRIA** dos comprovantes de entrega decorrentes das notas fiscais referentes às operações de venda de produtos e/ou da prestação de serviços quando solicitados, e assume a responsabilidade por todos os prejuízos comprovados que venha a causar ao **FUNDO**, de acordo com o artigo 652 do Código Civil brasileiro.

Parágrafo 1º: As declarações aqui prestadas pelo **CEDENTE** subsistirão até a integral liquidação das obrigações do **FUNDO**.

Parágrafo 2º: O **CEDENTE** será responsável por todos e quaisquer danos causados ao **FUNDO**, à **ADMINISTRADORA** e ao **CUSTODIANTE** decorrentes da inveracidade ou inexatidão das declarações prestadas nesta Cláusula 6ª. Caso qualquer das declarações e garantias prestadas pelo **CEDENTE** seja ou venha a se tornar inverídica ou materialmente incorreta a qualquer momento, o **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** ou o **CUSTODIANTE** poderá notificar o **CEDENTE** para que tome as medidas necessárias para corrigir tal inveracidade ou incorreção no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento da referida notificação, ou em prazo superior devidamente aceito pela **ADMINISTRADORA**. Uma vez transcorrido o prazo de que trata este parágrafo 2º sem que o **CEDENTE** tenha corrigido a inveracidade ou incorreção objeto de notificação enviada pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA** ou pelo **CUSTODIANTE**, o presente Contrato poderá ser considerado rescindido, a exclusivo critério do **FUNDO**, da **ADMINISTRADORA** ou do **CUSTODIANTE**.



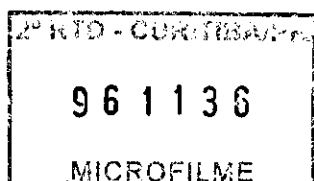
CLÁUSULA 7ª - O FUNDO, devidamente autorizado na forma do Regulamento, declara e garante que:

- a) é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, de acordo com a legislação e regulamentação em vigor; e
- b) os representantes legais da **ADMINISTRADORA** que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor.

CAPÍTULO III - DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

CLÁUSULA 8ª - Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato, o **CEDENTE** expressamente obriga-se a:

- a) entregar à **ADMINISTRADORA**, na data da assinatura deste Contrato, e manter atualizadas cópias (i) dos mandatos outorgados a seus representantes para assinatura deste Contrato, se houver e (ii) da documentação exigida nos termos da letra “b” da Cláusula 9ª abaixo;
- b) entregar à **ADMINISTRADORA**, em cada Data de Oferta de Direitos Creditórios, as Duplicatas emitidas fisicamente nos termos do Parágrafo 3º da Cláusula 1ª deste Contrato;
- c) ofertar ao **FUNDO** somente Direitos Creditórios que obedeçam, cumulativamente, às condições de cessão constantes da Cláusula 10 deste Contrato (as “Condições de Cessão”) e aos critérios de elegibilidade constantes da Cláusula 11 abaixo (os “Critérios de Elegibilidade”);
- d) não oferecer ao **FUNDO** Direitos Creditórios que apresentem, na respectiva Data de Oferta de Direitos Creditórios, qualquer das seguintes características: (i) tenham como devedores Clientes que estejam inadimplentes com suas obrigações perante o **CEDENTE**; (ii) tenham como devedores Clientes que sejam sociedades controladas e controladoras, diretas ou indiretas, sociedades coligadas e/ou sob controle comum, ou órgãos centralizados da União, Estados, Municípios e respectivas autarquias, bem como empresas controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público; (iii) tenham como devedores Clientes que possuam com o **CEDENTE** vínculo econômico ou jurídico de sociedade, de associação ou de dependência, ou em sociedades nas quais o **CEDENTE** possua poder de decisão; no caso de pessoas físicas, tenham como devedores Clientes com quem o **CEDENTE** possua vínculo de parentesco por consangüinidade ou afim até o 2º grau, inclusive, de acordo com o Código Civil Brasileiro; (iv) tenham sido objeto de qualquer tipo de acordo e/ou negociação com o respectivo Cliente devedor; (v) sejam relativos a bens ou serviços cujo comércio a lei proíba, ou, ainda, (vi) tenham como devedores Clientes que tenham ocasionado perda líquida definitiva ao **FUNDO** em decorrência do



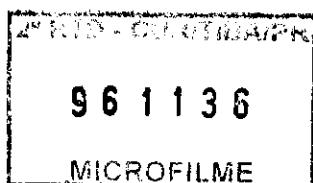
[Handwritten signature]

inadimplemento de suas obrigações relativas a Direitos Creditórios anteriormente cedidos ao **FUNDO**;

- e) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas no Capítulo II, mantendo o **FUNDO** informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a invalidade de tais declarações;
- f) transferir ao **FUNDO**, no prazo de 1 (um) dia útil após a verificação do seu recebimento, quaisquer valores que eventualmente venha a receber dos Clientes devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título. A transferência deverá ser efetuada para a seguinte conta corrente do **FUNDO** junto ao **CUSTODIANTE** (a “Conta Corrente Autorizada do **FUNDO**”):

Banco:	Banco Bradesco S.A.
Agência:	[0000]
Conta Corrente:	[0000]
Titular:	FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL

- g) praticar todos os atos que estiverem a seu alcance para que os Clientes devedores dos Direitos Creditórios honrem as obrigações relacionadas com os Direitos Creditórios Elegíveis;
- h) permitir, dentro dos limites estabelecidos no Regulamento, ao **FUNDO**, ao **CUSTODIANTE** ou a quem estes indicarem por escrito, acesso a todos os dados e informações relacionados (i) aos Direitos de Crédito Elegíveis e (ii) a quaisquer Documentos Representativos de Crédito;
- i) dar pleno acesso e atendimento aos auditores do **FUNDO** e/ou do **CUSTODIANTE**, bem como aos representantes da agência de classificação de risco contratada pelo **FUNDO**, com relação aos Direitos Creditórios Elegíveis e aos dados históricos de inadimplência dos respectivos Clientes;
- j) dar pleno auxílio e apoio ao **CUSTODIANTE**, na cobrança bancária, e ao **FUNDO** e à companhia seguradora emitente da apólice de seguro de crédito emitida de acordo com os termos e condições previstos no Capítulo XVIII do Regulamento do **FUNDO** (“Seguradora” e “Apólice de Seguro de Crédito”, respectivamente), no processo de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos Creditórios Elegíveis e eventualmente inadimplidos pelos respectivos Clientes;
- k) cumprir pontualmente com todas as obrigações previstas neste Contrato, no Regulamento e em todos os demais contratos referentes à operacionalização e funcionamento do **FUNDO** de que seja parte;



- l) indenizar o **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** em razão do descumprimento, incorreção ou falsidade das declarações e obrigações de que tratam esta Cláusula e aquelas constantes do Capítulo II acima;
- m) informar o **FUNDO** sobre a ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão (conforme definida abaixo), imediatamente após tomar conhecimento de tal fato;
- n) não negociar qualquer condição de pagamento com Clientes devedores de Direitos Creditórios Elegíveis; e
- o) assegurar que cada Oferta de Direitos Creditórios (conforme definida abaixo) indicará exatamente os valores exigíveis referentes aos Direitos Creditórios ofertados pelo **CEDENTE** ao **FUNDO** em cada Data de Oferta de Direitos Creditórios.

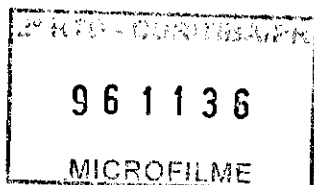
CAPÍTULO IV – DOS REQUISITOS APLICÁVEIS AO CEDENTE

CLÁUSULA 9ª: O **CEDENTE** deverá ser previamente cadastrado pela **ADMINISTRADORA** para que possa ofertar Direitos Creditórios ao **FUNDO**. Para que tenha seu cadastro aprovado, o **CEDENTE** deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos (os “Requisitos Aplicáveis ao **CEDENTE**”):

(a) comprovar sua filiação a um dos sindicatos patronais associados à Federação das Indústrias do Paraná - FIEP, apresentando comprovação de pagamento em dia de suas contribuições sindicais;

(b) entregar à **ADMINISTRADORA** os documentos e informações necessários ao seu cadastramento, quais sejam, (i) informações cadastrais mínimas indicadas no **ANEXO I** ao presente Contrato, (ii) cartão de assinaturas e (iii) via original ou cópia autenticada dos seguintes documentos: Contrato Social ou Estatuto Social, cartão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ e indicação dos seus representantes legais, acompanhada dos documentos que comprovem os respectivos poderes de representação. O **CEDENTE** cadastrado deverá manter sempre atualizada referida documentação probatória de poderes dos seus representantes. A critério da **ADMINISTRADORA**, outros documentos poderão ser solicitados ao **CEDENTE** para a aprovação de seu cadastro;

(c) comprovar que não possui dívidas tributárias, previdenciárias ou securitárias que não tenham sido objeto de parcelamento ou discussão administrativa ou judicial de boa-fé. Para tanto, deverá entregar à **ADMINISTRADORA** e manter atualizada, pelo prazo de validade de cada certidão, Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, emitida pelo Instituto Nacional de Seguro Social, Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições para com a Fazenda Nacional, emitida pela Secretaria da Receita Federal, Certidão Negativa de Inscrição de Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Certificado de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal. Para fins do cumprimento do disposto nesta alínea, serão admitidas certidões positivas com efeitos de negativa, bem como outros documentos equivalentes aos referidos expressamente nesta alínea, a critério da **ADMINISTRADORA**.



(d) no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do respectivo exercício social, entregar à **ADMINISTRADORA** cópia autenticada do balanço anual relativo ao último exercício;

(e) não possuir registro no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central do Brasil – CCF (“CCF”), na SERASA S.A. (“SERASA”) ou no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC (“SPC”), relativos a títulos protestados não contestados, inadimplência de obrigações ou quaisquer apontamentos nos cadastros referidos neste item, em valor agregado igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ou apontamentos de pedido de falência, estar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento similar; e

(f) comprovar à **ADMINISTRADORA** a contratação do **CUSTODIANTE** para a prestação dos serviços de cobrança dos Direitos Creditórios, de modo a assegurar que o **CUSTODIANTE** atuará na qualidade de agente cobrador dos Direitos Creditórios que venham a ser ofertados ao **FUNDO**.

Parágrafo 1º: Tendo sido integralmente observados os Requisitos Aplicáveis ao **CEDENTE**, este será considerado apto a ofertar Direitos Creditórios ao **FUNDO** (o “Cedente Cadastrado”), sendo que seu cadastro deverá ser atualizado pela **ADMINISTRADORA** ao final de cada semestre dos exercícios sociais. Adicionalmente à atualização semestral, a **ADMINISTRADORA** poderá solicitar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, a substituição de quaisquer documentos ou ainda a entrega de documentos adicionais que julgue necessários para a aprovação ou atualizações do cadastro do **CEDENTE**.

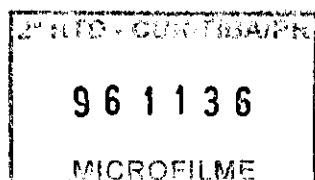
Parágrafo 2º: A verificação do cumprimento dos Requisitos Aplicáveis ao **CEDENTE** será de responsabilidade da **ADMINISTRADORA**. Por tal razão, a **ADMINISTRADORA** deverá, sempre que identificar o não cumprimento de qualquer dos Requisitos Aplicáveis ao **CEDENTE**, descredenciar o **CEDENTE** da qualidade de Cedente Cadastrado, fato que impedirá que o **CEDENTE** realize novas ofertas de Direitos Creditórios ao **FUNDO** enquanto perdurarem as irregularidades, o que deverá ser imediatamente comunicado, por escrito, ao **CUSTODIANTE**.

CAPÍTULO V - DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO E DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

CLÁUSULA 10 - O FUNDO somente efetuará a aquisição de Direitos Creditórios observadas, cumulativamente, as Condições de Cessão abaixo relacionadas.

(a) o **CEDENTE** deverá estar cadastrado perante a **ADMINISTRADORA** na condição de Cedente Cadastrado;

(b) os Direitos Creditórios a serem oferecidos à cessão pelo **CEDENTE** deverão ser originados de operações mercantis ou prestação de serviços realizadas pelo **CEDENTE** no curso normal de suas atividades, obrigatoriamente desenvolvidas no setor industrial, nos mais diversos segmentos;



[Handwritten signature]

(c) os Direitos Creditórios a serem oferecidos à cessão pelo **CEDENTE** deverão estar amparados pelos respectivos Documentos Representativos de Crédito; e

(d) não serão aceitos Direitos Creditórios de **CEDENTE** que já tenha ofertado Direitos Creditórios ao **FUNDO** e não tenha atendido ao procedimento para a formalização da cessão previsto na alínea “d” da Cláusula 16 deste Contrato

CLÁUSULA 11: Adicionalmente às Condições de Cessão acima estabelecidas, o **FUNDO** somente adquirirá Direitos Creditórios se eles atenderem, na sua respectiva Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade descritos a seguir:

(a) os Clientes devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** não deverão possuir, em cada Data de Oferta de Direitos Creditórios, registro no CCF, na SERASA ou no SPC, relativos a títulos protestados em valor igual ou superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

(b) os Clientes devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** não deverão estar em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento similar, conforme checagem a ser realizada por meio dos controles mantidos pela SERASA e/ou pelo SPC;

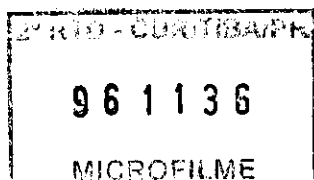
(c) os Direitos Creditórios deverão ter prazo máximo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de emissão da respectiva fatura (“Data de Faturamento”) e prazo mínimo de 7 (sete) dias contados da respectiva Data de Oferta de Direitos Creditórios. Não serão aceitos Direitos Creditórios com prazo superior ao prazo de duração do **FUNDO** e da respectiva série de Quotas;

(d) os Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** deverão estar registrados no Sistema de Cobrança do **AGENTE COBRADOR** na respectiva Data de Oferta de Direitos Creditórios, de forma a possibilitar a cobrança bancária dos Direitos Creditórios Elegíveis pelo **AGENTE COBRADOR** e sua segregação em relação aos Direitos Creditórios de titularidade do **CEDENTE** que não tenham sido objeto de cessão ao **FUNDO**, observado que os valores correspondentes ao pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis serão creditados diretamente na Conta Corrente Autorizada do **FUNDO**;

(e) os Direitos Creditórios Elegíveis anteriormente cedidos ao **FUNDO** pelo próprio **CEDENTE** não poderão estar inadimplidos há mais de 15 (quinze) dias corridos;

(f) os Direitos Creditórios ofertados ao **FUNDO** não poderão ser de Cliente(s) devedor(es) de Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos (conforme definidos abaixo) há mais de 15 (quinze) dias corridos, ainda que tais Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos tenham sido cedidos ao **FUNDO** por outro cedente;

(g) os Direitos Creditórios devem ser passíveis de seguro coberto pela Apólice de Seguro de Crédito, conforme checagem a ser realizada por meio dos controles mantidos pela Seguradora, nos termos da Apólice de Seguro de Crédito;



(h) os Direitos Creditórios não poderão ser devidos por Cliente(s) cujo inadimplemento em relação a um Direito Creditório Elegível tenha ocasionado a configuração de sinistro nos termos da Apólice de Seguro de Crédito, conforme checagem a ser realizada por meio dos controles mantidos pela Seguradora, nos termos da Apólice de Seguro de Crédito;

(i) o total de Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** pelo **CEDENTE** não poderá representar, a qualquer momento, mais que 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**;

(j) o total de Direitos Creditórios relativos a um mesmo Cliente não poderá exceder a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**. Será admitida a elevação deste percentual para 10% (dez por cento) para todo Cliente que venha a receber a mesma classificação de risco atribuída às Quotas Sênior pela mesma agência de classificação de risco. Será responsabilidade da **ADMINISTRADORA** obter periodicamente junto à agência de classificação de risco os relatórios de classificação de risco referentes a cada Cliente que o Cedente queira enquadrar nesta exceção e encaminhar estes relatórios de classificação de risco ao **CUSTODIANTE**, de forma que este proceda a eventuais alterações em seus controles de validação dos Direitos Creditórios quanto aos Critérios de Elegibilidade;

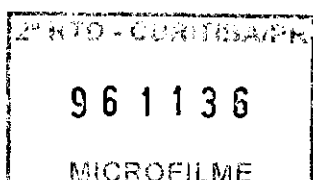
(k) não serão aceitos Direitos Creditórios devidos por mesmo Cliente que representem percentual superior a 30% (trinta por cento) do valor total da respectiva Oferta de Direitos Creditórios;

(l) cada Oferta de Direitos Creditórios deverá perfazer um montante mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por **CEDENTE**, sendo que o valor individual mínimo por Direito Creditório deverá corresponder a R\$ 1.000,00 (um mil reais); e

(m) cada Oferta de Direitos Creditórios deverá ter prazos médios ponderados de vencimento não superiores a 90 (noventa) dias contados da Data de Faturamento, o que deverá ser observado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$PM_o = \frac{\sum_{d=1}^n (VN_i \times N_i)}{\sum_{d=1}^n VN_i}$$

PM_o	Prazo médio da Oferta de Direitos Creditórios, expresso em número de dias, obtido pelo arredondamento para cima do resultado da fórmula;
VN_i	Valor nominal de cada Direito Creditório ofertado;
N_i	Número de dias compreendidos entre a Data de Faturamento e a data de vencimento, inclusive, do Direito Creditório ofertado.



7/

CLÁUSULA 12: Na aquisição dos Direitos Creditórios, a **ADMINISTRADORA** deverá verificar e validar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** às Condições de Cessão e o **CUSTODIANTE** deverá verificar e validar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** aos Critérios de Elegibilidade.

Parágrafo 1º: Nos 60 (sessenta) dias iniciais de funcionamento do **FUNDO**, os Critérios de Elegibilidade previstos nas letras “i” e “j” acima não serão obrigatoriamente observados. Entre o 61º e 120º dia de funcionamento do **FUNDO**, aludidos Critérios de Elegibilidade deverão observar os seguintes limites: (i) o valor dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** pelo **CEDENTE** e ainda não pagos por seus respectivos Clientes devedores não poderá representar mais que 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**; e (ii) o total de Direitos Creditórios Elegíveis relativos a um mesmo Cliente não poderá exceder 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

Parágrafo 2º: A **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** não respondem pela solvência, origem, formalização, existência, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios Elegíveis.

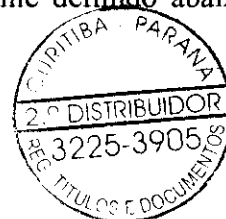
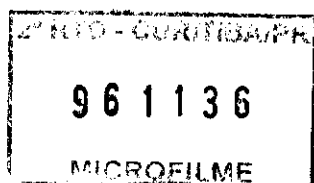
CLÁUSULA 13 - Os Direitos Creditórios que satisfaçam, cumulativamente, a todas as Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao **FUNDO** nos termos deste Contrato serão designados simplesmente como os “Direitos Creditórios Elegíveis”.

CLÁUSULA 14 - A perda superveniente, por qualquer motivo, das Condições de Cessão e/ou dos Critérios de Elegibilidade não dará ao **FUNDO** qualquer direito de regresso contra o **CEDENTE** com relação a eventuais Direitos Creditórios Elegíveis, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

CLÁUSULA 15 - Na hipótese de aquisição de Direitos Creditórios em desacordo com o disposto neste Capítulo V, aplicar-se-á o disposto no Capítulo VII.

CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS DE OFERTA E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

CLÁUSULA 16 - Cada aquisição de Direitos Creditórios será considerada formalizada e regular após a verificação cumulativa dos seguintes eventos: (a) verificação e validação, pelo **CUSTODIANTE** ou pela **ADMINISTRADORA**, conforme o caso, do atendimento dos Direitos Creditórios em negociação às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade; (b) envio, pelo **CUSTODIANTE** ao **FUNDO**, do Termo de Cessão (conforme definido abaixo); (c) envio, pelo **FUNDO** ao **CEDENTE**, do Termo de Cessão assinado pela **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**, nos termos do inciso IV, “b” da Cláusula 17 abaixo, sendo admitido que as assinaturas sejam realizadas por meio de processo de certificação digital; (d) assinatura do Termo de Cessão pela **ADMINISTRADORA** e pelo **CEDENTE**, conforme disposto no inciso IV, “b”, da Cláusula 17 abaixo, sendo admitido que as assinaturas sejam realizadas por meio de processo de certificação digital; e (e) pagamento, pelo **CUSTODIANTE**, em nome e por conta do **FUNDO**, ao **CEDENTE**, do Preço de Aquisição (conforme definido abaixo), observadas as disposições previstas no Capítulo IX abaixo.



Parágrafo único: Cada data em que for verificado o cumprimento cumulativo dos eventos referidos nas alíneas de (a) a (d) acima será designada como uma “Data de Aquisição”.

CLÁUSULA 17 - Para cada operação de aquisição de Direitos Creditórios pelo **FUNDO** deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I - O **CEDENTE** deverá disponibilizar à **ADMINISTRADORA**, a partir da data de assinatura deste Contrato, por meio eletrônico ou por qualquer outro meio admitido pela **ADMINISTRADORA**, a relação dos Direitos Creditórios que esteja disposto a ceder ao **FUNDO** naquele dia específico (a “Oferta de Direitos Creditórios”) (cada data em que seja apresentada uma Oferta de Direitos Creditórios, uma “Data de Oferta de Direitos Creditórios”).

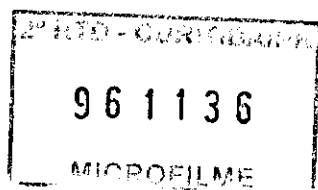
II – Os Direitos Creditórios objeto de cada Oferta de Direitos Creditórios e seus respectivos Documentos Representativos de Crédito serão submetidos à avaliação da **ADMINISTRADORA** e do **CUSTODIANTE**, sendo que a **ADMINISTRADORA** deverá validar o atendimento pelos Direitos Creditórios objeto de cada Oferta de Direitos Creditórios às Condições de Cessão e o **CUSTODIANTE** deverá validar o atendimento pelos Direitos Creditórios objeto de cada Oferta de Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade (cada data de conclusão da validação referida neste inciso, uma “Data de Conclusão da Validação dos Direitos Creditórios”);

III – Serão desconsiderados da Oferta de Direitos Creditórios e, portanto, estarão livres para o **CEDENTE** os Direitos Creditórios: (a) que não atendam às Condições de Cessão e/ou aos Critérios de Elegibilidade; (b) cujo respectivo Termo de Cessão não seja assinado pelo **CEDENTE** no prazo previsto na Cláusula 22 abaixo; e/ou (c) cuja aquisição não atenda aos interesses do **FUNDO**, a exclusivo critério da **ADMINISTRADORA**. Os Direitos Creditórios objeto de Oferta de Direitos Creditórios que não tenham sido selecionados para cessão ao **FUNDO** poderão ser novamente ofertados em data posterior, devendo, neste caso, ser objeto de novo procedimento de verificação e seleção pela **ADMINISTRADORA** e pelo **CUSTODIANTE**;

IV – Na hipótese de verificação pelo **CUSTODIANTE** ou pela **ADMINISTRADORA**, conforme o caso, do atendimento dos Direitos Creditórios às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, e caso a aquisição dos referidos Direitos Creditórios seja do interesse do **FUNDO**, a critério da **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE** deverá, na Data de Conclusão da Validação dos Direitos Creditórios:

(a) encaminhar ao **FUNDO**, por meio eletrônico, fac-símile ou por qualquer outro meio que evidencie o seu recebimento, relatório contendo a relação dos Direitos Creditórios que serão necessariamente cedidos ao **FUNDO** e o respectivo Preço de Aquisição, calculado de acordo com o disposto no Capítulo VIII abaixo, na forma do modelo constante do **ANEXO II** ao presente Contrato (“Termo de Cessão”);

(b) observado o disposto na Cláusula 22 abaixo, providenciar a formalização do Termo de Cessão mediante assinatura pela **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO** e pelo **CEDENTE**, sendo admitido que tais assinaturas sejam realizadas



por meio de processo de certificação digital. O Termo de Cessão corresponderá à formalização da aceitação pelo **FUNDO** e pelo **CEDENTE**, da aquisição dos Direitos Creditórios ali indicados pelo **FUNDO** e regulará cada operação de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis entre o **CEDENTE** e o **FUNDO**, nos termos ora estabelecidos;

V – O **CUSTODIANTE** realizará o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis ao **CEDENTE** nos termos do Capítulo IX abaixo, sendo que cada data na qual seja realizado tal pagamento será designada como uma “Data de Pagamento”; e

VI - Em até 20 (vinte) dias corridos contados da assinatura de cada Termo de Cessão pelo **CEDENTE**, a **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**, providenciará o registro ou a lavratura de cada Termo de Cessão assinado, nos termos da Cláusula 56 deste Contrato (cada, um “Termo de Cessão Registrado”).

Parágrafo 1º: Cada Oferta de Direitos Creditórios caracterizará a oferta irrevogável e irretratável de cessão, ao **FUNDO**, dos Direitos Creditórios ali indicados, na respectiva Data de Oferta de Direitos Creditórios.

Parágrafo 2º: Para fins do disposto no artigo 290 do Código Civil Brasileiro, a notificação dos Clientes a respeito da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis será feita pela **ADMINISTRADORA**, por meio de correspondência eletrônica, fac-símile com confirmação de envio ou qualquer outra forma de correspondência que evidencie o seu recebimento, na forma do modelo constante do **ANEXO III** ao presente Contrato, conforme poderes a serem conferidos à **ADMINISTRADORA** pelo **CEDENTE** por meio de instrumento próprio.

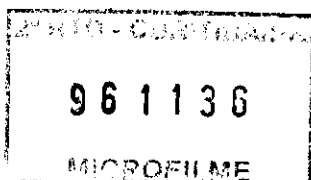
Parágrafo 3º: O **FUNDO** poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, até a Data de Pagamento, recusar Ofertas de Direitos Creditórios.

CLÁUSULA 18 – O CUSTODIANTE e o FUNDO deverão contratar a **DEPOSITÁRIA** para realizar a custódia física dos Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis e de cada Termo de Cessão Registrado, nos termos do Contrato de Depósito e Outras Avenças celebrado entre o **CUSTODIANTE**, o **FUNDO** e a **DEPOSITÁRIA**, cuja minuta é parte integrante do Regulamento do **FUNDO** (o “Contrato de Depósito”).

Parágrafo único: A contratação da **DEPOSITÁRIA** pelo **CUSTODIANTE**, na forma do Contrato de Depósito não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência e/ou controle pela **DEPOSITÁRIA** sobre os Direitos Creditórios Elegíveis a eles referentes, tampouco eximirá o **CUSTODIANTE** de suas obrigações de custódia, conforme previstas no Contrato de Custódia e na regulamentação em vigor.

CAPÍTULO VII - DA RESOLUÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

CLÁUSULA 19 - A cessão de Direitos Creditórios Elegíveis considerar-se-á resolvida de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao CEDENTE e sem qualquer custo para o FUNDO, na ocorrência das seguintes hipóteses:



- a) caso os Direitos Creditórios Elegíveis venham a ser reclamados, a qualquer tempo, por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios Elegíveis previamente à aquisição dos mesmos pelo **FUNDO**;
- b) caso os Direitos Creditórios Elegíveis não tenham sido plenamente formalizados, devidamente constituídos ou estejam indevidamente amparados por Documentos Representativos de Crédito, especialmente se for verificado que:
 - i) o **CEDENTE**, por qualquer motivo, não observou todos os procedimentos necessários à plena e boa formalização da cessão e dos Direitos Creditórios Elegíveis ao **FUNDO**, incluindo a assinatura do Termo de Cessão;
 - ii) nem todos os documentos necessários à plena e boa formalização dos Direitos Creditórios Elegíveis tenham sido assinados ou registrados; ou
 - iii) a qualquer tempo, todos os documentos necessários à boa formalização dos Direitos Creditórios Elegíveis não se encontrarem em poder do **CEDENTE**; e
- c) caso os Direitos Creditórios Elegíveis não sejam pagos integralmente pelos respectivos Clientes em decorrência de (a) defeito ou vício do respectivo produto ou da prestação dos serviços ou (b) devolução do respectivo produto que resulte no cancelamento da venda de tal produto.

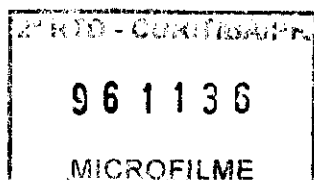
Parágrafo único: Quaisquer das hipóteses mencionadas nas alíneas “a”, “b” e “c” do *caput* serão doravante referidas como as “Condições Resolutivas da Cessão”.

CLÁUSULA 20 - Caso tome conhecimento da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, estará o **CEDENTE** obrigado a (i) notificar imediatamente a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** sobre tal fato e (ii) restituir ao **FUNDO**, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contado do envio da notificação referida acima, e observado o disposto no Capítulo IX abaixo, em moeda corrente nacional, o valor dos Direitos Creditórios Elegíveis cuja cessão tiver sido resolvida, calculado com base no Preço de Aquisição, ajustado pela mesma taxa de desconto aplicada quando de sua aquisição até a data da restituição integral dos valores devidos pela resolução da cessão.

CAPÍTULO VIII - DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

CLÁUSULA 21 - Pela aquisição dos Direitos Creditórios identificados em cada Termo de Cessão, o **FUNDO** pagará à vista ao **CEDENTE**, em moeda corrente nacional, na Data de Pagamento, o preço de aquisição, apurado mediante a aplicação da seguinte fórmula (o “Preço de Aquisição”):

$$PAi = [(VNi - Rli) / (FatorD)] - PSi$$



[Handwritten signature]

<i>PAi</i>	Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível "i";
<i>VNi</i>	Valor nominal do Direito Creditório Elegível "i";
<i>RIi</i>	Reserva de inadimplência correspondente a 5% (cinco por cento) de ("Reserva de Inadimplência");
<i>Psi</i>	Prêmio do Seguro (conforme definido abaixo), que será pago pelo FUNDO à Seguradora, nos termos do artigo 76 do Regulamento;
<i>FatorD</i>	Fator correspondente à taxa de desconto, calculada com 8 (oito) casas decimais, com aproximação, de acordo com a seguinte fórmula:

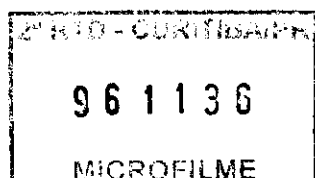
$$FatorD = (1 + D/100)^{(Ni / 252)}$$

<i>Ni</i>	Número de dias úteis contados da Data de Pagamento à data de vencimento do Direito Creditório Elegível, acrescido do prazo em dias úteis transcorrido até a liquidação financeira pelo custodiante ao FUNDO ;
<i>D</i>	Taxa de desconto determinada pelo Administrador do FUNDO expressa em base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, de acordo com a seguinte fórmula:

$$D = Df * (1 + Df/100)$$

<i>Dlf</i>	Taxa de juros pré-fixada no período "N", referenciada pela curva de futuros da Bolsa de Mercadorias e Futuros ("BM&F"), e expressa em base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;
<i>Df</i>	Sobretaxa de juros, calculada com 8 (oito) casas decimais, com aproximação, determinada pela ADMINISTRADORA diariamente devendo ser sempre superior a 18% (dezoito por cento).

Parágrafo 1º: A taxa de desconto (D) que estará disponível diariamente no website: www.fiepr.org.br/fidcfiep, será determinada de acordo com as condições de mercado à época de cada operação de aquisição de Direitos Creditórios pelo **FUNDO**, de forma a buscar atingir maior rentabilidade para o **FUNDO** e a manter, no mínimo, a Razão de Garantia (conforme definida abaixo) prevista no artigo 34 do Regulamento.



[Handwritten signature]

Parágrafo 2º: A alteração do disposto neste Capítulo VIII depende de prévia e expressa aprovação por escrito das Partes, bem como da prévia ciência e aprovação dos quotistas do **FUNDO**, nos termos do Regulamento.

CAPÍTULO IX - DA FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA 22 – O pagamento do Preço de Aquisição calculado na forma da Cláusula 21, a ser efetuado pelo **FUNDO** ao **CEDENTE** em razão da aquisição dos Direitos Creditórios e das demais obrigações previstas neste Contrato, será efetuado à vista, em moeda corrente nacional, e observará aos seguintes critérios:

(a) caso o Termo de Cessão seja assinado e entregue pelo **CEDENTE** à **ADMINISTRADORA** até às 14:30h (quatorze horas e trinta minutos) do dia útil subsequente à respectiva Data de Conclusão da Validação dos Direitos Creditórios (“D+1”), o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis ao **CEDENTE**, calculado na respectiva Data de Conclusão da Validação dos Direitos Creditórios, será realizado até às 16:00h de D+1; e

(b) caso o Termo de Cessão não seja assinado pelo **CEDENTE** e/ou entregue à **ADMINISTRADORA** até às 14:30h (quatorze horas e trinta minutos) de D+1, os Direitos Creditórios ali referidos serão desconsiderados da Oferta de Direitos Creditórios, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto no inciso III da Cláusula 17 acima.

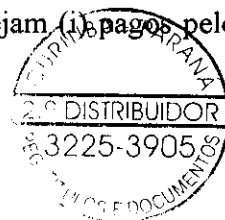
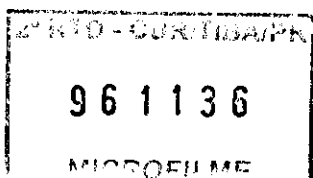
Parágrafo 1º: O pagamento do Preço de Aquisição será efetuado mediante débito na Conta Corrente Autorizada do **FUNDO** e crédito na conta corrente do **CEDENTE**, valendo o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação.

Parágrafo 2º: O **FUNDO**, neste ato, declara e garante ao **CEDENTE** que o percentual de 5% (cinco por cento) do Preço de Aquisição, conforme mencionado no *caput* da Cláusula 21, será destinado à constituição de uma provisão para pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos pelo **CEDENTE** (a “Reserva de Inadimplência”).

Parágrafo 3º: Os recursos correspondentes à Reserva de Inadimplência serão exclusivamente alocados na aquisição de ativos financeiros e modalidades operacionais indicados no artigo 13 do Regulamento, sendo que os rendimentos auferidos pelas aplicações da Reserva de Inadimplência serão integralmente incorporados ao patrimônio do **FUNDO**.

Parágrafo 4º: A Reserva de Inadimplência será controlada e administrada pelo **CUSTODIANTE**.

CLÁUSULA 23: Na hipótese de adimplemento dos Direitos Creditórios Elegíveis pelos respectivos Clientes devedores ou pagamento do valor correspondente à respectiva indenização pela Seguradora, nos termos da Apólice de Seguro de Crédito, o **CEDENTE** fará jus ao recebimento de um valor adicional ao Preço de Aquisição (“Prêmio de Adimplemento”). O pagamento do Prêmio de Adimplemento será devido ao **CEDENTE** na medida em que os Direitos Creditórios por ele cedidos ao **FUNDO** sejam (i) pagos pelos



respectivos Clientes devedores ou (ii) objeto de pagamento de indenização por parte da Seguradora, nos termos da Apólice de Seguro de Crédito, de forma que o saldo de sua Reserva de Inadimplência se torne superior a 15% (quinze por cento) do valor da totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** pelo **CEDENTE**.

Parágrafo 1º: Observado o disposto no *caput* desta Cláusula 23, o pagamento do Prêmio de Adimplemento poderá ser realizado mensalmente até o 5º (quinto) dia útil de cada mês e seu valor será equivalente ao montante que exceder o valor correspondente a 15% (quinze por cento) do valor da totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos exclusivamente pelo próprio **CEDENTE**.

Parágrafo 2º: O valor do Prêmio de Adimplemento será calculado pelo **CUSTODIANTE** de acordo com a seguinte fórmula:

$$PP_c = SRI_c - (SD_c \times 15\%)$$

PP_c	Prêmio de Adimplemento a ser pago ao CEDENTE “c”;
SRI_c	Saldo da Reserva de Inadimplência do CEDENTE “c”;
SD_c	Total dos valores dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao FUNDO pelo CEDENTE “c” e ainda não pagos e/ou que não tenham sido objeto de indenização, calculados pelo valor contábil.

Parágrafo 3º: O pagamento do Prêmio de Adimplemento será realizado em moeda corrente nacional, respeitado valor mínimo para pagamento de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Parágrafo 4º: O **FUNDO** poderá alienar os Direitos Creditórios Elegíveis, observado que após referida alienação, tais Direitos Creditórios não mais estarão cobertos pela Apólice de Seguro de Crédito.

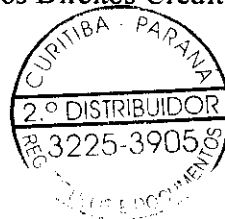
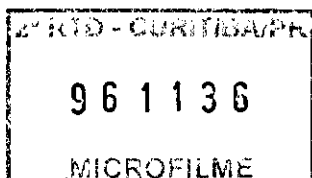
CLÁUSULA 24 - O pagamento devido que não seja efetuado na forma prevista neste Capítulo IX será considerado não realizado.

CLÁUSULA 25 - Todos os pagamentos que as Partes devam efetuar uma à outra nos termos deste Contrato deverão ser feitos pelo seu valor líquido de quaisquer impostos, taxas ou contribuições, incluindo a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, que incidam ou venham incidir sobre tais pagamentos.

CAPÍTULO X – DA MECÂNICA DE PAGAMENTO DE DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS

CLÁUSULA 26 - Nos termos do Contrato de Cobrança, a cobrança bancária dos Direitos Creditórios Elegíveis será realizada, exclusivamente, pelo **AGENTE COBRADOR**.

Parágrafo único: Para tanto, o **CEDENTE** deverá colocar à disposição do **AGENTE COBRADOR** as informações necessárias à realização da cobrança dos Direitos Creditórios



[Handwritten signature]

Elegíveis, para que o **AGENTE COBRADOR** faça a transferência dos respectivos valores à Conta Corrente Autorizada do **FUNDO**.

CLÁUSULA 27 - De acordo com os prazos e procedimentos descritos no Contrato de Cobrança, o **AGENTE COBRADOR** centralizará o recebimento dos valores relativos a todos os Direitos Creditórios Elegíveis devidos pelos Clientes devedores e se encarregará de depositar na Conta Corrente Autorizada do **FUNDO**, diariamente, os montantes referentes aos pagamentos efetuados pelos Clientes devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis.

Procedimentos em caso de inadimplemento de Direitos Creditórios Elegíveis

CLÁUSULA 28 - Caso qualquer Direito Creditório Elegível não seja pago no seu respectivo vencimento (os "Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos"), o **CEDENTE** será imediatamente informado sobre tal fato pelo **CUSTODIANTE** por meio eletrônico, fac-símile ou qualquer outro meio que evidencie o recebimento da comunicação pelo **CEDENTE**, aplicando-se, nessas hipóteses, o disposto no Capítulo XI abaixo.

Procedimentos em caso de pagamento parcial de Direitos Creditórios Elegíveis

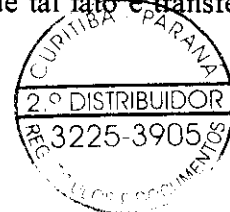
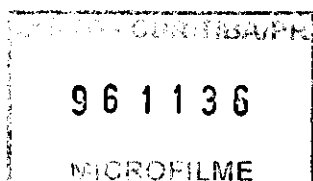
CLÁUSULA 29 - Na hipótese de Clientes efetuarem o pagamento parcial antecipado de seus débitos referentes a Direitos Creditórios Elegíveis, o **AGENTE COBRADOR** aceitará tal pagamento parcial e permanecerá aguardando o recebimento da parcela remanescente do pagamento até a data de vencimento do referido Direito Creditório Elegível. Caso a parcela remanescente do pagamento do Direito Creditório Elegível não seja totalmente quitada até a data de vencimento do referido Direito Creditório Elegível, tal Direito Creditório Elegível passará a ser considerado como um Direito Creditório Elegível Inadimplido e os procedimentos descritos na Cláusula 28 acima serão observados para a parcela do Direito Creditório não quitada.

Procedimentos em caso de pagamento errôneo em benefício do **CEDENTE**

CLÁUSULA 30 - Na hipótese de Clientes devedores de Direitos Creditórios Elegíveis efetuarem o pagamento de seus débitos referentes a Direitos Creditórios Elegíveis em benefício do **CEDENTE**, mesmo após o recebimento do respectivo boleto de cobrança a ser emitido e encaminhado pelo **CUSTODIANTE** ou pelo **CEDENTE**, conforme o caso, o **CEDENTE** deverá, imediatamente após a verificação do respectivo recebimento, informar o **CUSTODIANTE** sobre tal fato e transferir para a Conta Corrente Autorizada do **FUNDO**, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, sem dedução de quaisquer valores, os montantes correspondentes ao pagamento de Direitos Creditórios Elegíveis erroneamente pagos em benefício do **CEDENTE**, sob pena de incorrer nas penalidades previstas no Capítulo XV abaixo.

Procedimentos em caso de pagamento errôneo na Conta Corrente Autorizada do **FUNDO**

CLÁUSULA 31 - Na hipótese de pagamentos devidos por Clientes ao **CEDENTE** serem erroneamente efetuados em favor do **FUNDO**, o **CUSTODIANTE** deverá, imediatamente após a verificação do referido recebimento, informar o **CEDENTE** de tal fato e transferir



Handwritten signature or mark.

os montantes correspondentes aos pagamentos erroneamente efetuados em favor do **FUNDO** para conta corrente a ser indicada pelo **CEDENTE**, descontados todos os custos incorridos pelo **FUNDO** neste procedimento.

CAPÍTULO XI – DO PROCEDIMENTO DE COBRANÇA DE DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS INADIMPLIDOS

CLÁUSULA 32: Os Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos serão objeto de cobrança pelo **CUSTODIANTE**, em nome do **FUNDO**, diretamente ou mediante a contração do **CEDENTE** ou de terceiros qualificados, em observância aos procedimentos descritos no **ANEXO IV** ao presente Contrato.

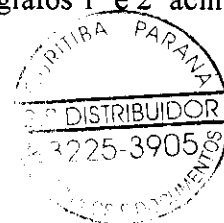
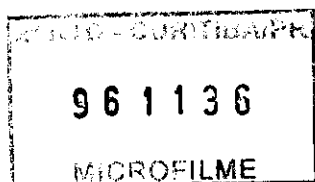
Parágrafo 1º: A contratação do **CEDENTE** ou de terceiros qualificados para a realização (i) da cobrança e arrecadação dos pagamentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos, bem como (ii) da cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos não eximirá o **CUSTODIANTE** de suas obrigações de cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos, conforme previstas na regulamentação em vigor.

Parágrafo 2º: Quaisquer despesas relativas à cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos serão suportadas pelo **FUNDO**, inclusive honorários advocatícios e despesas correlatas, tais como custas e despesas processuais (perícias, laudo técnico, preparo de recursos, etc).

CAPÍTULO XII - DOS EVENTOS DE RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 33 - São considerados eventos de rescisão do presente Contrato (os “Eventos de Rescisão”), quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) pedido de auto-falência ou procedimento similar pelo **CEDENTE**;
- b) pedido de falência ou procedimento similar contra o **CEDENTE** que não seja indeferido no prazo legal;
- c) decretação de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial do **CEDENTE**;
- d) declaração judicial da dissolução e/ou liquidação do **CEDENTE**;
- e) existência de evidências de que o **CEDENTE** tenha (i) emitido ou permitido a emissão de documentos para origem de Direitos Creditórios Elegíveis sem lastro em uma venda efetiva de produtos ou de prestação de serviços e/ou em duplicidade ou (ii) oferecido ao **FUNDO** Direitos Creditórios sobre os quais recaiam quaisquer ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos previamente à oferta de tais Direitos Creditórios ao **FUNDO**;
- f) caso, por qualquer motivo, o **CEDENTE** seja descadastrado pela **ADMINISTRADORA**, nos termos da Cláusula 9ª e seus parágrafos 1º e 2º acima;



[Handwritten signature]

- g) liquidação do **FUNDO**, por deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do **FUNDO**;
- h) descumprimento, pelo **CEDENTE**, de quaisquer obrigações decorrentes deste Contrato, não sanado no prazo de até 72 (setenta e duas) horas contadas da data de recebimento de notificação pelo **FUNDO** nesse sentido e que, a critério razoável do **FUNDO**, possa comprometer a aquisição sucessiva dos Direitos Creditórios e/ou os objetivos ou a política de investimento descrita no Regulamento do **FUNDO**; e
- i) verificação de falha, erro, incorreção ou descumprimento de qualquer das declarações prestadas pelo **CEDENTE** neste Contrato, inclusive, mas não se limitando às declarações de que trata o Capítulo II deste Contrato.

CLÁUSULA 34 - A ocorrência de qualquer dos Eventos de Rescisão facultará ao **FUNDO** a imediata rescisão deste Contrato e não acarretará qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza ao **FUNDO** e ao **CUSTODIANTE** e não obstará a aplicação, nos termos do presente Contrato, das penalidades previstas no Capítulo XV.

Parágrafo único: A rescisão deste Contrato nos termos desta Cláusula 34 não prejudicará (i) o integral e pontual cumprimento das obrigações até então assumidas pelas Partes nos termos deste Contrato e de qualquer Termo de Cessão, e (ii) o direito da outra Parte de exigir o cumprimento de tais obrigações. Nessa hipótese, o **FUNDO** deverá notificar o **CEDENTE** sobre a rescisão deste Contrato imediatamente e por escrito.

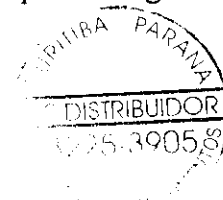
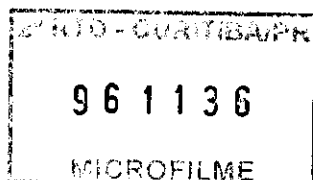
CAPÍTULO XIII - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA RESILIÇÃO POR QUALQUER DAS PARTES

CLÁUSULA 35 – Sem prejuízo do disposto no Capítulo XII acima, o presente Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor enquanto o **FUNDO** estiver em funcionamento ou até o momento em que seja resilido por qualquer das Partes, mediante comunicação enviada à outra Parte, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sem qualquer ônus, encargo ou penalidade.

CLÁUSULA 36 - O exercício do direito de resilição de que trata este Capítulo XIII (i) não eximirá a Parte que tiver tomado a iniciativa de resilir este Contrato do integral e pontual cumprimento das obrigações que até então as Partes tiverem assumido nos termos deste Contrato e de qualquer Termo de Cessão, assim como (ii) não prejudicará o direito da outra Parte de exigir o cumprimento de tais obrigações.

CAPÍTULO XIV - DA CONFIDENCIALIDADE

CLÁUSULA 37 - Cada uma das Partes e o **CUSTODIANTE** (em conjunto, as “Partes Obrigadas” e, individualmente, a “Parte Obrigada”) obrigam-se a manter em sigilo e respeitar a confidencialidade dos dados e informações, verbais ou escritas, relativos às operações e negócios das outras Partes Obrigadas (incluindo, sem limitação, todos os segredos e/ou informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas e jurídicas), dos contratos, pareceres e outros documentos, bem como, de quaisquer cópias ou registros dos



mesmos, contidos em qualquer meio físico a que a referida Parte Obrigada tiver acesso em virtude do presente Contrato (os documentos e informações acima referidos, quando identificados como confidenciais, as "Informações Confidenciais"), ficando desde já estabelecido que (i) as Informações Confidenciais somente poderão ser divulgadas a seus sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato (os "Representantes") e (ii) que a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio, de quaisquer Informações Confidenciais dependerá de prévia autorização, por escrito, das demais Partes Obrigadas.

CLÁUSULA 38 - As Partes Obrigadas comprometem-se a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros e responsabilizam-se pela violação das obrigações previstas neste Capítulo XIV por parte de quaisquer dos Representantes.

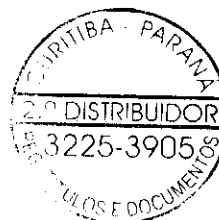
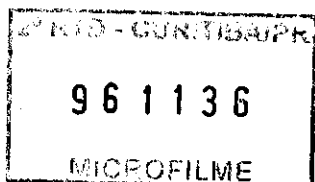
CLÁUSULA 39 - Caso qualquer das Partes Obrigadas ou qualquer de seus Representantes seja obrigado, em virtude de lei, de decisão judicial ou por determinação de qualquer autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, tal Parte Obrigada, sem prejuízo do cumprimento tempestivo da lei, da decisão judicial ou da autoridade governamental, deverá comunicar, sempre que permitido nos termos da lei, imediatamente as outras Partes Obrigadas a respeito dessa obrigação, de modo que as Partes Obrigadas, em mútua cooperação, possam intentar as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não tenham êxito, deverá ser divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessária à satisfação do dever legal de divulgação das informações.

CLÁUSULA 40 - Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações: (i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação das mesmas por qualquer das Partes Obrigadas ou por qualquer de seus Representantes; (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento de uma ou de todas as Partes Obrigadas ou de qualquer de seus Representantes antes da referida Parte Obrigada ou seus Representantes terem acesso em função deste Contrato; e (iii) cuja divulgação seja exigida nos termos da regulamentação aplicável ao **CEDENTE** e/ou ao **FUNDO**.

CLÁUSULA 41 - O dever de confidencialidade a que se refere este Capítulo XIV não se aplicará à utilização, pelo **FUNDO**, de Informações Confidenciais para (i) a elaboração dos documentos necessários à concretização da emissão e distribuição pública das quotas do **FUNDO**, (ii) quaisquer documentos relacionados ao funcionamento do **FUNDO** e (iii) a execução do presente Contrato.

CLÁUSULA 42 - O dever de confidencialidade ora referido sobreviverá ao término deste Contrato pelo prazo de 2 (dois) anos, mesmo em caso de extinção ou rescisão deste Contrato.

CAPÍTULO XV - DAS PENALIDADES



[Handwritten signature]

CLÁUSULA 43 - O inadimplemento da obrigação de pagamento pelo **FUNDO** ao **CEDENTE** prevista neste Contrato caracterizará mora de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

CLÁUSULA 44 - Caracterizada a mora de que trata a Cláusula 43 acima, o **FUNDO** sujeitar-se-á ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pelo **CEDENTE**; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor devido.

CLÁUSULA 45 - O inadimplemento, pelo **CEDENTE**, de qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer, assumidas nos termos deste Contrato, do qual tenha sido notificada para regularizar e não o faça no prazo assinado na respectiva notificação e/ou aviso, prazo este que, em nenhuma hipótese, será inferior a 48 (quarenta e oito) horas, obrigará o **CEDENTE** ao pagamento ao **FUNDO** de uma multa convencional, não compensatória, de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia de atraso no cumprimento de tais obrigações, sem prejuízo do disposto no Capítulo XII deste Contrato e da cobrança de perdas e danos incorridos pelo **FUNDO** em decorrência de tal inadimplemento.

Parágrafo 1º: O valor da multa referida nesta Cláusula 45 será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, desde a data da assinatura deste Contrato, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, e/ou o índice que vier oficialmente a substituí-lo.

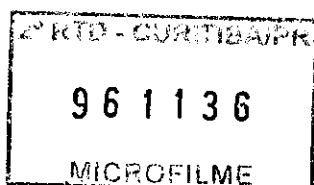
Parágrafo 2º: O inadimplemento, pelo **CEDENTE**, de obrigações de qualquer natureza previstas neste Contrato só será penalizado na forma deste Capítulo XV se for comprovada a ocorrência de culpa, dolo, omissão ou má-fé.

CAPÍTULO XVI - DA TUTELA ESPECÍFICA

CLÁUSULA 46 - O **CEDENTE** e o **FUNDO** reconhecem, desde já, que este Contrato constitui título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos do artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 47 - Ressalvados os prazos específicos, as obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato serão exigíveis no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento, pelo **CEDENTE** ou pelo **FUNDO**, da notificação que constituir a respectiva Parte em mora, ficando facultada à Parte credora a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o § 5º do artigo 461, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 48 - Caso o **CEDENTE** descumpra qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer previstas neste Contrato e, notificado para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo no prazo assinado na referida notificação, o **FUNDO**, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da faculdade de resilir este Contrato, poderá requerer, com fundamento no artigo 273 combinado com o artigo 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida, sem prejuízo da aplicação da multa prevista na



[Handwritten signature]

Cláusula 45 ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento no artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 49 - Para os fins deste Capítulo, as Partes desde já expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada neste Capítulo, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

CLÁUSULA 50 - O **FUNDO** será responsável por todos os custos, emolumentos e despesas, sem prejuízo da indenização por perdas e danos incorridos pelo **CEDENTE** pela propositura abusiva ou injustificada, pelo **FUNDO**, das medidas previstas neste Capítulo.

CAPÍTULO XVII - DAS COMUNICAÇÕES

CLÁUSULA 51 - Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos deste Contrato, deverão ser encaminhados para os endereços constantes no preâmbulo deste documento.

CLÁUSULA 52 - Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo, mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ou outra empresa de correio expresso que preste serviço similar, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via *fac-símile* ("answer back"), via e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins deste Capítulo XVII, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via e-mail ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

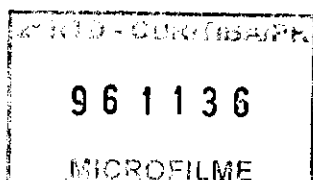
CAPÍTULO XVIII - DA INDENIZAÇÃO

CLÁUSULA 53 - Cada uma das Partes, separadamente, responsabiliza-se por todo e qualquer dano moral ou patrimonial devidamente comprovado que venha a causar a qualquer outra Parte decorrente de dolo, culpa, omissão ou má-fé, em função da prática de qualquer ato em desacordo com os procedimentos fixados neste Contrato.

CLÁUSULA 54 - Cada uma das Partes compromete-se, individualmente, a indenizar a Parte prejudicada pelas perdas e danos incorridos e decorrentes de sua conduta culposa ou dolosa, além de quaisquer custos ou despesas para a defesa dos direitos e interesses da Parte prejudicada, inclusive honorários advocatícios.

CAPÍTULO XIX - DO REGISTRO

CLÁUSULA 55 - Este Contrato e seus aditamentos serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes das Partes, dentro do prazo de 20 (vinte) dias corridos contados da respectiva assinatura.



CLÁUSULA 56 - A ADMINISTRADORA, em nome do FUNDO, providenciará (i) o registro de cada Termo de Cessão celebrado nos termos deste Contrato perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes das Partes, ou (ii) a sua lavratura perante o [•] Tabelião de Notas da Cidade de [•], Estado de [•], ou (iii) o seu registro por meio de qualquer outro mecanismo admitido em lei e que produza os mesmos efeitos alcançados pelos meios de registro referidos nos itens (i) e (ii) acima, a critério da ADMINISTRADORA.

Parágrafo 1º: O registro referido nos itens (i) e (iii) desta Cláusula 56 deverá ser providenciado no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados da data de assinatura respectiva. A lavratura dos Termos de Cessão, nos termos do item (ii) desta Cláusula 56, deverá ser providenciada no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data de assinatura respectiva.

Parágrafo 2º: Exceto pelos custos referentes ao registro deste Contrato e de seus aditamentos na sede do CEDENTE (que serão arcados diretamente pelo CEDENTE), quaisquer custos referentes aos registros de que trata este Capítulo XIX serão arcados pelo FUNDO.

CAPÍTULO XX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

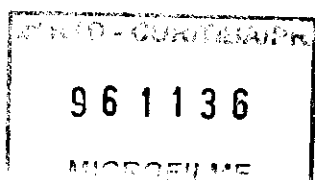
CLÁUSULA 57 - As expressões em letra maiúscula deste Contrato terão o significado que lhes é atribuído no Regulamento, se outro significado não lhes for atribuído expressamente neste Contrato.

CLÁUSULA 58 - Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado por ambas as Partes e pelo CUSTODIANTE.

CLÁUSULA 59 - As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título, sem prejuízo do disposto nos Capítulos XII e XIII acima.

CLÁUSULA 60 - Os anexos (os "Anexos") a este Contrato são dele parte integrante e inseparável. Em caso de dúvidas entre o Contrato e seus Anexos prevalecerão as disposições do Contrato, dado o caráter complementar dos Anexos. Não obstante, reconhecem as Partes a unicidade e incidibilidade das disposições do Contrato e dos Anexos, que deverão ser interpretados de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes.

CLÁUSULA 61 - A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.



CLÁUSULA 62 - O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

CLÁUSULA 63 - Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

Parágrafo único: Excetua-se do disposto no *caput* desta Cláusula 63 a hipótese de cessão, pelo **FUNDO**, de Direitos Creditórios Elegíveis a terceiros.

CAPÍTULO XXI - DO FORO

CLÁUSULA 64 - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim de comum acordo, as Partes, assinam este Contrato em 03 (três) vias de igual teor e efeito de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, [•] de [•] de [•]

CEDENTE:

[NOME DO CEDENTE]

FUNDO :

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL, representado pela **ADMINISTRADORA**, a Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

CUSTODIANTE:

BANCO BRADESCO S.A.

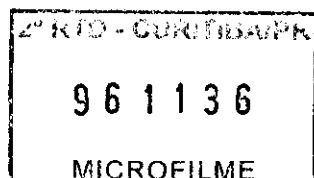
DEPOSITÁRIA:

FIEP – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
CPF/MF:

2. _____
Nome:
RG:
CPF/MF:



[Handwritten signature]

ANEXO I – INFORMAÇÕES CADASTRAIS MÍNIMAS

[•]

ANEXO II – TERMO DE CESSÃO

[•]

ANEXO III - NOTIFICAÇÃO DE CESSÃO

[•]

**ANEXO IV - PROCEDIMENTOS PARA COBRANÇA DE DIREITOS CREDITÓRIOS
INADIMPLIDOS**

[•]

mi.

2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	
Rua Cândido Lora, 330/4 - 02 - 224-2444	
Apresentado, lido, protocolado e registrado em	
ANEXO III - NOTIFICAÇÃO DE CESSÃO	961136
ARQUIVADO em	
Curitiba,	23 ABR 2007
AVB	682404
TITULO Nº 1 - João Paulo Laporte	
JURAMENTO DO Sr. João Paulo Laporte	
Aramis Salete	

CERTIFICO, que este
documento foi selado na
1ª via entregue ao cliente.

CUSTAS R\$ 31,50
OU 500 VRC

ANEXO I – INFORMAÇÕES CADASTRAIS MÍNIMAS

INFORMAÇÕES CADASTRAIS MÍNIMAS CLIENTES DOS CEDENTES DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL

INFORMAÇÕES RELATIVAS À IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

- 1) Denominação/Razão Social;
- 2) CNPJ;
- 3) NIRE;
- 4) Forma de constituição;
- 5) Data de constituição;
- 6) Endereço completo;
- 7) Atividade principal;
- 8) Telefones;
- 9) Fax;
- 10) Email.

Informações Relativas à Identificação dos Controladores, Administradores, Diretores, Sócios e/ou Procuradores:

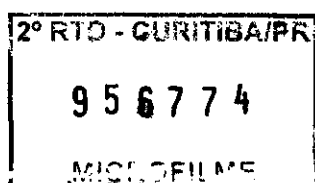
- 1) Nome ou Razão Social;
- 2) CPF ou CNPJ;
- 3) Documento de Identidade ou NIRE;
- 4) Endereço Completo;
- 5) Profissão ou Atividade Principal;
- 6) Telefones;
- 7) Fax;
- 8) Email.

INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS RELATIVAS À EMPRESA:

- 1) Faturamento mensal médio;
- 2) Faturamento anual médio;
- 3) Ativo Circulante;
- 4) Passivo Circulante;
- 5) Capital Circulante Líquido;
- 6) Ativo Realizável a Longo Prazo;
- 7) Passivo Exigível a Longo Prazo;
- 8) Ativo Imobilizado;
- 9) Capital Social;
- 10) Patrimônio Líquido;
- 11) Lucro líquido do último exercício;
- 12) Contas Correntes de sua titularidade.

Para verificação e comprovação das informações inseridas na Ficha Cadastral de cada Cliente, os seguintes documentos deverão ser a ela anexados:

- 1) Contrato/Estatuto Social e posteriores alterações (cópia autenticada);



A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'J' followed by a series of loops and a horizontal line.

- 2) Cartão CNPJ;
- 3) Comprovante de endereço (cópia autenticada);
- 4) Procurações (cópia autenticada) – se houver;
- 5) Documento de Identidade, CPF e comprovante de endereço dos Controladores, Administradores, Diretores, Sócios e/ou Procuradores (cópia autenticada);
- 6) Último balanço, balancete e/ou demonstrações financeiras devidamente assinado por contador regularmente habilitado (cópia autenticada).

2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 Rua Cândido Lopes, 230/cj. 02 - F: 224-2444
 Dit. Protocolaria e Registrado em

LEI 13.226/2011
 SELO
 FUNARPEN

956774

01 DEZ 2006

AVS 682404

TIT E DOC
EXPEDIENTE
JURIDICAL
Nº 80843

Assinados: **João Valdir Justus**
Aramis Salata

SELO
FUNARPEN
2º Ofício Distribuidor
REG. TÍTULOS E DOCUMENTOS
(XX) 41 - 3225-3905
CURITIBA
DISTRIBUIDOR
BUF29847

2o. Ofício Distribuidor de
 Títulos e Documentos

Distribuição: **42-10678**

ao **2º Ofício**

Ctba/Pr. 30/11/2006

- CUSTAS -

Lei Estadual nº 11.960/97, Tabela XVI - Distrib. IIa, IV

☐ Distribuição R\$ 8,00
☒ Averbação R\$ 3,00

2º Ofício Distribuidor
CUSTAS R\$ 3,00

OU 300 VRC

ANEXO II – TERMO DE CESSÃO

TERMO DE CESSÃO

O presente Termo de Cessão relaciona, em seu Anexo A, os direitos creditórios cuja cessão é, neste ato, formalizada ao FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Marechal Deodoro, nº 630, 20º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º [•] (o “FUNDO”), neste ato representado por sua instituição administradora, a CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08, (a “ADMINISTRADORA”), pelo [•] [INSERIR NOME E QUALIFICAÇÃO DO CEDENTE] (o “CEDENTE”).

O Cedente renova e ratifica, neste ato, as declarações constantes do Capítulo II e as condições previstas no Capítulo IV, ambos descritos no “Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças” firmado entre o FUNDO e o CEDENTE em [•] de 2006 (o “Contrato de Cessão”).

O Cedente declara que conhece, aceita e tem como válido e legítimo o processo de avaliação a que foram submetidos os Direitos Creditórios, efetuado pela ADMINISTRADORA, e pelo BANCO BRADESCO S.A., na qualidade de custodiante do FUNDO (o “CUSTODIANTE”), a fim de se verificar o pleno atendimento dos referidos Direitos Creditórios às condições de cessão e aos critérios de elegibilidade previstos, respectivamente, nas Cláusulas 10 e 11 do Contrato de Cessão (as “Condições de Cessão” e os “Critérios de Elegibilidade”, respectivamente).

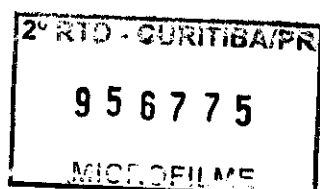
O CEDENTE declara, expressamente, estar ciente e de acordo com (i) os procedimentos a que está sujeita a presente cessão dos Direitos Creditórios ao FUNDO, conforme previstos no Capítulo VI do Contrato de Cessão; e (ii) a forma de cálculo do preço de aquisição dos Direitos Creditórios ora cedidos ao FUNDO, calculado pelo CUSTODIANTE nos termos do Capítulo VIII do Contrato de Cessão.

Os Direitos Creditórios relacionados no Anexo A são cedidos ao FUNDO sem qualquer direito de regresso ou co-obrigação do CEDENTE, na forma prevista no Contrato de Cessão.

A ADMINISTRADORA, em nome do FUNDO e sob seu exclusivo critério, providenciará o registro deste Relatório de Cessão no (a) Cartório de Registro de Títulos e Documentos em que estiver registrado o Contrato de Cessão, ou (b) a sua lavratura, por instrumento público, no Tabelião de Notas ou (c) o seu registro por meio de qualquer outro mecanismo admitido em lei e que produza os mesmos efeitos alcançados pelos meios de registro referidos nos item precedentes, conforme previsto na Cláusula 56 do Contrato de Cessão.

Curitiba, [□•] de [•□] de [•□].

[CEDENTE]



80



Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL

P.P. Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

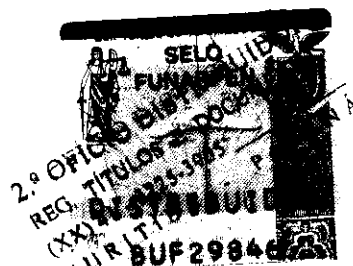
Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

Testemunhas:

Nome: _____
CPF/MF: [•]

Nome: _____
CPF/MF: [•]



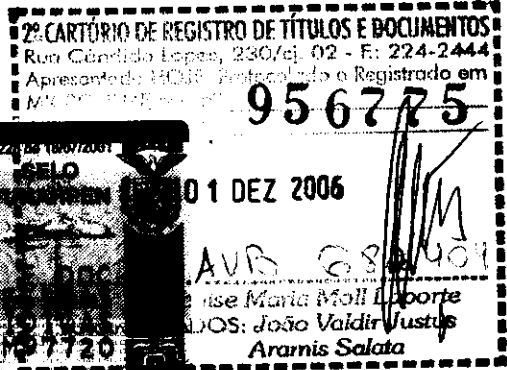
2o. Ofício Distribuidor de
Títulos e Documentos
Distribuição: 42-10679

30 2. Ofício
Ctba/Pr, 30/11/2006

- CUSTAS -

Lei Estadual nº 11.960/97, Tabela XVI - Distrib. IIa. IV
☐ Distribuição R\$ 8,00
☒ Averbação R\$ 3,00

2º Ofício Distribuidor

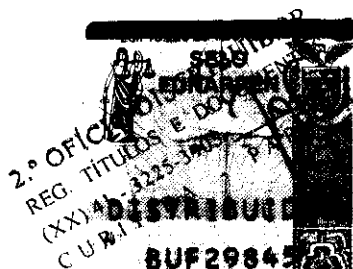


CUSTAS R\$ 31,50
OU 300 VRC

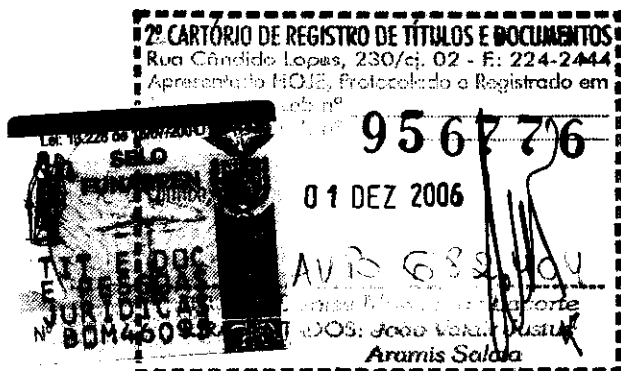
ANEXO A

Relação de Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo

Nº da nota fiscal	Devedor	CNPJ	Data de vencimento do Direito Creditório Elegível
-------------------	---------	------	---



2o. Ofício Distribuidor de
Títulos e Documentos
Distribuição: **42-10680**
ao 2.º Ofício
Ctba/Pr, 30/11/2006



- CUSTAS -
Lei Estadual nº 11.960/97, Tabela XVI - Distrib. IIa, IV
☐ Distribuição R\$ 8,00
☒ Averbação R\$ 3,00
2º Ofício Distribuidor

CUSTAS R\$ 31,50
OU 300 VRC

ANEXO III - NOTIFICAÇÃO DE CESSÃO

MODELO DE NOTIFICAÇÃO AOS CLIENTES

_____, [•] de [•] de [•].

À

[Razão Social do Cliente]

[Endereço]

A/C: [•]

Ref.: Cessão de Direitos Creditórios ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIEP Industrial

Prezado(s) Senhor(es),

1. CONCORDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, n.º 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 52.904.364/0001-08, na qualidade de administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP Industrial** ("Fundo"), vem, pela presente, informar que a [Razão Social do Cedente] celebrou Contrato de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças ("Contrato de Cessão"), por meio do qual ficaram acordados os termos e condições para a cessão ao Fundo, em caráter irrevogável e irretratável, dos **direitos creditórios** representados pelos boletos de cobrança bancária indicados abaixo ("Direitos Creditórios"), assim como de todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados a tais Direitos Creditórios, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

Nº do Boleto de Cobrança Bancária	Valor de face	Vencimento

2. Os pagamentos dos Direitos Creditórios deverão continuar sendo realizados por V.Sa. por meio dos boletos bancários acima referidos.

3. Nos termos dos artigos 286 e seguintes do Código Civil, serve a presente para **NOTIFICAR** V.Sa da cessão dos Direitos Creditórios.

4. Por fim, comunicamos que qualquer alteração à presente instrução somente será válida mediante comunicação por escrito do Fundo.

Atenciosamente,

2º. Ofício Distribuidor de
Títulos e Documentos

Distribuição: 42-10681

CONCORDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

2º. CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Cândido Lopes, 102 - F: 224-2444
Aprossentada no 2º. Ofício de Registro em
MICROFILME e em
ARQUIVO eletrônico
956777

Por: [•]

Cargo: [•]

Ctba/Pr, 30/11/2006

83

Lei Estadual nº 11.960/97. Tabela XVI - Distrib. IIa. IV

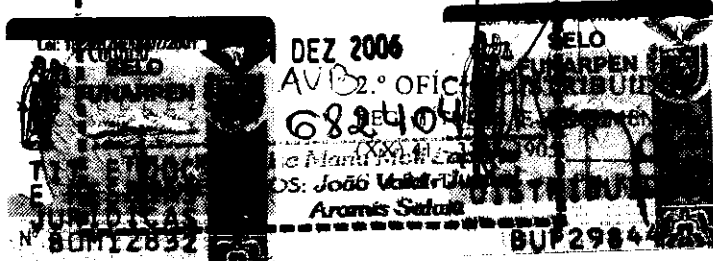
☐ Distribuição
☒ Averbação

R\$ 8,00
R\$ 3,00

2º Ofício Distribuidor

CUSTAS R\$ 33,50

OU 300 VRC

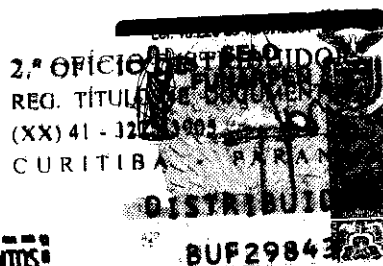
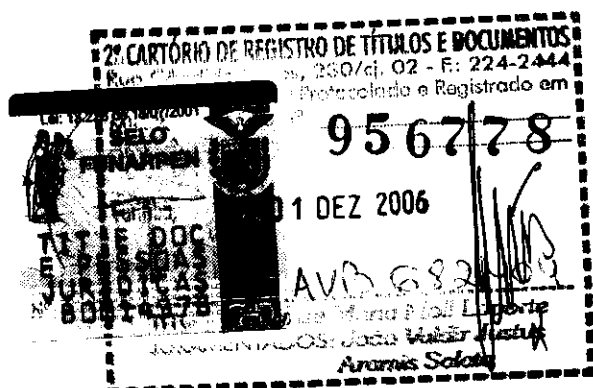


ANEXO IV - PROCEDIMENTOS PARA COBRANÇA DE DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS

PROCEDIMENTO DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS INADIMPLIDOS

A cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos será realizada pelo **CUSTODIANTE** diretamente ou mediante a contratação dos Cedentes e/ou de terceiros qualificados até o 15º (décimo quinto) dia contado da respectiva data de vencimento.

A partir do 16º (décimo sexto) dia contado da respectiva data de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos, a cobrança dos mesmos será realizada pela **SEGURADORA** de acordo com sua política de cobrança.



- CUSTAS -
Lei Estadual nº 11.960/97. Tabela XVI - Distrib. IIa. IV
☐ Distribuição R\$ 8,00
☒ Averbação R\$ 3,00

2º Ofício Distribuidor
2o. Ofício Distribuidor de
Títulos e Documentos
Distribuição: 42-10682
ao 2.º Ofício
Ctba/Pr. 30/11/2006

CUSTAS R\$ 34,50
OU 300 VRC

Anexo II – Informações Cadastrais Mínimas

INFORMAÇÕES CADASTRAIS MÍNIMAS DOS CEDENTES DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL

INFORMAÇÕES RELATIVAS À IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

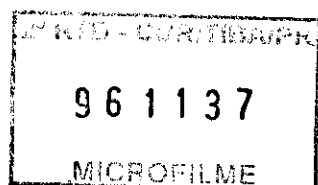
- 1) Denominação/Razão Social;
- 2) CNPJ;
- 3) NIRE;
- 4) Forma de constituição;
- 5) Data de constituição;
- 6) Endereço completo;
- 7) Atividade principal;
- 8) Telefones;
- 9) Fax;
- 10) Email.

Informações Relativas à Identificação dos Controladores, Administradores, Diretores, Sócios e/ou Procuradores:

- 1) Nome ou Razão Social;
- 2) CPF ou CNPJ;
- 3) Documento de Identidade ou NIRE;
- 4) Endereço Completo;
- 5) Profissão ou Atividade Principal;
- 6) Telefones;
- 7) Fax;
- 8) Email.

INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS RELATIVAS À EMPRESA:

- 1) Faturamento mensal médio;
- 2) Faturamento anual médio;
- 3) Ativo Circulante;
- 4) Passivo Circulante;
- 5) Capital Circulante Líquido;
- 6) Ativo Realizável a Longo Prazo;
- 7) Passivo Exigível a Longo Prazo;
- 8) Ativo Imobilizado;
- 9) Capital Social;
- 10) Patrimônio Líquido;
- 11) Lucro líquido do último exercício;
- 12) Contas Correntes de sua titularidade.



[Handwritten signature]

Para verificação e comprovação das informações inseridas na Ficha Cadastral de cada Cliente, os seguintes documentos deverão ser a ela anexados:

- 1) Contrato/Estatuto Social e posteriores alterações (cópia autenticada);
- 2) Cartão CNPJ;
- 3) Comprovante de endereço (cópia autenticada);
- 4) Procurações (cópia autenticada) – se houver;
- 5) Documento de Identidade, CPF e comprovante de endereço dos Controladores, Administradores, Diretores, Sócios e/ou Procuradores (cópia autenticada);
- 6) Último balanço e/ou demonstrações financeiras devidamente assinado por contador regularmente habilitado (cópia autenticada).

2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Cândido Lopes, 130/cj. 02 - F: 224-2444
Apresentado HQU, Protocolado e Registrado em
MICROFILME sob nº
ARQUIVADO em nº **961137**
Curitiba, **23 ABR 2007**
AVB **682404**
TITULAR: **Denise Maria Macê Laporte**
JURAMENTADOS: **João Valdir Justus**
Aramis Salata

CERTIFICO, que este
documento foi selado na
1ª via entregue ao cliente.

CUSTAS R\$ 37,50
OU 300 VRC



Handwritten signature

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO APLICÁVEL AOS CEDENTES

- (a) Manutenção de ficha cadastral atualizada para cada Cliente;
- (b) Verificação das informações cadastrais fornecidas na ficha cadastral acima junto às respectivas fontes;
- (c) Os respectivos Clientes, seus sócios, cônjuges e avalistas não deverão possuir, na data da venda, registro no CCF, na SERASA ou no SPC relativos a títulos protestados, inadimplência de obrigações ou quaisquer apontamentos nos cadastros ora indicados, em valor agregado igual ou superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- (d) Os respectivos Clientes não deverão estar em processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento similar;
- (e) Verificação da capacidade de pagamento do respectivo Cliente com base na análise de sua situação econômico-financeira;
- (f) O Cedente não realizará novas vendas a Clientes que estejam inadimplentes em suas obrigações com o Cedente há mais de 15 (quinze) dias;
- (g) O Cedente somente realizará vendas a crédito a Clientes pessoas jurídicas que possuem estabelecimento fixo no Brasil e com faturamento mensal médio igual ou superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais); e
- (h) O prazo máximo das vendas a crédito não deverá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias.

2.º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
 2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 Rua Cândido Lopes, 230/cj. 02 - F: 224-2444 (XX) 41 - 3223-3065
 Apresentação FOLIO, Protocolada e Registrada em CURITIBA
 956780
 01 DEZ 2006
 AVS 682494
 CUSTAS R\$ 309,00
 OU 600 VRC - CUSTAS -
 Distribuição R\$ 8,00
 Averbação R\$ 3,00
 2.º Ofício Distribuidor

Anexo IV - Minuta do Contrato de Depósito

CONTRATO DE DEPÓSITO E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular, as partes:

BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Vila Yara, inscrito no C.N.P.J./M.F sob n.º 60.746.948/0001-12, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social (o "Custodiante");

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL (o "Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.513.235/0001-99, neste ato devidamente representado por sua administradora, **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, sociedade situada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Marechal Deodoro, n.º 630, 20º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0004-42, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social (a "Administradora"); e

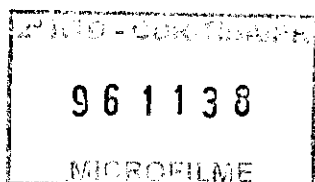
FIEP – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ, situada na Avenida Cândido de Abreu, n. 200, em Curitiba, Paraná, sob o CNPJ de n. 76.709.898/0001- 33, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (a "Depositária", sendo o Custodiante e a Depositária doravante designados em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

e, como interveniente anuente parcialmente obrigada,

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, sociedade situada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Marechal Deodoro, n.º 630, 20º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 52.904.364/0004-42, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social (a "Administradora");

Considerando que:

- (i) o Fundo é uma comunhão de recursos constituída sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393, de 17 de dezembro de 2001, regido por regulamento aprovado pela Administradora nesta data ("Regulamento");
- (ii) o Fundo tem como objetivo aplicar seus recursos preponderantemente na aquisição de direitos creditórios decorrentes de operações mercantis ou de prestação de serviços realizadas por indústrias filiadas a um dos sindicatos patronais da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP (os "Cedentes"), nos termos do Regulamento do Fundo e da minuta padrão de "Contratos de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" a serem celebrados com cada um dos Cedentes (os "Contratos de Cessão");
- (iii) as notas fiscais referentes às operações de venda de produtos e/ou da prestação de serviços dos Cedentes a seus clientes, os comprovantes de entrega de tais produtos e/ou da prestação dos serviços, as duplicatas e outros documentos que eventualmente venham a ser especificados nos Contratos de Cessão são os documentos que formalizam e comprovam a origem dos Direitos Creditórios;
- (iv) para todos os fins deste contrato, as notas fiscais, as duplicatas e outros documentos que eventualmente venham a ser especificados em cada Contrato de Cessão serão designados em conjunto como os "Documentos Representativos de Crédito";
- (v) a Administradora, em nome do Fundo, e o Custodiante celebraram o "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos



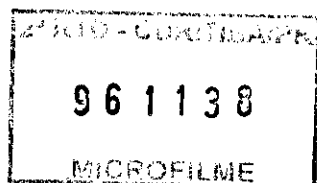
Creditórios" ("Contrato de Custódia"), por meio do qual a Administradora contratou o Custodiante para prestar serviços de custódia qualificada e controladoria dos ativos do Fundo; e

- (vi) nos termos do Regulamento, do Contrato de Cessão e do Contrato de Custódia, a Depositária será responsável por guardar, manter, armazenar, organizar e custodiar os Documentos Representativos de Crédito relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo;

Resolvem as Partes celebrar o presente "Contrato de Depósito e Outras Avenças" (o "Contrato de Depósito"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O Custodiante e o Fundo, neste ato contratam a Depositária para atuar como depositária, para que guarde, sob as penas previstas na legislação aplicável, como se seus fossem, na forma de depósito voluntário conforme previsto no artigo 627 do Código Civil Brasileiro, os originais de todos os Documentos Representativos de Crédito relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo.
- 1.1.1. A Depositária aceita a nomeação como depositária e declara conhecer as consequências decorrentes da eventual não restituição ao Fundo, quando exigida, dos Documentos Representativos de Crédito e assume a responsabilidade por todos os prejuízos comprovados que venha a causar ao Fundo, nos termos do artigo 652 do Código Civil brasileiro.
- 1.1.2. A Depositária obriga-se a prestar os serviços de guarda, custódia física, armazenagem e organização dos Documentos Representativos de Crédito relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo. A guarda, custódia e armazenagem dos Documentos Representativos de Crédito serão realizadas pela Depositária nos estabelecimentos indicados no Anexo I a este Contrato de Depósito (os "Estabelecimentos").
- 1.1.3. O Custodiante e a Administradora ou terceiros por eles contratados terão acesso irrestrito aos Documentos Representativos de Crédito, podendo, a qualquer tempo, mas desde que nos horários normais de funcionamento da Depositária, sem nenhum custo adicional, consultar ou retirar os Documentos Representativos de Crédito e realizar diligências nos Estabelecimentos, com o objetivo de verificar o cumprimento, pela Depositária, de suas respectivas obrigações, nos termos deste Contrato de Depósito. No caso de retirada dos Documentos Representativos de Crédito dos Estabelecimentos nos termos referidos acima, o Custodiante, a Administradora ou terceiros por eles contratados serão responsáveis pela sua guarda e manutenção até que tais Documentos Representativos de Crédito sejam devolvidos à Depositária. Enquanto os Documentos Representativos de Crédito estiverem fora dos Estabelecimentos, por conta do disposto neste item 1.1.3., a Depositária não será obrigada a cumprir o disposto neste Contrato de Depósito com relação a tais Documentos Representativos de Crédito.
- 1.1.4. As Partes estabelecem que a Administradora será responsável por receber os Documentos Representativos de Crédito entregues pelos Cedentes, bem como por organizá-los para retirada pela Depositária, na forma prevista no item 1.1.5. abaixo. Até o momento em que os Documentos Representativos de Crédito sejam retiradas pela Depositária nos termos do item 1.1.5 abaixo, a Administradora atuará como depositária dos Documentos Representativos de Crédito, na forma de depósito voluntário conforme previsto no artigo 627 do Código Civil Brasileiro, e sob as penas previstas na legislação aplicável, exclusivamente pelo período em que os Documentos Representativos de Crédito permanecerem sob sua guarda. Aplica-se à Administradora, nesse caso, o disposto no item 1.3 abaixo.
- 1.1.5. A Depositária será responsável pela retirada junto à Administradora dos Documentos Representativos de Crédito relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, a qual deverá ser realizada, no mínimo, semanalmente no seguinte endereço: Avenida Cândido de Abreu, n. 200, em Curitiba, Paraná.



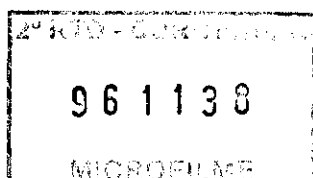
- 1.1.6. Os comprovantes de entrega decorrentes das notas fiscais referentes às operações de venda de produtos e/ou da prestação de serviços dos Cedentes a seus Clientes ficarão sob a guarda dos Cedentes, e deverão ser entregues, quando solicitados, à Depositária.
- 1.1.7. Durante o período que os Cedentes mantiverem sob sua guarda os comprovantes de entrega decorrentes das notas fiscais referentes às operações de venda de produtos e/ou da prestação de serviços, os Cedentes serão nomeados fiéis depositários dos referidos documentos.
- 1.2. A Depositária providenciará, às suas próprias expensas, a aquisição e manutenção de todos os meios físicos necessários à guarda, preservação e organização dos Documentos Representativos de Crédito relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, nos termos deste Contrato de Depósito.
- 1.3. A perda, o extravio, a inutilização ou a indisponibilidade, total ou parcial, por qualquer motivo, dos Documentos Representativos de Crédito (exceto nos casos expressamente previstos neste Contrato de Depósito), deverá ser imediatamente comunicada ao Custodiante, responsabilizando-se a Depositária pelos prejuízos a que der causa, bem como pela liquidação dos valores referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis referentes a tais Documentos Representativos de Crédito perdidos, extraviados, inutilizados ou indisponíveis, total ou parcialmente.
- 1.3.1. A indisponibilidade temporária de qualquer dos Documentos Representativos de Crédito, decorrente de seu trânsito, não ensejará para a Depositária a responsabilidade referida no item 1.3. acima, desde que a Depositária (i) apresente, por escrito, justificativa ao Custodiante sobre a impossibilidade de se colocar à disposição qualquer dos Documentos Representativos de Crédito e (ii) providencie a apresentação dos Documentos Representativos de Crédito ao Custodiante e/ou à Administradora ou terceiros por eles contratados, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação do Documento Representativos de Crédito pelo Custodiante e/ou pela Administradora ou terceiros por ele contratados, desde que o fato não acarrete para o Custodiante e/ou Administradora qualquer penalidade ou multa.
- 1.3.2. A Depositária indenizará integralmente o Custodiante, a Administradora e/ou o Fundo por quaisquer multas ou penalidades impostas por órgãos fiscalizadores e/ou reguladores, decorrentes do não atendimento de solicitações de informações ou dos Documentos Representativos de Crédito, em razão do previsto nos itens 1.3. e 1.3.1. acima.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO

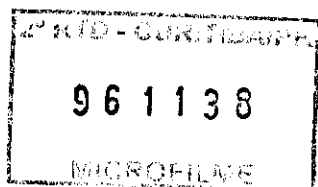
- 2.1. Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Depósito, o Fundo pagará diretamente à Depositária a quantia anual de R\$ 600,00 (seiscentos reais), valendo o comprovante de depósito/crédito de tal quantia como prova de pagamento e recibo de quitação.
- 2.2. Os pagamentos devidos pelo Fundo à Depositária pela prestação dos serviços acordados neste Contrato de Depósito serão realizados a cada 12 (doze) meses, contados da assinatura deste Contrato de Depósito, mediante crédito em conta corrente de titularidade da Depositária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ADICIONAIS DA DEPOSITÁRIA

- 3.1. A Depositária, neste ato, assume as seguintes obrigações e responsabilidades perante o Custodiante, a Administradora e o Fundo:
- a) praticar todo e qualquer ato necessário ao bom e fiel cumprimento de suas obrigações nos termos deste Contrato de Depósito;



- b) zelar pela boa guarda e conservação dos Documentos Representativos de Crédito, pelo prazo mínimo exigido pela legislação fiscal aplicável;
 - c) armazenar os Documentos Representativos de Crédito de forma sistemática, organizada e cronológica, observados os critérios definidos no item 3.2. abaixo;
 - d) elaborar e enviar, por meio eletrônico, quando solicitado pelo Custodiante e/ou pela Administradora, relatório que deverá contemplar as informações mínimas indicadas no Anexo II, discriminando os Documentos Representativos de Crédito sob sua guarda e custódia, nos termos deste Contrato de Depósito, devidamente individualizados por Direito Creditórios Elegível e por CNPJ/MF do respectivo Cedente e do devedor dos Direitos Creditórios Elegíveis, e Estabelecimento no qual os mesmos encontrem-se custodiados;
 - e) permitir a consulta, o manuseio ou a retirada de Documentos Representativos de Crédito sob sua guarda e custódia, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação, sem qualquer custo adicional, somente por pessoa devidamente credenciada/autorizada pelo Custodiante e/ou Administradora, inclusive para fins de realização de procedimentos de auditoria;
 - f) utilizar companhia transportadora idônea para realizar a movimentação e o transporte de Documentos Representativos de Crédito, caso necessário;
 - g) atender, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis (ou prazo menor, se assim solicitado pelas autoridades competentes) contado da data da solicitação, sem qualquer custo adicional, todo e qualquer pedido de informação ou apresentação referente aos Documentos Representativos de Crédito sob sua guarda e custódia, realizado pelo Custodiante e/ou pela Administradora; e
 - h) guardar e conservar os Documentos Representativos de Crédito nos Estabelecimentos, dentro de condições adequadas à conservação dos mesmos, adotando todas as medidas necessárias para tanto, sob pena de responder por perdas e danos.
- 3.1.1. A contratação da Depositária nos termos deste Contrato de Depósito não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em ingerência e/ou controle, pela Depositária, dos Direitos Creditórios Elegíveis depositados junto a ele.
- 3.2. Anteriormente à sua armazenagem definitiva, a Depositária deverá assegurar que os Documentos Representativos de Crédito encontram-se devidamente organizados de forma a permitir o seu controle, identificação e tempestiva localização nos prazos estabelecidos neste Contrato de Depósito.
- 3.3. É assegurado à Administradora e/ou ao Custodiante, a seu exclusivo critério, ou terceiros devidamente habilitados por eles, efetuar auditoria, nos horários normais de funcionamento da Depositária, das atividades por ele prestadas, com o fim de verificar o exato cumprimento das disposições deste Contrato de Depósito, podendo, inclusive, solicitar à Depositária que efetue os ajustes ou as correções que entenderem necessárias ao bom cumprimento deste Contrato de Depósito. As avenças contidas neste item permanecerão em vigor mesmo após a rescisão deste Contrato de Depósito, até a liquidação do Fundo.
- 3.4. Na hipótese de a auditoria prevista no item 3.3 apontar que a guarda dos Documentos Representativos de Crédito está em desacordo com o previsto no Contrato de Depósito e que os Documentos Representativos de Crédito estão em desacordo com o Contrato de Cessão e com o Regulamento, o Custodiante comunicará por escrito ao Administrador, para que tome as medidas cabíveis a fim de preservar os direitos, interesses e garantias dos titulares de cotas do Fundo.



[Handwritten signature]

CLÁUSULA QUARTA – DA FUNÇÃO DE DEPOSITÁRIA FIEL

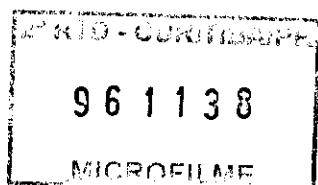
- 4.1. A Depositária, neste ato, aceita a nomeação como fiel depositária dos Documentos Representativos de Crédito sob sua guarda e custódia e declara conhecer as consequências decorrentes da eventual não restituição ao Fundo, quando solicitada nos termos deste Contrato de Depósito, dos Documentos Representativos de Crédito, assumindo responsabilidade por todos os prejuízos comprovados que venha a causar ao Fundo por descumprimento ao disposto neste Contrato de Depósito, nos termos do artigo 652 do Código Civil brasileiro, responsabilizando-se até o pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo.
- 4.2. Mesmo na hipótese de rescisão deste Contrato de Depósito, o ônus definido no item 4.1. somente será considerado extinto quando do pagamento de todos os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo à época da rescisão deste Contrato de Depósito, bem como feita a entrega de todos os Documentos Representativos de Crédito ao Fundo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS COMUNICAÇÕES

- 5.1. As comunicações entre as Partes ou entre as Partes e a Administradora serão feitas por escrito, mediante protocolo, admitindo-se a utilização de correspondência eletrônica, mediante confirmação de recebimento, devendo ser enviadas aos endereços abaixo indicados:
- a) Para a Administradora/Fundo:
Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities
Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar
São Paulo – SP
Tel.: (11) 3241-3122
Fax.: (11) 3241-3831
- b) Para a Depositária:
Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Avenida Cândido de Abreu, n.º 200, 1º andar
Curitiba – PR
Tel: (41) 3271-9550
Fax.: (41) 3271-9704
- c) Para o Custodiante:
Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar
Osasco - SP
Tel.: (11) 3684-4522
Fax.: (11) 3684-5645
Correio Eletrônico: bradescocustodia@bradesco.com.br

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO E DA RESCISÃO

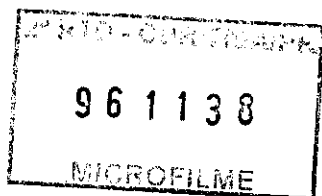
- 6.1 O presente Contrato de Depósito começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor durante o prazo de duração do Fundo, podendo ser rescindido a qualquer momento pela Depositária, pela Administradora ou pelo Custodiante, por meio de envio de notificação, por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.
- 6.2 Caso a Depositária manifeste sua intenção em rescindir este Contrato de Depósito, nos termos do item 6.1., o Custodiante poderá, a seu exclusivo critério, optar por sua prorrogação por um período adicional de 70 (setenta) dias, desde que notifique a Depositária do exercício desta opção no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da competente notificação enviada pela Depositária.



- 6.3 A Depositária obriga-se, sem qualquer custo adicional, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas da eventual rescisão deste Contrato de Depósito, a permitir a retirada à pessoa indicada pelo Custodiante e pelo Fundo, os Documentos Representativos de Crédito dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, os respectivos registros, as listagens, assim como todos os demais documentos, informações e registros necessários à prestação dos serviços objeto deste Contrato de Depósito que estejam em seu poder, devidamente organizados de acordo com as condições deste Contrato de Depósito.
- 6.3.1. Fica acordado, desde já, que no caso de rescisão deste Contrato de Depósito e transferência pela Depositária à pessoa indicada pelo Custodiante e pelo Fundo, nos termos do item 6.3 acima, dos Documentos Representativos de Crédito juntamente com os respectivos registros, listagens, assim como os demais documentos, informações e registros necessários à prestação dos serviços objeto deste Contrato de Depósito, tal pessoa indicada poderá retirar os Documentos Representativos de Crédito dos Estabelecimentos para dar continuidade à prestação de serviços ajustada neste Contrato de Depósito.
- 6.4. Em caso de descumprimento deste Contrato de Depósito, a Depositária compromete-se, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste Contrato de Depósito, a disponibilizar os Documentos Representativos de Crédito para a retirada pela pessoa indicada pelo Custodiante e pelo Fundo, mediante solicitação e de acordo com as instruções do Fundo, de todos os Documentos Representativos de Crédito sob sua guarda no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sendo que, após o referido prazo, será facultado ao Fundo a apreensão de tais Documentos Representativos de Crédito.
- 6.5. Não obstante o estabelecido nos itens acima, o presente Contrato de Depósito será considerado automaticamente rescindido na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo descritas, além das previstas em lei:
- a) se qualquer das Partes falir, requerer o processo de recuperação judicial ou liquidação extrajudicial, conforme o caso, ou ainda, obtiver a homologação em caso de recuperação extrajudicial; e
 - b) no caso de liquidação do Fundo.

CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES

- 7.1. O inadimplemento culposo ou doloso pelas Partes, de quaisquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato de Depósito caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor devido, (iii) correção monetária a partir da data do vencimento original até a data do efetivo pagamento, com base no índice acumulado de variação do IGP-M, conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos.
- 7.2. O descumprimento pela Depositária de qualquer obrigação de fazer ou não fazer assumida nos termos deste Contrato de Depósito, da qual tenha sido notificado e/ou recebido aviso para regularizar e não o faça, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, obrigará a Depositária ao pagamento à Parte prejudicada de uma multa convencional, não compensatória, de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso no cumprimento de tais obrigações, sem prejuízo do estabelecido na Cláusula Sexta deste Contrato de Depósito e da cobrança de perdas e danos incorridos pela outra Parte em decorrência de tal inadimplemento.



A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.

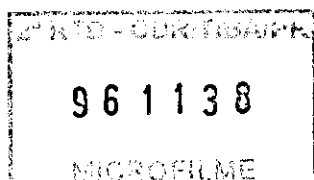
- 7.2.1. O valor da multa referida no item 7.2. acima será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, desde a data da assinatura deste Contrato de Depósito, pela variação acumulada do IGP-M e/ou o índice que vier oficialmente a substituí-lo.
- 7.2.2. O inadimplemento por qualquer das Partes, de obrigações, de qualquer natureza, previstas neste Contrato de Depósito, só será penalizado na forma do item 7.2. acima, se a Parte prejudicada comprovar a ocorrência de culpa, dolo ou má-fé da Parte que descumpriu tal obrigação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. As expressões em letra maiúscula deste Contrato de Depósito terão o significado que lhes é atribuído no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, se outro significado não lhes for atribuído expressamente neste Contrato de Depósito.
- 8.2. A Depositária obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a arcar com todos os custos e as despesas relacionadas aos Documentos Representativos de Crédito que estejam sob a sua guarda e custódia ou de qualquer terceiro por ele contratados.
- 8.3. Toda as modificações, alterações ou aditamentos ao presente Contrato de Depósito somente serão válidas se feitas por instrumento escrito, assinado pelas Partes e pelo Fundo.
- 8.4. É vedada a cessão total ou parcial dos direitos e das obrigações decorrentes deste Contrato de Depósito, sem prévio consentimento das Partes e do Fundo.
- 8.5. As Partes celebram este Contrato de Depósito em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores, a qualquer título.
- 8.6. A tolerância e as concessões recíprocas por quaisquer das Partes terão caráter eventual e transitório, não configurando, em qualquer hipótese, novação, renúncia ou modificação de qualquer direito.
- 8.7. Os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato de Depósito constituem ônus de responsabilidade do contribuinte, conforme definido na lei tributária brasileira.
- 8.8. Se qualquer disposição deste Contrato de Depósito for considerada inválida e/ou ineficaz, as Partes deverão envidar seus melhores esforços para substituí-la por outra de conteúdo similar e com os mesmos efeitos. A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente Contrato de Depósito.
- 8.9. Os anexos a este Contrato de Depósito (os "Anexos") são dele parte integrante e inseparável. Em caso de dúvida ou discrepância entre o Contrato de Depósito e quaisquer de seus Anexos, prevalecerá o estabelecido neste Contrato de Depósito.
- 8.10. As Partes elegem o foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões relativas ao presente Contrato de Depósito.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento de Contrato de Depósito em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, [●] de [●] de [●]



Partes:

BANCO BRADESCO S.A.

Custodiante

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL

Fundo

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

Depositária

Interveniente Anuente:

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Testemunhas:

1. _____

Nome:

CPF/MF:

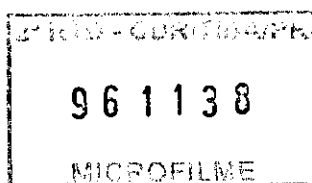
RG:

2. _____

Nome:

CPF/MF:

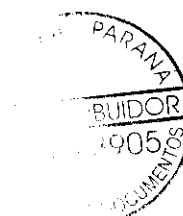
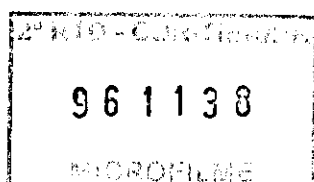
RG:



[Handwritten signature]

ANEXO I
Relação de Estabelecimentos

Endereço	Cidade	Estado



74

Anexo V - Termo de Adesão ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIEP Industrial e Ciência de Risco

**TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL
CNPJ/MF N.º [...]**

Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

Administradora

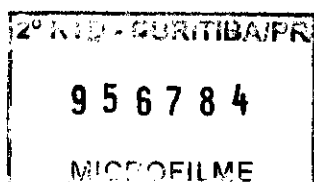
[Preencher caso o investidor seja Pessoas Físicas]

_____, portador/a da cédula de
identidade RG nº _____, inscrito/a no CPF/MF sob o nº
_____, residente e domiciliado à
_____, Bairro _____, CEP
_____, Cidade de _____, Estado de _____, doravante
denominado simplesmente "INVESTIDOR", **DECLARA** para todos os fins de direito:

[Preencher caso o investidor seja Pessoa Jurídica]

_____, inscrito/a no CNPJ/MF sob
o nº _____, com sede à _____,
Bairro _____, CEP _____, Cidade de _____,
Estado de _____, neste ato representado/a de acordo com os seus atos constitutivos,
doravante denominado simplesmente "INVESTIDOR", **DECLARA** para todos os fins de
direito:

- (i) Ter recebido, lido e compreendido o regulamento e o prospecto do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL ("FUNDO"), administrado e gerido pela CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES ("ADMINISTRADORA"), e que concorda integralmente com seus termos e condições, declarando ainda que os mesmos estão perfeitamente de acordo com o perfil de risco pretendido;
- (ii) Estar ciente e de acordo com os objetivos do FUNDO, sua política de investimento, composição da carteira de investimento do FUNDO, da taxa de administração devida à Administradora, os riscos envolvidos no investimento no FUNDO, bem como com a possibilidade de perda de parte ou da totalidade do capital investido;
- (iii) Que a política de investimento do FUNDO e os riscos aos quais o FUNDO está sujeito estão de acordo com sua situação financeira, perfil de risco e estratégia de investimento
- (iv) Estar ciente de que a existência de rentabilidade/performance do FUNDO no passado não constitui garantia de rentabilidade/performance futura;
- (v) Ter ciência de que, não obstante a diligência da ADMINISTRADORA, os investimentos em fundos, por sua própria natureza, estão sempre sujeitos a, entre



outros, flutuações de mercado e riscos. Por esse motivo, a ADMINISTRADORA não poderá, em hipótese alguma, ser responsabilizada por qualquer depreciação dos bens da carteira, perda da rentabilidade ou do capital investido, no todo ou em parte, salvo nos casos de sua comprovada negligência ou má-fé;

- (vi) Estar ciente de que os recursos investidos no FUNDO NÃO CONTAM com a garantia da ADMINISTRADORA, do CUSTODIANTE, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito – FGC;
- (vii) Que se compromete a manter seus dados cadastrais sempre atualizados perante a ADMINISTRADORA, nos termos da legislação e regulamentação em vigor;
- (viii) Estar ciente de que o FUNDO é destinado exclusivamente a investidores qualificados;
- (ix) Que preenche os requisitos e, portanto, possui a condição de investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações, estando desta forma apto a investir no FUNDO. Nesse sentido, declara (a) possuir conhecimento sobre o mercado financeiro e de capitais suficiente para que não me sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas aos investidores não-qualificados e (b) como investidor qualificado atesta ser capaz de entender, ponderar e assumir os riscos financeiros relacionados à aplicação de seus recursos em um fundo de investimento destinado a investidores qualificados.

O INVESTIDOR responsabiliza-se pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a ADMINISTRADORA de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexistência ou imprecisão das mesmas.

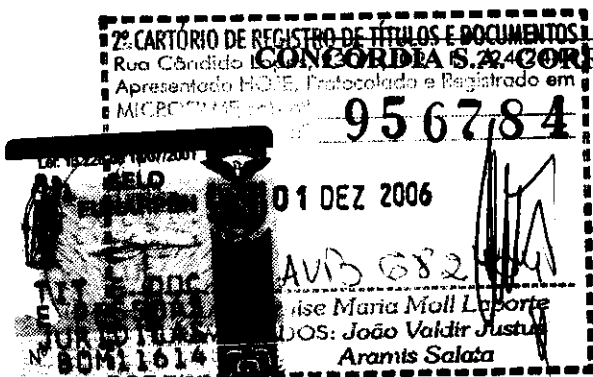
O INVESTIDOR aceita receber informações por meio do seguinte correio eletrônico _____, conforme disposto no Artigo 60 da Instrução CVM n.º 356/01, o qual admite a utilização de meio eletrônico como forma de correspondência válida nas comunicações entre a ADMINISTRADORA e os quotistas do FUNDO, desde que os correspondentes sistemas estejam devidamente avaliados e certificados mediante auditoria promovida por entidade de reconhecida capacidade técnica.

Sendo assim, o INVESTIDOR ADERE expressamente aos termos, cláusulas e condições do regulamento do FUNDO.

O presente instrumento é irrevogável e irretratável, vinculando o INVESTIDOR por si, seus herdeiros e sucessores.

_____, _____ de _____ de 200__.

[NOME/DENOMINAÇÃO DO INVESTIDOR]

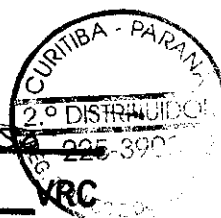


CONCORDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

100

CUSTAS R\$ 31,90

OU 300



Anexo VI - Modelo de Suplemento

SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DA [...]ª SÉRIE

Suplemento referente à emissão da [...]ª série de Quotas do “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL” (“[...]ª Série”), com regulamento registrado sob o nº [●] no [●]º Cartório de Títulos e Documentos da cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº [●] e administrado pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities.

1. PRAZO. O prazo de vigência das Quotas da [...]ª Série é de [...] meses, contados da data da primeira integralização das Quotas da [...]ª Série.

2. BENCHMARK. As Quotas Sênior da [...]ª Série possuem *Benchmark* correspondente a [...]% ([...]) da Taxa DI. As Quotas Subordinadas da [...]ª Série não possuem qualquer parâmetro de rentabilidade definido.

3. AVALIAÇÃO DE RISCO – RATING. As Quotas Sênior da [...]ª Série obtiveram da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco []. [As Quotas Subordinadas da [...]ª Série obtiveram da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco [].]

4. QUANTIDADE DE QUOTAS DA [...]ª SÉRIE E VALOR TOTAL DA [...]ª SÉRIE. A [...]ª Série é composta por até [...] Quotas, [sendo [...] Quotas Sênior e [...] Quotas Subordinadas], com um valor inicial, na Data de Emissão das Quotas da [...]ª Série, de R\$[...] (... reais) cada, perfazendo o montante total de R\$ [...] ([...]).

5. VALOR MÍNIMO DE SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS DA [...]ª SÉRIE. O valor mínimo de subscrição de Quotas no período de distribuição da [...]ª Série é de R\$ [...] (...), [não havendo limite máximo de subscrição por investidor][havendo um limite máximo de subscrição por investidor de até [...] ([...]) das Quotas da [...]ª Série ofertadas publicamente].

6. AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS SÊNIOR DA [...]ª SÉRIE. A partir do [...]º (...) mês contado da data da primeira integralização de Quotas Sênior da [...]ª Série, as Quotas Sênior da [...]ª Série terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com o seguinte cronograma:

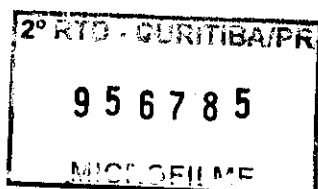
[...]

7. RESGATE. A data em que houver o último pagamento de parcela de amortização das Quotas Sênior da [...]ª Série (conforme cronograma acima) será designada a “Data de Resgate” de tais Quotas Sênior.

8. QUANTIDADE TOTAL DE QUOTAS DO FUNDO APÓS A EMISSÃO DAS QUOTAS DA [...]ª SÉRIE. [...] Quotas, sendo [...] Quotas Sênior e [...] Quotas Subordinadas.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL DO FUNDO ANTES DA SÉRIE ANTERIOR. R\$ [...].

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL DO FUNDO SE SUBSCRITAS E INTEGRALIZADAS 100% DAS QUOTAS DA [...]ª SÉRIE. R\$ [...].



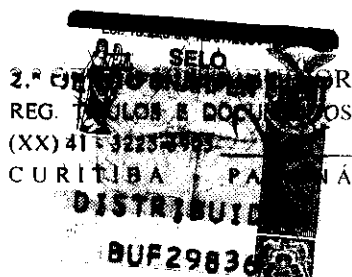
O presente suplemento é parte integrante e inseparável do Regulamento do **FUNDO**. As expressões em letra maiúscula deste suplemento terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento do **FUNDO** se outros significados não lhes forem atribuídos expressamente.

O presente suplemento deverá ser registrado no [...]º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

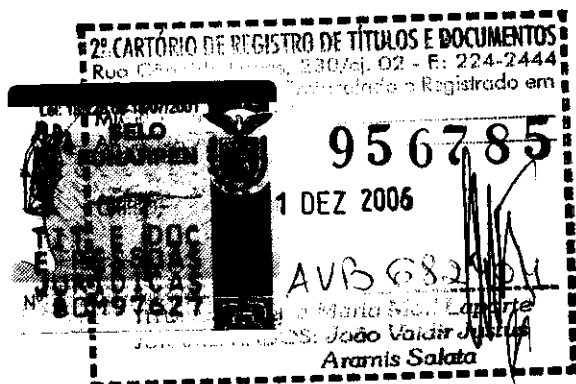
Curitiba, [•] de [•] de [•].

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES



2o. Ofício Distribuidor de
Títulos e Documentos
Distribuição: **42-10689**
ao 2.º Ofício
Ctba/Pr, 30/11/2006



- CUSTAS -
Lei Estadual nº 11.960/97. Tabela XVI - Distrib. IIa. IV
☐ Distribuição R\$ 8,00
☒ Averbção R\$ 3,00
2º Ofício Distribuidor

CUSTAS R\$ 3,00
OU 300 VRC

Anexo VII - Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos

PROCEDIMENTO DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS INADIMPLIDOS

A cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos será realizada pelo **CUSTODIANTE** diretamente ou mediante a contratação dos Cedentes e/ou de terceiros qualificados até o 15º (décimo quinto) dia contado da respectiva data de vencimento.

A partir do 16º (décimo sexto) dia contado da respectiva data de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis Inadimplidos, a cobrança dos mesmos será realizada pela **SEGURADORA** de acordo com sua política de cobrança.

- CUSTAS -

Lei Estadual nº 11.960/97. Tabela XVI - Distrib. IIa. IV

☐ Distribuição R\$ 8,00
☒ Averbação R\$ 3,00

2º Oficial Distribuidor

2.º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
REG. TÍTULOS E DOCUMENTOS
(XX) 41 - 3225
CURITIBA

2o. Ofício Distribuidor de
Títulos e Documentos

Distribuição: 42-10690

ao 2.º Ofício

Ctba/Pr, 30/11/2006

2.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Cândido Lopes, 230/cj. 02 - F: 224-2444
Apresentado HOJE, Protocolado e Registrado em

956786

01 DEZ 2006

AVB 68240

Denise Maria Moll Ladeira

ADOS: João Valdir Justus

Aramis Sakata

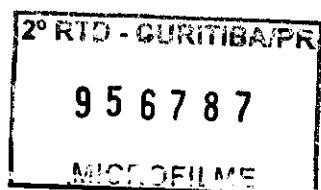
CUSTAS R\$ 31,50

OU 300 VRC

MINUTA DE APÓLICE DE SEGURO DE CRÉDITO DOMÉSTICO MAPFRE X FIEP

CONDIÇÕES GERAIS

24.Outubro.2006



A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'J' followed by a flourish.

SEGURO DE CRÉDITO DOMÉSTICO RISCOS COMERCIAIS

Esta Apólice e toda a documentação ou correspondência relativas à mesma tem caráter CONFIDENCIAL no que diz respeito a terceiros, exceto nos casos previstos nesta apólice.

CONDIÇÕES GERAIS

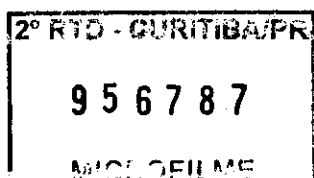
ARTIGO PRELIMINAR

O presente seguro rege-se pela legislação aplicável aos contratos de seguro, pelas disposições legais específicas do seguro de crédito, pelas presentes Condições Gerais, pelas Condições Especiais, Particulares e eventuais Endossos..

ARTIGO 1º - DEFINIÇÕES

Para efeitos desta apólice entende-se por:

- 1.1. Seguradora ou Companhia: A entidade emissora desta apólice que, mediante a cobrança de prêmio, assume os riscos contratualmente estabelecidos.*
- 1.2. Segurado: Pessoa Física ou Jurídica, que contrata o seguro e está coberta pelos riscos a que se refere esta apólice e a quem correspondem os direitos e obrigações inerentes à sua qualidade de segurado.*
- 1.3. Cliente ou devedor: A Pessoa Jurídica, que possui estabelecimento fixo ou permanentemente aberto ao público, obrigada ao pagamento do crédito, de acordo com os termos da operação comercial (compra e venda ou prestação de serviços) realizada com a Empresa Cedente.*
- 1.4. Compra e venda ou prestação de serviços: Contrato de compra ou venda mercantil a crédito de bens que tenham sido entregues ao comprador ou de contrato de prestação de serviços, já executados, celebrado entre as Empresas Cedentes e o seu respectivo Cliente e cedido ao Fundo.*
- 1.5. Crédito: Direito que assiste ao Segurado, coberto pela Apólice, de exigir e obter do devedor e/ou do fiador o pagamento do preço do fornecimento dos bens ou da prestação dos serviços objeto do contrato por conta de cessão de crédito.*
- 1.6. Prêmio: Preço do seguro cujo montante e forma de pagamento são estabelecidos nas Condições Gerais e Particulares desta Apólice.*
- 1.7. Anexo de Classificação: O documento complementar à Apólice, emitido pela Seguradora para cada cliente ou devedor, no qual se estabelecem o limite de crédito e as condições de cobertura.*
- 1.8. Limite de crédito: O montante máximo garantido fixado pela Seguradora para cada devedor, mediante o correspondente Anexo de Classificação.*



1.9 **Percentagem de Garantia ou Cobertura:** A proporção de distribuição do risco coberto entre o Segurado e a Seguradora, aplicável na perda líquida definitiva segurada, em caso de sinistro, será sempre de 90% (noventa por cento) do valor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Segurado, limitados ao valor do crédito concedido no anexo de classificação.

1.10 **Sinistro:** Perda líquida definitiva por insolvência do devedor ou cliente do Segurado.

1.11 **Fiador:** A Pessoa Física ou Jurídica que afiança ou garante o pagamento do crédito.

1.12 **Beneficiário:** A Pessoa Física ou Jurídica designada pelo Segurado para receber o pagamento das indenizações devidas, conforme a Apólice.

1.13 **Aviso de Insolvência Provisional:** Comunicação a ser feita pelo Segurado à Seguradora sempre que o cliente não honrar a dívida em seu vencimento.

1.14 **Empresas Cedentes:** indústrias filiadas a um dos sindicatos patronais associados à Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP.

1.15 **Fundo:** é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIEP Industrial, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º xxxxxx, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, e da instrução da CVM n.º 356, de 17 novembro de 2001 e de seu Regulamento; é o Segurado; é o principal Beneficiário da Apólice

1.16 **Direitos Creditórios:** direitos de crédito consubstanciados nos documentos representativos dos créditos oriundos das Empresas Cedentes, créditos esses que são cedidos ao Fundo de acordo com os termos do Regulamento do Fundo e do "Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios sem Co-Obrigação e Outras Avenças" a ser celebrado entre o Fundo e cada uma das Empresas Cedentes.

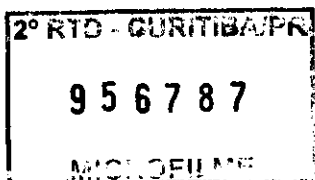
Os títulos de crédito, representativos dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Segurado são aqueles definidos no Regulamento do Fundo, entregue à Seguradora em conjunto com a proposta de seguro. Fica desde já estabelecido entre as partes, Segurado e Seguradora, que quaisquer alterações no Regulamento do Fundo serão informadas à Seguradora no prazo máximo de 5 dias a contar da data do ato que instituiu as alterações. Fica facultado à Seguradora a aceitação ou não de tais modificações.

O Segurado tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios originados de vendas comerciais e/ou prestação de serviços   crédito, com prazo de pagamento de até 185 (cento e oitenta e cinco) dias, contados a partir da data da emissão da fatura da mercadoria vendida ou serviço prestado.

1.17 **Clientes ou devedores do Segurado:** os Clientes ou devedores dos Direitos Creditórios originados pelas Empresas Cedentes e cedidos ao Fundo

ARTIGO 2  - OBJETIVO DO SEGURO E RISCOS COBERTOS

A apólice de seguro cobre única e exclusivamente o risco comercial inerente às operações de venda e/ou prestação de serviços representadas pelos direitos creditórios adquiridos pelo Segurado, segundo os critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento do Fundo e demais disposições contidas no "Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios sem Co-Obrigação e Outras Avenças" a ser celebrado entre o Fundo e cada uma das Empresas Cedentes.



Não são objeto da cobertura as obrigações do Segurado e/ou das Empresas Cedentes contidas no "Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios sem Co-Obrigação e Outras Avenças" a ser celebrado entre o Fundo e cada uma das Empresas Cedentes, bem como não são objeto de cobertura as obrigações do Segurado contidas no Regulamento do Fundo.

As disposições contidas no Regulamento do Fundo são consideradas, para efeito desta apólice, como política de crédito aplicada pelo Segurado para seleção dos direitos creditórios a serem cobertos pela apólice de seguro, sob pena da perda da cobertura da apólice de seguro.

Pela presente Apólice, a Seguradora garante ao Segurado, até os limites determinados nas Condições Gerais, Particulares e respectivos Anexos de Classificação, o pagamento de uma indenização pelas perdas líquidas definitivas que tenha em consequência da INSOLVÊNCIA dos seus clientes, pessoas físicas ou jurídicas com estabelecimento fixo ou permanentemente aberto ao público, de acordo com as coberturas contratadas, conforme estabelecido nas Condições Particulares.

Para efeito desta Apólice entender-se-á que há INSOLVÊNCIA do devedor nos seguintes casos:

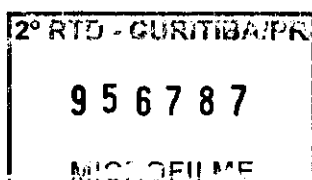
- a) Quando tenha sido declarada em falência, mediante sentença judicial transitada em julgado, exceto quando o crédito segurado não tenha sido admitido no passivo.
- b) Quando tenha sido: (a) deferida a Concordata do devedor, (b) declarada a liquidação judicial ou extrajudicial do devedor; ou (c) concluído um acordo particular do devedor com a totalidade dos seus credores, com a anuência da Seguradora, para pagamento de todas as dívidas com redução dos valores em débito.
- c) Quando, promovendo-se a execução da dívida, resultar que não existam bens penhoráveis, ou que o valor da penhora seja insuficiente para satisfazer o pagamento da dívida.
- d) Quando tenham decorrido 90 (noventa) dias contados do primeiro dia útil subsequente ao aviso de insolvência provisional relativo ao crédito não pago.

Sem prejuízo das demais condições gerais, especiais e particulares da apólice fica entendido e acordado entre as partes que também será considerado como INSOLVÊNCIA para efeito de cobertura da apólice, o PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, do devedor, desde que o segurado tenha cumprido os requisitos e prazos previstos na lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 (nova lei de falências), para que, uma vez indenizado pela seguradora, possa esta se sub-rogar em todos os seus direitos.

ARTIGO 3º - PERCENTAGEM DE GARANTIA

As perdas são indenizáveis até ao limite de percentagem de garantia que a Seguradora venha a estipular nas Condições Gerais e Particulares da apólice ou no respectivo Anexo de classificação.

A percentagem não coberta ficará integralmente a cargo do segurado, condição indispensável do presente seguro.



O segurado não poderá garantir em outra Seguradora através da contratação de apólice de seguro, ou com qualquer outra modalidade de cobertura, inclusive com pessoa física ou jurídica, a percentagem não coberta por este seguro.

ARTIGO 4º- RISCOS EXCLUIDOS DO SEGURO

Estão expressamente excluídos da cobertura desta Apólice:

a) Os clientes do Cedente sem estabelecimento fixo ou permanentemente aberto ao público, exceto quando tais clientes estejam incluídos no Anexo de Classificação emitido pela Seguradora.

Os créditos decorrentes de operações com órgãos centralizados da União, Estados, Municípios e respectivas Autarquias, bem como empresas controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público, exceto para os créditos gerados no período em que tais empresas ainda eram de direito privado.

c) Os créditos correspondentes às operações com sociedades filiais da empresa cedente, empresas com as quais o mesmo possua vínculo econômico ou jurídico de sociedade, associação ou dependência e em geral aquelas em que a empresa cedente e o segurado tenham poderes de decisão.

Se, no momento de emissão do Anexo de Classificação, ou posteriormente, ocorrerem quaisquer dos vínculos acima mencionados, a cobertura do seguro, em relação a esse devedor, ficará automaticamente sem efeito, a menos que a Seguradora tenha sido comunicado tal fato e ela o tenha aprovado por escrito.

d) Os créditos correspondentes às operações com pessoas físicas.

e) Os créditos cuja duração seja superior a 185 (cento e oitenta e cinco) dias, exceto quando o vencimento incidir em feriados, dias santos e finais de semana, hipótese em que a cobertura ficará estendida até o próximo dia útil subsequente, mesmo que tenha sido cumprido o restante das condições da Apólice.

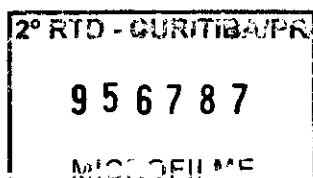
f) Os juros de qualquer natureza, comissões, devoluções de mercadoria, indenizações de prejuízos, multas ou penalizações contratuais e gastos com cobrança judicial e extrajudicial que não tenham sido aprovados previamente pela Seguradora.

g) Os créditos relativos a bens ou serviços cujo comércio a lei proíba.

h) Os créditos cujo montante seja inferior ao Limite Mínimo de Crédito Individual de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

i) Os riscos decorrentes de ações ou omissões imputáveis a transportadores, intermediários comissionados, representantes e entidades financeiras que intervenham no desenvolvimento ou na gestão de venda ou prestação de serviços, sempre que tal se traduza na liberação legal ou contratual, total ou parcial, da obrigação de pagamento do crédito pelo devedor.

j) Casos de INSOLVÊNCIA conseqüente de terremotos, tremores de terra, erupção vulcânica, tufão, furacão, tornado, ciclones e outras convulsões da natureza, bem como de estado de guerra, invasão ou qualquer ato de hostilidade por inimigo estrangeiro (tenha havido ou não declaração de guerra), guerra civil e outras agitações interiores (revolução, insurreição, rebelião,



motim, atos de terrorismo, sedição a mão armada ou não, poder militar usurpado ou usurpante, greves gerais ("lockout"), assim como exercício de qualquer ato público para reprimir ou defender de algum desses feitos), confisco, seqüestro, destruição ou danos aos bens, por ordem de qualquer governo ou autoridade pública.

k) Casos de **INSOLVÊNCIA** causados por, resultantes de, ou para os quais tenham contribuído radiações ionizantes, quaisquer contaminações pela radioatividade e efeitos primários ou secundários da combustão de quaisquer materiais nucleares.

l) Os riscos que segundo a lei se encontrem excluídos da cobertura.

m) Os créditos cuja documentação original ou cópia autenticada de tal documentação (desde que produza efeito de título executivo extrajudicial) não tenha acompanhado o Aviso de Insolvência Provisional. No caso da cópia autenticada não produzir o efeito referido, a seguradora solicitará a documentação original comprometendo-se o segurado a entregá-la em tempo hábil de 30 dias, todavia, o prazo para efeito de configuração de mora prolongada e o conseqüente pagamento de indenização somente iniciará a ser contado após a entrega tempestiva de todos documentos originais exigidos pela Seguradora permanecendo o seguro vigente nesse caso.

ARTIGO 5º - SUSPENSÃO DE COBERTURA POR LITÍGIO DO CRÉDITO SEGURADO

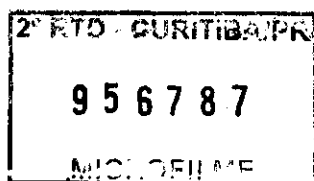
5.1. A cobertura do seguro ficará suspensa em relação a um determinado crédito quando o devedor ou o fiador discuta ou impugne a existência ou legitimidade total ou parcial do crédito, alegando descumprimento das obrigações legais ou contratuais do Segurado ou a ocorrência de alguma causa modificadora ou extintiva da obrigação de pagar, até que o Segurado apresente à Seguradora o reconhecimento ao seu direito sobre o crédito por sentença judicial transitada em julgado e a respectiva ação executiva.

5.2. O Segurado, no caso de discussão, impugnação do crédito ou qualquer outro tipo de controvérsia, obriga-se a iniciar de imediato ou a prosseguir as oportunas ações legais correspondentes contra o devedor ou contra o fiador, se for o caso, a fim de obter o reconhecimento judicial ou arbitral do seu direito ao crédito. As devidas ações legais deverão exercer-se, se não se tiverem ainda iniciado, no prazo máximo de três meses depois da Seguradora ter comunicado ao Segurado a suspensão da cobertura do crédito discutido, impugnado ou em controvérsia.

5.3. A Seguradora, face às provas apresentadas, poderá aceitar o Aviso de Insolvência Provisional de acordo com a apólice. Neste caso, qualquer indenização que venha eventualmente a ser paga, terá o caráter provisório, enquanto não existir sentença judicial transitada em julgado e ação executiva ou decisão arbitral definitiva que reconheça o crédito total do segurado.

5.4. O Segurado deverá constituir uma garantia, a ser definida de acordo com o crédito em litígio, a favor da Seguradora, para o caso de haver necessidade de restituir total ou parcialmente, segundo decisão, a referida indenização provisória.

ARTIGO 6º - BASES DO SEGURO



6.1. Esta apólice foi contratada com base nas informações prestadas através de formulário próprio pelas empresas Cedentes, cabendo a Seguradora a avaliação e aceitação ou não de tais informações para a aceitação de tais Cedentes para a cobertura dos direitos creditórios adquiridos e aceitos. Fica facultado à Seguradora a exclusão de Cedentes quando tais informações forem conflitantes com a realidade observada na vigência da apólice.

6.1.1. O Segurado averbará na apólice:

- a) Direitos creditórios não vencidos;
- b) Direitos creditórios cujo montante seja inferior ao limite concedido no anexo de classificação; e
- c) Direitos creditórios em conformidade com o regulamento do FUNDO.

6.1.2. O Segurado não averbará na apólice:

- a) Novos direitos creditórios (posteriores aos já adquiridos e averbados) cujo devedor (sacado) esteja com ele inadimplente, mesmo atendidos os critérios do item 6.1.1. acima.

6.2. O Segurado deverá observar os "Critérios de Elegibilidade" estabelecidos no "Regulamento do Fundo", sob pena de perda da cobertura do seguro.

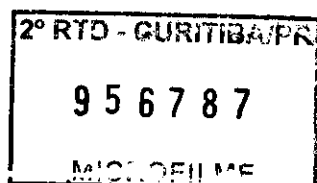
ARTIGO 7º - EFICÁCIA E VIGÊNCIA DO SEGURO

7.1. O seguro torna-se efetivo pelo consentimento manifestado pelo Segurado e pela Seguradora, mediante a subscrição da Apólice a partir das 24 horas do dia referido nas Condições Particulares, desde que haja o pagamento do prêmio correspondente nas formas e prazos estipulados entre o Segurado e a Seguradora.

7.2. O presente contrato de seguro terá uma duração de três anos a contar da data de início da vigência estabelecida nas Condições Particulares.

7.3 A renovação deste contrato de seguro somente se dará mediante nova negociação a ser confirmada através de uma Proposta de Seguro a ser firmada por Segurado e Seguradora.

7.4. As coberturas do seguro referem-se às operações de venda ou prestação de serviços, realizadas e notificadas à Seguradora durante o período de vigência da apólice ou realizadas antes do período de vigência da apólice, prevalecendo neste caso a data de aquisição dos direitos creditórios pelo Segurado, desde que averbadas à apólice em até 2 (dois) dias úteis, da data de sua aquisição e observadas as condições do Artigo 6º ; que se originem, para cada operação que cumpra com os requisitos estabelecidos nas Condições Gerais, Particulares e nos Anexos de Classificação correspondentes, a partir da data da aquisição das mercadorias ou da prestação dos serviços, documentalmente comprovados.



7.5. Não existe cobertura enquanto não tiver sido emitido o Anexo de Classificação correspondente a cada cliente ou devedor, salvo o disposto no Artigo 11º desta Apólice.

ARTIGO 8º - PEDIDO DE COBERTURA E CLASSIFICAÇÃO CREDITÍCIA DOS CLIENTES

Para o início de vigência da cobertura é necessário que sejam cumpridos os seguintes requisitos:

8.1. Que a Administradora do Fundo, a instituição financeira por ela contratada e indicada, ou a própria Empresa Cedente tenha solicitado à Seguradora, a classificação creditícia dos clientes com os quais as Empresas Cedentes operem a crédito independentemente da solicitação de novas classificações creditícias em razão de novos clientes com os quais venha a estabelecer relações comerciais. Referida solicitação será realizada por meio de transferência de arquivo eletrônico contendo os dados principais dos Clientes das Empresas Cedentes a seguir relacionados, a saber:

- a) Nome completo ou razão social completa
- b) Endereço
- c) Endereço eletrônico
- d) Telefone e fax
- e) Número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ
- f) Valor do limite de crédito solicitado
- g) Duração máxima do crédito
- h) Forma de pagamento
- i) Faturamento anual das Empresas Cedentes com os clientes devedores.

8.2. Os agentes habilitados a requerer e fornecer dados, documentos, informações e/ou quaisquer outros elementos pertinentes ao seguro são:

8.2.1 Administradora: Concórdia Corretora de Câmbio, Valores e Commodities Ltda.

a) Atividades e Responsabilidades como representante legal do FIDC FIEP:

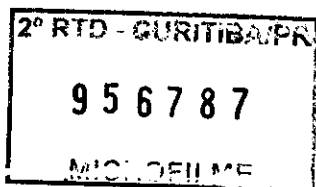
- Responsável por informar à Seguradora o AFP e AIP, encaminhar documentação (direitos creditórios) para Seguradora executar processo de Sinistro, negociar acordos em créditos vencidos, receber sinistro, autorizar o Custodiante a pagar prêmio, auferir valor do prêmio a ser pago.

Também é de sua responsabilidade a transferência para a Empresa Cedente do benefício da cobertura da apólice sobre o direito creditório por ela cedido, desde que previamente aprovado pela Seguradora.

8.2.2 Banco Custodiante/Cobrador: Banco Bradesco S/A

a) Atividades e Responsabilidades como Banco Custodiante/Cobrador:

- Operacionalizar cobrança dos títulos através de cobrança bancária, custodiar ou nomear fiel depositário dos títulos representativos dos Direitos Creditórios. Disponibilizar Sistema para Gestão de Aquisição, liquidação, controle de vencimentos, cumprimento de critérios de aceitação e elegibilidade constantes no regulamento, geração de relatórios de AFP e AIP. Registrar e controlar através do



sistema os Limites de todos os Clientes nos Anexos de Classificação (e revisões ou cancelamentos) informados periodicamente pela Seguradora. Efetuar a cobrança dos débitos não pagos dos devedores até a entrega do AIP.

8.2.3 Empresa(s) Cedente(s): eventuais beneficiárias e a definir mediante assinatura de contrato de cessão (adesão ao FIDC FIEP)

a) Atividades e Responsabilidades da empresa Cedente:

- Solicitar limite de crédito, diretamente à Seguradora ou por intermédio da FIEP (representada pelo Administrador) para sua carteira de clientes (sacados);
- Vender os Direitos Creditórios ao Segurado de acordo com as regras (prazo, valor, concentração de clientes no borderô, limites do Anexo de Classificação) estipuladas no regulamento e contrato de cessão; e
- Empenhar os melhores esforços na cobrança dos Direitos Creditórios vencidos, junto a seus clientes, quando solicitado pelo Administrador e Seguradora.

ARTIGO 9º - EFEITO E DURAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO CREDITÍCIA

9.1 A classificação creditícia, uma vez emitido e enviado ao Segurado o anexo correspondente, terá efeito a partir da data da sua emissão e a sua duração será trienal, até o vencimento do prazo da Apólice, podendo o Segurado solicitar alteração da classificação, sendo esta decidida pela Seguradora. Da mesma forma, por iniciativa da Seguradora, a classificação poderá ser alterada e até cancelada, observado o subitem 9.2, a seguir.

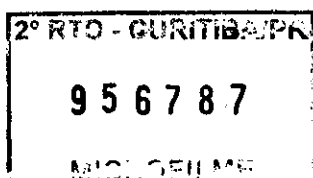
9.2. A Seguradora poderá, a qualquer momento, cancelar a cobertura de um cliente determinado, reduzir ou modificar todas ou algumas das condições estabelecidas no Anexo de Classificação e, sobretudo, o limite de crédito, tornando-se efetiva essa anulação, redução ou modificação a partir da data do recebimento, pelo Segurado, do Anexo de Classificação a que se refiram a tais alterações, o qual deverá ser encaminhado pela Seguradora, através de carta registrada para o endereço do Segurado referido nas Condições Particulares da Apólice, ou através do sistema informático denominado CLAVEMAP, que a seguradora disponibilizará ao Segurado. Ficam excluídas das possibilidades de alteração pela Seguradora, entretanto, as condições correspondentes à percentagem de cobertura e as próprias condições de pagamento estabelecidas nestas condições particulares, para todos dos clientes devedores ainda cobertos pelo seguro.

Os créditos concedidos antes da data da comunicação de alteração e de cancelamento do Anexo de Classificação referido continuarão cobertos de acordo com o limite e condições vigentes no momento de sua concessão e desde que esta concessão ocorra até a data de recebimento da comunicação de alteração e de cancelamento, ficando acertado entre as partes que todos os créditos adquiridos a partir da data de recebimento da comunicação estarão submissos à nova condição de cobertura para o risco.

9.3 No vencimento de cada de renovação trienal da Apólice, exceto no caso da sua nulidade ou de seu cancelamento, entender-se-ão renovados tacitamente, para um novo triênio, todos os limites de crédito existentes, com exceção daqueles que o Segurado desejar eliminar.

ARTIGO 10º - ROTAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITO

10.1. Enquanto o Anexo de Classificação estiver em vigor, todos os direitos creditórios adquiridos pelo segurado, sacados contra determinado(s) cliente(s) devedor(res), estarão



cobertos até o limite de crédito fixado no(s) respectivo(s) Anexo(s) de Classificação e serão imputadas ao seu limite de crédito por ordem cronológica, desde que o Segurado tenha cumprido com a obrigação de notificar os direitos creditórios adquiridos, de acordo com o estabelecido no artigo 13º das Condições Gerais.

10.2 A rotação do limite de crédito significa que este pode ser novamente utilizado para a inclusão, na cobertura, de novos créditos, à medida que o devedor liquide com o devido pagamento os valores incluídos nesse limite.

10.3 A rotação do limite de crédito de um determinado cliente será suspensa a partir do momento em que o Segurado notifica a Seguradora do Aviso de Insolvência Provisional, sendo tal limite de crédito cancelado automaticamente.

ARTIGO 11º - DESPESAS DE CLASSIFICAÇÃO CREDITÍCIA E REVISÃO ANUAL DOS LIMITES DE CRÉDITO

11.1. Fica estabelecido entre as partes que caberá ao Segurado ou aos cedentes dos direitos creditórios, o pagamento dos custos de classificação estabelecidos nas condições gerais, especiais e particulares da apólice. A cobertura expressa no respectivo anexo de classificação estará condicionada ao pagamento do custo de análise estabelecido nestas condições particulares, cabendo ao Segurado (o Fundo) certificar-se da realização do pagamento do custo de análise pelos cedentes dos direitos creditórios antes da concretização da aquisição do direito creditório, sob pena da não cobertura securitária da operação, no caso de não pagamento.

11.2. Essa participação será exigível mesmo quando o pedido de crédito para algum cliente seja recusado pela Seguradora.

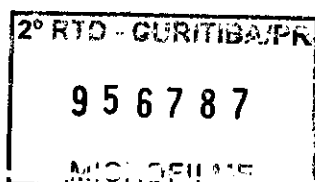
ARTIGO 12º - COMUNICAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

12.1. Para que a cobertura dos direitos creditórios adquiridos pelo Segurado seja efetiva, além do cumprimento das condições expressas na apólice, o Segurado deverá comunicar (averbação) à Seguradora, em até 2 (dois) dias úteis após a aquisição do(s) direito(s) creditório(s), através de borderô ou de planilha, fisicamente ou por meio eletrônico, os seguintes dados: razão social e CNPJ do cedente do direito creditório; razão social e CNPJ do sacado do direito creditório; número da fatura, total da fatura, data da fatura, número da duplicata, ou título ou instrumento de crédito que possa substituí-la e tenha o mesmo efeito legal, data de emissão da duplicata, vencimento da duplicata e valor da duplicata, totalizando ao final do borderô, ou da planilha encaminhamento por meio eletrônico o total da aquisição.

12.2. Para que tal registro possa ser efetuado e contemplado pela cobertura da apólice, faz-se necessário que o cedente dos direitos creditórios e seus clientes devedores, com limite de crédito pré-aprovado pela Seguradora, tenham sido previamente cadastrados pelo Fundo e pela Seguradora, sem prejuízo dos demais termos estabelecidos na apólice de seguro.

ARTIGO 13º - PRÊMIOS

13.1. o cálculo do prêmio do seguro será realizado aplicando-se a taxa geral do seguro, de percentual igual a 0,20% (zero vírgula vinte por cento), aos valores averbados na apólice de



A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'J' followed by a horizontal line and a small loop.

seguro (+) R\$ 60,00 (sessenta reais) de custo de emissão de apólice mais (+) 7% (sete por cento) de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

13.2. O recebimento de um prêmio sobre um risco excluído, não fará presumir a sua cobertura. Se tal acontecer, o Segurado só terá direito à devolução do prêmio pago indevidamente.

13.3. Os prêmios, assim como as formas e condições de pagamento, serão estabelecidos nas Condições Particulares da Apólice.

13.4. Quando a data-limite cair em dia em que não haja expediente bancário, o pagamento do prêmio poderá ser efetuado no primeiro dia útil posterior em que houver expediente bancário.

ARTIGO 14º - RESCISÃO DO CONTRATO

14.1. Este Seguro poderá ser cancelado mediante acordo entre Seguradora e o Segurado.

14.2. A Seguradora poderá, no caso de mora ou simples atraso no pagamento de todo ou parte do prêmio ou reajustes, declarar a rescisão do contrato, mediante carta registrada dirigida ao endereço que o Segurado tenha declarado na Apólice.

14.3. A rescisão do contrato terá efeito no prazo de quinze dias contados da data do envio da carta, a menos que antes de ocorrer o vencimento desse prazo seja pago todo ou parte do prêmio ou reajuste. Se o vencimento desse prazo de quinze dias coincidir com um Sábado, Domingo ou feriado, entender-se-á prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

14.4. Se, entretanto, a rescisão não tiver sido efetivada, a Seguradora poderá anulá-la mediante uma carta registrada comunicando-o ao Segurado e enviado-a ao endereço declarado na Apólice.

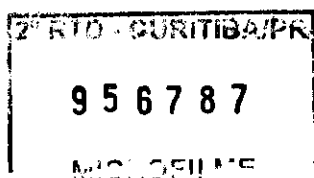
14.5. O fato de ter recebido o pagamento de todo ou parte do prêmio atrasado ou de ter desistido da rescisão, não significará que a Seguradora renuncie ao seu direito de pôr novamente em prática o mecanismo de rescisão referido neste artigo, cada vez que ocorra um novo atraso no pagamento de todo ou parte do prêmio ou reajuste.

ARTIGO 15º - AVISO DE FALTA DE PAGAMENTO

15.1 Caso um crédito se mantenha em dívida na data de seu vencimento, o Segurado deverá comunicar a inadimplência do Cliente devedor à Seguradora, até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data do referido vencimento, através do Aviso de Falta de Pagamento.

15.1.1 O Aviso de Falta de Pagamento conterá apenas os seguintes dados principais dos Clientes Devedores, dos direitos creditórios, adquiridos respectivamente das Empresas Cedentes pelo Fundo:

- a) Nome ou razão social completa do Cliente;
- b) Número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- c) o valor em atraso, na data base do dia do vencimento;
- d) a data do respectivo vencimento;
- e) o número do contrato ou do (s) título(s) relacionado(s) ao Direito Creditório, e;
- f) Nome da(s) Empresa(s) Cedente(s) relacionadas ao(s) cliente devedor(es).



15.1.2 O Segurado poderá enviar o Aviso de Falta de Pagamento à Seguradora por meio de correio eletrônico, arquivo eletrônico, Fac-Símile, ou outro meio escrito, desde que tal meio permita que a Seguradora receba o Aviso de Falta de Pagamento no mesmo dia de seu envio por parte do Segurado.

15.2 Caberá ao Segurado confirmar a recepção do Aviso de Falta de Pagamento, mediante protocolo, junto à Seguradora, sob pena de incorrer no disposto no item 15.5, abaixo, tanto pela não confirmação da recepção do Aviso de Falta de Pagamento por parte da Seguradora como por sua entrega em atraso.

15.3 Caso o Segurado incorra em atraso em relação ao prazo estabelecido no item 15.1 deste Artigo, a Seguradora, a seu exclusivo critério, poderá adiar o início da contagem do prazo para pagamento da Indenização, de que trata o Artigo 23 das Condições Gerais e os demais adendos e cláusulas particulares da apólice de seguro, e iniciar a contagem de tal prazo somente a partir da data em que o Segurado enviar o Aviso de Falta de Pagamento e o Aviso de Insolvência Provisional, com todos os documentos previstos.

15.4. Conforme artigo 8º (itens 8.2.1 e 8.2.2) o Segurado poderá indicar terceiros para realização de quaisquer das atividades relacionadas ao envio do Aviso de Falta de Pagamento e Aviso de Insolvência Provisional à Seguradora, mencionadas neste Artigo, desde que estes terceiros possuam poderes de acordo com a legislação vigente.

15.5. Decorridos o período de 15 (quinze) dias, contados do envio do Aviso de Falta de Pagamento à Seguradora, e até o último dia desse prazo, caberá ao Segurado emitir o Aviso de Insolvência Provisional, conforme estabelecido no Artigo 17º destas Condições Gerais e demais condições especiais e particulares da apólice de seguro.

ARTIGO 16 - PRORROGAÇÕES DE VENCIMENTO

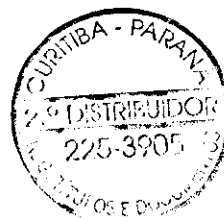
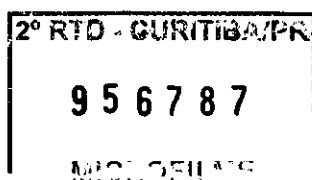
16.1 O Segurado não poderá conceder prorrogações de vencimento aos seus Clientes, salvo mediante autorização prévia e por escrito por parte da Seguradora.

16.3 O Segurado não poderá adquirir e conseqüentemente averbar à apólice de seguro título prorrogado pela empresa cedente.

ARTIGO 17º - AVISO DE INSOLVENCIA PROVISIONAL

17.1. Caso um crédito se mantenha em dívida na data do seu vencimento e o Segurado não obtenha o seu pagamento ao longo do período de 15 (quinze) dias contados a partir do Aviso de Falta de Pagamento remetido à Seguradora, conforme estabelece o Artigo 15º - AVISO DE FALTA DE PAGAMENTO destas condições particulares, o mesmo deverá comunicar o fato à Seguradora até o final desse prazo, ou seja, até 15 (quinze) dias contados a partir do Aviso de Falta de Pagamento, mediante o envio à Seguradora do Aviso de Insolvência Provisional, acompanhado de original ou cópias autenticadas desde que estas reproduzam o mesmo efeito legal de título executivo extrajudicial, da documentação original comprobatória do crédito em dívida e do extrato da conta com o devedor, o qual deverá incluir os créditos vencidos não pagos e os créditos cujos vencimentos se encontrem pendentes.

17.2. Desde a data de vencimento do crédito até a entrega do Aviso de Insolvência Provisional, acompanhado do Original ou cópias autenticadas desde que estas reproduzam o mesmo efeito legal de título executivo extrajudicial, da documentação original comprobatória do crédito em dívida e do extrato da conta com o devedor, o Segurado deverá realizar as gestões necessárias para a defesa do seu crédito e cuidará especialmente de atuar de forma diligente para que o



crédito ou as ações de recuperação futuras não sejam prejudicadas, sob pena de incorrer em alguma das infrações previstas Código Civil Brasileiro, em especial e sem limitar-se aos Art. 762, 765, 766, 768 e 769, perdendo o direito à cobertura prevista na presente apólice sobre todos os créditos, avisados ou por avisar, ficando a Seguradora isenta do pagamento de qualquer indenização.

17.3. Não é preciso que o Segurado esgote o prazo máximo indicado no item 17.1, anterior, podendo enviar com antecedência o Aviso de Insolvência Provisional se considerar inúteis novas gestões de cobrança ante o devedor.

17.4. Uma vez recebido pela Seguradora o Aviso de Insolvência Provisional, o devedor ficará a partir da data de tal recebimento, excluído do seguro para futuras operações, ainda que, posteriormente, o crédito não pago seja regularizado pelo mesmo.

17.5 Após a entrega do Aviso de Insolvência Provisional, feito pelo Segurado à Seguradora, em conformidade com o disposto neste Artigo, a Seguradora disporá de um prazo de 90 (noventa) dias, para efetuar a gestão de cobrança dos créditos inadimplidos, em conformidade com o Artigo 20º Gestão de cobrança, e após esse prazo:

- a) O crédito será de pronto considerado incobrável pelo Segurado e pela Seguradora; e
- b) A Seguradora, sem nenhuma necessidade de formalidade por parte do Segurado, reconhecerá, no próprio 90º dia, a insolvência do devedor do Segurado e procederá com a indenização definitiva no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do referido 90º dia, em que reconheceu a insolvência do devedor do Segurado.

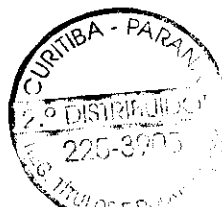
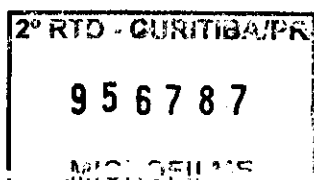
ARTIGO 18º - GESTÃO DE COBRANÇA

18.1. Desde o vencimento de um dado Direito Creditório e até o término de um período de 15 (quinze) dias, contado do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do referido Direito Creditório, o Segurado e/ou o Banco Custodiante/Cobrador, indicado no item 8.2.2 deverá efetuar, com caráter geral e a devida diligência, a cobrança dos créditos, conforme descrito no Regulamento do Fundo para evitar o sinistro. Sem necessidade de acordo prévio com a Seguradora, o Segurado iniciará os processos necessários, assim entendidos e considerados suficientes para tanto, os procedimentos descritos no capítulo relativo à política de cobrança no Regulamento do Fundo, assumindo os gastos decorrentes, que lhe serão reembolsados pela Seguradora, observados os procedimentos estabelecido nos Artigos 19º, 20º, 21º e 22º destas Condições Gerais.

18.2. Uma vez recebido pela Seguradora o Aviso de Insolvência Provisional, caberá à Seguradora a direção da gestão da cobrança do crédito total apresentado pelo Segurado, incluindo as judiciais, para cujo efeito o segurado deverá prestar a colaboração necessária enviando os antecedentes e documentos relacionados com o crédito em cobrança e outorgar os poderes necessários à Seguradora quando tal seja solicitado ou às pessoas por ela designadas.

18.3. Qualquer medida ou ação empreendida pela Seguradora ou instrução por ela dada para a salvaguarda de um crédito não a priva do seu direito para invocar as causas de recusa do sinistro que forem procedentes. Neste último caso, os gastos em que tenha incorrido serão por conta do Segurado.

18.4. O Segurado não poderá, sem autorização prévia e expressa da Seguradora, estabelecer acordos de pagamentos com os seus devedores, sejam de caráter geral ou particular, judicial ou extrajudicial.



ARTIGO 19º - RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

19.1. As recuperações obtidas e as despesas incorridas pelo Segurado ou pela Seguradora serão incluídas nas liquidações a efetuar. Para tal considerar-se-ão como não em dívida as quantias que o Segurado tenha a receber a prazo conforme o acordo de pagamento estabelecido com o devedor, sem prejuízo de proceder posteriormente à indenização correspondente às não pagas no seu vencimento.

19.2. Se o crédito total não pago for superior ao garantido pela apólice, os pagamentos de qualquer natureza ou a que título sejam efetuados e as despesas a que dêem causa, serão distribuídos proporcionalmente à parte coberta e não coberta pelo seguro, exceto quando o valor que exceda o crédito garantido provenha de juros, caso em que os valores cobrados serão aplicados prioritariamente ao crédito segurado.

19.3. Os valores cobrados e recebidos pelo Segurado ou pela Seguradora, após o pagamento de uma indenização, serão utilizados para ressarcir o Segurado e/ou a Seguradora, após deduzidas as despesas incorridas para realização de tal cobrança, sendo distribuídos proporcionalmente entre Segurado e Seguradora, de acordo com a parcela do risco de crédito coberta pela Seguradora e a parcela assumida pelo Segurado.

ARTIGO 20º - DESPESAS DE COBRANÇA

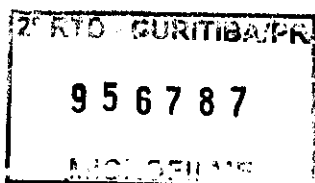
20.1. Considerando que a percentagem de cobertura do presente Seguro será sempre de 90% (noventa por cento) do valor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Segurado e averbados à apólice, até o limite de crédito aprovado e constante do Anexo de Classificação, todas e quaisquer despesas com a cobrança judicial ou extrajudicial para recuperação dos créditos inadimplentes são de responsabilidade do Segurado e da Seguradora sempre na proporção de 90% (noventa por cento) das despesas para a Seguradora e 10% (dez por cento) das despesas para o Segurado.

20.2. Observada a proporção mencionada no parágrafo anterior, todos os valores despendidos pelo Segurado, a título de despesas de cobrança de responsabilidade da Seguradora, ao longo do período de 15 (quinze) dias de que trata o item 18.1 do Artigo 18º - Gestão de Cobrança, serão reembolsados, pela Seguradora, observados os procedimentos estabelecidos nas Condições Gerais, Especiais e Particulares, em especial nos Artigos 19º, 20º, 21º e 22º das Condições Gerais, da apólice de seguro.

ARTIGO 21º - INDENIZAÇÃO

21.1. Uma vez tendo recebido o Aviso de Insolvência Provisional e verificando-se que o devedor do referido Direito Creditório, no 90º dia, contado da data do seu recebimento segue inadimplente, a Seguradora pagará ao Segurado o montante da indenização devida, montante esse que será calculado conforme abaixo, como estabelecido nas Condições Gerais, Especiais e Particulares da apólice.

21.2. O montante da indenização a ser pago pela Seguradora ao Segurado, correspondente à perda líquida definitiva a indenizar, será estabelecido deduzindo-se do valor inicial do crédito não pago todos os valores recebidos do Cliente da empresa cedente e/ou Beneficiário da apólice, se assim for indicado pelo Segurado, especialmente dos provenientes da realização de garantias, prazos de acordo, compensações ou outros conceitos análogos.



21.3. Ao valor assim obtido, deverão adicionar-se os custos incorridos com o acordo da Seguradora para a recuperação do crédito. Sobre este total, será calculada a indenização de acordo com a percentagem de garantia estabelecida nas Condições Particulares.

21.4. No caso de recuperação por parte da Seguradora da percentagem não coberta por esta, será restituída ao Segurado essa importância, uma vez deduzidos os custos proporcionais suportados pela Seguradora na recuperação da dívida.

21.5. Se o limite de crédito aprovado pela Seguradora tiver sido excedido no momento da insolvência, a indenização será calculada tendo em conta o limite acordado e os pagamentos efetuados por conta da dívida. As recuperações serão imputadas à parte segurada e não segurada de forma proporcional.

21.6. Qualquer pagamento parcial de um crédito no qual somente uma parte esteja segurada, será distribuído proporcionalmente entre a parte coberta e não coberta.

ARTIGO 22º - COMPENSAÇÃO

22.1. A Seguradora poderá deduzir das indenizações a pagar, qualquer montante que lhe deva o Segurado, desde que se trate de montante que atenda cumulativa e concomitantemente aos seguintes requisitos: a) trate-se de montante líquido e certo, e; b) tenha sido apurado com base em contrato firmado entre a Seguradora e o Segurado.

ARTIGO 23º - SUB-ROGAÇÃO E CESSÃO DO CRÉDITO

23.1. Com o pagamento da Indenização a Seguradora fica sub-rogada nos direitos do Segurado até o limite do montante da indenização.

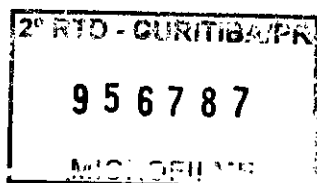
23.2. Sem prejuízo do parágrafo anterior, uma vez efetuado o pagamento da indenização, seja esta provisória ou definitiva, o Segurado obriga-se a ceder à Seguradora o crédito contra o cliente ou devedor até o limite do valor indenizado, comprometendo-se a disponibilizar e subscrever à Seguradora todos os documentos necessários para a efetiva cessão de direitos.

23.3. A Seguradora terá direito a exigir o endosso de qualquer letra, documento ou qualquer título (endosso sem a co-obrigação do titular da letra, documento ou título) relacionado com o crédito indenizado.

ARTIGO 24º - LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO

24.1. O Limite Máximo de Indenização a satisfazer pela Seguradora, correspondente aos riscos cobertos, a cada período de 3 (três) anos de vigência do seguro, fica limitado ao valor que resultar da multiplicação dos prêmios devidos e pagos na mesma anualidade pelo número de vezes que figura nas Condições Particulares.

ARTIGO 25º - ARBITRAGEM



25.1. Só com o acordo expresso das partes, as divergências resultantes da interpretação e cumprimento deste contrato poderão submeter-se ao juízo de árbitros, de acordo com a legislação vigente.

ARTIGO 26º - CONFIDENCIALIDADE

26.1. As informações relativas à apólice de seguro não serão divulgadas a terceiros sem prévio acordo, por escrito, das seguintes pessoas: Segurado, Administradora do Segurado, Banco Custodiante, e Seguradora com exceção à revelação ou divulgação das referidas informações:

- a) aos órgãos fiscalizadores e reguladores;
- b) aos resseguradores;
- c) às empresas do Grupo Mapfre no Brasil e no exterior, seus funcionários e prestadores de serviços, que sejam necessários à boa administração da operação;
- d) aos quotistas do Fundo, e;
- e) às empresas cedentes.

26.2. Fica desde já autorizada pelos segurados e corretor de seguros a liberação pela seguradora de todas as informações, quaisquer que sejam elas, relativas à apólice sempre que exigidas por medida judicial ou determinação de órgãos fiscalizadores e reguladores competentes.

ARTIGO 27º - DIREITOS DE CONTROLE

27.1. A Seguradora terá a qualquer momento o direito a examinar os documentos relativos aos Direitos Creditórios adquiridos das Empresas Cedentes, que estejam na posse do Segurado, a fim de verificar a veracidade e exatidão das declarações do Segurado e realizar todas as verificações que se fizerem necessárias.

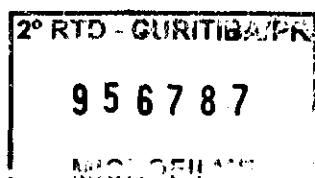
27.2. Caso o Segurado venha a utilizar-se de serviços de terceiros para realizar a guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios adquiridos das Empresas Cedentes, o Segurado deverá inserir nos contratos de depósito que venha a firmar, com os referidos terceiros, cláusulas que garantam à Seguradora o direito de examinar os documentos relativos aos Direitos Creditórios.

ARTIGO 28º - CONCORRÊNCIA DE APÓLICE

29.1. No caso de existirem duas ou mais apólices, cobrindo cada uma delas, de forma parcial, o objeto deste seguro, a SEGURADORA responderá, proporcionalmente, com os demais participantes.

ARTIGO 29º - ÂMBITO GEOGRÁFICO DE COBERTURA

29.1. Este seguro terá sua cobertura válida em todo o Território Nacional Brasileiro.



ARTIGO 30º - FORO

30.1. O foro competente para apreciar as questões emergentes desta Apólice é o do domicílio do Segurado.

ARTIGO 31º - EXCLUSÃO DE ATOS DE TERRORISMO

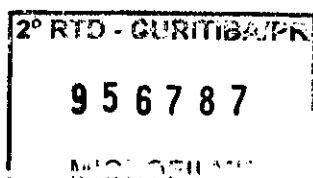
31.1. Fica entendido e concordado que, para efeito indenizatório, não estarão cobertos danos e perdas causados direta ou indiretamente por ato terrorista, comprovado com documentação hábil acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente.

ARTIGO 32º - DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco;

32.2. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação a sua comercialização; e

32.3. O segurado poderá consultar a situação cadastral de seu corretor de seguros, no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo, CNPJ ou CPF.



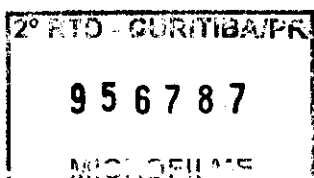
MEMORANDO

Para que a cobertura seja efetiva é imprescindível o cumprimento dos requisitos estabelecidos nas Condições Gerais, Particulares e Especiais da Apólice, assim como dos seus endossos.

Destacamos especialmente a necessidade de :

- Submeter previamente os seus clientes ao estudo e classificação creditícia (artigo 8º)
- Não exceder nas suas operações com os clientes, nem os limites máximos, nem a duração máxima dos créditos estabelecidos (artigo 4º d)

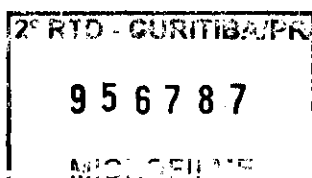
A enumeração precedente não exclui nenhum dos requisitos e condições contidos na Apólice, nem as Condições Particulares e Especiais da mesma.



A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'J' followed by a horizontal line.

**MINUTA DE APÓLICE DE SEGURO
DE CRÉDITO DOMÉSTICO
MAPFRE X FIEP**

CONDIÇÕES ESPECIAIS



A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'J' followed by a horizontal line extending to the right.

SEGURO DE CRÉDITO DOMÉSTICO
RISCOS COMERCIAIS

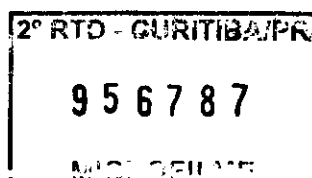
Esta Apólice e toda a documentação ou correspondência relativas à mesma tem caráter CONFIDENCIAL no que diz respeito a terceiros, exceto nos casos previstos nesta apólice.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Atualização de Valores

Por estas Condições Especiais, altera-se o disposto nas Condições Gerais do presente seguro, prevalecendo estas sob quaisquer outras cláusulas ou itens existentes.

1. *Os valores devidos em caso de cancelamento da Apólice serão atualizados monetariamente, sendo a data de obrigação de restituição a data de recebimento da solicitação de cancelamento ou a data do efetivo cancelamento se o mesmo ocorrer por iniciativa da Seguradora, desde que de acordo com os termos desta apólice ou por lei.*
2. *No caso de recebimento indevido de prêmio pela Seguradora, este será atualizado monetariamente, sendo a data de obrigação de restituição a data de recebimento do respectivo prêmio.*
3. *Para os casos de pagamento da Indenização ou devolução do prêmio quando da recusa da Proposta de Seguro, o não pagamento do valor devido dentro do prazo estipulado, respeitando-se a faculdade de suspensão da respectiva contagem, acarretará em:*
 - a) *atualização monetária, sendo a data de obrigação de pagamento e/ou restituição a data de ocorrência do evento ou a data de formalização da recusa; e*
 - b) *incidência de juros moratórios de 6% aa (seis por cento ao ano), calculado "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.*
4. *O índice utilizado para atualização monetária será o IGPM - Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento ou restituição e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.*



**SEGURO DE CRÉDITO DOMÉSTICO
RISCOS COMERCIAIS**

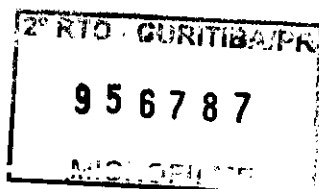
Esta Apólice e toda a documentação ou correspondência relativas à mesma tem caráter CONFIDENCIAL no que diz respeito a terceiros, exceto nos casos previstos nesta apólice.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Limite Mínimo de Crédito Individual

Em caráter adicional e complementando o disposto nas Condições Gerais, Especiais e Particulares da Apólice de Seguro, cujos conteúdos permanecerão em vigor enquanto não se oponha a presente, o Segurado e a Seguradora acordam formalizar o seguinte:

Fica estabelecido um Limite Mínimo de Crédito Individual por Cliente Devedor do Segurado (franquia de risco), até o valor de R\$ 1.000,00 (Mil Reais). Em consequência, consideram-se excluídos das garantias da apólice os créditos que não ultrapassarem o referido limite.



SEGURO DE CRÉDITO DOMÉSTICO
RISCOS COMERCIAIS

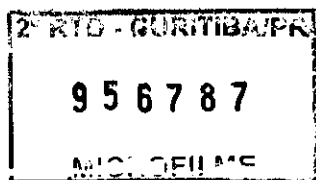
Esta Apólice e toda a documentação ou correspondência relativas à mesma tem caráter CONFIDENCIAL no que diz respeito a terceiros, exceto nos casos previstos nesta apólice.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Aplicação de Garantias Complementares

Em caráter adicional e complementando o disposto nas Condições Gerais, Especiais e Particulares da Apólice de Seguro, cujos conteúdos permanecerão em vigor enquanto não se oponha à presente, o Segurado e a Seguradora acordam formalizar o seguinte:

No caso do Segurado indicar um beneficiário parcial ou total, da apólice de seguro para efeito de indenização, este deve dar conhecimento à Companhia da existência e do conteúdo de todas as garantias relativas às operações comerciais a crédito que obtenha dos seus clientes ou de terceiros, desde que solicitado pela seguradora, durante a solicitação dos limites de crédito e da respectiva classificação creditícia dos clientes, quando estas foram emitidas pelo beneficiário do seguro, a partir de autorização expressa do Segurado.



**SEGURO DE CRÉDITO DOMÉSTICO
RISCOS COMERCIAIS**

Esta Apólice e toda a documentação ou correspondência relativas à mesma tem caráter CONFIDENCIAL no que diz respeito a terceiros, exceto nos casos previstos nesta apólice.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

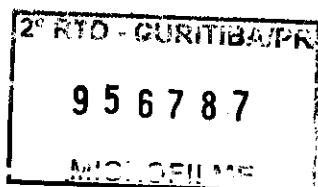
Aviso de Insolvência Provisional – Relação de Documentos

Em caráter adicional e complementando o disposto nas Condições Gerais, Especiais e Particulares da Apólice de Seguro, cujos conteúdos permanecerão em vigor enquanto não se oponha a presente, o Segurado e a Seguradora acordam formalizar o seguinte:

Em adendo ao Artigo 17º - AVISO DE INSOLVÊNCIA PROVISIONAL, das Condições Gerais da apólice, fica estabelecido que o mesmo deverá vir acompanhado de toda documentação original comprobatória do crédito em dívida, ou de cópia autenticada de tal documentação (desde que produza efeito de título executivo extrajudicial e que produza o mesmo efeito legal que os documentos originais produziram) e do extrato da conta com o devedor, o qual deverá incluir os créditos vencidos não pagos e os créditos cujos vencimentos se encontrem pendentes, bem como, os seguintes documentos:

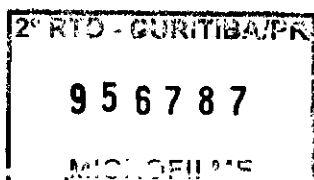
- a) Débito de Notas Fiscais: posição devedora do cliente devedor, original ou cópia autenticada (caso produza efeito legal) das notas fiscais e comprovantes de entrega, duplicatas originais endossadas e instrumentos de protestos originais;*
- b) Débitos em Notas Promissórias: posição devedora do cliente devedor; contrato de confissão de dívida original, notas promissórias originais, documentos referentes a origem da dívida composto por original ou cópia autenticada (caso produza efeito legal) das notas fiscais e comprovantes de entrega, duplicatas originais e instrumentos de protestos originais;*
- c) Débito em cheques: posição devedora do cliente devedor; cheque original; documentos referentes a origem da dívida composto por original ou cópia autenticada (caso produza efeito legal) das notas fiscais e comprovantes de entrega, duplicatas originais e instrumentos de protesto originais; e*
- d) Casos de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial: além de todos os documentos necessários a comprovação da dívida, deverá ser remetido o respectivo edital identificando a correspondente Vara Cível, número do processo e a data da publicação.*

Na falta do comprovante de entrega da mercadoria poderá ser aceito pela Seguradora, desde que produza o mesmo efeito legal, declaração do cliente devedor atestando o recebimento da mercadoria, ou, ainda, instrução comercial emitida pelo cliente devedor, solicitando que a mercadoria adquirida pelo mesmo, seja entregue à transportadora por ele contratada para esse fim, acompanhada pelo documento comprobatório de recepção assinada pela respectiva Transportadora.



Nas vendas declaradas pelo Segurado como sendo realizadas na condição "FOB" (assim entendidas, aquelas em que o transporte é efetuado por conta e risco do cliente devedor e/ou transportador), a prova da entrega da mercadoria ao transportador, acompanhada da prova de autorização dada pelo cliente devedor para entrega da mercadoria ao mesmo (Transportador), valerá como comprovante de entrega da respectiva mercadoria.

O Segurado se compromete também a fornecer os documentos que sejam necessários para comprovação inequívoca da transação comercial realizada entre ele, o Segurado, e o seu cliente devedor, bem como, que produza efeito legal para comprovação de dívida, sob pena de perda do direito à indenização.



A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of a long horizontal stroke and a large loop.

SEGURO DE CRÉDITO DOMÉSTICO
RISCOS COMERCIAIS

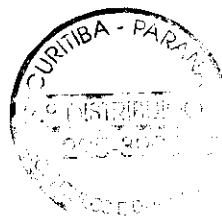
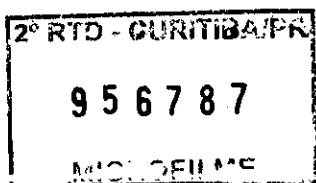
Esta Apólice e toda a documentação ou correspondência relativas à mesma tem caráter CONFIDENCIAL no que diz respeito a terceiros, exceto nos casos previstos nesta apólice.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Reajuste Dos Valores De Gastos Com Estudos De Classificação

Em caráter adicional e complementando o disposto nas Condições Gerais, Especiais e Particulares da Apólice de Seguro, cujos conteúdos permanecerão em vigor enquanto não se oponha a presente, o Segurado e a Seguradora acordam formalizar o seguinte:

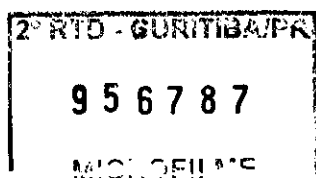
Os valores de gastos com estudo estabelecidos nas Condições Particulares da Apólice de Seguro serão atualizados anualmente, conforme estabelecido na Condição Especial denominada Atualização de Valores.



A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'J' followed by a horizontal line and a small flourish.

**MINUTA DE APÓLICE DE SEGURO
DE CRÉDITO DOMÉSTICO
MAPFRE X FIEP**

**CONDIÇÕES
PARTICULARES**



A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'J' followed by a horizontal line and a small loop.

**SEGURO DE CRÉDITO DOMÉSTICO
RISCOS COMERCIAIS**

Esta Apólice e toda a documentação ou correspondência relativas à mesma tem caráter CONFIDENCIAL no que diz respeito a terceiros, exceto nos casos previstos nesta apólice.

CONDIÇÕES PARTICULARES

DADOS DA SEGURADORA

Nome:	Mapfre Seguradora de Garantias e Crédito S/A
Endereço:	Av. das Nações Unidas nº 11.711 – 15º andar
Telefone:	11 5112-8052
Fax:	11 5112-8060
CNPJ:	04.046.576/0001-40

DADOS DO SEGURADO

Nome:	FIEP FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
Endereço:	
Telefone:	
Fax:	
CNPJ.:	

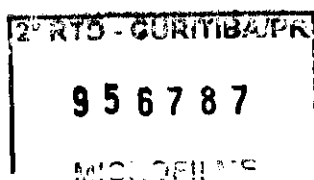
BENEFICIÁRIOS:

Poderão ser eventuais beneficiários, total ou parcialmente, da apólice de seguro empresa cedentes dos direitos creditórios, filiadas a um dos sindicatos patronais associados à federação de indústrias do estado do Paraná – FIEP, desde que previamente aprovados pela Seguradora.

Os beneficiários aceitam e reconhecem o Fundo como o único e principal beneficiário da apólice, podendo este último transferir parte ou o todo de seu benefício à indenização porventura a ser realizada a um ou mais beneficiários por ele, Fundo, indicados, desde que previamente aprovados pela Seguradora.

Na relação diária mantida entre a Seguradora e os Beneficiários, caberá apenas a estes solicitação de limites de crédito a serem cobertos, ou não, pela Seguradora de seus cliente devedores, bem como o pagamento dos gastos com estudos decorrentes das análises realizadas pela seguradora.

Todos os direitos e demais ações previstas nesta apólice inerentes ao segurado são de direito e de responsabilidade exclusiva do FUNDO, ou de quem ele indicar como seu representante legal perante a apólice de seguro.



MODALIDADE

Risco Comercial.

INÍCIO DE VIGÊNCIA DA APÓLICE

A Determinar.

DURAÇÃO DA APÓLICE

3 (três) anos – Renovável mediante concordância por escrito do Segurado e da Seguradora.

ATIVIDADE SEGURADA

Cobertura dos títulos de crédito (recebíveis) adquiridos pelo Segurado, originados das vendas comerciais e/ou da prestação de serviços, conforme as atividades desenvolvidas pelas indústrias filiadas a um dos sindicatos patronais associados à Federação de Indústrias do Estado do Paraná – FIEP.

Entende-se Direito Creditório, a nota fiscal fatura, originada pela venda de produtos ou prestação de serviços já ocorrida (performada), com reconhecimento formal do cliente (devedor deste crédito) quanto à sua entrega (mercadoria) ou execução (serviço).

DURAÇÃO MÁXIMA DO CRÉDITO SEGURADO

185 dias para vendas ou prestação de serviços realizados no Brasil contados a partir da data da emissão da fatura da mercadoria vendida ou serviço prestado.

PORCENTAGEM DE COBERTURA

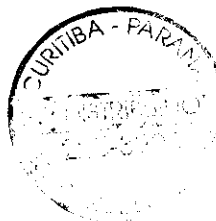
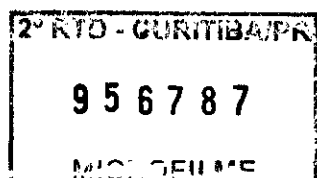
90% (noventa por cento) do valor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Segurado, limitados ao valor do crédito concedido no anexo de classificação.

LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO

30% (trinta por cento) da carteira segurada de direitos creditórios, adquiridos pelo segurado e averbados na apólice, de acordo com o estabelecido em suas condições gerais, especiais e particulares, excluídos desse percentual os direitos creditórios já pagos pelos clientes devedores, limitado a R\$ 39 milhões (trinta e nove milhões de reais).

QUANTIA MÍNIMA PARA AVISOS DE FALTA DE PAGAMENTO

Qualquer valor em até dois dias úteis a partir do vencimento do direito creditório.



A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'J' followed by a horizontal line.

VALOR MÍNIMO DE CRÉDITO INDIVIDUAL

R\$ 1.000,00 (um mil reais)

FORMA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO

Pago pelo segurado em até quinze dias úteis, após a aquisição dos direitos creditórios.

PERIODICIDADE DE REAJUSTE

Não haverá reajuste

GASTOS COM ESTUDOS

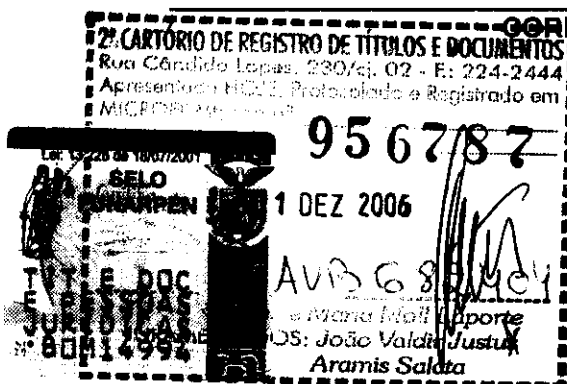
R\$ 120,00 (cento e vinte reais), por análise.

TAXA DO SEGURO

- Geral: 0,20% (zero vírgula vinte por cento) ao ano sobre os valores averbados na apólice de seguro + R\$ 60,00 (sessenta reais) de custo de emissão de apólice + 7% (sete por cento) de IOF.

São Paulo,

FUNDO – SEGURADO
Administrador



SP - 092880-00046 - 416947v3

CUSTAS R\$ 33,50
OU 300 VRC

CORRETORA DE SEGUROS.

Corretor

2.º OFÍCIO DE DISTRIBUIÇÃO
REG. TÍTULOS E DOCUMENTOS
(XX) 41/2225-3285
CURITIBA - PARANÁ
DISTRIBUIDOR
BUF29833

2a. Ofício Distribuidor de
Títulos e Documentos
Distribuição: 42-10691
ao 2.º Ofício
Ctba/Pr, 30/11/2006

CUSTAS =

Lei Estadual nº 11.960/97, Tabela XVI - Distrib. IIa. IV
132 ☐ Distribuição R\$ 8,00
☒ Averbação R\$ 3,00

2º Ofício Distribuidor

ANEXO IV - RELATÓRIO DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS

Fitch Atribui Ratings Nacionais Preliminares às Cotas do FIDC Fiep

23 Nov 2006 10:55

São Paulo/Rio de Janeiro/Chicago, 23 de novembro de 2006 - A Fitch Ratings atribuiu, hoje, o Rating Nacional Preliminar de Longo Prazo 'AA(bra)' à primeira série de cotas seniores emitidas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fiep Industrial (FIDC Fiep), em montante nominal de até BRL117,0 milhões. Adicionalmente, foi atribuído Rating Nacional Preliminar de Longo Prazo 'A+(bra)' (A mais (bra)) às cotas subordinadas, em montante nominal de até BRL13,0 milhões, sendo equivalente a 10% do patrimônio líquido (PL) do fundo.

O FIDC Fiep, que é um condomínio fechado com prazo determinado de vinte anos, consiste da securitização de direitos creditórios existentes e performados oriundos das vendas comerciais de indústrias filiadas a um dos sindicatos patronais associados à Federação de Indústrias do Paraná (Fiep). O objetivo do fundo é prover aos filiados da Fiep uma linha de crédito através de desconto de duplicatas em uma estrutura multilateral de cedentes e sacados. A Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (Concórdia) será responsável pela administração e gestão dos ativos do fundo, e o Banco Bradesco S.A. (Bradesco) será o custodiante e agente de recebimento do fundo.

Na escala de classificação de risco da Fitch, as classificações atribuídas à primeira série de cotas seniores e à série única de cotas subordinadas do FIDC Fiep são comparáveis a qualquer rating de crédito nacional para emissões de renda fixa atribuído pela agência, sejam estas emitidas por instituições financeiras, empresas ou outro emissor.

Os ratings nacionais preliminares atribuídos refletem o reforço de crédito inicial para as cotas seniores de 15%, que consiste de subordinação de 10,0% e sobrecolateralização de 5,0%. Além disso, a Mapfre Seguradora de Garantias e Crédito S.A. (Mapfre) prestará seguro garantia de crédito, proporcionando cobertura, não total, porém muito ampla em relação à exposição a risco de crédito. Também foi considerada a ampla pulverização dos direitos creditórios, exclusivamente compostos por duplicatas performadas com prazo médio ponderado máximo de noventa dias.

O rating preliminar não constitui a opinião de crédito da Fitch Ratings, porém, é uma indicação que poderá ser confirmada ou não no momento da atribuição do rating final. O rating preliminar atribuído está baseado em informações preliminares fornecidas pelo emissor e outros participantes da estruturação desta oferta até 23 de novembro de 2006. O rating preliminar fica condicionado à conferência dos documentos finais que estejam em conformidade com as informações já recebidas. Quaisquer alterações das informações poderão resultar em atribuição de rating final diferente do preliminar.

O Relatório de Rating Preliminar com os detalhes da estrutura e do perfil de crédito da primeira série de cotas seniores do FIDC Fiep está disponível no site www.fitchratings.com.br

Contatos: Jayme Bartling ou Silvano Gersztel, 55-11-4504-2600, São Paulo.

Relações com a Mídia: Jaqueline Ramos de Carvalho, 55-21-4503-2623, Rio de Janeiro.

Nota aos Editores:

Ratings Nacionais refletem uma medida relativa da qualidade de crédito de entidades em países cujos ratings soberanos em moeda estrangeira e local estejam abaixo de 'AAA'. Os Ratings Nacionais não são comparáveis internacionalmente, já que o melhor risco relativo dentro de um país é avaliado como 'AAA' e outros créditos são avaliados somente em relação a este. Tais ratings são sinalizados pela adição de um identificador para o país em questão, como 'AAA (bra)' para Ratings Nacionais no Brasil.

e seu grau de integralidade não estão garantidos. A Fitch Ratings Brasil Ltda. e a Fitch Ratings Ltd. não se responsabilizam por quaisquer perdas ou prejuízos que possam advir de informações equivocadas. Nenhuma das informações deste relatório pode ser copiada ou reproduzida, arquivada ou divulgada, no todo ou em partes, em qualquer formato, por qualquer razão, ou por qualquer pessoa, sem a autorização por escrito da Fitch Ratings Brasil Ltda. Nossos relatórios e ratings constituem opiniões e não recomendações de compra ou venda. Reprodução Proibida.

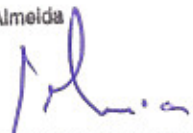
ANEXO V – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA

DECLARAÇÃO

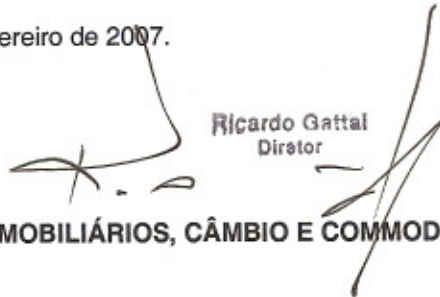
CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08, neste ato devidamente representada pelo seu representante legal, na qualidade de instituição administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.513.235/0001-99 ("Fundo"), responsável pela distribuição pública da primeira série de quotas do Fundo ("Oferta" e "Quotas", respectivamente), vem, nos termos do *caput* do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2007.

Marcelo Canguçu de Almeida
Diretor



Ricardo Gattai
Diretor



CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES



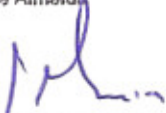
ANEXO VI – DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER

DECLARAÇÃO

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08, neste ato devidamente representada pelo seu representante legal, na qualidade de instituição administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIEP INDUSTRIAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.513.235/0001-99 ("Fundo"), responsável pela distribuição pública da primeira série de quotas do Fundo ("Oferta" e "Quotas", respectivamente), vem, nos termos do *caput* do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligências, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela administradora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta pública de quotas do Fundo, bem como que as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto do Fundo serão suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta pública de quotas do Fundo.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2007.

Marcelo Canguçu de Almeida
Diretor



Ricardo Gattai
Diretor



CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

